

**DOCUMENTOS E TRABALHOS DO
PROFESSOR MARCO ANTONIO
RODRIGUES DIAS – Volume 4**

**COOPERAÇÃO ACADÊMICA REGIONAL,
INTER-REGIONAL E INTERNACIONAL -**

APRESENTAÇÃO – PRESENTATION

APRESENTAÇÃO

O volume de número 4 pode ser considerado como um complemento do volume número 3. Trata da cooperação interuniversitária e a maioria de seus documentos foi elaborada na transição entre os séculos, final dos anos noventa e princípios do século XX.

Os documentos de número 1 e o de número 22 tratam da educação superior em geral (número 1) chamando a atenção o primeiro para o fato de que não existe qualidade sem pertinência, e o segundo, de número 22, elaborado a pedido da Professora Renée Zicman da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, apresenta uma síntese dos princípios que devem fundamentar as ações de cooperação interuniversitária no mundo inteiro.

Este volume trata em particular de aspectos importantes da cooperação no nível de algumas regiões.

Os documentos de número 2 a 7 referem-se a questões específicas da América Latina e, em particular de Porto Rico, onde o autor participou de vários encontros e teve a oportunidade de estimular projetos de cooperação com a América Latina em geral. Porto Rico é um caso a parte, pois se trata de um "Estado livre associado", eufemismo utilizado pelos estadunidenses para qualificar a colônia que passaram a dominar depois de uma guerra contra a Espanha no final do século XIX.

Os documentos de número 5 e 6 referem-se à cooperação com Europa. O autor foi convidado a debater o tema em reuniões organizadas no quadro da União europeia. Os de número 7 e 9 tratam do mesmo tema em discussões realizadas em Porto Alegre, Brasil, num quadro ibero americano, e em Benicàssim, Espanha. O documento de número 8 esmiúça os conteúdos políticos e ideológicos de um documento em discussão, em 2006, no interior da Comissão europeia.

A Amazônia está presente nos documentos de número 10 a 16. O autor participou, quando era diretor da Divisão do Ensino Superior da UNESCO, nos anos oitenta da criação da UNAMAZ – Associação de Universidades Amazônicas e estimulou o desenvolvimento de diversos projetos de cooperação na região. Nos documentos, discutem-se os princípios que devem nortear a cooperação nesta região e destroem-se mitos consagrados quando se discute o tema. Especial destaque pode ser dado ao documento de número 15 elaborado conjuntamente pelo Professor Marco Antonio Rodrigues Dias e o colombiano Luis Aragón, um grande especialista sobre temas relativos ao desenvolvimento da Amazônia. A Aragón um dos pilares da ação da UNAMAZ nos seus primeiros vinte anos de existência, devem-se os dados técnicos e respectivos comentários neste artigo.

A cooperação com a palestina é objeto dos documentos 17, 18 e 19. Destaque especial deve-se dar ao documento 17, que contém o discurso de abertura da Conferência Internacional sobre a função da educação superior no contexto de um estado palestino independente. O encontro de que participaram quase cem instituições de ensino superior da Europa e da América do norte contou com a presença de Yasser Arafat, que presidiu a sessão de abertura do encontro.

Finalmente, o documento de número 21 nos traz informação sobre cooperação na África e na Europa do Este. O autor foi convidado a falar em comemoração ao 75º aniversário da Universidade de Brno, a cidade checa mais importante depois da capital, Praga. A África é contemplada com um discurso apresentado à 8ª. Conferencia Geral da Associação de Universidades africanas, realizada em Gana, em 1993.

PRESENTATION

The volume number 4 can be considered as a complement to volume number 3. It deals with the inter-university cooperation and the majority of its documents was drawn up in the transition between the centuries, the late nineties and the early twentieth century.

Documents 1 and 22 deal with higher education in general, drawing the first attention to the fact that there is no quality without relevance, and the second, number 22, prepared at the request of Professor Renée Zicman from the Pontifical Catholic University of São Paulo, presents an overview of the principles that should support the inter - university cooperation activities worldwide.

This volume comes in particular of important aspects of cooperation at the level of some the s regions.

Documents 2 to 7 relate to specific issues in Latin America, particularly in Puerto Rico, where the author attended several meetings and had the opportunity to encourage projects of cooperation with the America Latin in general. Puerto Rico is a case in point because it is an "associated free state", a euphemism used by North-Americans to qualify the colony they came to dominate after a war against Spain in the late nineteenth century.

The documents 5 and 6 are related to debates on the cooperation between Europe and Latin America, realized in the framework of European Union. The number 7 and 9 deal with the same theme in discussions held in Porto Alegre, Brazil, and, in an Ibero-American framework, in Benicassim, Spain. Document number 8 explores the political and ideological contents of a document under discussion in 2006 within the European Commission.

Amazon region is present in the documents 10 to 16. The author participated as a director of UNESCO's Higher Education Division, in the eighties, in the creation of UNAMAZ – Association of Amazonian Universities and stimulated the development of several projects of cooperation in the region. In these documents, the discussion was centered in principles that should guide the cooperation in this region area and many myths on this subject were established. Special attention could be given to the document number 15 written jointly by Professor Marco Antonio Rodrigues Dias and the Colombian doctor Luis Aragón, a great expert on issues relating to the development d the Amazonia. Luis Aragón one of the pillars of action UNAMAZ in its first twenty years of existence, was in charge of the inclusion of technical data and in-depth analysis presented in the article.

Cooperation with Palestine is the subject of documents 17, 18 and 19. Special emphasis should be given to document 17, which contains the opening speech of the International Conference on the role of higher education in the context of an independent Palestinian state. The meeting, attended by nearly 100 higher education institutions from Europe and North America, was chaired by Yasser Arafat.

Finally, document number 20 provides information on cooperation in Africa. It contains a speech presented to the 8th. General Conference of the Association of African Universities, held in Ghana in 1993. Finally, the author was invited to speak in the ceremony

of celebration of the 75th anniversary of Brno University, the most important Czech city after the capital, Prague. This is seen in document number 21.

INDICE DOS DOCUMENTOS

TABLE OF CONTENTS

A - APRESENTAÇÃO – PRESENTATION

B - DOCUMENTOS

1. **Pertinência, desenvolvimento e globalização** - Texto parcialmente em português e parcialmente em francês, baseado em documento elaborado para o XII Congresso Bienal da Organização Universitária Interamericana (OUI) e apresentado no dia 10. de outubro do ano 2001, na cidade de Mar del Plata, Argentina;

- 2- A- Escenario de cambios para los sistemas de educación superior de América Latina y del Caribe dentro del marco de la globalización y regionalización de la economía** - Conferencia sobre El Tratado de Libre Comercio entre los Estados Unidos, México, Canadá y el impacto en los recursos humanos y la Educación Superior - Asociación Puertorriqueña para la Educación Superior y Consejo de Educación Superior de Puerto Rico - San Juan, Puerto Rico - 5 - 6 de Mayo de 1994

- B – Conclusión** de la Conferencia sobre el Tratado de Libre Comercio entre los Estados Unidos, México, Canadá y el impacto en los recursos humanos y la Educación Superior - San Juan - Puerto Rico - 6 de Mayo de 1994;

- 3- “Políticas y estrategias de la educación superior en las Américas y el Caribe”** - Ponencia durante la Tercera Magna Conferencia de la Asociación Puertorriqueña para la Educación Superior- APUES- con la participación del Consejo de Educación Superior de Puerto Rico- "Acceso, Calidad y Financiamiento en la Educación Superior: Políticas y Estratégias para la Transformación de la Educación Superior en la Región de las Américas y del Caribe San Juan de Puerto Rico, 8 y 9 de mayo de 1997;

- 4- “El rol de las organizaciones internacionales en la innovación de la educación superior”** – ponencia en la XVII Conferencia Anual del International Council for Innovation in Higher Education "Conocimiento, Ciencia y Tecnología: Retos para la Educación Superior - promoción del ICIHE y del Consejo de Educación Superior de Puerto Rico- San Juan de Puerto Rico- 30 de octubre al 03 de noviembre de 1999;

- 5- “Education, enseignement universitaire et recherche dans le processus d'intégration régionale – La perspective latino-américaine”** - Institut d'études européennes – Pôle européen Jean Monnet – Europe Amérique

Latine – Du monde des nations au monde des régions- Lundi, 27 novembre 2000- Université Catholique de Louvain- Belgique;

- 6- “**Interesse, limites e possibilidades na cooperação interuniversitária do espaço Europa-América Latina e Caribe**” – Bruxelas, Bélgica- 4 de dezembro de 2002- Reunião de Altos Funcionários da América Latina e Caribe/União Européia (ALC-UE) – Seguimento da IIa. Reunião de Cúpula ALC-UE;
- 7- “**Cooperação interuniversitária na criação do espaço Europa-América Latina- Caribe**”- Porto Alegre, 29 de novembro de 2003- Reunião do Conselho Executivo do Conselho Universitário Ibero-American (CUIB) – publicado como capítulo do livro-brochura “II Reunião Plenária do CUIB – Conselho Universitário Ibero-American – 29 e 30 de novembro de 2003- Andifes, CUIB e UFRGS – 2003 – pgs. 141 a 150;
- 8- “**Comment to the European Commission Draft Document on modernisation agenda for higher education**” – Na época de sua elaboração (janeiro de 2006), este documento não se destinava a publicação. Passado um certo período, não se justifica mantê-lo inédito;
- 9- “**La europeización de la universidad: un estímulo a la convergencia u la vuelta a una política de dominación?**” - Curso de Verano sobre “La europeización de la Universidad: una oportunidad excepcional para el progreso socioeconómico” – Organizado por Universitat Jaume I, Cátedra UNESCO de Gestión y Política Universitaria de la Universidad Politécnica de Madrid- Benicàssim (Castelló) - España- 6, 7 y 8 de julio de 2005 – texto publicado como capítulo do livro Universidad y Economía en Europa, editado por Tecnos e Universitat Jaime-I (España, 2006) – pgs. 135 a 157;
- 10- “**E o sertão vai virar mar e o mar virar sertão**” - Palavras na sessão de encerramento do seminário internacional “A desordem ecológica na Amazônia: conhecimento científico, atores sociais e vontade política na construção de alternativas possíveis” (Belém, 28 de outubro a 1 de novembro de 1990). Texto publicado (pags 63 a 66) no livro “A desordem ecológica na Amazônia” – série cooperação amazônica – UNAMAZ- Belém 1991;
- 11- “**O papel da educação, da ciência e da tecnologia no desenvolvimento sustentável da Amazônia**” - Abertura da II Conferência Internacional sobre Desenvolvimento Sustentável nos Trópicos Úmidos - UNAMAZ, Associação das Universidades da Amazônia, Belém, Pará- 05 a 09 de maio de 1996; - Publicado como capítulo do livro “Educação, Ciência e Tecnologia: bases para o desenvolvimento sustentável da Amazônia” – Luis E. Aragón (organizador) Série Cooperação Amazônica no. 19- UNAMAZ- Belém 1997 - pgs 3 a 14;

- 12- “Renovação da UNAMAZ e desenvolvimento regional”** - Palestra durante a VI Assembléia da UNAMAZ e II Conferência Internacional Amazônia 21- UNAMAZ - Caracas, Venezuela, 29 de maio de 2000 – Texto publicado como capítulo do livro “II Conferência Internacional Amazônia 21: Logros para una agenda sustentable – VI Asamblea UNAMAZ - Antonio de Lisio, coordinador) – Série Cooperação Amazônica 23- UNAMAZ – Caracas, 2000 – pgs 237 a 250;
- 13- “Meio ambiente e desenvolvimento humano na Amazônia: uma visão internacional”** – Fórum Amazônico de Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano- Manaus, 05 e 06 de junho de 2002 – Fundação Universidade do Amazonas e GUS;
- 14- “UNAMAZ: uma ideia e uma realidade a serem renovadas e sempre apoiadas”** -Professor Marco Antonio Rodrigues Dias- Assistente especial do reitor da Universidade das Nações Unidas - Ex-Diretor da Divisão de Ensino Superior da UNESCO (1981-1999) – Artigo publicado como capítulo do livro “UNAMAZ – um projeto de cooperação amazônica”, organizado por Rosa Elizabeth Acevedo Marin.
- 15- “Cooperação amazônica para o conhecimento e uso sustentável dos recursos hídricos da região”** - Marco Antonio Rodrigues Dias e Luís Aragon – Texto publicado em livro editado pelo NAEA da Universidade Federal do Pará e MAB-UNESCO- edição em português e edição em inglês. Um texto prévio havia sido elaborado para servir de base à apresentação que M.A.R. Dias fez durante um Workshop internacional sobre “Problemática do uso local e global da água da Amazônia”, realizado na Universidade Federal do Pará e organizado pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos e pelo - Programa de Cooperação Sul-Sul para o Ecodesenvolvimento- 12 a 14 de junho de 2002- Belém, Pará, Brasil. Primeira edição em português, Belém UNESCO – NAEA – pgs. 254 a 280 – Segunda edição – Belém – 2003 – pgs 453 a 474 - Edição em inglês – Montevidéu 2004 – pgs. 219 a 237. “Issues of local and global use of water from the Amazon”
- 16- “Oportunidades para o desenvolvimento do aprendizado da telemedicina à distância na Amazônia: uma visão brasileira”** – Apresentação feita em Manaus durante simpósio sobre o ensino do desenvolvimento sustentado à distância e telemedicina para a Pan-Amazônia, 31 de maio a 2 de junho de 2000 – UNAMAZ (Associação das Universidades Amazônicas) e GUS (Global University System);
- 17- “Cooperation with Palestina”** - International Conference on Academic Cooperation with Palestinian Higher Education Institutions – Opening address by Professor Marco Antonio R. Dias – Director, Division of Higher Education, UNESCO – Louvain-la-Neuve, 18-19 November 1994;

- 18-** “**The role of higher education in Palestina**” – International Conference on the role of higher education in the context of an independent Palestinian state- 7-9 November 1996- An Najah National University – Nablus- Palestine;
- 19-** “**An exhibition for peace in the Holy Land**” - Closing Ceremony of the Bethlehem 2000 ‘Photographic Exhibition at the University of Haifa – Israel - 06 november 1996 - Closing Ceremony of the Bethlehem 2000 Photographic Exhibition at the University of Haifa – Israel - 06 november 1996;
- 20-** “**What kind of university for a new society in Africa?**” – 8th General Conference – 25th Anniversary – Association of African Universities – Accra – Legon, Ghana – January 1993- Goodwill Message;
- 21-** “**The university as an institution today and tomorrow**” – “**Universita jako instituce dnes a zitra**” - International Conference and Commemorative Gathering on the Occasion of the 75th Anniversary of the Foundation of Masaryk University - allocution by Professor Marco Antonio R. Dias, Director, Division of Higher Education, UNESCO - Brno, Czech Republic, 2-4 November 1994 – Publicado em checo (pgs 51 a 56) e em inglês (pgs. 43 a 50) no livro “Univerzity na Prahu Nového Tisíciletí – The University on the Threshold of the New Millennium” – Sborník Mezinárodní Konference – Proceedings of the International Conference – Vol I Brno 1995- Mazarykova Univerzita;
- 22-** “**Cooperação internacional deve ser baseada na solidariedade**” - Documento elaborado em 31.5.2005, por solicitação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – Publicado em 2007 pela Editora da PUC-SP, como prefácio do livro “Internacionalizando a Universidade” – pgs. 15 a 19

DOCUMENTO NÚMERO 1

PERTINÊNCIA, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E GLOBALIZAÇÃO

Professor Marco Antonio Rodrigues Dias
Consultor da Universidade das Nações Unidas

Texto parcialmente em português e parcialmente em francês

Texto elaborado para o XII Congresso Bienal da Organização Universitária Interamericana (OUI) e apresentado no dia 10. de outubro do ano 2001, na cidade de Mar del Plata, Argentina. A OUI tem quatro línguas oficiais: francês, inglês, espanhol e português. Houve uma sessão, neste congresso, dedicada à pertinência. Guy Neave apresentou um trabalho em inglês. Um documento de Carlos Tunnerman, em espanhol, foi lido para os participantes. A terceira exposição por M.A.R. Dias foi feita parte em português e parte em francês.

I- INTRODUÇÃO

Para muitos, o Século XX havia terminado mais cedo, em 1989, com a queda do comunismo em escala internacional. Há, agora, quem diga que o novo milênio começou no dia 11 de setembro de 2001 com o ataque às duas torres do World Trade Center em Nova York. A verdade é que o impacto do ato terrorista ampliado terrivelmente pelo fato de todos terem podido assistir tudo, ao vivo, pela televisão, significou, de um lado, uma brutalidade tão grande e, de outra parte, atingiu um número de tal forma inimaginável de pessoas inocentes, que pode até parecer superficial tratar, hoje, de outros problemas.

Mas, não se preocupem. Não vou tratar do problema do terrorismo, nem de suas consequências imediatas para a vida internacional. Apenas direi para não ser omissos que estou entre os que sentem uma enorme compaixão para com as vítimas. Acrescentarei que imagino e comprehendo o estado de terror permanente em que vive hoje grande parte da população norte-americana que, agora, somente agora, dá-se conta de que não há castelos nem fortalezas inexpugnáveis. Estou também entre os que, recusando atos bárbaros como aqueles do dia 11 e outros igualmente terríveis como os dos atentados recentes em Espanha, aqueles que vi de perto em Paris em 1996 ou os atos de violência que pude observar visitando a Palestina, consideram que o problema, para ser solucionado, **exige mais que bombardeios, exige que o processo não esteja mais uma vez sob controle dos que dominam a indústria de armas, requer que se vá às causas da situação que estamos vivendo neste início de milênio (1).**

II- CONCEITO DE PERTINÊNCIA OU RELEVÂNCIA

E aqui nós acabamos chegando ao tema de nossas exposições, o da pertinência, e vemos que, no final de contas, algo têm as instituições de ensino superior a ver com o terrorismo que faz parte dos graves problemas que afetam a sociedade, hoje, no mundo inteiro. Sei que não há maneira mais aborrecida de se tratar de um tema que apresentando definições de conceitos. Em compensação, em alguns casos, é absolutamente necessário fazê-lo, porque os termos são usados de uma maneira de tal forma equívoca ou ambígua que a única maneira de se entender é justamente começando por colocar-se de acordo com os conceitos. É o que acontece com pertinência ou relevância, palavras que não são necessariamente sinônimas, mas que, apesar do incômodo sentido por linguistas e por puristas, têm sido usadas indistintamente pelo mundo acadêmico quando discute suas relações com a sociedade.

Recentemente, em uma reunião de universidades, um representante do mundo acadêmico europeu me dizia que pertinência se referia às ações que as universidades empreendem em benefício de seu entorno imediato, o bairro, a cidade, talvez até a região. Não é o sentido que lhe deu a comunidade universitária de todas as regiões durante os preparativos e por ocasião da Conferência Mundial de Educação Superior que reuniu em Paris, em outubro de 1998, quase cinco mil pessoas provenientes de mais de 180 países. Nestas ocasiões, algumas ideias passaram a circular com frequência e acabaram se impondo através de uma aceitação geral. Uma delas dizia que **antes de se pensar no tipo de**

universidade que alguém quer conceber, deve-se decidir que tipo de sociedade se quer construir. Outra era a de que não existe qualidade no ensino superior, se este não for pertinente e, em consequência, se não estiver vinculado à busca de solução dos problemas da sociedade e, isto em escala global. (2)

De qualquer forma, fui buscar nos dicionários a solução para o impasse linguístico e não a encontrei. O mini-Aurélio de que disponho em Paris, por ser mini, é insuficiente não menciona o substantivo pertinência, limita-se ao adjetivo pertinente que significa: “1-relativo, concernente; 2-que vem a propósito” (3). Fui então ao prestigioso dicionário francês “Le Robert” e ali encontrei que “pertinence” é a “qualidade do que é pertinente” ou é o “caráter do que é pertinente” (4). Pertinente, por sua vez, é “o que convém exatamente ao objeto de que se trata e que denota bom senso”» ou então é o que é “dotado de uma função num sistema, um conjunto”.

Confesso que fiquei na mesma, mas acredito que com esta última definição do ‘Le Robert’, mencionando os conceitos de função, sistema, conjunto, estamos mais perto de onde queremos ou necessitamos chegar.

Em realidade, podemos fazer duas observações. A palavra pertinência definitivamente foi incorporada ao vocabulário do mundo acadêmico e nossos amigos brasileiros aqui presentes podem sugerir aos editores do Aurélio de incluí-la em seus dicionários. Em segundo lugar, não há dúvidas de que, do ponto de vista linguístico, ela aqui é usada em sentido figurado, extensivo ou em um sentido ampliado e adaptado.

Em 1995, no documento «**Política de Mudança e Desenvolvimento no ensino superior**» publicado pela UNESCO encontramos no parágrafo 50 a afirmação de que:

“A relevância do ensino superior se refere, especialmente, por um lado ao papel do ensino superior como um sistema e de cada uma de suas instituições em relação à sociedade, e, por outro lado, às expectativas desta com referência ao ensino superior. Deve incluir tópicos como: democratização do acesso e oportunidades mais amplas para participação no ensino superior durante vários estágios da vida, elos com o mercado de trabalho e responsabilidade do ensino superior na busca de soluções para problemas que pressionam a humanidade, tais como: população, meio ambiente, paz e entendimento internacional, democracia e direitos humanos...”(5)

Finalmente, devemos assinalar, sem entrar em detalhes, que este conceito está difundido na Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI : Visão e Ação, adotada pela CMES que lhe dedica vários artigos, em particular o artigo 6º. onde se lê, entre outras coisas, que “a educação superior deve almejar a criação de uma nova sociedade –não violenta e não-opressiva”..., o que é uma maneira mais delicada de dizer que é essencial que os estabelecimentos de ensino superior sejam pertinentes, participando da construção de uma sociedade melhor, mais justa (6).

III- CONCEITO E REALIDADE SOCIAL

Evidentemente, o tema é por demais vasto. Os organizadores desta conferência foram sábios ao solicitarem a três especialistas (Carlos Tunnermann, Guy Neave e Marco Antonio R. Dias) que tratassesem sumariamente do assunto fornecendo elementos que possam servir aos debates dos participantes e que possam dar idéias para a ação da OUI no espaço interamericano e para a ação de cada instituição individualmente segundo suas especificidades e segundo a missão que esta se tenha atribuído autonomamente.

Mas, não nos devemos esquecer nem do local onde estamos falando, Argentina, América do Sul, América Latina –é a coordenada de espaço- nem de quando estamos participando deste debate, outubro do ano 2001- é a coordenada de tempo - início de um novo milenar, com todo seu progresso, com todos seus avances e, igualmente, com toda sua miséria, injustiça, terrorismo individual, terrorismo de estado, terrorismo tout court como dizem os franceses, e uma lista de problemas e de mazelas que nos levam a concluir que **razão não tinha aquele filósofo grego, Sócrates creio, para quem o conhecimento e a bondade vinham juntos**. Não vêm! O final do século XX representou um período de grande avanço científico e tecnológico, a sociedade do conhecimento se instalou, mas a herança que um século deixou para outro, implica, entre outros os seguintes elementos que - é bom assinalar - não esgotam a lista de mazelas que enfrenta a sociedade em escala mundial:

- 1- conflitos de todo tipo, políticos, religiosos, raciais e inclusive de natureza tribal, muitas vezes estimulados por interesses econômicos, ligados à tentativa de estabelecimento de uma globalização que dê todo o poder ao centro principal de um grande império e, por extensão, à sua periferia próxima, deixando grande parte do globo constituída pela África, América Latina e grande parte da Ásia e Oceania em posição de inferioridade, submissão e de produtora de bem-estar para uma pequena parte do universo;
- 2- problemas ligados ao meio ambiente : indústrias poluentes, destruição da camada de ozônio, incêndios florestais, poluição no mar, contaminação das fontes de água potável, tudo isto provocando alterações nas condições de vida humana, como ocorre com o aumento da desertificação e as mudanças climáticas inexplicáveis, fatos que tornam injustificáveis, devendo mesmo ser consideradas irresponsáveis as decisões contrárias à implementação do acordo de Kioto;
- 3- catástrofes provocadas pela irresponsabilidade humana como a de Tchernobyl, Toulouse, Minimata e outras, com graves repercussões para a saúde e vida das populações e do meio-ambiente;
- 4- problemas de saúde de massa recentes como o sida, ebola ou recrudescimento de males antigos como a febre amarela, agravados pela má nutrição;
- 5- problemas de alimentação, seja por deficiência de recursos das populações, seja pela incúria humana como se passou com a crise da vaca louca, sem contar a decisão de não levar em consideração a segurança sanitária que impediria a produção de produtos cujos efeitos para o ser humano não estivessem devidamente conhecidos;

- 6- o aumento do consumo das drogas e do alcoolismo, objetos de condenação de autoridades dos países ricos que deles se utilizam quando lhes convêm, inclusive para efeitos militares, querendo fazer crer que ignoram que o fenômeno não se extinguirá enquanto o consumo não for controlado, de uma maneira ou de outra, nos países que pagam por estes produtos.
- 7- Relações internacionais cada vez mais desumanas, com imposições de modelos econômicos, culturais e financeiros, de um lado, com verdadeiros assaltos, por outro lado, ao patrimônio natural da África e da América latina, através, por exemplo, do patenteamento de produtos naturais usados por populações autóctones destes dois continentes. Tal fato se agrava com organizações internacionais do tipo do Banco Mundial, FMI e OMC servindo prioritariamente aos interesses dos países ricos e uma entidade como a ONU agindo, frequentemente, apenas como um cartório de registro de ações tomadas pelo condomínio dos países do G-7;
- 8- Consolidação de sistemas de comunicação em sentido único que, de um lado, fazem com que mensagens manipulatórias sejam difundidas no mundo inteiro e, de outro, que os meios de comunicação, inclusive internet, sirvam para consolidar o domínio político e financeiro e o bem-estar de uma minoria dentro da população mundial.
- 9- Problemas de discriminação de todos os tipos, em particular, em certas regiões, de gênero, com as mulheres sendo impedidas de participar das decisões nacionais, sem contar com a manutenção de situações escandalosas como a da morte, cada ano, de milhares de mulheres por problemas de parto e de falta de assistência médica adequada;
- 10- Analfabetismo persistente, apesar do êxito de numerosas campanhas de alfabetização e dos esforços de generalização do ensino fundamental ou básico;
- 11- Aumento da dívida externa nos países mais pobres e nos países chamados emergentes, apesar ou por causa da adoção de políticas de ajustamento estrutural;
- 12- Crescimento da insegurança para os jovens que, em países atingidos por conflitos não vêm, nem podem ver perspectiva alguma de desenvolvimento pessoal e, em muitos países, inclusive os mais desenvolvidos, vêm crescer o desemprego e são desestimulados pela falsidade de seus dirigentes oriundos de todos os quadrantes políticos envolvidos em atos de corrupção e desprovidos de idéias sólidas de edificação ou consolidação de projetos nacionais ou de projetos de sociedade justa.

IV- COMERCIALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO

A esta altura dos acontecimentos, vemos que o tema da pertinência no ensino superior, dadas suas vinculações com a sociedade, é muito vasto. Façamos um resumo das idéias que tentamos expor até aqui :

- 1- a pertinência trata dos vínculos da universidade com a sociedade;

2- não há qualidade se não há pertinência.

As implicações destes princípios são grandes. O desenvolvimento das novas tecnologias, em particular desde 1995, fez com que a comercialização do ensino superior atingisse níveis de crescimento exponenciais. Há estimativas variadas sobre este tema. Citemos o estudo do banco de negócios Merrill Lynch que calculou, em 1999, que o mercado mundial de conhecimento através de internet alcançaria a cifra de 9.4 bilhões de dólares em 2000, quantia que poderá, segundo estimaram, alcançar os 53 bilhões antes do ano 2003 (7)

O tema é de atualidade. Em sua edição de 26 de setembro de 2001, quarta-feira passada, o jornal francês ‘Le Monde’ publicou um suplemento especial sobre as novas tecnologias, dedicando grande espaço à questão da comercialização da educação e, em particular do ensino superior (8).

Em sua primeira página. Em artigo de Stéphane Medrad, o jornal indaga se internet vai desmantelar a escola. No texto, informa-se que Vivendi Universal investiu 25 milhões de dólares para lançar seu portal ‘education.com’ em escala mundial (o Banco Santander, acrescentamos nós, teria investido 60 milhões de dólares para seu portal universia.net).

Em um outro artigo do mesmo autor, discute-se “internacionalisation et américanisation au programme”. Aí se revela que 80% dos conteúdos educativos ‘on line’ provêm do que os franceses chamam ‘outre-Atlantique’», basicamente os Estados Unidos.

O jornal chama a atenção –fato que muitos aqui não ignoram- para a ameaça de padronização dos sistemas educativos, em particular pela ação de grupos como GATE (Global Alliance for Transnational Education) que é impulsionada pela sociedade americana Jones International, especializada nos serviços educativos em linha, cujo credo consiste em “former une éducation de grande qualité sur la toile, indépendamment du lieu, faire du profit et payer des taxes”. Este grupo poderoso, acrescenta ‘Le Monde’, dispõe do apoio financeiro de empresas como IBM, Sun-Microsystems ou coca-cola e disfruta de uma certa audiência junto a organizações internacionais. Assim, desde 1999, a UNESCO e a OCDE co-organizavam a conferência anual de GATE sobre o tema do “comércio transnacional de serviços educativos”.

Multiplicam-se, em consequência, as tentativas de vendas de produtos preparados em um contexto político, social e cultural, transplantados para os países em desenvolvimento, sem que se tomem em considerações sua realidade, nem seus interesses, contrariando o que adotaram representantes oficiais de mais de 180 países e representantes de associações civis em Paris, na CMES, em 1998, quando estatuiram que, entre as missões do ensino superior estava a de “contribuir para a compreensão, interpretação, preservação, reforço, fomento e difusão das culturas nacionais e regionais, internacionais e históricas, em um contexto de pluralismo e diversidade cultural” (artigo 1,d).

No mesmo sentido, orientou-se a declaração quando ao tratar da questão da relevância ou pertinência, dizia que as relações com a sociedade devem basear-se em orientações de longo prazo em objetivos e necessidades sociais, incluindo o respeito às culturas e à proteção do meio ambiente. Estas idéias estão presentes no artigo 11 que trata da

qualidade, onde se define que “a qualidade em educação superior é um conceito multidimensional” e que « visando a levar em conta a diversidade e evitar a uniformidade, deve-se dar a devida atenção aos contextos institucionais, nacionais e regionais específicos” .

V- IDEAL HISTÓRICO

Evidentemente, o assunto é vasto e, numa exposição limitada em uma mesa-redonda, é impossível tratar de todos os problemas que afetam a sociedade em nossos dias. Cada um deles, como os que acima foram mencionados, justificariam não só uma exposição, mas estudos completos e uma ação vigorosa da parte do ensino superior.

Por outra parte, que deve fazer cada instituição individualmente ? Que devem fazer associações universitárias como a OUI ? É certo que, num mundo interligado, uma instituição isolada pouco pode fazer, mas algo deve fazer e ela deve decidir por si só, de maneira autônoma, com a participação de todos seus membros, incluindo necessariamente os estudantes. Não foi por outra razão que os participantes da CMES , que aprovaram apenas dois documentos, a declaração e o marco referencia de ação prioritária, estatuiram, neste último, em seu artigo no 5, que “cada instituição de educação superior deve definir sua missão de acordo com as necessidades presentes e futuras da sociedade, na consciência de que a educação superior é essencial não somente para que qualquer país ou região alcance o nível necessário de desenvolvimento econômico e social sustentável e saudável com relação ao meio-ambiente, mas essencial também para o cultivo da criatividade cultural baseada no conhecimento e compreensão da própria tradição cultural, para o aumento do padrão de vida, assim como para a promoção da paz e da harmonia interna e internacional, com base nos direitos humanos, na democracia, na tolerância e no respeito mútuo...”

Nos nossos dias, nos tempos de globalização, a verdade é que muitos de nossos dirigentes políticos, além de se submeterem totalmente aos ditames dos que controlam os mercados financeiros, mostram-se incapazes de conceber o que um dos fundadores da UNESCO, o filósofo francês, Jacques Maritain, designava como « ideal histórico ».

A definição –ou redefinição conforme o caso- das missões dá ao mundo acadêmico e às instituições de ensino superior a oportunidade de promover um debate sobre a universidade e a sociedade ao qual devem ser convocados não apenas os representantes da academia, mas os governos, inclusive os parlamentos, e os representantes da sociedade civil. Foi o que fez há uns quinze anos a Universidade Politécnica de Catalunha, em Barcelona, é o que estão fazendo, neste momento, os responsáveis pela criação de uma universidade estadual no Rio Grande do Sul, no Brasil. Vale a pena, então, recordar o que já mencionamos anteriormente. Os que participaram do processo de preparação da CMES, nos anos noventa, haviam concluído que antes de se definir o modelo de universidade, há que por-se de acordo sobre o tipo de sociedade que se quer estabelecer. O princípio vale também para uma cidade, para um país, para uma região, para o conjunto da comunidade internacional.

Para não nos limitarmos a considerações teóricas, antes de passar ao que poderiam ser as considerações finais destas análises, numa seleção arbitrária entre os tópicos cobertos pelo tema da pertinência, mencionarei, em pinceladas rápidas, num quadro mais impressionista que naturalista, algumas reflexões sobre dois temas : **o do desenvolvimento e cooperação regional e o da contribuição da educação superior ao desenvolvimento do conjunto do sistema educacional.**

VI- DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Em novembro de 2000, participando como conferencista de um seminário na Universidade Católica de Louvain, na Bélgica, que tratou do tema “Do mundo das nações ao mundo das regiões”, desenvolvi um trabalho com o título “Educação, ensino universitário e pesquisa no processo de integração regional – a perspectiva latino-americana” (9).

Os comentários ali apresentados são compatíveis com o que se pretende debater aqui, hoje, em Mar del Plata. Dizia então em Louvain:

Revenons donc au thème qui est essentiel dans le souci des participants à ce colloque, celui du processus d'intégration régionale. En réalité, le document d'orientation sur l'enseignement supérieur de l'UNESCO de 1955, avait déjà mentionné que nous vivons une période pleine de tendances contradictoires. C'est ce qui se passe notamment avec la mondialisation qui provoque, comme une réaction défensive, des nouvelles formes de régionalisation.

C'était le sept octobre 1992, que les présidents George Bush, des États Unis, et Carlos Salinas de Gortari, du Mexique, ensemble avec le premier ministre du Canada, Brian Mulroney, se sont rencontrés à Santo Antonio au Texas (EUA) pour signer l'accord de libre échange nord-américain (ALENA ou NAFTA), en ouvrant le chemin à la construction d'un marché de 6.200 milliards de dollars et de 365 millions de consommateurs.

La signature de cet accord a eu un impact certain dans le monde entier, notamment en Amérique latine, où il a provoqué des sentiments contradictoires de peur, envie, admiration et également des expressions d'enthousiasme d'un côté et de forte rejet et criticisme de l'autre. Il ne faut pas oublier que deux ans auparavant, en juin 1.990, le Président Bush avait lancé l'idée de la création d'une zone de libre échange qui irait de l'Alaska à la Tierra del Fuego, en éveillant une curiosité considérable dans une région traumatisée par les effets d'une décennie perdue, celle des années 80, et qui se sent marginalisée des circuits économiques les plus importants du monde: Europe, Japon et Etats Unis.

Cet accord –l'ALENA avait provoqué également un retour aux débats sur l'intégration en Amérique latine et un nouveau réveil de conscience au fait qu'aucun pays dans cette région ne pourra survivre s'il se maintient isolé. Il semble ne pas poser des doutes que la création de l'Alena a été un facteur déterminant dans la création ultérieure, du Mercosur.

Les analystes semblent également être d'accord pour dire que l'échec du communisme comme système politique en 1989, une des caractéristiques les plus importants du nouvel ordre mondial qui s'est dessiné dans les années 90 c'est le développement d'un nouveau régionalisme dont les éléments ne sont pas encore jusqu'aujourd'hui totalement définis et qui, parfois, présentent des caractéristiques contradictoires.

L'aspect économique c'est ce qui prévaut dans les accords, mais, de toute évidence, ses effets sur la vie des pays participants va nécessairement loin au-delà des simples échanges commerciaux, leur influence atteignant les domaines politiques, culturels et éducationnels, stimulant en même temps la mobilité entre des ressortissants des pays qui signent ces accords.

Certains analystes au début des années 90, présentaient des arguments qu'ils considéraient forts contre les régionalismes. Ils signalaient, par exemple, que la formation de blocs économiques régionaux pourrait éloigner des petits pays qui auraient besoin d'une protection globale. Ce serait le cas de certains petits pays en Afrique, en Asie et en Amérique centrale. D'autres croyaient que l'excès de régionalisation compétitive pourrait miner tous les efforts du système multilatéral et empêcher la libéralisation globale, tout en créant des nouveaux mécanismes de protection.

Tout cela est polémique et, assez souvent, ces prises de position n'arrivent même pas à cacher des intentions clairement mauvaises ce ceux qui souhaitent consolider des positions de domination et de monopole En réalité, comme disait Jacques Mistral dans la revue Française de Documentation politique «Après Demain» « elle (l'intégration régionale) constitue plus fréquemment comme le montre bien l'expérience de la CEE, une propédeutique utile pour mieux maîtriser, dans un cadre restreint, les difficultés et les contradictions que fait naître l'ouverture des frontières».

VII- ÉCHECS ET RÉUSSITES

Cependant, la réalité est que les régionalismes se multiplient sous diverses formes. En plus des pays qui se réunissent en fonction notamment de leur proximité géographique et de liens économiques créés par la proximité, c'est le cas du Mercosur et du Pacte Amazonien que (comme c'était celui du Pacte Andin), d'autres essais s'orientent vers l'union autour de liens historiques et culturels. C'est le cas du British Commonwealth et de la Francophonie qui essayent de renforcer les liens entre ses membres et, plus récemment, la communauté ibéro américaine et la communauté lusophone réunissant Portugal, Brésil, les cinq pays africains d'expression portugaise (Angola, Mozambique, Cap Vert, Guinée Bissau, Santo Tomé et Principe).

Certains regardent ce mouvement avec scepticisme. Jusqu'à présent, la majeure partie des mouvements régionaux dans les pays en voie de développement ont échoué et n'ont pas réussi à atteindre leurs objectifs. La remarque est peut-être exacte, mais il y a une différence fondamentale. Avant, le monde était bipolaire et plusieurs de ces initiatives étaient marquées par les liens politiques avec un des pôles dominants. En tout cas, il faut réfléchir sur les raisons pour lesquelles, les essais de régionalisation n'ont pas été couronnés de succès. C'est

un point qui demande une recherche sérieuse **que les établissements d'enseignement supérieur compromis avec l'idée de service public devraient s'engager à faire.**

En 1993, le Wider –World Institute for Development Economics Research, de l’Université des Nations Unies, situé en Finlande a diffusé une publication (10) où son auteur présente comme suivantes les caractéristiques du nouveau régionalisme.

- tandis que l’ancien régionalisme était établi dans le cadre d’un monde bipolaire, le nouveau prend ses formes dans un ordre mondial multipolaire.
- Tandis que l’ancien régionalisme était créé de l’extérieur et venait du haut., ce qui signifie qu’il était stimulé par les superpuissances, le nouveau est originaire d’un processus plus spontané qui a sa source dans son intérieur, ce qui signifie que ce sont les Etats eux-mêmes qui sont les principaux acteurs.
- Tandis que l’ancien régionalisme était spécifique par rapport à ses objectifs, le nouveau est plus vaste, résultant d’un processus multidimensionnel.

Le nouveau régionalisme, même si le point de départ est la proximité géographique va arriver naturellement au besoin de prendre en considération les facteurs culturels, politiques et éducationnels, considérés nécessaires à son succès. Les sociétés ont évolué, la ‘démocratisation formelle tend à créer des mécanismes qui poussent vers une démocratisation réelle, avec la participation de l’ensemble de la société dans la prise de décisions.

On attribue à Jean Monnet, l’un des pères de l’Union européenne, l’affirmation selon laquelle si c’était à refaire, je commencerais par l’éducation ». Si mes informations sont correctes, dans le Traité de Rome, de 1957, l’éducation ne faisait pas partie de l’accord. C’étaient des expériences comme celles de Erasmus et Commet qui auraient mené à l’élaboration de l’article 126 du Traité de Maastricht, qui cherche à stimuler la coopération en matière d’éducation, mais sans proposer l’harmonisation de politiques.

Un régionalisme limité au développement économique et au renforcement et augmentation du commerce va provoquer nécessairement de nouvelles tensions, capables de produire des conflits destructeurs du système lui-même. De cette prise de position, découle nécessairement le besoin que, dans tous ces accords, les membres signataires prennent une position claire en faveur d’un développement qui ne laisse pas de côté aucun pays, ni des parties de certains pays, ni des groupes sociaux qui n’auraient aucun bénéfice dans ces types d’association.

VIII- ACTION DE L’ENSEIGNEMENT SUPÉRIEUR

Tout cela justifie une action et une intervention des établissements d’enseignement supérieur qui, tout en exerçant sa fonction critique, devraient analyser le cadre où se situe la tendance au régionalisme. Cela implique une analyse critique et objective de la globalisation et de ses impacts dans la vie de nos sociétés.

Le moment ici n'est pas le plus adéquat pour analyser le phénomène de la globalisation. Limitons nous à cerner le sujet pour encadrer le débat. La globalisation n'est pas un fait nouveau. L'Angleterre de la Reine Victoria se vantait du fait que soleil ne se posait jamais dans l'empire britannique. Entre les deux guerres mondiales, un nouveau centre impérial s'est renforcé aux Etats Unis et, en 1989, avec la chute du communisme comme système politique, l'empire s'est consolidé.

Depuis, la révolution des nouvelles technologies aidant, nous avons marché avec une rapidité extraordinaire vers un nouvel ordre mondial, qui, aujourd'hui, à l'aube d'un nouveau siècle, commence à montrer d'une façon dramatique que, pour une bonne partie de l'humanité, il a signifié à peine la consolidation d'une situation de domination. En réalité la globalisation ou mondialisation semble aujourd'hui un nouveau nom pour une vieille politique et même les gardiens du système placés dans des organisations comme la Banque Mondiale et le FMI sont obligés de se rendre à l'évidence: les pauvres deviennent plus pauvres, l'exclusion atteint des secteurs jusqu'à présent épargnés, la misère se globalise, la violence urbaine atteint le monde entier.

IX- LA RÉALITÉ DE LA GLOBALISATION

Mais, la globalisation est une réalité. Certains disent même que nous vivons une nouvelle civilisation. Le fait est que ce qu'on fait dans un endroit a assez souvent des répercussions dans le monde entier. Un exemple: récemment, le 31 août 2000, les autorités du Canada ont annoncé leur décision d'empêcher les dons de sang de toutes les personnes ayant séjourné plus de six mois en France depuis 1980. La mesure a pour objectif prévenir les risques de transmission parmi les êtres humains, à travers le sang, de l'agent responsable de la maladie des vaches folles. Il y a un an, Canada et Etats Unis avaient déjà adopté la même mesure par rapport au Royaume Uni.

Mais, regardez bien: la découverte de la maladie des vaches folles a coïncidé avec la décision du gouvernement de Mme. Thatcher de réduire la présence de l'Etat dans l'économie, ce qui a provoqué, parmi d'autres choses, la situation catastrophique où se trouve actuellement le système ferroviaire au Royaume Uni, mais aussi une diminution de la fiscalisation de la part du gouvernement sur la production d'aliments destinés aux animaux. En même temps, le gouvernement a décidé un changement dans la politique de financement des universités anglaises avec l'introduction d'un système de concurrence entre les établissements, la priorité ayant été accordée, d'après la loi du marché, à des projets capables de produire des ressources. Les universités ont été invitées à réduire les coûts et à «produire». En même temps, elles devraient demander des fonds de recherche aux industries. L'on peut imaginer le Professeur Lacey (peut être le plus important chercheur dans le domaine des prions) obligé de demander des fonds à l'industrie de farines pour étudier la maladie de la vache folle... C'est de la folie!

La globalisation a cette caractéristique. Certains pays cherchent à exporter leurs modèles et leurs conceptions d'organisation de la société et, en même temps, d'imposer une distribution de fonctions entre les divers pays de la planète. La crise de la vache folle montre, où nous a mené le modèle qui, sans être spécifique à l'Angleterre, y a été implanté avec rigueur. Aux Etats Unis, sans mentionner la tragi-comédie de la dernière élection

présidentielle, des analyses objectifs, avant même le résultat des élections, avaient conclu que les nord-américains, en ce moment se posent des questions sur leur modèle: une économie déficitaire basée sur des déficits colossaux des comptes extérieurs et une dette privée colossale, des citoyens «stressés» et peu confiants dans l'avenir, une population qui mange beaucoup, mais qui mange mal, des minorités chaque fois plus exposées aux déficiences dans l'assistance médicale et qui sont soumises à un système d'éducation déficient par rapport à celui des classes favorisées, un système où ce qui vaut est le gain (11)

Il ne s'agit pas de présenter ici une diatribe contre les Etats Unis, l'Angleterre ou d'autres pays anglo-saxons. Toutes sociétés humaines sont imparfaites et l'important est d'être prêt à travailler pour les améliorer. L'essentiel à retenir est que le processus de construction d'une société, y compris de la société globale, ne sera démocratique que si tous participent de l'élaboration d'un modèle qui doit venir des bases, où chaque nation a un rôle à jouer. Et ici, nous faisons face à un autre drame des temps modernes et nous touchons à une question où les établissements d'enseignement supérieur ont leur rôle à jouer.

X- UNE NOUVELLE GLOBALISATION?

L'expérience des années 90 a montré que la globalisation est un fait, mais elle a signalé également que la régionalisation est un élément essentiel pour protéger les pays en voie de développement contre la domination des super puissants et pour protéger les valeurs et leurs identités.

Préalablement à ces débats, les universités, notamment à travers ses associations régionales et internationales, comme le CSUCA, l'UNAMAZ et le Groupe de Montevideo, devraient participer activement et objectivement aux études pour étudier les bases pour une nouvelle globalisation. Quelles seraient ses bases? Il y a de quoi en discuter, mais un bon point de départ serait celui de:

1. Tout d'abord chercher une nouvelle formule pour le traitement de la dette extérieure de tous les pays pauvres, en voie de développement et émergeants, qui devaient être stimulés et, dans certains cas, orientés vers la solution de leurs problèmes de base;
2. Promouvoir l'accès de ces pays aux marchés des pays riches sans protectionnisme.
3. Promouvoir également l'accès de ces pays aux décisions des organismes comme la Banque Mondiale et le FMI, actuellement contrôlés par les Etats Unis et le G-8.
4. Renforcer la coopération, à tous les niveaux, entre les pays qui ont des similarités culturelles, économiques ou géographiques et entre les institutions d'enseignement supérieur pour pouvoir faire face aux plus puissants.

XI—EXPÉRIENCE DU MERCOSUR

Dans cette même ligne d'orientation, les établissements d'enseignement supérieur devraient développer des lignes de recherche sur les conditions pour les succès des

expériences de régionalisation. Regardons l'exemple du MERCOSUR. Dans son édition du 12 juin 1996, «The Economist», dans un supplément spécial, a montré que de 4 milliards de dollars en 1990, le commerce entre les quatre membres du Mercosur est arrivé à plus de 14.5 milliards en 1995. L'hebdomaire ajoutait qu'il y avait de la place pour beaucoup plus...

Les difficultés récentes dans le Mercosur devraient servir pour stimuler cette réflexion. **Il est clair, dès maintenant, que ces accords ne peuvent pas se limiter au commerce. Ils doivent avoir pour base le renforcement de la collaboration dans les domaines de l'éducation et de la culture dans le secteur social, les seuls capables de renforcer l'amitié et l'union entre les peuples. Il est inacceptable que ce ne soit que les industries et les multinationales qui se bénéficient de ce processus. Ce sont les populations des pays concernés qui doivent être l'objectif principal de leurs actions.**

Par ailleurs, - et dans ce domaine les universités ne devaient pas garder une position réservée- il est important d'analyser ce qui signifie l'initiative nord-américaine de bâtir un marché unique dans toutes les Amériques. Dans le premier Sommet des Amériques, à Miami, en 1994, le Président Clinton a proposé la création de l'ALCA, à partir de 2005, avec le développement d'un marché de 750 millions de personnes, le double de l'Union européenne. L'idée n'était pas nouvelle. Elle avait déjà été lancée par Bush, en 1990, avec le titre «Initiative pour les Amériques». Pour certains, il s'agirait d'un retour à la doctrine Monroe «l'Amérique aux Américains» qui, dans la pratique, signifierait «les Amériques aux américains du Nord».

Il faut analyser les implications de certains faits. L'ALENA a un PIB (GNP) de 9.202 milliards de dollars (données de 1998), tandis que l'Amérique du Sud n'a que 1.515 milliards, c'est à dire 15% à peu près celui de l'ALENA. Mais l'Amérique du Sud compte une population, un marché de 337 millions d'éventuels consommateurs de produits assemblés dans des usines de l'ALENA, fréquemment avec une main d'oeuvre bon marché. Ces produits seront exportés sans barrières douanières en Amérique du Sud et en Amérique centrale. Que deviendra-t-elle ce qui reste d'industrie en Amérique latine? L'impact sur les matières premières seront-elles soumises à une politique de dumping sans control?

XII- OBJECTIFS COMMUNS

Un peu d'histoire peut aider dans la réflexion. Quand les Présidents Alfonsin et Sarney ont signé l'Acte de Iguazu en 1985, Brésil et Argentine semblaient avoir une vision conjointe de la situation internationale et des objectifs communs que les deux pays devraient atteindre. Il était clair qu'en ce moment les autorités des deux pays étaient conscientes qu'elles ne pourraient faire face aux grands blocs internationaux, tout en maintenant ce qui restait de souveraineté nationale, que si elles restaient ensemble.

La situation a changé avec Menen et Collor qui ont ouvert les portes des économies des deux géants de l'Amérique du Sud sans concertation et sans aucune compensation, en imaginant peut être que s'ils étaient gentils ils recevraient en échange des contreparties de la part des puissants. Ignorance ou mauvaise foi, ce sera aux historiens de trancher un jour.

Ceux qui se penchent sur la question à l'intérieur comme à l'extérieur des académies sentent que les difficultés de redressement du Mercosur sont grandes, mais des mesures courageuses s'imposent. Il s'agit de sociétés avec des grandes injustices dans la distribution des revenus, hauts niveaux de chômage, l'exclusion grandissante, la misère se généralisant, des ruptures profondes et historiques dans la cohésion de l'ordre social autant d'éléments capables de provoquer des tensions internes et de rendre difficile l'intégration. Des auteurs, comme Aldo Ferrer, Gilberto Dupas et Jacques Marcovitch l'ont signalé avec précision à travers des documents analytiques publiés dans la revue «Política Externa» (vol 9, no. 2, septembre 2000), qui est édité à São Paulo, Brésil.

Il est nécessaire donc que les pays de l'Amérique latine disposent d'une vision globale, conjointe et d'un projet communautaire d'insertion nationale et d'intégration régionale. Ils doivent, dans un monde globalisé, construire ensemble leur idéal historique, selon l'expression de Jacques Maritain. C'est un défi auquel les universités ne peuvent pas être étranges. Ce thème doit faire partie des éléments de discussion quand elles définissent leurs missions devant la société.

Aldo Ferrer, de l'Université de Buenos Aires, disait récemment que «le développement a été et constitue toujours un processus de construction politique, cohésion sociale et aptitude pour décider le destin propre dans un monde global

Tout cela relève de l'utopie diront certains. Vous allez me permettre de conclure en répétant ce qu'est devenu mon refrain dans toutes mes interventions auprès de la communauté universitaire un peu partout dans le monde: «sans utopies, l'être humain ne peut pas progresser ni survivre».

XIII- FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Outro ponto considerado essencial pelos participantes da Conferência Mundial de Educação Superior e que selecionei para tratar aqui nesta data diz respeito à responsabilidade da educação superior com respeito ao conjunto do sistema educacional.

Sem dúvida alguma, neste ponto, a CMES inovou chamando a atenção para um ponto do qual muitas autoridades educacionais e, porque não dizê-lo, muitas universidades descuidam. O sistema educacional é um conjunto. Uma parte não pode ir bem, se outra tem problemas. Julius Nyerere, um dos líderes de mais prestígio no mundo subdesenvolvido, falecido há poucos anos, dizia, nos anos oitenta, aos membros do Conselho Executivo da UNESCO que seu país a Tanzânia, detentora de vários prêmios por sua campanha exitosa de alfabetização nos anos setenta, havia cometido um erro fundamental, ao deixar de lado a educação superior.

Erro semelhante cometem representantes de organizações internacionais. Recentemente (de 5 a 8 de setembro de 2001) realizou-se em Genebra a 46a. sessão da Conferência Internacional de Educação, organizada pelo Bureau International de Educação (UNESCO) que, desta vez, teve como tema “a educação para todos para aprender a viver juntos” .

Apesar da excelência dos documentos apresentados, de uma análise mais que pertinente sobre as coordenadas de tempo e espaço que mostram a influência, por exemplo, da globalização no desenvolvimento da educação de base, uma séria omissão se constatou com a ausência total de referências ao papel que pode e deve exercer a educação superior neste campo.

E há muito o que fazer. A CMES chamou a atenção, em seu artigo 1º, inciso (f) à missão do ensino superior de “contribuir para o desenvolvimento e melhoria da educação em todos os níveis, em particular por meio da capacitação do pessoal docente”. Referência a esta missão é feita também no artigo 3º que trata da igualdade de acesso, onde no item (b) se declara que “a igualdade no acesso à educação superior deve começar pelo fortalecimento e, se necessário, por uma reorientação do seu vínculo com os demais níveis de educação, particularmente com a educação secundária. As instituições de educação superior devem ser consideradas e vistas por si mesmas como componentes de um sistema contínuo, o qual elas devem fomentar e para o qual devem também contribuir, começando tal sistema com a educação infantil e primária e tendo continuidade no decorrer da vida”...

No artigo 6º, dedicado justamente à “orientação de longo prazo baseada na relevância da educação superior”, pode-se ler no item (c) que “a educação superior deve ampliar sua contribuição para o desenvolvimento do sistema educacional como um todo, especialmente por meio do melhoramento da formação do pessoal docente, da elaboração de planos curriculares e da pesquisa sobre a educação”!.

Mais referências ao tema são encontradas em outros artigos como o de número 10 dedicado ao pessoal da educação superior e aos estudantes como agentes principais.

Foi com base nestes princípios que, em junho de 1999, surgiu o Programa Anchieta de Cooperação Interuniversitária, iniciativa de um grupo de universidades no marco da Red UNITWIN/UNESCO de Universidades nas ilhas atlânticas de língua e cultura luso-espanhola (Rede Isa), com as finalidades de promover a compreensão e a consciência intercultural dos povos iberoamericanos e de fomentar a melhoria da qualidade do ensino por meio de ações no campo da formação de professores e do desenvolvimento sustentado, incluindo o turismo. Segundo sua concepção inicial, o programa poderá ser desenvolvido em diferentes países por meio de tecnologias adequadas a cada contexto, dando-se ênfase especial à educação à distância ou educação virtual (12).

A elaboração do programa foi financiada pelo Cabildo de Las Palmas, Ilhas Canárias, Espanha e **contou com os auspícios da Universidade das Nações Unidas no quadro de sua ação para implementação das propostas da Conferência Mundial de Educação Superior.**

O primeiro projeto do programa – Projeto Veredas- foi lançado pelo secretário de educação do governo de Minas Gerais, Professor Murílio Hingel, no dia 16 de agosto de 2001, em Belo horizonte. Tem como objetivo a formação e a qualificação do professorado dos quatro anos iniciais do ensino fundamental em Minas Gerais. A implementação do programa está a cargo de universidades que atuam no Estado de Minas Gerais. Os cursos, combinando métodos presenciais tradicionais com o virtual, que é dominante, começarão em

janeiro de 2002 e vão beneficiar 15 mil professores em exercício que não dispõem de um título de educação superior. A duração do curso será de três anos. O projeto será complementado com outras ações destinadas à formação de pesquisadores em educação, à elaboração e execução de projetos-piloto e de experiências inovadoras, à criação e gerência de redes de cooperação para pesquisa, e ao desenvolvimento de tecnologias para a educação. Em uma fase posterior, o PACI –Programa Anchieta de Cooperação Interuniversitária- hoje transformado em ONG, elaborará outros projetos abordando a formação e a qualificação de professores para os demais anos do ensino fundamental e do ensino médio, a formação pedagógica dos professores universitários, a educação de jovens e adultos,e o turismo e o meio ambiente.

O projeto é inovador em sua concepção e em sua execução, que será implementada através de uma rede de universidades atuando em Minas Gerais. Estuda-se, além disso, uma cooperação com universidades de outros países latino-americanos que se beneficiarão da experiência e universidades europeias (Las Palmas de Gran Canaria e Universidad Obierta de Catalunha de Espanha, Aveiro em Portugal e Tampere na Finlândia).

É inovador também porque parte da experiência concreta do professor em sua sala de aula, sendo ele considerado simultaneamente : a) um profissional que domina um instrumental próprio de trabalho e sabe fazer uso dele ; b) um pensador capaz de (re)significar criticamente sua prática e as representações sociais sobre seu campo de atuação ; c) um cidadão que faz parte de uma sociedade e de uma comunidade.

Na elaboração do projeto, considerou-se que o tema em si mesmo é «pertinente» e decidiu-se privilegiar a tese da qualidade que não poderá ser inferior à dos melhores cursos de educação existentes no espaço ibero-americano. **No caso concreto do Projeto Veredas, ainda que não se ignorem os calendários eleitorais, deu-se prioridade à manutenção da qualidade.** O curso que tinha uma duração inicial de quatro anos, foi reduzido para três, sem prejuízo dos módulos e da manutenção das 3.200 horas previstas inicialmente. Suas características chamaram a atenção do Secretário Murílio Hingel que, em depoimento público, afirmou que recebera dezenas de propostas neste campo, nenhuma tão coerente como a do Programa Anchieta de Cooperação Interuniversitária. Muitas das propostas anteriores foram consideradas medíocres, outras não passavam de transposição para o virtual do que é feito tradicionalmente, sem real adaptação às novas modalidades do ensino.

O programa é também inovador ao prever, como componentes curriculares, três grandes blocos que compreendem:

- a) núcleo de conteúdos do ensino fundamental;
- b) núcleo de conteúdos pedagógicos e
- c) núcleo integrador.

A parte mais inovadora é, sem dúvida, a que diz respeito ao núcleo integrador. De acordo com o projeto elaborado sob os auspícios da Universidade das Nações Unidas, o núcleo integrador compreende espaços e tempos curriculares especificamente voltados para o

trabalho interdisciplinar e para a relação teoria/prática centrada na escola em que trabalha o professor-cursista. Assim, inclui:

- a) o eixo integrador –identidade profissional do professor,
- b) seminários de ensino e pesquisa,
- c) cultura contemporânea.

Em cada módulo, o eixo integrador se desdobra em um tema geral, de caráter interdisciplonar, que atravessa todas as áreas temáticas articulando-as entre si, ajudando a relacionar os conteúdos cognitivos com a prática cotidiana do professor no seu campo de trabalho, promovendo a reflexão sobre essa prática concreta, e favorecendo o compromisso com a educação e a construção do sucesso escolar. Esses temas são os seguintes :

- Educação, Família e Sociedade
- Educação, Sociedade e Cidadania
- A escola como campo da prática pedagógica
- A escola como instituição social
- Proposta político-pedagógica da escola
- Organização do ensino e do trabalho escolar
- Dinâmica psico-social da classe
- Teoria e prática educativa: especificidade do trabalho docente

O segundo componente do núcleo integrador é constituído pelos seminários de ensino e de pesquisa, que visam a promover a articulação entre teoria e prática pedagógica. Os seminários se desenvolverão ao longo de oito módulos:

- o campo da educação e da pedagogia
- ciência e realidade : fontes da pesquisa em educação
- definição de um problema de pesquisa
- metodologia de pesquisa : abordagem qualitativantitativa
- metodologia de pesquisa : abordagem quantitativa
- oficina de pesquisa
- oficina de monografia
- análise crítica do currículo do curso normal superior

Finalmente, segundo indica o documento acima mencionado, os tópicos de cultura contemporânea destinam-se a ampliar os horizontes dos professores-cudrsistas e a estimulá-los a uma permanente participação em eventos educacionais e culturais. Trata-se de um espaço a ser programado em detalhe pela própria agência formadora, uma universidade, incorporando o debate de questões relevantes do momento, a fruição de eventos artísticos e de eventos educacionais e culturais, relacionados com:

- informática
- cinema
- teatro
- televisão]

-literatura.

Em documento apresentado à conferência do Bureau Internacional de Educação, em Genebra, de 5 a 8 de setembro de 2001, a Universidade das Nações Unidas apresentou este projeto como exemplo de uma ação inovadora no marco do seguimento da Conferência Mundial sobre Educação Superior. Em realidade, esta instituição decidiu dar seus aspícios ao projeto por considerá-lo um grande instrumento para aumentar a pertinência da educação superior (13).

NOTAS E REFERÊNCIAS

- 1) Desde o dia 11 de setembro de 2001, há uma inundação de artigos e comentários sobre os acontecimentos de Nova Iorque, sobre suas repercussões, sobre o que está para acontecer, sobre o que deveria ser feito, sobre a nova realidade do mundo. Não há dúvida que, uma vez mais, as tentativas de manipulação são muitas. Os mesmos que queriam nos fazer crer numa guerra limpa no Golfo, agora somente vêm a opção militar. Mas, no meio de tanta insanidade, encontram-se artigos e documentos com análises e propostas concretas. Muitos destes artigos são difundidos por internet, como faz o grupo do IBRAP em Brasília (ibrap-unsubscribe@egroups.com), que divulgou artigos plenos de bom senso como o de Luiz Alberto Gomes de Souza, ex-diretor da FAO, que se encontrava em Nova Iorque no dia 11 de setembro e um artigo de autoria de Robert Fisk, publicado pelo jornal londôniano 'The Independent'. 'The Economist', o famoso hebdomadário inglês, fiel à sua vocação conservadora, dedica a primeira página de sua edição de 22 a 28 de setembro de 2001 ao Presidente Bush encoberto pelo título "The battle ahead". Defensor de uma ação armada imediata, a publicação inglesa não deixa de assinalar as incoerências da política americana e, claramente, revela muitas das causas que provocaram a situação pela qual passa o mundo atual. Mas, sem dúvida, um dos trabalhos mais sérios é, uma vez mais, do jornal francês 'Le Monde' que, em sua edição de quinta-feira última, 27 de setembro de 2001, sai com uma grande manchete de primeira página sobre o tema ("Le nouveau désordre mondial") e lhe concede um suplemento inteiro de doze páginas, que em torno de cinco grandes pontos – o choque, as divergências, o boomerang da história, o puzzle oriental e que fazer? busca dar uma visão bastante ampla do assunto. O texto é completado com mensagens enviadas pelos leitores e por caricaturas de vários desenhistas colaboradores do jornal. É uma referência.
- 2) A Conferência Mundial sobre a Educação Superior, realizada em outubro de 1998, foi precedida de cinco conferências regionais preparatórias e de várias reuniões organizadas por governos, associações universitárias, organizações estudantis, comissões nacionais da UNESCO etc. Nestas reuniões, uma série de idéias-choque apareceram e se consolidaram. Com algumas nuances, foram confirmadas pelos participantes da Conferência de Paris. Elas podem ser resumidas da seguinte maneira :
 - L'accès à l'enseignement supérieur sera ouvert à tous en pleine égalité en fonction de leur mérite. Aucune discrimination ne peut être admise. La participation des femmes doit être renforcée;

- la mission principale de l'enseignement supérieur aujourd'hui est celle d'éduquer les citoyens, en offrant un espace permanent d'apprentissage de haut niveau;
 - les établissements d'enseignement supérieur doivent développer leur fonction critique par la recherche de la vérité et de la justice, en soumettant toutes leurs activités à l'exigence de la rigueur éthique et scientifique. Pour cela les libertés académiques et l'autonomie sont essentielles;
 - la qualité de l'enseignement supérieur est un concept multidimensionnel qui devrait concerner toutes ses fonctions et activités. On s'attachera en particulier à faire progresser les connaissances par la recherche;
 - les étudiants doivent être au centre des préoccupations des décideurs nationaux et institutionnels. Ils sont des protagonistes essentiels dans le processus de rénovation de l'enseignement supérieur;
 - dans la perspective de l'éducation tout au long de la vie, il est essentiel de diversifier les systèmes, les institutions et programmes d'étude. Une politique vigoureuse de perfectionnement du personnel s'impose;
 - l'enseignement supérieur doit tirer tout le profit du potentiel des nouvelles technologies de l'information dont l'accès doit être le plus large possible dans le monde entier;
 - la pertinence doit se mesurer à l'aune de l'adéquation entre ce que font les établissements d'enseignement supérieur et ce que la société attend d'eux; dans ce cadre (la pertinence), la participation à la solution des grands problèmes de la société, une intégration avec le monde du travail où les besoins des sociétés soient considérés prioritaires et une contribution au développement de l'ensemble du système éducationnel sont essentiels dans l'action des établissements et des systèmes d'enseignement supérieur. Mais ils doivent toujours fonder leurs orientations à long terme en fonction des buts et besoins sociaux, y compris du respect des cultures et de la protection de l'environnement;
 - l'enseignement supérieur doit être considéré comme un bien public;
 - la dimension internationale de l'enseignement supérieur fait partie de sa qualité et la mise en place de réseaux basés sur le partage, la solidarité et avec l'égalité entre partenaires doit être stimulée et devenir un moyen d'action majeur des institutions et systèmes.
- Uma visão geral do processo de preparação da CMES pode ser encontrada em Dias, M.A.R. (1998) – «Enseignement supérieur: vision et action pour le prochain siècle» in Perspectives, revue trimestrielle d'éducation comparée- numéro 107- Genève, Suisse, Bureau International d'éducation, vol. XXVIII, no. 3. septembre 1998 e, em internet, no site da UNESCO, Dias, M.A.R. (1998) «La conférence mondiale: le long parcours d'une utopie qui devient réalité » - presentation le jour de l'ouverture de la CMES- Paris 5.10.1998. <http://www.unesco.org/education/educprog/wche/dias/speech.html>.

- 3) Editora Nova Fronteira- Minidicionário AURÉLIO da língua portuguesa- 3a. edição revista e ampliada – 7a. impressão- Rio, 1993
- 4) Dictionnaires Le Robert- 1996- Édition du Club France-Loisirs, Paris
- 5) UNESCO (Division de l'enseignement supérieur) – 1995- Changement et développement dans l' enseignement supérieur : document d'orientation- edições em inglês, francês, espanhol, português, japonês.
- 6) UNESCO (1998) – Higher Education in the twenty-first century : vision and action » World Conference on Higher Education- Final Report
- 7) Renault, Enguérard (2000)- «Sur Internet, tout se vend, tout s'achète même le savoir» in Le Monde, Paris, 2/3 juillet 2000, pg. 17.
- 8) Le Monde, Paris, supplément Le Monde interactif- Les nouvelles technologies (interactif.lemonde.fr)- Paris, 26 septembre 2001
- 9) Dias, M.A.R. – (2000) – Education, enseignement universitaire et recherche dans le processus d'intégration régionale – la perspective latino-américaine »- Institut d'études européennes- Pôle européen Jean Monnet – Europe Amérique latine- Du Monde des nations au monde des régions, lundi 27 novembre 2000- Université Catholique de Louvain- Belgique.
- 10) Hettne, Bjorn (1993) – "The new regionalism – implications for global development and international security-". – Wider- Université des Nations Unies, Helsinki Finlande.
- 11) Delattre, Lucas- "Les américains s'interrogent sur leur 'modèle'"- Le Monde, Paris, 6.11.2000.
- 12) Programa Anchieta de Cooperação Interuniversitária (2000)- Las Palmas, Ilhas Canárias, Espanha, outubro de 2000
- 13) United Nations University (2001) - United Nations University: a new concept for education and higher education (<http://www.unu.edu>). Neste documento, a UNU apresenta o PACI, em inglês, da seguinte maneira :

Documento 1 – ANEXO

TEACHER EDUCATION

As part of its activities within the framework of the follow-up of the World Conference on Higher Education and with the aim of reinforcing the relevance of higher education institutions, UNU gives its support to the efforts being undertaken by strengthening the networks and such innovative programmes as the “Anchieta Programme of Inter-university Cooperation” (PACI), the first project of which – a teacher education course combining traditional presentation methods with distance and virtual education - was elaborated with resources provided by the Cabildo of Gran Canaria (Spain). It was adopted by the State of Minas Gerais, Brazil, which, during the first stage, started to implement it for training 15.000 teachers in exercise of the first four classes of basic education. The intention is to adapt this programme later to other regions and countries that express an interest in it.

The initial matrix of this project is based on the consideration that educational action cannot be fragmented through isolated tasks but should, instead, be articulated as a continuing process of action/reflection in which practice is not separated from theory, since the individuality of the educators and of those who are educated is considered within the framework of the school and the community, as well the educational system and society.

The outcome of this approach should be:

- a) To treat teacher training and pedagogical coordination in an integrated way;
- b) To give emphasis to the process of professionalisation;
- c) To incorporate reflections on the present reality of the world, each country and each people (globalisation, unemployment, advances in science and technology, conflicts and peace, etc).

The programme will be developed through seven modules of 454 hours for each semester. Three areas will be exploited:

- a) knowledge of basic education;
- b) pedagogical methods
- c) integrative axis.

The elements in this last part constitute the most innovative approach of this project. It means, in fact, that during the entire process of training, the teachers will have in mind their experience in classes and the social environment in which they develop their functions. They will not be treated as passive receivers but as people whose experience will be given added value and will serve as a point of departure to improve their professional action and stimulate them so that they can actively participate in the process of improving society and learning how to live together in the twenty-first century.

Among the topics foreseen in this area, the following can be mentioned: contemporary culture, informatics, the cinema, theatre, television, literature, as well as encouraging constant innovation in curriculum, teaching and learning methods. During this period, the teachers will develop subjects such as education, family and society; education, society and citizenship, the school as a field for the practice of pedagogy; a political-pedagogical project of the school; the organization of the functions of teaching; the psycho-social dynamics of classes; education, theory and practice: the specific nature of teaching. This approach can also create the conditions for a better application of the Recommendation concerning the Status of Education Personnel

DOCUMENTO NÚMERO 2

ESCENARIOS DE CAMBIO PARA LOS SISTEMAS DE EDUCACION SUPERIOR DE AMERICA LATINA Y DEL CARIBE DENTRO DEL MARCO DE LA GLOBALIZACIÓN Y REGIONALIZACION DE LA ECONOMIA

Conferencia sobre El Tratado de Libre Comercio entre los Estados Unidos, México, Canadá y el impacto en los recursos humanos y la Educación Superior - Asociación Puertorriqueña para la Educación Superior y Consejo de Educación Superior de Puerto Rico - San Juan, Puerto Rico - 5 - 6 de Mayo de 1994

I - Introducción

El siete de octubre de 1992, los presidentes George Bush, de Estados Unidos y Carlos Salinas de Gortari, de México, juntamente con el primer ministro de Canadá, Brian Mulroney, se encontraron en San Antonio (Tejas) para firmar el acuerdo de libre comercio de América del Norte conocido como NAFTA o ALENA (Accord de libre-échange nord-américain), abriendo camino para la construcción de un mercado global de 6200 billones de dólares y de 365 millones de consumidores.

La firma de este acuerdo alcanzó una gran repercusión en el mundo entero principalmente en América Latina donde provocó sentimientos contradictorios de miedo, de envidia, de admiración, y también expresiones de entusiasmo de un lado y de fuerte criticismo de otro. Esto es normal porque todo proceso tiene elementos positivos y negativos. En el caso específico del Nafta, no hay que olvidar que dos años antes, en junio 1990, el presidente Bush había lanzado la idea de crear una zona de libre intercambio que iría del Alaska a la Tierra del Fuego, despertando un interés enorme en una región traumatizada por los efectos de la década perdida de los ochenta y que se siente marginalizada y aislada de los circuitos económicos más importantes del mundo: Europa, Japón y Estados Unidos.

Este acuerdo provocó también inmediatamente una vuelta a los debates sobre la integración en América latina y un nuevo despertar de conciencia según el cual ningún país en esta región podrá sobrevivir si se mantiene aislado. Colombia y Venezuela pasaron a expresar su interés de avanzar en las discusiones con México para la formación del Grupo de los Tres y un nuevo interés se desarrolló en torno a la idea del acuerdo de libre comercio entre México y cinco países de América central previsto para entrar en operación en 1996. Al sur del Continente, le NAFTA sirvió también para estimular el MERCOSUR -acuerdo vinculando las economías de Argentina, Brasil, Paraguay e Uruguay, al cual no son indiferentes Chile como Bolivia.

II - Nuevo Regionalismo

Los analistas, parece, están de acuerdo que con la derroca del comunismo en 1989 una de las características fuertes del nuevo orden mundial que se diseña es el desarrollo de un nuevo regionalismo cuyos elementos no están todavía bien delimitados ni definidos y que a veces presentan características contradictorias.

El aspecto económico es lo predominante en los acuerdos que se forman, pero de toda evidencia sus efectos irán bien adelante de simples intercambios comerciales, su influencia deberá necesariamente atingir las áreas políticas, culturales y educacionales, incluso estimulando la movilidad entre los países signatarios de estos acuerdos.

Recientemente, un periódico brasileño, la "Folha de São Paulo" publicó lo que llamó la "Proyección Robinson" mostrando como podrá ser la división del mundo en bloques al final de este milenio. Segundo esta previsión la Unión Europea y el Nafta tendrían al final del siglo una posición equivalente. La Unión europea tendría una población de 346.6 millones de habitantes para un producto interno bruto de 6.744,8 billones de dólares, mientras el Nafta tendría una

población de 363 millones de habitantes para un producto interno bruto de 6.765,4 billones de dólares.

En América latina, el MERCOSUR tendría una población de 191 millones de habitantes para un producto de 642,1 billones el Grupo de los Tres una población de 136 millones para un producto de 398,3 y el Pacto Andino un producto de 146,7 billones para una población de 93 millones de habitantes.

Asimismo, el grupo regional más importante podría ser el que fue fundado en 1989 pero sin fecha exacta para iniciarse, la APEC -Asociación de Cooperación Económica de Asia y del Pacífico, integrando los países del Nafta y diversos países de Asia y del Pacífico, entre los cuales, Japón, Australia, China, Chile y otros. Al final del siglo, este grupo tendría una población de más de 2 billones de personas para un producto interno bruto de más de 12 billones de dólares.

El regionalismo se presenta de maneras diferenciadas en estos varios casos. Entre los países del MERCOSUR, por ejemplo, las afinidades históricas y lingüísticas son mucho más visibles que las que muestran los países del Nafta. En el caso de APEC, una iniciativa norteamericana, las dificultades políticas y culturales son enormes y los que antevéían la posibilidad de iniciar el acuerdo en 1993 vieron frustradas sus expectativas, como se quedó claro en una reunión realizada en Seatle en noviembre 1993.

Pero, sin duda, la emergencia de un mundo multipolar es una evidencia. Rusia, por ejemplo, revela ahora una tendencia a preocuparse más con su esfera directa de influencia, los antiguos países de Unión Soviética, que con la totalidad del mundo. Por otra parte, ¿que otra posibilidad de ocupar una presencia en las esferas internacionales tienen los países que forman el MERCOSUR si no se mantienen juntos? Además de los lazos históricos y culturales, tratase ahí de un matrimonio de razón, donde la unión podrá aumentar el poder de regateo de estos países en las esferas internacionales.

III - Mundo multipolar

Evidentemente, hay argumentos en contra el regionalismo, ciertos analistas consideran que la formación de bloques económicos podrá aislar pequeños países que necesitan de una protección global. Es el caso de ciertos países en Asia y de una grande mayoría de países africanos. Otros creen que el exceso de regionalización competitiva podrá minar todos los esfuerzos del sistema multilateral e impedir la liberalización global, creando nuevos mecanismos de protección.

Los argumentos no son débiles. Hay que tenerlos en cuenta, pero aquí estamos intentando de ver como el mundo se está organizando con el fin del bi-polarismo que dominó hasta 1989 y evidentemente de ver como esta nueva organización podrá ayudar a mejorar el mundo, si esto es posible... Y es fuera de duda que el nuevo regionalismo ocupa un espacio creciente en las discusiones internacionales y que además de estos grupos basados en una aproximación geográfica-económica, otros esfuerzos van en la línea de la formación de grupos económicos a partir de vínculos históricos, culturales y lingüísticos, como es el caso de la renovación de actividades del British Commonwealth, de la Francofonía, y de la comunidad ibero-americana y más recientemente la creación de la comunidad lusófona, reuniendo Portugal,

Brasil y cinco países africanos de expresión portuguesa (Angola, Mozambique, Cabo Verde, Guinea Bissau y Santo Tomé y Príncipe).

Algunos miran este movimiento con escepticismo. Hasta ahora, la mayoría de los movimientos regionales en países del tercer mundo fallaron y no lograron sus objetivos. Esto es verdad, pero hay una diferencia fundamental. Antes, el mundo era bipolar y muchas de estas iniciativas eran marcadas por los vínculos políticos con uno de los grupos dominantes. Recientemente, el Wider -World Institute for Development Economics Research- ubicado en Finlandia y vinculado a la Universidad de las Naciones Unidas, publicó una folleto "The new regionalism - implications for global development and international security" en lo cual Bjorn Hettne presenta como características del nuevo regionalismo las siguientes:

- 1- Whereas the old regionalism was formed in a bipolar Cold War context, the new is taking shape in a more multipolar world order;
- 2- Whereas the old regionalism was created from outside and "from above" (i.e. by the superpowers), the new is a more spontaneous process from within and "from below" (in the sense that the constituent states themselves are main actors).
- 3- Whereas the old regionalism was specific with regard to objectives, the new is a more comprehensive, multidimensional process.

The new regionalism thus implies a stronger emphasis on the political dimensions".....

El nuevo regionalismo, aún el que se desarrolla a partir de una aproximación geográfica, llegará naturalmente a la necesidad de tomar en cuenta los factores culturales, políticos y educacionales, como condición para su suceso. Las sociedades han evolucionado, la democratización formal tiende a crear mecanismos que fuerzan la constitución de una democratización real, con la participación del conjunto de la sociedad en la toma de decisiones.

Atribuyese a Jean Monet, uno de los padres de la unión europea, la afirmación de que "si c'était à refaire, je commencerais par l'éducation", es decir si en Europa tuviéramos que empezar todo de nuevo, "yo lo empezaría por la educación". En el Tratado de Roma de 1957, la educación no era parte del acuerdo. Fueran experiencias como las de los proyectos Erasmus y Commet que han llevado a la elaboración del artículo 126 del Tratado de Maastricht que busca estimular la cooperación en materia de educación, pero sin proponer la harmonización de políticas.

Un regionalismo limitado al desarrollo económico y al incremento del comercio va crear necesariamente nuevas tensiones que podrán generar conflictos destructores del propio sistema.

Donde la necesidad en todos estos acuerdos de una clara posición de todos sus miembros en favor de un desarrollo que no deje a su margen ni un país, ni partes de un país, ni grupos sociales que no se beneficiarían de las ventajas obtenidas por la asociación.

Refiriéndose a esta cuestión en relación al Nafta, Bjorn Hettne es muy claro:

- "As in Europe, real (economic) integration has gone on and still goes on even without formal agreements: Northern Mexico and Texas are merging into one sub region, while southern Mexico is increasingly marginalized. Unlike in Europe, there are no social and regional funds to compensate the disadvantaged

since NAFTA so far is merely a trade agreement. There is little to suggest that it will become anything else. Nobody talks about a North American Maastricht. Nobody believes that NAFTA would imply more state intervention, the typical fear of neo-liberals in Europe. The economic issues such as the "local contest problems» are dominating the rather technical debate. Very few express any long term visions about a united North America or united "Americas". However, the issues brought into the negotiations are not only trade issues. The areas include access to markets; trade rules; dispute settlement; foreign investments; services and intellectual property. To the extent that they all become incorporated, one could speak of a common market rather than free trade zone. It is also unavoidable that the issue of migration is taken up one way or the other. Furthermore, some suggest that NAFTA could be an instrument for dealing with other economic blocs".

Es de verdad importante indicar que aún que el Nafta sea un tratado de libre comercio, dos elementos importantes ya fueron incluidos en el acuerdo: la *harmonización de estándares ambientales* y la *protección de la propiedad intelectual*. Es normal pues que otros elementos vengan a tornarse visibles en este esfuerzo de integración. Así será con la emigración, pero así será también con la consolidación de América del Norte como una región bilingüe (inglés y español, trilingüe si uno piensa al francés en Canadá). Es normal también que los educadores intenten de ver cuales serán las repercusiones de esta nueva realidad sobre los sistemas educativos. La educación y en particular la educación superior no pueden ser concebidas ni organizada sin tener en cuenta el modelo de sociedad que se busca construir.

IV - DESAFIOS PARA EDUCACION SUPERIOR

Recientemente, UNESCO organizó en el mundo entero una reflexión sobre las perspectivas y desafíos de la educación superior en este final del siglo.

En resumen, las características más importantes detectadas por toda parte fueran las siguientes:

- importante crecimiento cuantitativo
- desigualdades crecientes en el acceso
- problemas de naturaleza financiera
- necesidad de desarrollar la cooperación regional y internacional

Los estudiantes en educación superior en el inicio de los años setenta eran 28.2 millones, pasaran a 47.5 millones en 1980 y actualmente son más que 60 millones.

Pero cuando se analizan los datos de 1988, uno verifica que 36.8% de las personas teniendo entre 18 a 23 años en los países industrializados estaban matriculadas en establecimientos terciarios mientras solamente 8.3% en los países en desarrollo. En otras palabras, los jóvenes de los países industrializados tienen cuatro veces más oportunidades de seguir sus estudios hasta la enseñanza superior que aquellos de los países en desarrollo. Si la comparación es hecha con los países de África subsahariana, esta diferencia se eleva a 17 veces.

Las dificultades financieras son generales, atingen todos los países con los Estados mostrando su incapacidad de garantizar una enseñanza gratuita en nivel terciario a todos los que la requieren. Esto llevó muchos técnicos a aconsejar los gobiernos de los países en desarrollo a desolidarizarse de la educación superior, eliminando o reduciendo sus inversiones en este nivel educativo, olvidando que sin educación superior los países no podrán preparar sus técnicos de alto nivel, ni los investigadores necesarios a su desarrollo, olvidando también que el sistema educacional es un conjunto que en la mayoría de los países es en estos establecimientos que se preparan los docentes para educación básica y secundaria, ahí también siendo hecha la investigación educacional necesario a los planificadores y responsables políticos. En esta materia, las tomas de posiciones no son ingenuas. Los que lo hacen saben las implicaciones de los principios que aprueban.

Las reflexiones organizadas por la UNESCO pusieran también en destaque -y esto nos interesa particularmente en el día de hoy- que la educación superior tiene que reformarse con urgencia, porque el mundo está cambiando con velocidad. En 1989, con la caída del muro de Berlín, un nuevo orden mundial llegó a ser anunciado, una era de paz y tranquilidad como si todos los problemas del mundo se limitaran al conflicto entre Este y Oeste. Bastó la invasión del Kuwait por Irak para mostrar que al contrario muchos problemas habían sido camuflados por la bipolaridad y que ahora pasaban a emerger.

V - TENDENCIAS CONTRADICTORIAS

Hoy, los analistas se dan cuenta que era ingenuo pensar que los problemas del mundo se solucionarían sin resolver lo que una grande revista norte-americana llamó el problema monumental de la deuda de los países en desarrollo y sin que las discrepancias sociales fueran por lo menos limitadas en nivel nacional, regional e internacional.

En consecuencia, las reflexiones promovidas por la UNESCO revelaron la existencia de tendencias aparentemente contradictorias que influencian en la organización de los sistemas educacionales.

Mundialización: hay problemas como lo del medio ambiente que son globales y decisiones o ausencia de decisiones en una parte del mundo repercuten sobre todo el globo. La destrucción de florestas tropicales tiene la prioridad en los grandes medios de comunicación, pero la ausencia de solución para los problemas criados por la polución industrial en grandes países tiene efecto negativo aún mayor sobre la vida del planeta.

Regionalización: para mejor enfrentar los problemas de desarrollo, un nuevo regionalismo se tornó realidad con la constitución de grupos regionales de Estados con el objetivo primario de facilitar los intercambios de mercaderías y de garantizar a sus miembros la competitividad internacional

Polarización con el crecimiento de la diferencia entre los países industrializados y los subdesarrollados

Fragmentación y atomización consistiendo en la tendencia de dividir Estados en grupos étnicos, religiosos o tribales, lo que provoca como resultado un aislamiento de estos Estados y

en la práctica una dependencia aún mayor de estados más fuertes.

Estas tendencias, para muchos contradictorias, confirman que el mundo está en transición y que un esfuerzo serio de reflexión y de reformas tiene que ser desarrollado con vistas a la construcción de una nueva sociedad capaz de enfrentar los grandes problemas de la actualidad. Estas reformas atingen a organizaciones individuales, a Estados como también a todo el sistema internacional, incluso la Organización de las Naciones Unidas. El secretario Boutros Boutros Ghali teniendo en cuenta estos factores ha promovido la elaboración de dos documentos fundamentales en este movimiento. El primero la "Agenda para la Paz" aprobada por la Asamblea General contiene los elementos para la promoción de la comprensión entre los pueblos. El segundo documento, todavía en preparación, es la "Agenda para el Desarrollo" que tendrá en cuenta los resultados de la conferencia global sobre medio ambiente y desarrollo de Río de Janeiro en 1992 como también los resultados de una serie de reuniones de cúpula sobre población, sobre el papel de las mujeres y la cumbre mundial para el desarrollo social. Un documento preliminar fue aprobado por la Asamblea General y tiene el título de IDS - "International Development Strategy- Estrategia para el Desarrollo Internacional", que basa todo trabajo en este campo en dos elementos fundamentales, la formación de recursos humanos, donde las universidades tienen que jugar un rol importante y la eliminación de la pobreza, lo que permitiría eliminar el aislamiento en que viven talvez unos sesenta por sentó de la población mundial.

Fue dentro de este marco que se desarrollaron las reflexiones de la UNESCO sobre educación superior y ellas dieran margen a dos documentos:

- un libro con el título "The university as an institution today" de Alfonso Borrero Cabal que utilizó en su elaboración los resultados de las reflexiones de la UNESCO. El texto del libro fue revisado por un pequeño grupo de expertos internacionales representando todas las regiones del mundo que se reunió en Vancouver (Canadá) en agosto de 1992 (The University as an institution today - topics for reflection) published jointly by the International Development Research Centre and by UNESCO.
- un documento sobre políticas universitarias, todavía en forma de borrador, titulado "Strategies for Change and Development in Higher Education" y que fue distribuido para comentarios a todos los Estados miembros de la UNESCO como a organizaciones no gubernamentales y organizaciones internacionales, como el Banco Mundial, el Consejo de Europa etc.

En síntesis, se ha concluido que para enfrentar los desafíos de la sociedad actualmente, las instituciones de educación superior tienen que desarrollar una política profunda de reformas, que tienden a:

- mejorar la calidad de sus productos, de sus métodos, de sus docentes y de sus estudiantes
- mejorar la relevancia de su acción a través una integración más profunda con la sociedad, una mejor integración con el sector productivo y una mejor contribución al desarrollo del sistema educacional en su conjunto.

-desarrollar la cooperación entre establecimientos en nivel nacional, regional e internacional.

VI - INTEGRACION NECESARIA

Al mismo tiempo (octubre 1991), UNESCO decidió lanzar el programa UNITWIN (university twinning) integrado por dos elementos asociados, cátedras UNESCO y redes universitarias. Las cátedras consisten en programas prioritarios para los países e instituciones y ellas deben constituir el núcleo de redes de cooperación o ser miembros de una red. En dos años, más de 150 proyectos se tornaran operacionales, muchos de ellos vinculados a proyectos regionales. Es el caso del apoyo a redes como la Unamaz (Asociación de Universidades de Amazonia), la CUM (Comunidad de Universidades del Mediterráneo), la red Utrecht para África Austral, el Grupo de Montevideo de Universidades en el área del MERCOSUR etc. El mes pasado, abril de 1994, una reunión en el Memorial da América Latina en São Paulo, Brasil, lanzó las bases para una red de integración curricular entre instituciones de educación superior de países del MERCOSUR.

Esta es una experiencia interesante que merece ser analizada en su seguimiento. Con la constitución del MERCOSUR, autoridades universitarias y gubernamentales se dieran cuenta que para lograr acciones que resulten en un desarrollo durable, la simple liberalización del comercio no era suficiente. Una integración entre las instancias de formación en nivel superior era necesaria a fin de buscar no una uniformización sino una harmonización capaz de asegurar una cooperación entre instituciones y, facilitando el reconocimiento de estudios, favorecer la movilidad que será necesaria a una integración completa.

Descubrieran entonces estas autoridades que un instrumento jurídico permitiendo la convalidación de estudios y diplomas en la enseñanza superior en la región existía desde 1974, cuando los Estados de la región aprobaron una convención elaborada bajo el patrocinio de la UNESCO sobre la convalidación de títulos y diplomas de educación superior en América latina y el Caribe.

Esta convención establece principios básicos para el reconocimiento, pero no resuelve los problemas concretos que deben ser solucionados a través de mecanismos como convenciones bilaterales, intercambio de informaciones y un comité de aplicación de la convención integrado por representantes de los Estados que han ratificado la convención.

Cinco otras convenciones regionales fueron aprobadas en el mundo entero, todas a nivel regional o inter-regional:

-convenio de convalidación de estudios, diplomas y grados de enseñanza superior en los Estados árabes y europeos en el Mediterráneo (1976).

-convenio de convalidación de estudios, diplomas y grados de educación superior en los Estados árabes (1978).

-convenio de convalidación de estudios y títulos o diplomas relativos a educación superior en los Estados de la región Europa (1979).

-convenio de convalidación de estudios y certificados, diplomas, grados y otros títulos de enseñanza superior en los Estados de África (1981)

-convenio de convalidación de estudios, diplomas y grados de educación superior en Asia y en el Pacífico (1983).

En 1993, finalmente, la Conferencia general de la UNESCO aprobó un instrumento complementario a estas convenciones, o sea una Recomendación sobre la convalidación de los estudios, títulos y diplomas de la enseñanza superior.

Es dentro de este marco que se desarrolla el esfuerzo en la región del MERCOSUR, para una más profunda harmonización de los currículos y de la formación suministrada en los establecimientos de educación superior de la región. Las redes en formación van a intensificar el intercambio de informaciones, de experiencias y la movilidad entre sus investigadores, docentes y estudiantes. Se buscará el desarrollo de mecanismos que faciliten el intercambio permanente.

Hay que recordar que esta fue una región que en un pasado reciente los hombres pelearon, guerras sangrientas tuvieron lugar, poblaciones enteras de aborígenes fueran diezmadas por los colonizadores. Los esfuerzos en curso representan un dato positivo para la humanidad. Donde hace poco más de un siglo los hombres se enfrentaron en guerras fratricidas, ahora buscan juntos promover un desarrollo solidario.

Este esfuerzo tiene también un significado particular porque las decisiones no están siendo tomadas de arriba abajo, pero si son el resultado de discusiones entre los responsables directos de la "praxis" académica. Es un proceso lento pero si se lleva a sus últimas consecuencias tiene la ventaja de obtener la adhesión de todos los participantes sociales del movimiento.

VII - INFLUENCIA DEL NAFTA

Que influencia tendrán sobre los sistemas educacionales el acuerdo del Nafta? Es muy difícil hacer previsiones, principalmente para quién no está involucrado directamente con los problemas de la región. Pero algunos indicadores y la experiencia internacional pueden ser útiles en el análisis.

De un lado, vemos que a través de muchas declaraciones, los negociadores del Nafta han insistido en mostrar que su objetivo era estrictamente comercial y económico y en esto los objetivos son fundamentalmente distintos de aquellos de la Unión europea, lo que lleva muchos a considerar que el ejemplo europeo es equivocado para los países de América del Norte. En el Nafta, no hay intención expresa de crear mecanismos visando a eliminar las fronteras y a crear una moneda común, ya tiene un parlamento común y que en el futuro podrá llevar a una especie de nueva federación o confederación. En América del Norte, no se llegó a tanto, los sentimientos nacionalistas son muy fuertes.

Pero, como notamos arriba, los sistemas educacionales son profundamente vinculados al sistema social y si la estructura de la sociedad cambia, es evidente que el sistema educacional tendrá que cambiar. En este caso, algunos datos de la realidad son impresionantes en lo que se refiere a las diferencias de situación, a las disimetrías entre los tres países. Canadá hace mucho tiene un sistema educacional diferente de los Estados Unidos pero que funciona en armonía con lo de su vecino, el acceso a todos los niveles de educación no presenta grandes diferencias entre los dos países, el inglés es la lengua de la mayoría de las provincias y el Québec negocia bien su especificidad.

De otra parte, 51% del grupo de edad que normalmente podría estar en un establecimiento de educación superior llegan a la universidad en Estados Unidos contra 13% en México y de estos solamente 3 a 4% se matriculan al nivel post-licencia. México aplica 0.37% de su producto nacional bruto en educación superior contra 2.7% en Estados Unidos y 2.2% en Canadá.

En 1980, las diferencias entre niveles de escolarización de la mano de obra entre Estados Unidos y México eran las siguientes: en México, 19.7% no tenían ninguna escolarización, 15% la escuela primaria incompleta, 26.9% completa, 15.7% la secundaria no terminada, 3.5% completa y 5.4% el superior.

En los Estados Unidos, los porcentajes respectivos eran de 0%, 2%, 7.8%, 21.9%, 18.8 y 35.5% (datos de C. Pallán Figueroa, en *Problèmes d'Amérique latine, spécial Mexique*, La documentation française- avril-juin 1992).

Un esfuerzo para eliminar o por lo menos reducir estas diferencias será pues necesario, pero esto no es un secreto para nadie y hace mucho tiempo forma parte de la política de los dirigentes mexicanos. En 9 de octubre de 1989, el presidente Carlos Salinas de Gortari anunció en Monterrey: "modificaremos el sistema educativo para devolverle capacidad de respuesta a los retos de la sociedad de hoy y a las necesidades que anticipamos para el futuro".

Un programa para la modernización educativa fue presentado y yo me acuerdo que en 1991 el gobierno de México ha solicitado al director de UNESCO que un grupo de expertos en el campo de planeamiento educacional, formación de maestros y educación superior fuera a México para discutir y testar la validez de las medidas que estaban implementadas.

La reforma de la educación no era simplemente un elemento en la retórica del candidato a la presidencia, se volvió, independientemente de los resultados concretos, una prioridad entre las preocupaciones políticas del país. El programa de modernización de la educación además estaba acoplado a la modernización del sistema de ciencia y tecnología. Y todo esto, según he podido verificar personalmente en conversaciones con autoridades mexicanas, principalmente con el ex-secretario de educación Bartlett Diaz, con el sub-secretario Luiz Todd y con oficiales como Antonio Gago y Victor Arredondo que el objetivo era de combinar esta modernización del sistema educativo con la del sector productivo. La adecuación de México a las tendencias del circuito económico mundial predominante era fundamental. Para esto, medidas como la eliminación del fenómeno de la repetición en todos los niveles, la valorización de los docentes de educación básica y secundaria, la modernización de las universidades a través de métodos de educación a distancia y de nuevos métodos de gestión y de la vulgarización de una cultura evaluativa eran elementos que formaban aparentemente un bloque homogéneo.

En otras palabras, viendo la situación de fuera de México, uno tiene hoy la impresión que cuando el acuerdo del Nafta fue firmado, las autoridades de México ya tenían en manos una visión completa de las implicaciones inmediatas que esta integración económica con sus poderosos vecinos tendría para sus sistemas educacionales.

VIII - OBJETIVOS DE COOPERACION

No tengo condiciones de analizar en este momento -faltan datos exactos- en que medida estos esfuerzos lograron éxito y en que medida el gobierno logró implicar en su implementación los diversos segmentos de la comunidad universitaria (para la reforma de la educación superior) y los maestros y las autoridades locales para los otros niveles, ya que la descentralización era un elemento clave en la estrategia de modernización.

Lo que quiero decir aquí, es que en contacto con México me di cuenta que este país no necesita que se le diga lo que tiene que hacer para modernizar su sistema. Lo saben muy bien los mexicanos y yo no quiero gastar mi latín inútilmente. Pero hablando aquí en Puerto Rico, que en este dominio podrá decir mucho por razones obvias, creo apenas que sería oportuno llamar la atención para algunos puntos basados en la experiencia internacional y en objetivos de cooperación firmados por la comunidad internacional dentro del marco de UNESCO y de otras organizaciones.

México es un país donde el nacionalismo es una fuerza siempre presente. La insistencia desde principios de 1992 del presidente Salinas en la teoría del liberalismo social me parece que se encuadra dentro de este marco de hacer avanzar la integración manteniendo la especificidad del país.

Asimismo, un esfuerzo renovado tendría que ser hecho para reducir las diferencias entre México y sus vecinos del Norte. La vinculación con Estados Unidos es natural para dos países que tienen fronteras comunes de miles y miles de kilómetros, pero yo repito lo que he dicho en México en 1992, sería bueno analizar con cuidado la experiencia canadiense que hace mucho administra la busca de solución a problemas que en algunos puntos son similares a los de los mexicanos. La preservación de las industrias culturales propias, como han hecho los canadienses y más recientemente los europeos, no crea ningún problema al libre flujo de comunicación, pero es importante para preservar el sentimiento nacional y los intereses de todos los ciudadanos de un país. Y esta es una tarea en que las universidades pueden y deben jugar un papel muy importante. No hay que dejar de lado su historia, ni su cultura, que hacen parte del patrimonio de cada individuo.

Por otra parte, es evidente que el crecimiento de inversiones del Norte en México provocará automáticamente un incremento directo o a través de acuerdos para la formación de mexicanos en Estados Unidos y Canadá. El ideal sería que estudiantes mexicanos pudieran ir a Estados Unidos y Canadá, pero que canadienses y norte-americanos también vengan a México, todos bajo las mismas condiciones. En este sentido la experiencia europea de programas como COMET, ERASMUS, LINGUA, podría ser mejor analizada.

Se pueden prever también inversiones en investigación crecientes en México no solamente de la parte de grupos norte-americanos pero también de europeos o japoneses

interesados en participar en un mercado tan importante. Los acuerdos con universidades y centros de investigación se multiplican sin duda pero aquí cabe preguntarse si no hay un peligro para México de más una vez gastar recursos para formar sus cuadros en el Norte y después verlos quedarse allá sin retorno al país. No sería el caso si se adopta el concepto del programa UNITWIN, de incrementar las inversiones en instituciones en México y, a través de acuerdos, traer a este país investigadores y docentes norte-americanos, canadienses y eventualmente también de otras partes. Esta solución me parece está dentro de la línea política de México que segundo los discursos oficiales sigue privilegiando el fortalecimiento de centros de excelencia nacionales.

Esta solución también parece ser más de interés que la simple recepción de filiales de instituciones del Exterior. En el año pasado, en Canadá, Montreal, durante una conferencia internacional sobre acreditación y evaluación como instrumentos para mejorar la calidad de la educación superior, un nuevo fenómeno o tendencia se ha revelado. Instituciones de países desarrollados han descubierto la existencia de un mercado, en que instituciones de estos países crean filiales en países en desarrollo cuyos nacionales pagan muy caro la obtención de diplomas firmados por estas universidades con aurícula idénticos a los de los países industrializados. No se conocen todavía los efectos concretos de estas experiencias, hay que analizarlos en su debido tiempo, pero no hay duda que el concepto de UNITWIN firmado por la comunidad internacional es diferente. Abre las puertas a la cooperación internacional, estimula el intercambio de experiencia y de ideas, pero determina que la formación tiene que responder a necesidades sociales claras con prioridades definidas por los nacionales y de preferencia organizada en el territorio nacional o a nivel regional, en países en condiciones sociales y económicas similares.

IX - CONCLUSION

En síntesis, mi experiencia personal muestra que a los mexicanos no hay que darles consejos, pues saben lo que quieren, tienen cuadros de alto nivel y han elaborado propuestas que son coherentes con el modelo que han seleccionado. Estoy seguro que si hay cambios sabrán adaptarse a las nuevas condiciones. Hay que desecharles solamente que logren un consenso interno con la participación de todos los intervenientes sociales.

Para Estados Unidos y Canadá, principalmente para el primero, hay que recordar que el acuerdo además de ventajas económicas, para tener suceso total, va exigir un incremento en el espíritu de solidaridad de manera a permitir que todos se beneficien del proceso de desarrollo. Estados Unidos constituyen el lado fuerte del acuerdo, tienen un sistema educacional fuerte y de tradición, pero no hay que olvidar que si al final del siglo los estadounidenses de habla española estarán alrededor de los treinta millones, esta es una realidad que hay que tener en cuenta. Se está creando una sociedad bicultural y en este caso desde ya, además de la solidaridad, los estadounidenses tienen interés en recibir de México, como de Puerto Rico, una contribución para la mejor integración de una parte importante de su comunidad. Y para que el desarrollo verdaderamente beneficie a todos, una adaptación de las instituciones educacionales al norte de Río Grande será entonces también necesaria.

REFERENCIAS

1. Borrero Cabal, Alfonso, "The University as an Institution Today - Topics for Reflection" - IDRC and UNESCO, 1994
2. Husén Torsten et alii- "The role of the university: a global perspective" - a joint UNU/Unesco project on "The evolution of the role of universities"- Unu - 1994
3. Björn Hettne and Andrés Inotri - "The New Regionalism - Implications for Global Development and International Security" - The United Nations University - WIDER : World Institute for Development Economics Research - Finland, 1994
4. Folha de Sao Paulo - A Divisão do Mundo em Blocos no Fim do Milenio - Novembro 1992
5. Le Monde du 26.03.1992 - Courtois, Gérard "L'Europe au creuset de l'école" et Deval Elisabeth "Erasmus en quête de relais".
6. Le Monde du 8.10.92 - "Ouvrant un marché de 365 millions de consommateurs, les Etats-Unis, le Mexique et le Canada signent l'accord de libre échange"
7. Hacia un Nuevo Modelo Educativo - 1989-1994 - Consejo Nacional Técnico de la Educación - Modernización Educativa n° 2
8. Programa para la Modernización Educativa 1989-1994 - Modernización Educativa n° 1 - Poder Ejecutivo Federal, México, 1989
9. Problèmes d'Amérique latine - Spécial Mexique - La Documentation Française - Trimestriel n° 5 - Nouvelle Série - Avril-Juin 1992
10. UNESCO : March 1994 - "Strategies for Change and Development in Higher Education" (draft policy document)
11. UNESCO: 1992 - UNITWIN - "Medios para una rápida transferencia de conocimientos: el Proyecto UNITWIN y las Cátedras de la UNESCO" (Brochura).

DOCUMENTO 2- B- CONCLUSIONES

HACIA UNA AGENDA DE INTEGRACIÓN Y COOPERACIÓN COMPLEMENTARÍA ENTRE PUERTO RICO, EL CARIBE Y AMÉRICA LATINA

Profesor Marco Antonio Rodrigues Dias
Director de la División de Educación
Superior - UNESCO (París)

Conclusión de la Conferencia sobre El Tratado de Libre Comercio entre los Estados Unidos, México, Canadá y el impacto en los recursos humanos y la Educación Superior - San Juan - Puerto Rico - 6 de Mayo de 1994

La conclusión de una conferencia es el momento de analizar lo que se ha aprendido, qué ideas se han desarrollado, qué temas fueron reforzados durante los debates. Hay una realidad inevitable que se desarrolla desde que la bipolaridad se desmayó en 1989: la fuerza del mercado es presentada por todas las partes como insuperable, la globalización de la economía es un hecho acompañado por un nuevo regionalismo cuyas características son todavía imprecisas y a veces contradictorias que puede dejar abandonados pequeños países y sectores o grupos dentro de los países que forman parte de los acuerdos de integración.

Uno de los participantes en esta conferencia concluyó pesimista que "este escenario parece ser el de un suicidio colectivo anunciado" y el Dr. Miguel Riestra, de la Junta de síndicos de la Universidad de Puerto Rico, ha considerado que no es cierto que los portorriqueños sepan lo que quieren en esta materia. Muchos participantes de Puerto Rico han expresado la opinión que en su patria, las instituciones están aisladas de sus congéneres en el Caribe o en América latina.

Un consenso se estableció según el cual, una nueva realidad en la región podrá ser configurada con la adopción de los acuerdos regionales, principalmente el Nafta, y que, en este caso, la posición de Puerto Rico será privilegiada para que sus instituciones desempeñen un rol clave en la región. El aislamiento debe ser evitado y la cooperación estimulada.

Queridos amigos,

El mundo es lo que queremos que sea.

Aquí se habló poco de la función crítica de las universidades, pero los académicos aquí presentes han dado un ejemplo de criticismo positivo.

Se ha visto la realidad de Puerto Rico y de la región.

Se empieza a examinarla con vistas a desarrollar un enfoque común.

Es necesario que las universidades, como componentes fundamentales de la sociedad civil, reflexionen sobre esta realidad y muestren caminos alternativos que deben servir a mejorar la condición de todos.

A este propósito, quiero recordarles que la UNESCO lanzó, hace poco, un programa de cooperación y de solidaridad en favor de la educación superior en los países en desarrollo, llamado Unitwin.

En dos años, más de 150 proyectos se volvieron operacionales y aún que Puerto Rico no forme parte de la UNESCO, sus universidades podrían participar en una serie de ellos entre los cuales yo cito:

-red que se ocupa de problemas de evaluación y vínculos con el sector productivo promovida por la Conferencia de rectores europeos y apoyada por la UNESCO y la Unión europea (proyecto Columbus)

-redes ibero-americanas como las que está llevando el Grupo Santander y las Universidades de Salamanca, Deusto y Extremadura.

-cooperación con redes apoyadas por universidades canadienses y norteamericanas, como la Unamaz -Asociación de Universidades de Amazonia.

Las instituciones de educación superior podrían también participar en los trabajos de redes que podrán ser creadas en seguimiento a una reunión sobre educación superior en los países insulares promovida por la UNESCO y que se realizó en Cabo Verde en marzo último o de otras redes no necesariamente vinculadas con programas de la UNESCO pero que sean marcadas por los principios de solidaridad y complementariedad.

Esto puede ser un camino que permitirá salir del aislamiento identificado por los participantes de esta conferencia y al mismo tiempo establecer mecanismos tendiendo a establecer un diseño para la producción de conocimientos adaptados a intereses comunes de Puerto Rico y Estados o países en condiciones similares. Durante esta conferencia, muchos participantes recordarán que no hay desarrollo verdadero sin cultura. Yo añadiría que tampoco existe desarrollo sin solidaridad.

A los que piensan que esto es muy poco, yo recordaría una de las obras mas lindas del melenar pensamiento chino: "es mejor encender una vela que maldecir la oscuridad".

Ponencia durante la Tercera Magna Conferencia de la Asociación Puertorriqueña para la Educación Superior- APUES- con la participación del Consejo de Educación Superior de Puerto Rico- "Acceso, Calidad y Financiamiento en la Educación Superior: Políticas y Estratégias para la Transformación de la Educación Superior en la Región de las Américas y del Caribe" San Juan de Puerto Rico, 8 y 9 de mayo de 1997

DOCUMENTO NÚMERO 3

POLITICAS Y ESTRATEGIAS DE LA EDUCACION SUPERIOR EN LAS AMERICAS Y EN EL CARIBE

Profesor Marco Antonio R. Dias
Director de la División de
Educación Superior-
UNESCO- Paris

Ponencia durante la Tercera Magna Conferencia de la Asociación Puertorriqueña para la Educación Superior- APUES- con la participación del Consejo de Educación Superior de Puerto Rico- "Acceso, Calidad y Financiamiento en la Educación Superior: Políticas y Estratégias para la Transformación de la Educación Superior en la Región de las Américas y del Caribe" San Juan de Puerto Rico, 8 y 9 de mayo de 1997

I- INTRODUCCION

"Estoy buscando a América y temo no encontrarla "Sus huellas se han perdido entre la oscuridad
 "Estoy llamando a América pero no me responde,
 "La han desaparecido los que temen la verdad".

Rubén Blades y Seis del Solar

"La dignidad, la libertad y la igualdad no se suplican, se conquistan".
José Luis Méndes

Antes de tratar del tema que me fue asignado, me gustaría de decirles que me siento conmovido con el hecho que esta conferencia sea dedicada a Paulo Freyre, educador brasileño, desaparecido hace pocos días en Brasil. He tenido el honor de como miembro del equipo del Ministro de educación del Brasil en 1963, Paulo de Tarso Santos, haber trabajado algunos meses, en Brasilia, con Paulo Freyre, a quien había conocido en 1961 como profesor de la Universidad Federal de Pernambuco, en Recife. En sus métodos de alfabetización y de educación, Paulo Freyre partía del ser humano y tenía el ser humano como objetivo. Era profundamente humanista, profundamente cristiano, no aceptaba que la educación fuera "bancaria", la educación debía servir para liberar y dignificar el ser humano. Paulo será siempre un punto de referencia para los educadores del mundo entero.

Me han solicitado los organizadores de ésta conferencia de, en mi calidad de Director de la División de Educación Superior de la UNESCO, transmitir a ustedes un cuadro general y global subyacente a los debates en curso en el mundo entero sobre "Acceso, calidad y financiamiento en la educación superior" y que podrán servir a la analice de las políticas y estrategias de la educación superior en la región de las Américas y el Caribe en un período de globalización y regionalización.

No es una tarea fácil, pero soy optimista y creo que la conferencia que se inaugura en el día de hoy nos permitirá de compartir algunos puntos de vista sobre puntos esenciales, entre ellos el de la necesidad de una reforma de la educación superior con vistas al mejoramiento de la sociedad en general y desarrollando para esto programas eficaces de cooperación interuniversitaria. Sin embargo, me gustaría de esclarecer que aún que perfectamente integrado con las orientaciones programáticas de mi organización y de su director general, las opiniones y comentarios que voy a desarrollar aquí en el día de hoy son de mi entera responsabilidad.

Que ustedes, representantes del Caribe, países miembros del NAFTA (ALENA), personalidades oriundas de América central estén aquí discutiendo de éstos temas significa que ustedes también están de acuerdo con Gary Becker, premio Nobel de Economía de 1992, que, en articulo reciente en "Business Week" de Nueva Yorque (segundo la versión publicada por Courrier International no.338- 24 al 30 abril 1997) recordaba que la riqueza de un país no se limita a sus activos financieros.

El capital humano, resultado de un conjunto que viene de la educación, de la formación profesional, de las competencias y conocimientos, es fundamental. Es en realidad la primera riqueza de Estados Unidos y de otros países desarrollados Unidos y de otros países desarrollados, capaz incluso segundo Becker, de impedir que un "Krach" se imponga sobre la economía de estos países. La reunión además muy oportuna. Se discute en esto momento la extensión de Nafta al Caribe y, dentro de algunos días en Belo Horizonte, Brasil, se va debatir la creación de un mercado libre único en todas las Américas antes del año 2005. La educación superior no podrá omitirse delante de estas discusiones que, por supuesto, la afectarán directamente.

II- GLOBALIZACION Y REGIONALIZACION

Como ustedes saben en los días actuales, muchos expertos internacionales intentan defender una idea segundo la cual la educación superior no es tan importante y que los países en desarrollo deberían invertir menos en formación terciaria. Esto es una trampa y como vamos señalar adelante, sin educación superior de calidad ningún país puede imaginar que alcanzará una situación de independencia real. Lo que hay notar desde ahora es que el mundo cambió mucho en los últimos años. Dos fuerzas poderosas y estrechamente vinculadas ejercen una grande influencia sobre la economía global: de un lado la globalización de la economía como resultado de la expansión de las multinacionales y, de otro, como reacción a esto, el resurgimiento del regionalismo.

Para Robert Hine (Journal of Common Market Studies- junio 1992, Oxford and Cambridge), "los acuerdos de comercio preferenciales que proliferaron 20 o 30 años entre países en desarrollo eran más una ilusión que una realidad".

Esto fue dicho en 1992. El Señor Hine diría lo mismo en 1997? Veamos el caso del Mercosur.

Al inicio, no creó muchas expectativas. Todos se recordaban de experiencias anteriores, limitadas a aspectos económicos, que, segundo la mayoría de los analistas, fallaron totalmente. Fue el caso de ALALC - Asociación latinoamericana de libre comercio, en 1960, y de ALADI -Asociación latinoamericana de libre integración, en 1980.

Sin embargo, en octubre 1996, el periódico inglés, "The Economist" publicó un suplemento especial con el título de "Remaping South America -A survey of Mercosur" dónde se puede leer:

- "...look five years ahead. Barring accidents, by 2001 an integrated, growing and relatively open market of at least 240 m people, with an output of well \$1 trillion, will stretch from the Brazilian north-East to Chile's Pacific Coast, over what can be called (taking some geographical liberty with Brazil) South America's Southern Cone".

El éxito hasta ahora del MERCOSUR puede ser constatado por un indicador sencillo. De \$4 billones en 1990, el comercio entre los cuatro fundadores de MERCOSUR (Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay) más que triplicó en 1995 (14.5 billones en 1995).

No hay dudas que, de inicio, MERCOSUR también siguió una visión 'economicista', se previa más una unión aduanera -libre comercio entre los miembros, tarifas comunes en relación a terceros- que una integración compleja.

Que implicaciones Mercosur va tener para la educación superior?

The Economist informa que no hay por ahora compromisos para permitir el libre movimiento del trabajo, pero indica también que en el Sur del Brasil, universidades, cámaras de comercio y cooperativas agrícolas están desarrollando acuerdos con sus equivalentes en el Noroeste de Argentina.

La realidad es más fuerte y más impresionante que lo que dice el periódico británico. Una de las historias de suceso del Programa "UNITWIN" de la UNESCO es el de la Asociación del Grupo de Montevideo, presidido por el rector Jorge Brovetto de la Universidad de la República de Uruguay. Se trata de una red de universidades públicas de los cuatro países fundadores del MERCOSUR que logró desarrollar una comunidad de cooperación en varios campos del saber.

Igualmente importante es el Programa RIMA -Red Internacional de Movilidad Académica- lanzado por el Memorial de América Latina (sede en São Paulo, Brasil) y que hoy es administrado por la Pontificia Universidad Católica de São Paulo. Varias redes temáticas se formaron dentro de este proyecto intentando establecer programas básicos comunes de formación en varias carreras o disciplinas, lo que podrá permitir o facilitar un más rápido reconocimiento de los estudios y diplomas, estimulando así la movilidad de científicos, de profesores y de estudiantes.

El origen de RIMA y los sucesos del Grupo de Montevideo muestran la importancia que la educación superior tiene en estos procesos de integración. Cuando los cuatro países han firmado el acuerdo de creación del MERCOSUR en 1991, pensaban solamente en los aspectos comerciales, financieros y, como medida conexa, industriales. Pero luego se dieran cuenta que el suceso comercial exigía una movilidad y para asegurarla las universidades son fundamentales. Lo que los europeos habían descubierto hace mucho tiempo, los sudamericanos empezaron a poner en práctica: la unión si se quiere que beneficie a todos o abarca todos los componentes de un proceso de integración o será una vez más un instrumento benéfico exclusivamente para las grandes compañías multinacionales.

Cuando se discuten las misiones de las universidades y de los establecimientos de educación superior en general en este fin de siglo, cuando se analizan las

condiciones para una mejor calidad, pertinencia y eficacia de estas instituciones, esto es un elemento esencial a se tener en cuenta.

III- LA NECESIDAD DE LA PERTINENCIA

La analice de la realidad y sus implicaciones es importante para que no nos limitemos a abstracciones sin aplicabilidad a la pertinencia social.

Así, la lectura del editorial de ayer, 7 de mayo de 1998, del periódico "The San Juan Star" puede nos ser útil. Analizando el viage actual del Presidente Clinton a América Latina, el periódico dice que "Latin governments are now realizing that even with market economies, they need sound social policies and stronger education and health systems to reduce poverty on a broad scale".

El diagnóstico del periódico es sencillo como lo es también cuando recomienda a Clinton "to talk abouth fighting poverty".

Algunos analistas maliciosos quieren ver en la decisión de Clinton de se acercar de América latina (en su primero mandato, él jamás visitó esta región) como consecuencia del éxito de MERCOSUR y del peligro para los intereses norte-americanos que podría representar el desarrollo de vínculos aun más fuertes de estos países con la Unión Europea y con Asia. El mundo es hecho de realidades. No hay que olvidar que, en 1995, 27% de las exportaciones del Brasil, el país más grande del grupo, fueran para Europa, 21% para los países del NAFTA y 18% para Asia. Hace un año aproximadamente, los países del MERCOSUR firmaron un acuerdos de intenciones con la Unión Europea que será detallado por operaciones concretas en un futuro próximo.

La recomendación del periódico de Puerto Rico a Clinton es válida y pertinente, porque, como dice un experto argentino, Jorge Elbaum (seminario sobre la Información en la Unión Europea - Identidad europea: Educación, Ciencia y Cultura- "MERCOSUR y después: paradojas culturales de la integración), "la historia de los últimos 25 años se sintetiza entonces en una modernización acelerada acompañada de una exclusión consciente". Y el añade: "así llegamos a otra paradoja: la integración regional socialmente desintegrada. O, para decirlo en otros términos, la "desciudadanización" globalizada".

El periodista puertorriqueño talvez no le sepa, pero el tocó en un punto sensible. Muchos críticos del MERCOSUR peinsan justamente que esto es uno de los grandes problemas de este acuerdo regional: medidas no fueran tomadas para hacer todos beneficiaren de este proceso de desarollo.

Pero ahún los gobiernos ya sintieron que algo tiene que ser hecho y urgentemente. El tema de la gobernabilidad democrática fue tratado por la última cumbre de jefes de estado iberoamericanos realizada en Chile el año pasado. La reunión de jefes de Estado fue precedida por un encuentro de ministros de educación que analizaron el tema de la educación, gobernabilidad democrática y gobernabilidad de los sistemas educativos.

No dispongo aquí del resultado de estas reuniones. Tengo apenas un documento que yo mismo presenté a una reunión de expertos, nombrados a título personal, que preparó el encuentro de ministros de educación (Talca, Chile, 8 al 10 de mayo de 1996) donde -a pedido de los organizadores- traté de la posición de la educación superior en este debate:

-"En realidad, el abandono de un sistema de omnipresencia del Estado no debe significar que éste no se ocupe de los problemas sociales de la comunidad, en particular de las cuestiones de salud y educación en todos los niveles. Privatización de la educación en muchos casos se tornó sinónimo de comercialización y de marginalización. No hay que olvidar que, en los días de hoy, las grandes fuerzas de poder son el Estado y la comunidad de negocios (business). Las reformas necesarias para la modernización de los países no puede significar la aceptación de un modelo en que el Estado se transforme en un instrumento de oportunistas a quienes no les gustan los riesgos y que defienden el viejo principio de la liberalización de los beneficios y la socialización de las pérdidas. Un ejemplo típico a notar es el del sistema bancario. Los noticieros actuales en el mundo entero, pero en particular en algunos países de América Latina, muestran que, en este período de globalización, los bancos tienen tendencia a reforzar la falta de control sobre sus actividades y son fervorosos adeptos del principio distorsionado que acabo de mencionar.

"La libertad de emprender, de invertir, de comprar, de producir, de vender, de comunicar, de circular, es absolutamente necesaria, estoy entre los que la consideran como parte integrante de los derechos naturales del ser humano, pero ella no puede tener como consecuencia para la comunidad la marginalización de los trabajadores pobres y la aceptación -como han hecho tantas veces en este Siglo los poderosos del mundo- de los arrestos arbitrarios, de las torturas, de la ejecución de individuos, del genocidio, de los nacionalismos irresponsables".

En este documento yo intentaba de mostrar lo que las universidades pueden hacer para mejorar esta situación. Son principios, son acciones que están inclusive en la base del lanzamiento de cátedras UNESCO para la educación para la paz como la que, la semana pasada, inició sus actividades en la Universidad de Puerto Rico, recinto de Rio Piedras.

El periodista puertorriqueño podía sugerir a Clinton que repita en América latina los conceptos e ideas que expresó en un discurso a los estudiantes de la Universidad de Moscú en octubre 1995:

-"I know there are severe problems. There are severe problems in your transition to a market economy. I know, too, that anywhere free markets exist; they do not solve all social problems. They require policies that can ensure economic fairness and basic human decency to those who need and deserve help".

El presidente norte-americano añadió, tras mencionar algunos buenos resultados de la experiencia rusa:

"That success, I believe, depends upon three things: first, continuing to strengthen your democracy; second, improving your economy and reducing social and economic problems; and third, establishing your role in the world in a way that enhances your economic and national security interests -not at the expense of your friends and neighbors, but in cooperation with them".

IV- EL CONJUNTO DEL SISTEMA EDUCACIONAL

Sin embargo, el punto donde las recomendaciones del "San Juan Star" no son claras, donde peca por omisión o por insinuación, es cuando dice que "in general, Latin countries need to invest much more than they have in basic health and primary education"

La afirmación, si tomada fuera del contexto internacional, es también correcta. La importancia, la prioridad a problemas en favor de la salud y de la educación de base no comportan discusiones. El problema está en que ciertos expertos internacionales intentan vender a los países en desarrollo la idea de que deben echar de lado la educación superior. Esto es un error y constituye un problema grave preliminar a toda discusión sobre políticas y estrategias sobre educación superior.

El sistema educacional es un conjunto, la educación para ser de calidad tiene que ser excelente en todos sus niveles de la básica hasta el superior, cuando un nivel va mal, es todo el conjunto que sufre, sin educación superior de calidad no hay educación de base excelente que se pueda mantener y tener durabilidad.

Ya tenido la oportunidad de tratar de esto tema aquí mismo en San Juan de Puerto Río en 1995. Recuerdo que en esta ocasión les conté algo sobre la intervención de Julius Nyerere ex-presidente de Tanzania en el Consejo Ejecutivo de la UNESCO hace algunos años. El líder africano dijo que en Tanzania se ha cometido un grande error, pues siguiendo el consejo de expertos internacionales, una concentración de esfuerzos se ha hecho en torno de la educación de base y de la alfabetización, sin se dar la debida atención a la educación superior.

El resultado, segundo Nyerere, es que un cuarto de siglo después, se ha constatado que el país seguía retrasado. No había preparado los cuadros de que necesitaba. No ha formado en condiciones convenientes los maestros. No ha formado gente en condición de hacer investigación en educación para fundamentar las decisiones de los que tienen a su cargo las políticas educacionales. En conclusión, decía el a los miembros de Consejo Ejecutivo y en particular a sus colegas africanos más jóvenes, no repitan lo que hemos hecho, no hagan como nosotros, no cometan los mismos errores. Invistan en educación de base, pero no dejen de lado, no echen la educación superior"

V- ACCESO E INVESTIMIENTO SOCIAL

Para proseguir en nuestra analice, volvamos a los temas que llaman la atención de los periódicos, de los medios de comunicación. El periódico francés "Le Monde" del 5 de marzo de 1997 se refiere a estadísticas del Ministerio de Educación de Francia, que prueban que la obtención de un diploma de educación superior es, ahora más que nunca, un "desame" para el empleo.

-"Cinco años después del término de sus estudios, dice el periódico, menos de diez por ciento de los jóvenes diplomados de educación superior está desempleados contra 30% para los non diplomados o que tienen apenas estudios parciales"

Datos similares se pueden encontrar en varias partes del mundo. En el número 3 del CHE's News, de marzo de este año, Clyde Barrow dice:

- "...more than one-half of the new jobs created between 1984 and 2000 will require some post-secondary education. Almost one third of the new jobs will require some post-secondary education".

En la misma publicación, Eduardo Aponte del Consejo de Educación Superior de Puerto Rico y profesor de la Universidad de Puerto Rico, recinto de Rio Piedras, muestra que "de acuerdo con las proyecciones del gobierno norte-americano, para el año 2000, el número de egresados de las universidades no bastará para cerrar la brecha de las destrezas que va a requerir el crecimiento de esto sector de la economía (industrias con altos salarios como las finanzas, servicios profesionales y comerciales; procesamiento de información, telecomunicaciones y manufactura basadas en alta tecnología y computadorizada entre otras".

Este hecho es importante. Cuando se discuten las políticas educacionales a nivel internacional es aún más importante, pues muestran la inequidad de los consejos dados a los países en desarrollo para que reduzcan los esfuerzos en educación superior o en investigación. Ustedes discuten hoy el problema del acceso a la educación superior. El Presidente de la Universidad de Puerto Rico, en sus palabras de apertura de esta conferencia fue muy claro. Una de las ventajas de Puerto Rico en este momento importante de su historia está en disponer de recursos humanos cualificados, de haber podido mantener una política de acceso democrática, abriendo las puertas de la formación a nivel terciario, a un número importante de sus ciudadanos.

Pero esto no se pasa en todas las partes del mundo. En América Latina en particular hay mucho que se hacer. Es verdad que el número de inscripciones en educación superior pasó, en el mundo entero, de 13 millones de estudiantes en 1960, a 28 millones en 1970, a 46 millones en 1980 y a 65 millones en 1991. Pero una analice más detallada muestra que la democratización no alcanzó todas las partes del mundo.

Se verificamos las inscripciones del grupo de edad entre 18 y 23 años, observaremos que el 9.60% de entre ellos estaba en un establecimiento de educación superior en el año de 1960, 14.8% en 1970 y 18.8% en 1990. Esto es un porcentaje medio, los números son bastante diversos si analizamos los datos relativos a la proporción en los países desarrollados (40.2% en 1991) y en los países en desarrollo (14.1% en el mismo año).

Esta desigualdad se torna más visible y es más flagrante cuando se considera el número de estudiantes por 100 mil habitantes. En 1991, correspondían 5 000 a América del Norte, 2.500 a los países desarrollados, en general y se limitaba a 100 en África. En otras palabras, un africano tiene 25 veces menos posibilidades de matricularse en un curso superior que un joven, de su misma edad, en un país desarrollado. La diferencia es tan grande, los números tan flagrantes que cuesta creer que algunos especialistas internacionales puedan aconsejar a estos países que no inviertan en educación superior".

Para la UNESCO, el acceso debe ser el más amplio y abierto. El único límite al acceso o al no acceso tiene que ser el mérito como establece la Declaración Universal de los Derechos Humanos, la cual, en su artículo 26, párrafo 1., sostiene que "toda persona tiene derecho a la educación"... y que "el acceso a los estudios superiores será igual para todos, en función de los méritos respectivos".

VI- REPUESTAS NUEVAS A NECESIDADES NUEVAS

Evidentemente para que este a altura de estos desafíos o necesidades, los establecimientos de educación superior tienen que se dar cuenta que el mundo cambia muy rápidamente, que las necesidades de hoy no son las mismas de hace diez años, que hay que cambiar de métodos, adaptar sus estructuras, encontrar caminos para aplicar la interdisciplinariedad, saber utilizar las nuevas tecnologías, responder a las necesidades de la sociedad, constatar que el profesional que se forma va trabajar en una sociedad donde los servicios -el sistema terciario- son los más importantes, donde además de aprender a ser, de aprender a aprender, el estudiante tiene que aprender a tomar iniciativas.

Procesos de esta naturaleza requieren financiamiento y esto es un tema polémico.

Para la UNESCO, "una financiación pública limitada es una de las restricciones principales que se oponen al proceso de cambio y desarrollo de la educación superior. Esta limitación de fondos es también la causa de la crisis actual y de las tensiones entre el Estado y la comunidad universitaria. Las instituciones de educación superior deben mejorar su gestión y utilizar de manera más eficaz los recursos humanos de que disponen, lo que es una manera de rendir cuentas a la sociedad. El apoyo público a la educación superior sigue siendo indispensable, pero las instituciones de educación superior deben tratar de encontrar nuevas fuentes de financiación. Todos los participantes deben intervenir en esta área: los estudiantes, los padres, el sector público, el sector privado, las comunidades y las autoridades nacionales y locales. Pero a juzgar por las condiciones específicas dominantes en cada país, no cabe esperar que otras fuentes de financiación puedan eliminar la crisis que padece la educación superior ni frenar el proceso de deterioro que afecta en este momento a muchas instituciones, en especial en los países en desarrollo" (Resumen ejecutivo, párrafos IX y X del Documento de Política para el Cambio y el Desarrollo en la Educación Superior -1995)

VII- REFLEXIÓN GLOBAL

Permítanme ahora transmitirles o recordarles algunas informaciones.

En julio de 1988, en el Palacio del Itamaraty, de Brasilia, durante una reunión especial del Consejo de la Universidad de las Naciones Unidas, el Director General de la UNESCO, Federico Mayor, declaró que había llegado el momento de una reflexión

profunda sobre las funciones y misiones de las instituciones de educación superior con respecto a la sociedad. A ese fin, debería tomarse como punto de partida la idea original que ha presidido la constitución de estas instituciones. Se debería analizar su evolución en el tiempo y en el espacio, para llegar al papel que hoy ellas tienen que jugar, en el marco de una sociedad en período de cambios muy rápidos...

Esto llamamiento del Director General dio lugar a una movilización en todos los continentes y esta culminó con la publicación, en 1995, del "Documento de Política para el cambio y el desarrollo en la educación superior".

Este documento -esto es importante de notar- no es el resultado de una reflexión de un grupo de funcionarios aislados que, movidos por una inspiración brillante, encontraron una modalidad práctica de iluminar la comunidad universitaria con sus genialidades. No! Se trata de un documento de consenso, fruto de una reflexión global, que, de ninguna manera, intenta imponer modelos o formular recetas rígidas. Al contrario, lo que busca es presentar principios básicos que pudieran servir a los Estados miembros a concebir sus propias políticas, teniendo en cuenta la diversidad inherente, las necesidades concretas y las circunstancias imperantes en los planos nacional, regional y internacional.

Este documento ya es conocido de la mayoría de los que asisten a esta reunión.

Después de una introducción en que se presentan los elementos de base de la nueva organización social, económica, política y financiera mundial, el documento trata de las tendencias de la educación superior observadas el mundo entero:

- expansión cuantitativa
- diversificación de estructuras y de formas
- restricciones de la financiación y los recursos
- una creciente internacionalización.'

En seguida, trata de los principales desafíos que se plantean en la educación superior en este fin de siglo y pasa a analizar las respuestas de la educación superior a estas cuestiones, reunidas bajo tres grupos o ejes de categoría:

- Pertinencia - relaciones con la sociedad en su conjunto
- Calidad del personal e de los programas
- Calidad de los alumnos, de la infraestructura y del entorno de la institución

Finalmente, el documento lanza lo que se podía definir como elementos para una nueva visión de la educación superior que permita establecer un nuevo "pacto

universitario" "gracias al cual la educación superior pueda responder mejor en todos los Estados miembros a las necesidades presentes y futuras de un desarrollo humano sostenible".

Los temas de discusión esta mañana - "**Acceso, Calidad y financiamiento en la educación superior**" son tratados exhaustivamente en el documento de políticas para educación superior y el desarrollo de la UNESCO.

Acceso: párrafos 16 al 20, 55, 68, 73, 97, 103, 118, 121, 127 al 131, 135, 149.

Calidad: párrafos 9, 20, 36, 49, 61 al 66, 75, 76, 81, 83, 89 al 106, 108, 113, 116, 125, 127, 132 al 137.

Financiamiento: 25, 28 al 30, 36, 60, 63 al 64, 67 al 71, 80 al 82, 94, 100, 113, 127, 130 y 131, 138 al 147.

VIII- CONFERENCIA MUNDIAL SOBRE EDUCACION SUPERIOR

El documento fue distribuido en el mundo entero y debatido por universidades, asociaciones de estudiantes y de profesores. Fue presentado en algunos parlamentos y sirvió de base a reflexiones ulteriores sobre problemas de educación superior en varios países. Desde el inicio, se sintió la necesidad de desarrollar más los temas ahí identificados y tratados. La idea de una conferencia mundial para discutir estos temas - proposición que fuera reprimida en el principio de la década- retornó con fuerza y se impuso, llevando el director general de la UNESCO a convocarla para septiembre de 1998, con el propósito de:

- i) definir los principios fundamentales que sustentan una transformación profunda de la educación superior, mediante la cual aquella se convierta en promotora eficaz de una cultura de paz sobre la base de un desarrollo humano sostenible fundado en la equidad, la democracia, la justicia y la libertad;
- ii) contribuir a mejorar la pertinencia y la calidad de sus funciones de docencia, investigación y extensión, ofreciendo igualdad de oportunidades a todas las personas a través de una educación permanente y sin fronteras, donde el mérito sea el criterio básico para el acceso; y
- iii) fortalecer la cooperación interuniversitaria, movilizando a todos los que intervienen en la educación superior

Se ha decidido que la conferencia mundial será precedida de una serie de conferencias regionales:

América latina y Caribe- La Habana, noviembre de 1996

África- Dakar (Senegal) abril de 1997

Ásia y Pacífico- Tokio (Italia)- julio de 1997

Estados árabes- Beirut (Líbano) -marzo/abril 1997

Se discute la posibilidad de reuniones sub.-regionales. L'AIPU - Asociación Internacional de Presidentes de Universidades- y la OUI- Organización Universitaria Interamericana- junto con el American Council on Education discuten la posibilidad de organizaren una reunión para Estados Unidos y Canadá anglófono. En marzo ultimo, "Education Internationale" ONG de los enseñantes organizó una conferencia internacional en Paris. La Asociación Internacional de Universidades va dedicar una parte substancial de su reunión de noviembre próximo en Bangkok a la conferencia mundial.

IX- ACCESO, CALIDAD Y FINANCIACION

La reunión de la Habana que contó con una participación extraordinaria de la comunidad académica y de los responsables políticos en América Latina también trató de los temas que ustedes debaten en el día de hoy. Es estimulante de verificar que la APUES y el CHEPR (Consejo de Educación Superior de Puerto Rico) han decidido de invitar a esta reunión representantes de las universidades del Caribe que no han podido estar en Cuba en noviembre del año pasado. En consecuencia, vuestra reunión está sendo vista como complementaria a la de La Habana y sus resultados también se los tomará en cuenta en la preparación de la Conferencia mundial de Paris en 1998.

Así es que sobre el tema de calidad, el informe final de la reunión de La Habana es muy detallado, pero dice en particular:

-"La calidad de la educación superior es un concepto multidimensional, que incluye características universales y particulares que aluden a la naturaleza de las instituciones y de los conocimientos y a los problemas que se plantean en relación con los distintos contextos sociales en el marco de prioridades nacionales, regionales y locales. La calidad está esencialmente ligada a la pertinencia social, así como a la preparación y compromiso de los profesores e investigadores. En ese deslinde inicial, debe tenerse especialmente presente la responsabilidad social que entran el quehacer de las instituciones de educación superior. Dicha responsabilidad aflora especialmente en la instancia de rendición de cuentas de su desempeño global ante la sociedad".

Evidentemente en la aplicación de estos principios, la evaluación como la acreditación son instrumentos esenciales en el momento actual para garantizar la rendición de cuentas y la calidad de estos establecimientos.

La preparación de la conferencia mundial se ha concebido como un proceso. Los resultados de América latina y del Caribe fueran examinados por los africanos que los han tomado en cuenta cuando han preparado y aprobado la declaración y el plan de acción sobre la educación superior en África.

Así la declaración y el plan de acción aprobados por la conferencia de Dakar en abril pasado presenta aun más detalles en las definiciones sobre los temas de pertinencia, calidad, evaluación y acreditación, como también sobre los de gestión y de financiación (párrafos 11, 12 y 13).

La declaración presenta en los párrafos 29 al 39 una serie de proposiciones concretas para mejorar calidad. Este documento está disponible a todos los que tiene interés por él. Sería muy largo citar sus dispositivos. Menciono solamente el párrafo 40 de especial interés para los debates de ésta conferencia:

-"We would suggest that Member States should guarantee equal rights to higher education based on capacity/aptitude (i.e. merit). Member States should take on principal responsibility for funding for higher education. However, since it will be difficult for Member States to bear the entire financial burden, additional sources should be sought using the political and administrative mechanism of each State, whose sovereignty should be respected. We strongly advise that the economic conditions of families to be taken into consideration, and that the only criteria for access or non-access should be merit".

Los organizadores de esta conferencia fueran felices en poner juntos el problema del acceso, de la calidad y del financiamiento. Son cuestiones conexas, la solución de una está vinculada a la otra. América latina es la región del mundo que menos invierte por estudiante de tercero nivel (aproximadamente un promedio de US\$ 650 por estudiante). Los países asiáticos invitan cuatro veces más y los Estados Unidos y Canadá catorce veces más.

El tema fue tratado en La Habana, inclusive con la participación activa del Dr. Jamil Salmy, del Banco Mundial. Las opiniones no fueran siempre convergentes, pero segundo se ve en el informe final aprobado por la conferencia, hubo consensus sobre puntos esenciales como el de decir que "la inversión en educación superior es inversión en desarrollo" y en la declaración formal segundo la cual:

"La estimación del valor de la educación exclusivamente en términos de costo beneficio, además de plantear serias limitaciones metodológicas supone una visión 'reduccionista' del desarrollo y una aproximación a la significación de la educación superior que olvida el valor de ésta para la construcción de la nación, su valor social y su alcance como medio para hacer una sociedad más abierta, justa y democrática"

Será interesante de ver como los países del Caribe ven esta materia. De los debates hechos sobre este tema bajo la supervisión de la UNESCO, se queda claro que el financiamiento público sigue siendo indispensable, pero el mundo académico tiene que ser realista y debe buscar fuentes complementares de financiación.

Esto no significa que defendamos la introducción o el aumento radical de los derechos de matrícula. Las decisiones en éste campo está vinculadas a la soberanía nacional. Ningún experto internacional tiene el derecho de querer imponer a un país soberano el cobro o el no cobro de derechos de matrículas o aranceles.

El importante es asegurar un financiamiento adecuado sin freír la política del acceso basado en el mérito. La analice no puede ser solamente teórica. Hay países que han acotado principios ‘economicistas’ y los resultados, poco tiempo después, fué un incremento de la elitización de los sistemas, lo que, en términos prácticos, es evidentemente anti-democrático.

Para Bykas Sanial y Michaela Martin, del Instituto Internacional de Planificación de la Educación -IIP-E-UNESCO- de Paris, muchos países han experimentado un cambio de sistemas de financiamiento basados en los insumos, a sistemas de financiamiento basados en los resultados. Los resultados de estos cambios como otras proposiciones en la materia exigen debates.

Es lo que ustedes van hacer a partir de hoy. Es lo que la UNESCO está proponiendo que hagan, a nivel mundial, todos los actores sociales de la educación superior.

X- CONCLUSIÓN

En sus palabras de apertura de esta conferencia, hace algunos momentos, el presidente del Consejo de Educación Superior mencionó la historia de un gato que perseguía un ratón y, cuando esto se escondió en un hueco, el gato empezó a latir. Pensando que un perro había aislado su enemigo, el ratón sale y es atrapado por su perseguidor que lo come y satisfecho afirma: "estas son las ventajas del bilingüismo"...

Yo refletí sobre esta historia y me imaginé en la posición del gato. Escuchando los latidos, el ratón se reiría y diría "Ah! Late, pero tiene acento de gato, además de gato brasileño" ... El ratón no saldría del hueco... Esto significa que a veces el bilingüismo no basta. En todos los casos, esta es la tercera vez que participo en una conferencia de la APUES y del Consejo de Educación Superior de Puerto Rico. Creo que, a pesar del acento de "gato", la comunicación está siendo posible. Es para mí un honor de estar presente aquí con ustedes en un momento histórico tan importante para los países de las Américas, y en particular, para Puerto Rico, cuya experiencia es importantísima para los países en desarrollo y en particular para los de América Latina y del Caribe. De cualquiera forma, aprovecho esta historia para decirles que soy grato a los intérpretes e agradecidos por el esfuerzo adicional que han tenido que hacer para asegurar la interpretación de esta ponencia. Muchas gracias!

DOCUMENTO NÚMERO 4

EL ROL DE LAS ORGANIZACIONES INTERNACIONALES EN LA INNOVACIÓN DE LA EDUCACIÓN SUPERIOR

Profesor Marco Antonio R. Dias
Consultor de la UNU- Universidad de las Naciones Unidas
Ex-Director de la División de Educación Superior de la UNESCO (octubre 1981- febrero 1999)

N O T E D I T E D - Sin revisión

Texto basado en una serie de ponencias del autor y que ha servido para una exposición en la XVII Conferencia Anual del International Council for Innovation in Higher Education "Conocimiento, Ciencia y Tecnología: Retos para la Educación Superior - promoción del ICIHE y del Consejo de Educación Superior de Puerto Rico- San Juan de Puerto Rico- 30 de octubre al 03 de noviembre de 1999

I- INTRODUCCIÓN

El tema que me fue asignado para esta fecha - El rol de las organizaciones internacionales en la innovación de la educación superior- es extraordinariamente importante en los días de hoy. De hecho, el gran problema en nuestros días, el que engendra un subnúmero de dificultades, es el del desequilibrio entre los países: repartición desigual de bienes y una brecha profunda a nivel económico, financiero pero también científico, tecnológico y cultural".

Esta realidad es tan presente, su impacto en la sociedad moderna tan grande que no se puede analizar las funciones y misiones de la educación superior, ni, en consecuencia, el rol de las organizaciones internacionales en la innovación de la educación superior, sin antes ver, de manera crítica pero lo más objetiva posible, cual es el entorno de estas organizaciones, dentro de que marco ellas trabajan.

Es verdad que podríamos evitar todo este debate si las organizaciones internacionales se limitaran a ejercer sus funciones según los mandatos que han recibido de las naciones de todo el mundo. Así si el Banco Mundial solamente prestara fondos para proyectos de desarrollo, si la UNESCO diera asistencia técnica a proyectos en el campo de la educación, la cultura, la ciencia y la tecnología, si la OMS hiciera el mismo en el campo de la salud y si sus funcionarios no intentaran imponer a los Estados miembros de sus organizaciones, en particular los países en desarrollo, sus concepciones personales o las concepciones de los grupos políticos o ideológicos que representan, la ponencia de hoy ni la reflexión que el Consejo de Educación Superior de Puerto Rico y el CIHE nos invitan a hacer no tendría sentido.

Pero desafortunadamente así no es y muchas veces los representantes de organizaciones internacionales sirven de instrumento para violar la soberanía de los países y actúan como elementos de presión para imponer cambios que frecuentemente no toman en cuenta ni las necesidades sociales ni los elementos culturales de las poblaciones concernidas. En los años 60, fui periodista. Trabajando en los medios de comunicación, aprendí a escribir y a leer entrelíneas y esto me creó el vicio de querer analizar siempre la realidad leyendo los periódicos pero leyendo más lo que no está escrito y comparando las informaciones que son divulgadas durante un mismo período.

En las últimas semanas, los resultados catastróficos de la adopción, sin límites, de las políticas de ajustamiento estructural en los países en desarrollo, han llevado los dirigentes del FMI y del Banco Mundial a recomendar a estos países de tener en cuenta los aspectos sociales. Esta es una de las grandes lecciones de este fin de Siglo. Los aprendices de hechiceros empiezan a temer el resultado de la aplicación de las políticas que ellos mismos han criado. Pero, lo que han descubierto no es nuevo. En 1946, defendiendo los recursos para su plan de reconstrucción de Europa, el General Marshal ya decía que si el mundo estaba pobre, esto acabaría por afectar Estados Unidos. No se puede mantener una parte de la humanidad en la miseria, imaginando que esto no afectará en bienestar de los países ricos, Estados Unidos en particular. Lo que el General Marshal decía para justificar sus planes de reconstrucción de Europa destrozada por la IIa. Guerra Mundial es válido ahora para la mayoría de los países del mundo, cuyas economías fueron debilitadas por la alianza de la incompetencia y corrupción internas con una dominación política y económica externas. Por su vez, hace un par de años, el Presidente Clinton, hablando a los estudiantes de la

Universidad de Moscou, os decía que el mercado no resolvía todos los problemas y que era necesario atención a las cuestiones sociales.

II- UN MODELO INADECUADO

Sin embargo, no son solamente las poblaciones de los países en desarrollo que sufren las consecuencias de la situación económica mundial. Durante este ultimo verano europeo, estuve en Londres, donde recientemente se lanzó un periódico gratuito que se distribuye en las estaciones de metro y que tiene gran éxito de público. En su edición del lunes 26 de julio de 1999, el "Metro London", inscribía en su primera página un tema ("Blair: Britain is booming again") en que decía: "Britain is getting better and better, claims today (T. Blair) in his Government's annual report". "Our influence -declaraba el primer ministro inglés Tony Blair- in the world is growing. Our public services are steadily improving. Working people have more support, decent standards, paid holiday and more childcare. The economy has avoided lurching from boom to bust. More importantly, we are beginning to look like one nation again"(2) .

Sin embargo, en la página 5 de la misma edición de este periódico se veía una foto de 143 graduados de medicina que habían terminado su curso el año pasado en la Bristol Medical School y se señalaba que «a quarter of the students celebrating graduation in this picture taken last year are quitting the NHS. Each graduate costs 200.000 pounds to train». En el texto del reportaje, el periódico explicaba que estos 25% dejaban el sistema medico, por una razón que hoy parece afectar el conjunto de la sociedad británica, "blaming working conditions..."

Por otra parte, en la página 6, en el título de un otro reportaje se leía que «student loans chaos as new system is delayed». En el texto se podía ler que «thousands of students face starting the university year without their loan cheques following delays and errors with the computer system». Todos estos artículos y reportajes muestran que el tema de la educación superior es importante para el público inglés que se siente afectado por sus problemas, que en este momento no son pequeños.

Las referencias al caso inglés se justifican, porque hay una tendencia -resquicios de un período colonial ultrapasado- de presentar las instituciones inglesas como modelo para los países en desarrollo. De hecho, en las organizaciones internacionales, el sistema inglés es presentado frecuentemente como un modelo a seguir y la realidad muestra que esto no debía ser el caso. El sistema inglés, como resultado de la adopción de una política de desolidarización del Estado de los problemas sociales, está entre los más problemáticos el todo el mundo en los tiempos actuales. Es dramático lo que cuentan los periodistas ingleses en el mismo articulo aquí mencionado: « the problems were reported to be so basic that the new system could not recognise 'UK' as a valid response to the question of a student's country of origin ». En realidad, hoy, la única cosa cierta para un estudiante inglés que empeza su carrera universitaria es que terminará endeudado, frecuentemente con una deuda tan impagable como aquella de los países en desarrollo.

Pero, continuemos con los periodistas ingleses. En su edición del domingo 25 de julio de 1999, el 'Sunday Times' también de Londres llamaba la atención sobre el hecho de que "Universities raise cash by 'seling' honorary degrees". Fijense bién. Lo que ustedes escuchan es exacto. El periodista informa con detalles que "universities are awarding honorary degrees to wealthy people in return for cash"» y que "businessmen can 'buy' a doctorate for as little as 10.000 pounds"(3).

Alguien podría piensar que ésto se aplica a universidades menos importantes. ¡No! El fenómeno es general. El periódico informa que se notó, en Inglaterra, en los últimos tiempos, un aumento en la concesión de títulos honoríficos. Son ahora más de mil cada año, que benefician en particular a representantes de las industrias. Hasta la multicentenaria y prestigiosa Universidad de Oxford lo hace. Pero, el precio, por supuesto, es más caro. Son 250 mil libras. El principio -y esto es lo que cuenta- es el mismo, a pesar de las protestas de las asociaciones de maestros y de estudiantes: para sobrevivir, con la reducción de los fondos públicos para la educación superior, hay que producir recursos. Los instrumentos para esto cuentan poco. Lo que importa es el resultado.

Esta situación es claramente el resultado, en uno de los países más ricos del mundo, de la adopción, durante el gobierno de la Sra. Thatcher (que aparentemente se inspiró en los 'Chicago boys' que tanta influencia han tenido en Chile y en otros países de América Latina), de una política que trae desde sus fuentes la destrucción de la capacidad de investigación de las universidades. Esta política es la que, según los comentarios generales, fue responsable del accidente ferroviario de Paddington, en Londres, hace pocos días. Alí se ha visto una privatización de servicios públicos donde la búsqueda de lucros y beneficios pone en peligro la vida de toda una comunidad (5). Esta política tiene como prioridad absoluta y exclusiva el desarrollo de los mercados. De hecho, después de la "teología de la liberación" en los años 70 y 80, tenemos ahora la "teología de mercado", incluyendo ahí el mercado de las armas, el mercado de la guerra (6). Para los fundamentalistas, adeptos de este nuevo « Belcebú », el social, en la práctica, está excluido y marginalizado (7).

A este propósito, es interesante notar el artículo publicado en portugués en "O Estado de São Paulo" del 29.5.1999, donde Thomas Friedman, editorialista del New York Times afirma:

-"Nós, americanos, somos os apóstolos do mundo veloz, os profetas do livre-mercado e os SUMOS SACERDOTES da alta tecnologia. Queremos a 'ampliação' tanto dos nossos valores, como de nossas Pizza Huts. Queremos que o mundo siga a nossa liderança e se torne democrático e capitalista, com um web site em cada atividade, uma Pepsi nos lábios, o Windows da Microsoft em cada computador e com todos, em toda parte, colocando a própria gasolina"(15).

Vean también lo que pasó con las vacas locas. La evolución de esta cuestión tan grave para la salud de la humanidad ha coincidido con un cambio en la política de financiamiento de las universidades de varios países, incluyendo el Reino Unido, con la introducción de un sistema de competencia entre las universidades, habiéndose acordado dar prioridad, según la ley del mercado, a los proyectos capaces de producir recursos. Las universidades han sido invitadas a reducir los costos y a 'producir'... Inmediatamente, se ha sabido que solamente ciertos temas

obtendrían el financiamiento. Sería considerado descabellado solicitar un financiamiento para estudiar la locura de las vacas...(8)

Las universidades inglesas, como las de otros países que adoptan el mismo modelo, han sido obligadas a buscar fondos, a « producir ». Es a costa de los extranjeros, cuyo número de inscripciones ha aumentado de una manera extraordinaria, como se han reducido significativamente los costos en muchas instituciones, lo que provocó una situación absurda en que son los países en desarrollo los que financian parte del sistema universitario de uno de los países más ricos del mundo. No hay que asombrarse de que sea en Inglaterra donde la noción de “merchandising” se haya expandido entre las empresas que siguen el ejemplo de los restaurantes McDonald, y que esto se utilice en el mundo universitario, con la venta de "productos" universitarios anglosajones al mundo entero.

En vez de cooperación adaptada a las necesidades de quienes la reciben, hay programas enteros, verdaderas cajas negras que se exportan a Asia, a África, a América Latina, a Europa Oriental (cursos, profesores, diplomas...).

III- IMPORTANCIA DE LA EDUCACIÓN SUPERIOR

Además, esta concepción implica, en términos prácticos, una actitud que lleva a considerar que la educación superior no es tan importante para los países en desarrollo. Mejor que invistan en otros sectores, compren los "productos de los países industrializados", poco importando, para los adeptos de esta visión, que, de esta manera, estos países jamás podrán ser efectivamente independientes.

De ahí se nota la importancia de los debates que se han desarrollado en la UNESCO en el decorrer de los últimos diez años. Así es que en 1995, a través de un documento de política elaborado por la División de Educación Superior, la UNESCO señalaba que “el apoyo del sector público a la enseñanza superior es indispensable” y aunque “una política demasiado radical de separación de la enseñanza superior del Estado en materia de financiamiento tiene el riesgo de provocar un deseo excesivo de recuperar los costos, de encontrar otras fuentes de financiamiento y de interpretar de una manera demasiado rígida la necesidad de la autosuficiencia. Si se ve que la enseñanza superior contribuye realmente al progreso social, es necesario que el Estado y la sociedad en general la consideren menos como una carga que grava las finanzas públicas, y más como una inversión nacional a largo plazo, tendiente a reforzar la competitividad económica, la expansión cultural y la cohesión social”»(9).

La importancia de la educación superior para el desarrollo fue destacada en todas las conferencias regionales preparatorias a la Conferencia Mundial de Educación Superior que se realizó en París del 5 al 9 de octubre de 1998. En la declaración que los más de cuatro mil participantes de la CMES adoptaron el día 9 de octubre de 1998 (notar que más de 180 países, incluso Estados Unidos, enviaron delegaciones oficiales y que de estas, alrededor de 120 eran presididas por ministros de educación o de educación superior) se enfatizó que “si carece de instituciones de educación superior e investigación adecuadas que formen a una masa crítica de personas cualificadas y cultas, ningún país podrá garantizar un auténtico desarrollo endógeno y sostenible; los países en desarrollo y los países pobres, en particular, no podrán acortar la distancia que los separa de los países desarrollados industrializados. El

intercambio de conocimientos, la cooperación internacional y las nuevas tecnologías pueden brindar nuevas oportunidades de reducir esta disparidad” (10).

Es evidente que un país que disponga de abundante mano de obra no cualificada y de pocos ingenieros y técnicos de alto nivel exportará, cuando lo haga, productos que requieran mano de obra poco cualificada e importará productos con fuerte contenido tecnológico. Por otra parte, también se puede considerar como certero que los países que disponen de personal altamente cualificado en ciencias sociales, podrán, con más tranquilidad, orientar mejor las decisiones estratégicas que apunten a la construcción de una sociedad más justa y equitativa. Además, los países que desarrollan una política de formación científica adaptada a sus condiciones, podrán orientar su proceso de desarrollo humano sostenible.

IV- LOS PRINCIPIOS BASICOS DE LA CMES

Insistamos en el hecho que los dos documentos aprobados por la Conferencia Mundial de Educación Superior (Paris, octubre 1998), la Declaración y el Marco Prioritário de Acción significan el consenso al que ha podido llegar la comunidad internacional. La declaración representa el marco en el que se presenta la definición de principios, como el que asegura que el mérito tiene que ser la base del acceso y que no se puede admitir ninguna discriminación para el acceso universal. La reiteración de que la calidad está vinculada a la pertinencia fue otro punto importante de esta declaración. Esto significa que no hay educación superior de calidad, según los participantes de la CMES, si su acción no sirve para resolver los problemas de base de la sociedad, que necesita ser más justa y equitativa. Siendo así, su acción tiene siempre que estar orientada en favor del desarrollo sostenible, de la construcción y el mantenimiento de la paz, de la eliminación de la pobreza y de la exclusión.

Los participantes de la conferencia enfatizaron la importancia de que la educación superior forme parte de un conjunto -el sistema educacional- que no puede ser dividido y tratado como si fueran partes aisladas o, lo que es peor, como partes que no se comunican. Así mismo, la contribución de la educación superior al conjunto del sistema educacional fue considerada como parte esencial de su misión.

Un principio unánimemente aceptado fue el de la necesidad de diversificación como medio de reforzar la igualdad de oportunidades. Los participantes también estuvieron de acuerdo en que la calidad es un concepto multidimensional que engloba todas sus funciones y actividades. En consecuencia, se rechazaron todos los intentos de que se establecieran posiciones monopolistas. Por otra parte, los sistemas de educación superior tienen que tomar en consideración los aspectos culturales y sociales. La función de la investigación en este proceso fue también destacada como elemento esencial, así como el desarrollo de procesos de evaluación tanto interna como externa.

Una política clara de formación del personal, basada en la Recomendación relativa a la condición del personal docente de la enseñanza superior aprobada por la Conferencia General de la UNESCO en 1997, fue también un punto que obtuvo unanimidad. Los participantes, con alguna dificultad, también llegaron a un acuerdo sobre la necesidad de que los estudiantes sean colocados en el primer plano de las preocupaciones de las instituciones y de los sistemas de educación superior “en la perspectiva de una educación a lo largo de toda

la vida, a fin de que se puedan integrar plenamente en la sociedad mundial del conocimiento del siglo que viene".

La CMES no olvidó la cuestión de las mujeres, subrayando la necesidad de eliminar todos los estereotipos vinculados al género. El tema de las nuevas tecnologías, por su actualidad, estuvo presente en todos los debates y aquí también el tono fue que en ningún caso se puede aceptar que se transformen en instrumentos de dominación y monopolio. Finalmente, la Declaración llamó la atención sobre una acción en favor de la cooperación, de la movilidad como instrumento de cooperación, y sobre la construcción de un sistema basado en redes e inspirado en los principios de la solidaridad y de la distribución equitativa del conocimiento.

Estos elementos fueron considerados básicos en la definición del marco de acción prioritario para el cambio y el desarrollo de la educación superior, con la previsión de acciones en el ámbito nacional, regional y internacional.

V- EL CONCEPTO DE GLOBALIZACIÓN

Actualmente no se puede hablar de integración sin antes verificar el fenómeno de la globalización que, como el nombre indica nos afecta a todos. Y sobre este tema, es necesario tener en claro algunas ideas. En 1995, la «Documentation Française» editó una serie de artículos franceses y extranjeros sobre la mundialización de la economía (Problèmes Économiques- 15-22 de marzo de 1995). Allí se le que 'le modèle du libre-échange envisage un monde de concurrence, de plein emploi et d'équilibres monétaires». En pocas palabras, ahí está la base de toda la "teología del mercado" (11).

Fue basado en estos principios transformados en objetivos y siguiendo los consejos de los tecnócratas del Banco Mundial, Fondo Monetario Internacional, OCDE, Organización Mundial del Comercio que los países de América Latina, como otros en África y en Asia abrieron sus puertas, acabaron con tarifas aduaneras simplificando las formalidades de importación, privatizaron el patrimonio público, debilitaron las funciones públicas, permitieron que empresas multinacionales destrozaran completamente los incipientes y débiles parques industriales nacionales y sus instituciones de investigación, han estimulado una crisis financiera y de identidad en los establecimientos públicos de educación superior.

El resultado de todo esto es que países como Argentina, uno de los más desarrollados del mundo en la mitad de este siglo, invirtiese poco en ciencia y tecnología (ver el documento "La educación argentina en la sociedad del conocimiento" - 29a. reunión de la Conferencia General de la UNESCO- 1997) (12) y ahora se encuentra en una situación que puede convertirla de nuevo en una nación agrícola y ganadera como al final del Siglo XIX. Sin embargo, esto ocurre en un contexto internacional diverso en que la economía depende de los servicios financieros, con decisiones tomadas en los grandes centros del capitalismo mundial, observación aplicable a la casi totalidad de los países del continente sur-americano.

El periódico mensual francés "Le Monde Diplomatique" publica este mes (octubre de 1999) un artículo impresionante sobre la situación en Argentina. Allí se ve que la deuda externa que

era de 43 mil millones de dólares en el inicio del gobierno Alfonsín pasó a 63 mil millones en el momento de la elección de Menem y hoy ya es de 150 mil millones. De su parte, las élites argentinas disponen de 90 mil millones en cuentas en el Exterior (lo que muestra que no se puede atribuir la culpa de todo a los organismos internacionales) y las privatizaciones aportaron al Estado cerca de 40 mil millones sin que la deuda fuera reducida. El sistema educacional- antes perfecto- ahora se muestra catastrófico: 30% de los estudiantes dejan la escuela primaria, 49% la secundaria y 51% el superior. Más de 50 mil científicos de primer nivel fueron para el Exterior durante los últimos treinta años (13).

Mientras esto, los países ricos, el grupo de los 7, o si quieren, de los 8 más industrializados, de su lado, no tienen ninguna reserva en proteger sus productos, sus empresas, sus naciones. Todos saben que el éxito reducido de los intentos de acuerdos entre MERCOSUR y la Unión Europea está en la decisión de los gobiernos europeos de crear barreras a la entrada en Europa de productos latinoamericanos, en particular los agrícolas. Esto ya indicó que si es verdad que países, como los de América latina, deben diversificar sus contactos comerciales con los diversos grupos de naciones industrializadas (América del Norte, Europa, Japón), no es menos exacto que si no actuaren conjuntamente, no tendrán ninguna chance de alcanzar por lo menos una relativa autonomía.

Elie Cohen, en la edición de otoño de 1993, de la revista ‘Relations Internationales et Stratégiques’ afirma que la globalización «est le terme qui a été forgé pour rendre compte d'une double réalité, à savoir: d'une part l'internationalisation des marchés des biens et des facteurs de production et d'autre part, l'apparition de firmes industrielles capables de penser d'emblée leur développement à l'échelle du monde et de déployer, à cet effet, des stratégies globales de production (division internationale des processus de production), de commercialisation (standards mondiaux, marque mondiale, produits lancés simultanément dans les trois grandes zones) et de gestion (par externalisation ou intégration d'apports des firmes spécialisées en matière de marketing, de création publicitaire, et d'audit comptable et financier)».

Una visión seria y objetiva del fenómeno de la globalización es la que nos da el PNUD en su informe sobre el desarrollo humano, versión 1999, recientemente lanzado en el mundo entero y que puede servir de base para la comprensión de la base conceptual y pragmática del fenómeno.

Alí se le:

"More than \$1.5 trillion is now exchanged in the world's currency markets each day, and nearly a fifth of the goods and services produced each year are traded. But globalization is more than the flow of money and commodities -it is the growing interdependence of the world's people. And globalization is a process integrating not just the economy but culture, technology and governance. People everywhere are becoming connected -affected by events in far corners of the world... C (14).

VI- COMO ENFRENTAR LAS RUPTURAS DEL MERCADO?

La globalización, o mundialización como prefieren los franceses, es un hecho. No sirve de nada querer ignorarla o simplemente utilizar la retórica contra su presencia. Muchos, incluso,

solamente observan en ella aspectos positivos: facilita los intercambios, estimula el interés por otros pueblos, permite reaccionar inmediatamente a eventos en lugares distantes como Rwanda y Timor etc. La verdad es que, para los que tienen reservas en relación al fenómeno, es inútil elaborar elaborar análisis en base en realidades anteriores al proceso de aceleración de la globalización.

En su best-seller, 'l'horreur économique' (Fayard, Paris 1996), Vivianne Forrestier, la autora francesa que ya hemos citado en este trabajo y a quién el Presidente Chávez de Venezuela quiso encontrar por ocasión de su reciente visita a París, ya había planteado, de manera directa, una cuestión importante en los días de hoy: "quand prendrons-nous conscience qu'il n'y a pas de crise, ni de crises, mais une mutation? Non celle d'une société, mais celle, très brutale, d'une civilisation? (18)

Hay que reconocer la existencia de este fenómeno para poder enfrentarlo. La verdad es que los cambios en la sociedad son hoy mucho más rápidos que en el pasado. Aceleraron se a partir de 1989, con el fin de la guerra fría y el inicio de "un nuevo orden mundial" que, en realidad, ha significado la llegada de un sistema político, económico y financiero monolítico. Se puede pues decir que lo que vivimos ahora no son simplemente cambios en la sociedad, asistimos la llegada de una nueva civilización y esta realidad tiene impactos en todos los sectores. El trinomio de la vida de cada ciudadano integrado por 'formación, trabajo, jubilación' ya no marcha más Sin embargo, en la página 5 de la misma edición de este periódico se veía una foto de 143 graduados de medicina que habían terminado su curso el año pasado en la Bristol Medical School y se señalaba que «a quarter of the students celebrating graduation in this picture taken last year are quitting the NHS. Each graduate costs 200.000 pounds to train». En el texto del reportaje, el periódico explicaba que estos 25% dejaban el sistema medico, por una razón que hoy parece afectar el conjunto de la sociedad británica, "blaming working conditions..."

Pocos meses antes de la CMES, me invitaron a presentar una ponencia en la sesión final del VIII Encuentro de la AULP - Asociación de las Universidades de Lengua Portuguesa que se realizó en Macau, del 20 al 23 de abril de 1998. Se podía observar, durante los trabajos, que la mayoría de los ponentes como en todos los debates en comisión se debatió bastante el tema de la globalización. Pero, el tono general era el rechazo a la globalización, sin un análisis completa del fenómeno. Además, pocos estaban informados sobre el proceso en discusión en aquello mismo momento, en la OCDE, en París, con vistas a la aprobación del Acuerdo Multilateral sobre Inversiones (AMI)?".

Sin embargo, Portugal participaba en las discusiones en la OCDE, y también Brasil, uno de los pocos países en desarrollo invitado a asociarse a los países ricos sobre el debate de la cuestión. El proyecto establecía como principio la apertura total y sin discriminación de todos los mercados y la igualdad de tratamiento absoluto de los inversores en los países signatarios con los inversores nacionales, públicos o privados. El país que rechazara estos principios sería objeto de represalias globales (18)

Algunos días después de esta reunión, los países de la OCDE decidieron no aprobar el proyecto. El rechazo fue resultado del movimiento contrario de parte de varias ONGs en Europa y en América del Norte y de la posición francesa, cuyo gobierno estaba preocupado con la invasión de los productos de la industria de diversión y de comunicación

norteamericana y con el dumping sobre los productos franceses. No hay que olvidar los datos facilitados por el informe del PNUD de 1999 sobre el desarrollo humano. "The single largest export industry for the United States is not aircraft or automobiles, it is entertainment - Hollywood films grossed more than \$30 billion worldwide in 1997".

Sin embargo, en la página 5 de la misma edición de este periódico se veía una foto de 143 graduados de medicina que habían terminado su curso el año pasado en la Bristol Medical School y se señalaba que "a quarter of the students celebrating graduation in this picture taken last year are quitting the NHS. Each graduate costs 200.000 pounds to train". En el texto del reportaje, el periódico explicaba que estos 25% dejaban el sistema medico, por una razón que hoy parece afectar el conjunto de la sociedad británica, "blaming working conditions..." (14) Pero la decisión en la OCDE sobre el Acuerdo Multilateral de Inversiones fue que la discusión sobre el tema continuaría, pero ahora en el marco de la Organización Mundial del Comercio, que va decidir sobre el tema el este mes de noviembre en una reunión en Seattle, en Estados Unidos.

Muchos consideran que la globalización no toma en cuenta la diversidad cultural. En realidad, es justo el contrario. Lo toma y utiliza los productos culturales como parte de la estrategia de dominio de los mercados. Esto, hay que recordarlo, fue uno de los puntos altos de las decisiones de la CMES. En el momento, en que grupos económicos poderosos buscan transformar la educación superior en gran negocio, la CMES hizo hincapié en el principio según el cual la calidad, vinculada a la pertinencia, es decir a la búsqueda de solución de los problemas de la sociedad. Asimismo, insistió en que es también un concepto multidimensional que engloba todas sus funciones y actividades.

En consecuencia, se rechazaron todos los intentos para apoyar o legitimar posiciones monopolistas como de aquéllos que, además de producir y distribuir programas de educación superior a través de Internet, desean ahora atribuirse el derecho -?con que autoridad?- de expedir, en todas las partes, certificados internacionales de calidad, lo que es en absoluto inaceptable. Lo que hay que estimular son proyectos en que todas las partes involucradas sean iguales, la cooperación solidaria, los aspectos culturales verdaderamente tenidos en cuenta. Los proyectos de doctorados compartidos en la esfera iberoamericana son un ejemplo que tiene que ser estimulado. Pueden colaborar con el refuerzo de los sistemas universitarios latino-americanos y contribuir con las instituciones en países desarrollados que tengan la intención de participar de un proceso de cooperación en que la idea de solidaridad esté presente.

Aquí, la función de las organizaciones internacionales no puede ser, en ninguna hipótesis, la de apoyar a grupos de esta naturaleza. Si hay funcionarios internacionales que lo hacen esto es resultado, parece claro, de compromisos espurios y de intereses personales que nada tienen que ver con las necesidades dos Estados miembros de sus organizaciones.

VII- LA DEUDA DE LOS MÁS POBRES

Ahora se anuncia que los países ricos, cediendo a la presión del Papa, de los obispos y de ciertas ONGs, en particular del grupo Attak en Francia, de eliminar la deuda de los países más pobres. Pero, de nuevo hay que leer entrelíneas. La eliminación de la deuda de los países

más pobres? es una buena cosa? Por supuesto que esto será excelente para países como Haití, Guinea Bissau, Mozambique, São Tomé Príncipe y tantos otros.

Pero ?qué representa esto en realidad? "The Economist" del 26 de junio de 1999, dice que "viewed in present value terms, the initiative itself offers debt reduction of \$27.5 billion, which is more than double the \$12.5 billion available before". ?Pero quién va a pagar esto? Sigamos leyendo 'The Economist': "There is also talking of using World Bank profits..." .

En otras palabras, y esto parece ya estar decidido, la 'generosidad' de los países ricos estará financiada por los beneficios del Banco Mundial. Y de dónde vienen estos beneficios? Todos lo saben. Vienen de los préstamos a los países en desarrollo. Además, utilizar estos intereses para pagar a los países industrializados significa reducir los recursos que serían redistribuidos a los países pobres (es un hecho que, en principio, los intereses refuerzan los fondos para los préstamos a los países en desarrollo). Pero? de qué monto hablamos en realidad? La respuesta a la cuestión, la encontramos en la edición de 'The Economist' (24 de julio de 1999), cuando Claire Short, 'secretary of State Deparment for International Development' del Reino Unido, en una carta enviada al periódico menciona que "...tariff and other barriers for least-developped countries" representan solamente el "0.4% of global trade" (16).

En realidad, se podría tomar en serio la propuesta de los países ricos si ella se aplicara al conjunto de la deuda de todos los países en desarrollo y si esto representara una verdadera cancelación de deudas.

VIII- PISTAS PARA ACCIONES

En el párrafo no. 5 del "Marco de acción prioritaria para el cambio y el desarrollo de la educación superior" adoptado en París, el 9 de octubre de 1998, los participantes de la CMES decidieron que cada establecimiento de educación superior debe definir su misión de acuerdo con las necesidades presentes y futuras de la sociedad. Son los administradores académicos que, junto con todas las fuerzas que componen la comunidad académica y con los representantes de la sociedad a que deben servir las instituciones de educación superior, quienes tienen que decidir lo que hacer para que estas enfrenten la nueva civilización y sigan ejerciendo una función pública y social. La responsabilidad de las acciones con vistas a la reforma de la educación superior con el objetivo de hacerla más pertinente no puede ser confiada apenas a los gobiernos y a organizaciones internacionales.

Sin embargo, no es innecesario recordar a algunos de los compromisos que esta misma comunidad identificó en el proceso de preparación y durante la realización de la CMES en octubre de 1998.

1- DEFINIR LAS MISIONES

Sería aconsejable que la comunidad universitaria aproveche esta decisión para abrir un gran debate en sus instituciones. Se examinarían las funciones de las instituciones de educación superior en este marco de globalización y, al mismo tiempo, sobre las

responsabilidades específicas de cada institución con relación a su entorno geográfico cultural y social. La misión se traduce en finalidades a largo plazo que son declaraciones generales sobre las grandes orientaciones de la institución. Estas finalidades serán más tarde especificadas y concretadas a través de objetivos más operacionales. Las misiones coinciden con las finalidades y objetivos de la institución universitaria: investigación, formación y servicio, contribución al desarrollo y a la creación de una sociedad más justa que serán alcanzadas a través de las funciones o actividades que los establecimientos de educación superior ejercen.

Al mismo tiempo, en estos debates, hay que analizar la función de la cooperación que, según la conferencia mundial, debe ser parte integrante del sistema de educación superior. Pero en realidad, ¿cuántas universidades lo han hecho? ¿Cuántas universidades disponen de unidades para coordinar y articular la cooperación internacional? Analistas internacionales consideran que, en los programas de cooperación internacional, la planificación de los países industrializados es con frecuencia mediocre; está mal hecha. No hay seguimiento estructurado y organizado de los proyectos o programas, falta una definición global de los mismos, y, frecuentemente, son apenas el resultado de la búsqueda de fondos adicionales e incluso un suplemento de los salarios. ¿Qué se puede hacer para evitar este tipo de disfunción? ¿Qué hacer para garantizar la autosuficiencia de los proyectos?

Los analistas internacionales han identificado recientemente algunos “problemas” en el marco de los proyectos de cooperación inter universitaria. En algunos países, la educación superior se transformó en un gran negocio, es un producto importante de exportación, y algunos países lo utilizan para obtener monedas fuertes o para asegurar la financiación parcial de sus propios sistemas de educación superior. ¿Se podría preguntar liminarmente en qué medida la comunidad académica puede, desde el punto de vista ético estar de acuerdo con este enfoque?

Se observa, por otra parte, que muchas instituciones aún en países desarrollados no tienen información sobre posibilidades de cooperación, sobre agencias que pueden financiar un tipo específico de proyectos, sobre cómo elaborarlos. ¿Habrá lugar para la preparación de un manual para la elaboración de proyectos de cooperación interuniversitaria?

Teniendo en cuenta la importancia actual y el potencial enorme de las nuevas tecnologías, ¿qué medidas podrían tomar en conjunto las universidades para constituir redes, realizar transferencias de tecnología, formar recursos humanos, elaborar material didáctico e intercambiar las experiencias de aplicación de estas tecnologías a la enseñanza, la formación y la investigación?

Se ha identificado otro tipo de problemas que afectan a las instituciones en los países que, en la concepción tradicional de cooperación, son considerados como “receptores”. A menudo las instituciones se muestran incapaces de cumplir sus compromisos en lo que se refiere al tiempo que su personal debe dedicar a los proyectos, a la disponibilidad de sus maestros, a las instalaciones que deben poner a disposición de los proyectos, a la habilitación de los expertos llamados a trabajar como contrapartida nacional, a la selección de estudiantes, con frecuencia basada en privilegios y no en el mérito. ¿Qué hacer, para desde el inicio, en la fase de los acuerdos, prever este tipo de incidencias? ¿Qué hacer para corregir la implementación de los proyectos cuando se plantean tales problemas?

¿En qué medida los gobiernos como la comunidad académica internacional están dispuestos a promover la cooperación Sur-Sur (artículo 16 de la Declaración de París), dando prioridad a programas de formación en los países en desarrollo a través de centros de excelencia organizados en redes regionales e internacionales, que pueden ser acompañados de cursos especializados e intensivos, de corta duración, en el extranjero?

2-COOPERACIÓN BASADA EN LA SOLIDARIDAD

La Conferencia Mundial sobre educación superior fue muy clara en lo que se refiere a la cooperación. Debe estar basada en la solidaridad y en la transferencia de conocimiento. La dimensión internacional de la educación superior es considerada un elemento intrínseco de la calidad y, por lo tanto, de su misión. Por supuesto, una cooperación basada en la solidaridad es fundamental para una mejor integración nacional.

Ninguna institución puede vivir sola ni cumplir todas sus misiones si se queda aislada. El establecimiento de redes es esencial y ha de estar fundado en la ayuda mutua, la solidaridad y la igualdad entre asociados. Hay que evitar la fuga de cerebros y ha de darse prioridad a programas de formación en los países en desarrollo, en centros de excelencia organizados en redes regionales e internacionales, acompañados de cursillos en el extranjero especializados e intensivos de corta duración.

A título de ilustración, debemos notar el estudio publicado el inicio del mes de agosto de 1999 por la revista "Science Magazine" donde dos investigadores de la George State University, Shaaron Levin e Paula Stephan, revelan que hoy la mayoría de los científicos exitosos de Estados Unidos nacieron en el Exterior. En 1989, 1/5 ya eran nacidos fuera de Estados Unidos y esta proporción aumenta cada día. En los años 90, 60% de los autores más citados vienen de fuera y 1/4 de los fundadores o presidentes de compañías de biotecnología no nacieron en este país. En California, 50 mil empleos en la "high-tech" están en manos de asiáticos. Esto no es un accidente. A través de una ley de 1990 relativa a la inmigración (ley 101.649), se ha establecido una lista de categorías para la liberación de trabajo en Estados Unidos. El artículo 121 de la ley autoriza exceder los límites de cuotas de inmigración si se trata de profesores y investigadores eméritos. Se trata pues de una política oficial.

Teniendo en cuenta que el desarrollo de las nuevas tecnologías constituye un punto fundamental del proceso de globalización, como señala el párrafo 11 del resumen de la Declaración Mundial sobre educación superior "hay que utilizar plenamente el potencial de las nuevas tecnologías de la información y de la comunicación para la renovación de la educación superior, mediante la ampliación y diversificación de la transmisión del saber, y poniendo los conocimientos y la información a la disposición de un público más amplio. Hay que conseguir el acceso equitativo a éstas mediante la cooperación internacional y el apoyo a los países que no disponen de la capacidad de adquirir dichos instrumentos. La adaptación de estas tecnologías a las necesidades nacionales, regionales y locales y el

suministro de sistemas y técnicas educativos, de gestión e institucionales para mantenerlas ha de constituir una prioridad ”.

Se puede pues sugerir un esfuerzo de cooperación para mejorar el acceso a las nuevas tecnologías de educación superior. Un ejemplo de proyecto bien concebido es el de la Universidad de Las Palmas de Gran Canarias con instituciones del Noroeste de África. Las universidades deberían asociarse con poderes públicos para el desarrollo de proyectos de democratización de las nuevas tecnologías como el que lanzó la Junta de Extremadura en España. En los esfuerzos de actualización pedagógica de los profesores universitarios, la utilización adecuada de las nuevas tecnologías pasa a ser elemento esencial.

A fines de este año, se realizará en París (UNESCO y Consejo Superior del Audiovisual del gobierno francés) una cumbre mundial de los reguladores de Internet con el objetivo de establecer las bases de una cooperación internacional para garantizar un desarrollo igualitario y plural de Internet y de reflexionar sobre la futura reglamentación de su funcionamiento. Las organizaciones universitarias deben de interesarse por el tema y por este encuentro (ver artículo de Hervé Bourges en "Le Monde" del 30 de julio de 1999- "L'UNESCO et les pendules d'Internet").

Los objetivos del programa UNITWIN y de Cátedras UNESCO fueron definidos así:

- dar un impulso nuevo a los acuerdos de cooperación inter-universitaria a fin de dinamizar la transferencia de conocimientos, en particular de los países en desarrollo;
- ayudar a crear o a reforzar las redes;
- crear centros de estudios especializados y de investigación avanzados teniendo como puntos focales las cátedras UNESCO y funcionando como redes.

Por otra parte, según el espíritu del programa UNITWIN, cada cátedra UNESCO debe ser punto focal de una red o participar de una red.

La solidaridad y en la transferencia de conocimiento son los elementos esenciales de cada proyecto. La dimensión internacional de la educación superior es considerada un elemento intrínseco de la calidad y, por lo tanto, de su misión.

Ninguna institución puede vivir sola ni cumplir todas sus misiones si se queda aislada. El establecimiento de redes es esencial y ha de estar fundado en la ayuda mutua, la solidaridad y la igualdad entre asociados. Hay que evitar la fuga de cerebros y ha de darse prioridad a programas de formación en los países en desarrollo, en centros de excelencia organizados en redes regionales e internacionales, acompañados de cursillos en el extranjero especializados e intensivos de corta duración.

3- ESPACIOS REGIONALES - EL MERCOSUR

En el caso de América Latina, el desarrollo de acuerdos regionales como el del MERCOSUR es fundamental. La historia contemporánea muestra que los acuerdos regionales se constituyen en una gran tendencia de grupos de países que deciden enfrentar la mundialización en mejores condiciones. Sin embargo, son criticados porque constituirían un obstáculo a la liberalización del comercio en escala internacional.

Pero en realidad, como decía Jacques Mistral, en la revista mensual francesa de documentación política ‘Après demain’, «elle (l'intégration régionale) constitue plus fréquemment comme le montre bien l'expérience de la CEE, une propédeutique utile pour mieux maîtriser, dans un cadre restreint, les difficultés et les contradictions que fait naître l'ouverture des frontières». Hay que reflexionar sobre el porqué los intentos de los países en desarrollo para unirse no funcionan o no duran. Es ahí un punto que requiere una investigación seria que los establecimientos de educación superior comprometidos con la idea de servicio público deberían hacer (12).

En América Latina, el MERCOSUR es aún más importante, cuando se verifica que muchos analistas, como por ejemplo Roberto Amaral Vieira, consideran que el MERCOSUR es instrumento de "resistencia à ALCA (Área de Libre Comercio de las Américas)". "A ALCA, añade Roberto Amaral, uma vez efetivada, incorporará os territórios dos 33 países das Américas (12% do PIB da região) ao território dos Estados Unidos (88% do PIB), absorvendo, com os territórios, a economia, a política, a autonomia, a independencia e a cultura de nossos países, que também terão renunciado ao direito à soberania e à história própria...."

Pero, finalmente, ¿cuál es la importancia de la educación superior en todo esto?

Algunos expertos internacionales recomiendan que los países en desarrollo debieran invertir menos en formación terciaria. Esto es una trampa. Sin educación superior de calidad -esto lo han acentuado todos los participantes en la CMES- ningún país puede imaginar que alcanzará una situación de independencia real.

Para Robert Hine (Journal of Common Market Studies -junio 1992, Oxford and Cambridge), "los acuerdos de comercio preferenciales que proliferaron hace 20 ó 30 años entre países en desarrollo eran más una ilusión que una realidad". Esto se dijo en 1992. El señor Hine diría lo mismo en 1997?

Veamos más algunos detalles da cuestión del MERCOSUR.

En su inicio, no creó muchas expectativas. Todos recordaban experiencias anteriores, limitadas a aspectos económicos, que según la mayoría de los analistas, fallaron totalmente. Fue el caso de ALCLC -Asociación latinoamericana de libre comercio, en 1960 y de ALADI - Asociación latinoamericana de libre integración en 1980.

Sin embargo, en octubre de 1996, el periódico inglés "The Economist" publicó un suplemento especial con el título de "Remapping South\America - A Survey of MERCOSUR" donde se puede leer:

-"look five years ahead. Barring accidents, by 2001, an integrated, growing and relatively open market of at least 240 m people, with an output of well over \$1 trillion, will stretch from Brazilian North-East to Chile's Pacific Coast, ever what can be called (taking some geographical liberty with Brazil) South America's Southern Cone".

El éxito hasta aquella fecha del MERCOSUR se podía constatar por un indicador sencillo revelado por "The Economist" en octubre de 1996. En esta ocasión, esta revista publicó un suplemento especial sobre el, mostrando que "de 4 mil millones de dólares en 1990, el comercio entre los cuatro fundadores de MERCOSUR (Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay) más que triplicó en 1995 (14.5 billones en 1995)." El periódico continuaba diciendo "There is plenty of room for more: in 1995, intra-group trade amounted to only 1.6% of Mercosur's GDP..."

Las dificultades recientes del MERCOSUR, en el marco de la crisis financiera internacional, de lo problemas estructurales de Argentina y de la devaluación brasileña deberían servir de estímulo a esta reflexión. Está claro, desde ahora, que estos acuerdos no pueden limitarse al comercio. Deben basarse en un refuerzo de la colaboración en los campos de la educación y de la cultura y en el campo social, los únicos capaces de reforzar la amistad y la unión de los pueblos en la búsqueda compartida de solución a problemas comunes.

En su suplemento, "The Economist" informaba que no había, en aquello momento, compromisos para permitir el libre movimiento de la mano de obra, pero indicaba también que en el sur de Brasil, universidades, cámaras de comercio y cooperativas agrícolas están desarrollando acuerdos con sus equivalentes en el Noroeste de Argentina. Desde entonces, los acuerdos entre gobiernos empezaron a firmarse, como es ejemplo lo que fue establecido recientemente por ministros de educación del Cone Sur sobre convalidación de estudios y como lo es también la formación de redes universitarias.

Sin embargo, antes mismo del artículo del periódico inglés, había sido constituido el Grupo de Montevideo, bajo la presidencia del antiguo rector de la Universidad de la República, en Uruguay, Jorge Brovetto. Se trata de una red de universidades públicas de los cuatro países fundadores del MERCOSUR, que logró desarrollar una comunidad de cooperación en varios campos del saber, en particular en Ciencia y Tecnología, pero también en Ciencias Sociales y Educación. Igualmente importante es el programa RIMA -Rede Internacional de Movilidad Académica- lanzado inicialmente por el Memorial de América Latina y que después ha visto su coordinación se transferir a la Pontifícia Universidad Católica de São Paulo. Se formaron varias redes temáticas en torno de este proyecto, intentando establecer programas básicos comunes de formación en varias carreras o disciplinas, lo que podrá permitir o facilitar un reconocimiento más rápido de los estudios y de los diplomas, estimulando así una movilidad de científicos, profesores y estudiantes.

En realidad, lo que los europeos habían descubierto hace mucho tiempo, los latinoamericanos lo han hecho más recientemente. En 1991, se pensaba solamente en los aspectos financieros y comerciales y, como medida conexa, industriales. Se previó una unión aduanera -libre comercio entre los miembros y tarifas comunes en relación a terceros. Pero hoy ya se puede decir que hay una conciencia creciente de que el éxito comercial exige una movilidad e para asegurarla, los acuerdos entre universidades son fundamentales. Es necesario, para que una unión tenga éxito, que abarque todos los componentes de un proceso de integración.

CONCLUSIONES

La importancia de la educación superior para el desarrollo fue destacada en todas las conferencias regionales preparatorias a la Conferencia Mundial de Educación Superior que se

realizó en París del 5 al 9 de octubre de 1998 y fue señalada también en la Declaración de París.

Por otra parte, si uno quiere sintetizar lo que ha enseñado la Conferencia de París es que no hay calidad en la educación superior si esta no es pertinente, es decir si no contribuye a la solución de los problemas fundamentales de la universidad, como son el desarrollo sostenible, la construcción de la paz, la eliminación de la exclusión, la solución del problema del hambre, la garantización de la salud para todos.

En los últimos tiempos, diversas reuniones dedicaron gran parte de su tiempo y esfuerzo a la discusión de un trabajo cooperativo para encontrar fórmulas de garantizar la salud para todos y en particular para los excluidos. En Tampere, Finlandia, universidades, grupos empresariales, investigadores reunieronse del 9 al 13 de agosto de 1999 con el objetivo de intentar de establecer un sistema de cooperación electrónico que permitiría un trabajo de cooperación en particular en el dominio de la salud. Por su vez, bajo el patrocinio conjunto de la OMS y del sector de Ciencias Sociales de la UNESCO, la Universidad de Arizona organizó en julio del 1999 una conferencia internacional en que, al final, una red fue criada y una declaración aprobada solicitando que las universidades del mundo entero, de una manera integrada, con la participación de todas sus unidades, trabaje para garantizar la salud para todos, en particular los excluidos. En anexo, juntamos el texto de esta declaración.

Todo esto puede ser considerado como acciones vinculadas al seguimiento de la Conferencia Mundial de Educación Superior y hacen parte de una contribución - aun que pequeña de la educación superior para la construcción de una sociedad mejor, que, en un período de globalización, podría tener como referencia los puntos indicados por el PNUD en su último informe mundial:

- Ethics- less violation of human rights, not more.
- Equity- less disparity within and between nations, not more
- Inclusion- less marginalization of peoples and countries, not more
- Human security- less instability of societies and less vulnerability of people, not more
- Sustainability- less environmental destruction, not more
- Development- less poverty and deprivation, not more.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

- 01- Dias, M.A.R- UNITWIN-Cátedras UNESCO: Nuevas bases para la cooperación internacional"- ponencia en el I Congreso de la Cátedra UNESCO en Recursos Humanos de la Universidad de Deusto- Bilbao, País Vasco, España- 31 de marzo al 03 de abril de 1998.
- 02- "Metro London"- edición del 26 de julio de 1999
- 03- En finales de los años 70, en Brasil, durante la dictadura militar y en el período de crecimiento económico artificial, quedó celebre una pieza publicitaria, en que el jugador de fútbol, Gerson, del equipo campeón mundial en México en 1970, defendía el principio de que uno tenía que siempre buscar sacar ventajas individuales en todas sus acciones. De hecho, por un error de unos publicitarios, la imagen de un jugador brillante, competente y lleno de coraje se identificó con la idea de oportunismo e individualismo.
- 04-"Sunday Times"- Londres- edición del 27 de julio de 1999
- 05- Le Monde, Paris, 12 octubre 1999- pg. 4- Le gouvernement de Tony Blair reprend en main la sécurité du réseau ferroviaire.
- 06- Dias, M.A.R. - La teología del mercado en la globalización de la educación superior- Santiago de Chile, del 3 al 5 de agosto de 1999- Cumbre Iberoamericana de Rectores de Universidades Estatales.
- 07- Forrestier, Viviane- "L'horreur économique", Fayard, Paris, 1996
- 08- Dias, M.A.R. - "La crisis de las vacas locas y la cooperación interuniversitaria" in "Avance y Perspectiva"- México - volumen 15, noviembre-diciembre de 1996 - pgs. 336 a 347.
- 09- UNESCO- "Documento de Política para el Cambio y el Desarrollo en la Educación Superior", París 1995.
- 10- UNESCO- Conferencia Mundial sobre la Educación Superior- París, 5-9 octubre de 1998 - Declaración Mundial sobre la Educación Superior", "Marco de acción prioritaria para el Cambio y el Desarrollo de la Educación Superior" y "Compendio de la Declaración Mundial sobre la Educación Superior".
- 11-La Documentation Française- Problèmes Économiques - sélection d'articles français et étrangers- 15-22 mars 1995- "La Mondialisation de l'économie: menace ou progrès?
- 12-Ministerio de Educación y Cultura de Argentina- "La educación argentina en la sociedad del conocimiento"- 29a. reunión de la Conferencia General de la UNESCO- París- 21 de octubre- 12 de noviembre de 1997
- 13- Gabetta, Carlos- Désastreux bilan pour le 'ménémisme': Le lent naufrage de l'Argentine - Le Monde Diplomatique- octubre 1999- pg. 3-

14- PNUD- Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo- Informe Mundial sobre el Desarrollo Humano- 1999

15- Amaral, Roberto- "Civilização e Barbárie- Brasília, agosto de 1999

16- The Economist- Londres- ediciones del 27 de marzo de 1993, 7 de mayo de 1994, 12 de octubre de 1996 (A Survey of Mercosur- Suplemento especial) , 12 de junio de 1999, 26 de junio de 1999, 24 de julio de 1999

17- Folha de São Paulo- edición de 18 de julho de 1999

18- Dias, M.A.R. - O ensino superior numa época de transformações radicais- Conferencia de encerramento do VIII Congresso da AULP- Associação das Universidades de Língua Portuguesa- Macau, 20 a 23 de abril de 1998.

19- idem - Políticas y Estrategias de la educación superior en las Ameritas y en el Caribe- ponencia durante la Tercera Magna Conferencia de la ASOCIACIÓN Puertorriqueña para la Educación Superior- San Juan de Puerto Rico, 8 y 9 de mayo de 1997

20- Idem- Global Challenges for Students in Economics- Conference as key speaker at the 1994 AIESEC International Conference- Platja del Aro- Catalunya- Spain- 2 March 1994

21- Le Monde Diplomatique- -Paris- ediciones de junio de 1998 y de julio de 1999-

DOCUMENTO NÚMERO 5

EDUCATION, ENSEIGNEMENT UNIVERSITAIRE ET RECHERCHE DANS LE PROCESSUS D'INTÉGRATION RÉGIONALE – LA PERSPECTIVE LATINO-AMÉRICAINE

Professeur Marco Antonio Rodrigues Dias
Consultant de l’Université des Nations Unies
Ancien Directeur de la Division de l’Enseignement Supérieur de
l’UNESCO (1981-1999)
Ancien Vice-recteur de l’Université de Brasilia (1976-1980)

SANS RÉVISION

Institut d’études européennes – Pôle européen Jean Monnet – Europe Amérique Latine – Du monde des nations au monde des régions- Lundi, 27 novembre 2000- Université Catholique de Louvain- Belgique

I- INTRODUCTION

Tous les analystes sont d'accord avec le constat qui veut que la seconde moitié du XXème siècle restera dans l'histoire de l'éducation comme la période de l'expansion quantitative de l'enseignement supérieur dans le monde entier, celle des transformations qualitatives exceptionnelles dans les systèmes et celle où la réduction relative de ressources a imposé de sérieux ajustements dans l'organisation des établissements et des systèmes, et une mise en question permanente de leur fonctionnement et de l'accomplissement de leur mission.

Par ailleurs, Mai 68 a marqué, en Europe, mais également dans plusieurs pays d'autres continents, la fin d'une période où l'enseignement supérieur, les universités en particulier, pouvait se permettre d'être réservé à une élite et ne pas avoir comme priorité essentielle une contribution à la recherche de solutions aux grands problèmes de la société. Les changements ont été si nombreux et diversifiés que même définir l'enseignement supérieur est devenu une tâche ardue.

D'un point de vue pragmatique, ceux qui ont préparé la Conférence Mondiale sur l'enseignement supérieur qui a lieu à Paris du 5 au 9 octobre 1998 l'ont entendu comme tous les types d'enseignement (universitaire, professionnel, technique, artistique, pédagogique, enseignement à distance etc.) dispensés par des universités, des instituts technologiques, des écoles normales supérieures, etc., qui, normalement, sont réservés à des élèves ayant accompli des études secondaires et dont le travail vise à l'obtention d'un titre, d'un grade, d'un diplôme ou d'un certificat d'études supérieures (1).

II-MISSIONS PERMANENTES

Dans cette perspective, l'analyse de l'évolution des établissements d'enseignement supérieur, au cours des trente dernières années, révèle que les missions de base de l'enseignement supérieur restent et resteront attachées à quatre objectifs principaux:

- i) l'élaboration de connaissances nouvelles (la fonction de recherche)
- ii) la formation de personnels hautement qualifiés (la fonction d'enseignement);
- iii) la prestation de services à la société;
- iv) a fonction éthique qui implique la critique sociale.

Par ailleurs, en raison de leur lien nécessaire et profond avec la société, les institutions d'enseignement supérieur ont, par nature, l'obligation de s'adapter en permanence aux mouvements des sociétés, ce qui explique le fait qu'elles vivent et soient obligés de vivre dans un état de changement et de crise permanents.

Nous reviendrons plus loin sur la question des missions des établissements d'enseignement supérieur dans les temps actuels, en analysant certaines mesures qui semblent s'imposer actuellement.

III- BESOIN DE CHANGEMENTS RADICAUX

De nos jours, l'évolution s'intensifie car, à un changement accéléré dans la structure des sociétés - la mondialisation ou globalisation en est l'un des aspects importants (facteur externe) - s'ajoute le fait que l'enseignement supérieur lui-même fait face à la nécessité de changements internes radicaux, en fonction d'une équation explosive provoquée par la croissance des effectifs (étudiants, enseignants, fonctionnaires administratifs), par l'augmentation des coûts et la réduction du financement public.

Il est important donc de prendre en considération qu'aujourd'hui l'action des établissements d'enseignement supérieur se situe dans de cadre d'un monde en transformation, où la mondialisation présente des aspects positifs mais surtout négatifs pour les pays en voie de développement et cela ne peut pas être ignoré au moment de définir les politiques de l'enseignement supérieur et d'analyser quel est son rôle dans des processus convergents ou contradictoires de mondialisation et de régionalisation. Il faut ajouter que le phénomène de la globalisation se consolide avec l'extraordinaire irruption des nouvelles technologies, notamment Internet, dans l'enseignement supérieur.

En effet, théoriquement le développement des technologies de la communication et de l'information permet aux institutions d'enseignement supérieur de se consolider dans le panorama éducatif, ouvre la voie à une éducation permanente pour tous et, en même temps, s'étend aux universités traditionnelles, de plus en plus nombreuses à utiliser les méthodes d'enseignement à distance dans leurs activités, en rendant la séparation entre les deux types d'institutions insignifiante. Des réseaux universitaires se multiplient partout dans le monde dans ce domaine, et l'utilisation des ordinateurs dans l'apprentissage, le télé-enseignement, les vidéoconférences se renforcent.

Pour justifier la multiplication des projets d'universités virtuelles ou l'utilisation de programmes virtuels par les universités traditionnelles, on signale des avantages suivants de cette procédure:

- i) l'apprentissage sans restriction de temps ni d'espace;
- ii) un suivi des cours d'après des modules et des calendriers souples, et qui tienne compte des besoins individuels d'apprentissage;
- iii) une plus grande responsabilité de l'étudiant dans le processus d'apprentissage

IV- PRISE EN COMPTE DES ASPECTS CULTURELS

Cependant, les nouvelles technologies ne sont pas une panacée et présentent même certains dangers. Dans les années 70, on parlait beaucoup de deux modèles pédagogiques dans l'enseignement supérieur: ceux qui étaient centrés sur les étudiants et ceux orientés plutôt ou exclusivement vers le contenu, et, en conséquence, considérant que la pédagogie et la formation pédagogique des enseignants était un élément inutile.

Aujourd’hui les experts en éducation signalent l’importance de tenir compte des deux éléments: le contenu est essentiel, mais un prix Nobel ne sera pas nécessairement un bon enseignant s’il n’est pas un bon pédagogue. Actuellement, en termes pratiques, on risque de revenir à une situation où l’on pourra s’imaginer que si on dispose de un bon contenu et on le met sur Internet, le processus éducatif pourra être mis en place avec succès.

C'est une erreur du point de vue pédagogique. Pire encore, cela vient, assez souvent, accompagné de la non prise en considération des aspects culturels. C'est le phénomène observé notamment dans l'action de groupes qui s'engagent dans des accords de franchise. Des paquets entiers sont transmis d'un émetteur (une institution dans un pays développé) à des récepteurs (institutions et étudiants), récepteurs passifs dans les pays en voie de développement. C'est l'application dans l'enseignement supérieur des principes utilisés dans les restaurants de restauration rapide (fast-food). La commercialisation de l'enseignement supérieur devient un des fléaux des systèmes éducatifs partout dans le monde. Le manque de respect aux valeurs nationales devient un des traits de programmes de coopération, qui, en réalité, servent plus à déformer qu'à former des citoyens.

En effet, l'impact des méthodes pédagogiques dans la structure et dans l'organisation des institutions est impressionnant, mais il est encore plus important dans la commercialisation de la formation et de l'éducation. Une étude de la Banque d'affaires Mervyl Lynch a calculé le marché de connaissances d'Internet à 9.4 milliards de dollars dans cette année 2000, montant qui pourra atteindre les 53 milliards avant l'année 2003 (2)

Les nouvelles technologies sont donc un élément essentiel dans le développement actuel de l'enseignement supérieur (3), mais là aussi la technologie ne résout pas les problèmes de base, qui continuent à être ceux liés à la mission de l'enseignement supérieur dans un monde en changement rapide.

Ces technologies, comme l'a très bien souligné la Conférence Mondiale de l'enseignement supérieur, qui a eu lieu à Paris en octobre 1998, doivent être mises au service du processus pédagogique, comme des progrès de la recherche. Elles doivent aussi contribuer à une gestion plus efficace des systèmes d'enseignement supérieur. Les politiques de l'enseignement supérieur doivent veiller à ce que l'enseignement supérieur soit mis à la disposition de tous et tout au long de la vie, et à ce qu'il fasse bénéficier de ses services tous les individus dans toutes les situations: études à temps partiel, enseignement à distance, cours de brève durée, voire, si besoin est, possibilités d'apprentissage autonome.

V- L'UNIVERSALISATION DE L'ACCÈS

Par ailleurs, depuis un certain temps, plusieurs pays, notamment ceux liés à l'OCDE, affichent clairement leur intention d'atteindre l'universalisation de l'accès à l'enseignement supérieur. Dans un document daté de 1998, cette organisation signale:

"La fréquentation de l'enseignement supérieur est désormais 'la chose à faire', appréciée par tous et pas seulement par une minorité privilégiée. On s'oriente vers une fréquentation universelle: une participation de 100 pour cent, avec des chances justes et égales d'accéder au savoir, dans une forme ou

une autre d'enseignement tertiaire, à un moment quelconque de la vie, et pas nécessairement dans le prolongement immédiat de l'enseignement secondaire...On accède non pas simplement à un établissement, mais à une façon de vivre, non plus pour quelques-uns, mais pour tous..." (4)

L'OCDE mentionne également l'arrivée d'un 'nouveau paradigme' pour l'enseignement tertiaire dont les éléments sont, entre autres, "l'orientation dans nombre de pays de l'action des pouvoirs publics qui prévoient l'admissibilité dans l'enseignement tertiaire de 60, 80 ou 100 pour cent de ceux qui terminent leurs études secondaires et, dans un cas (les Etats Unis) l'entrée de tous dans une forme quelconque d'enseignement tertiaire...»

Cette universalisation est un idéal qu'on ne doit atteindre que dans certains pays, ou dans certaines régions de certains pays? (5)

Quelle réponse ont donné à cette question les participants de la Conférence Mondiale sur l'enseignement supérieur ? In faudrait ne pas oublier, seulement à titre d'exemple, que les jeunes de la région Afrique ont 17 fois moins de chances de faire des études supérieures que ceux des pays développés industrialisés. Pour l'ensemble des pays en développement, ces chances sont en moyenne quatre fois moindres. (6)

La réponse de la CMES a été nette et claire. Elle s'est basée sur la Déclaration universelle des Droits de l'homme qui, dans son article 26.1 dit:

"Toute personne a droit à l'éducation. L'éducation doit être gratuite, au moins en ce qui concerne l'enseignement élémentaire et fondamental. L'enseignement élémentaire est obligatoire. L'enseignement technique est professionnel doit être généralisé; l'accès aux études supérieures doit être ouvert en pleine égalité à tous en fonction de leur mérite".

Dans d'autres termes, la CMES a tenu à rappeler qu'aucune discrimination ne peut être admise pour ce qui est de l'accès à l'enseignement supérieur en raison de la race, du sexe, de la langue, de la religion ou de toute distinction économique, culturelle ou sociale ou encore de handicaps physiques. L'universalisation de l'accès a été, en effet, une des idées force de la CMES, l'autre étant qu'il n'y a pas de qualité dans l'enseignement supérieur si celui ne participe pas à la recherche de solution des problèmes pressants de la société.

VI- DES IDÉES FORCE

Il faut prendre également en considération le fait que la CMES s'est basé sur les résultats d'une série de conférences régionales, la première, celle qui a marqué le ton, ayant eu lieu à la Havane, Cuba, en novembre 1996 (Amérique latine et Caraïbes), la dernière ayant eu lieu à Beyrouth en mars 1998, pour les Etats arabes.

Des idées force se sont dégagées de ces conférences, comme également d'une série de réunion d'experts qui ont collaboré à préparer la CM ES. Elles ont été confirmées, avec des petites nuances, par les participants de la CMES.

- l'accès à l'enseignement supérieur sera ouvert à tous en pleine égalité en fonction de leur mérite. Aucune discrimination ne peut être admise. La participation des femmes doit être renforcée.

- la mission principale de l'enseignement supérieur aujourd'hui est celle d'éduquer les citoyens, en offrant un espace permanent d'apprentissage de haut niveau;
- les établissements d'enseignement supérieur doivent développer leur fonction critique par la recherche de la vérité et de la justice, en soumettant toutes leurs activités à l'exigence de la rigueur éthique et scientifique. Pour cela les libertés académiques et l'autonomie sont essentielles;
- la qualité de l'enseignement supérieur est un concept multidimensionnel qui devrait concerner toutes ses fonctions et activités. On s'attachera en particulier à faire progresser les connaissances par la recherche;
- les étudiants doivent être au centre des préoccupations des décideurs nationaux et institutionnels. Ils sont des protagonistes essentiels dans le processus de rénovation de l'enseignement supérieur;
- dans la perspective de l'éducation tout au long de la vie, il est essentiel de diversifier les systèmes, les institutions et programmes d'étude. Une politique vigoureuse de perfectionnement du personnel s'impose;
- l'enseignement supérieur doit tirer tout le profit du potentiel des nouvelles technologies de l'information dont l'accès doit être le plus large possible dans le monde entier;
- la pertinence doit se mesurer à l'aune de l'adéquation entre ce que font les établissements d'enseignement supérieur et ce que la société attend d'eux; dans ce cadre (la pertinence), la participation à la solution des grands problèmes de la société, une intégration avec le monde du travail où les besoins des sociétés soient considérés prioritaires et une contribution au développement de l'ensemble du système éducationnel sont essentiels dans l'action des établissements et des systèmes d'enseignement supérieur. Mais ils doivent toujours fonder leurs orientations à long terme en fonction des buts et besoins sociaux, y compris du respect des cultures et de la protection de l'environnement;
- l'enseignement supérieur doit être considéré comme un bien public;
- la dimension internationale de l'enseignement supérieur fait partie de sa qualité et la mise en place de réseaux basés sur le partage, la solidarité et avec l'égalité entre partenaires doit être stimulée et devenir un moyen d'action majeur des institutions et systèmes.

VII- RÉGIONALISMES

Revenons donc au thème qui est essentiel dans le souci des participants à ce colloque, celui du processus d'intégration régionale. En réalité, le document d'orientation sur l'enseignement supérieur de l'UNESCO de 1955, avait déjà mentionné que nous vivons une période pleine

de tendances contradictoires. C'est ce qui se passe notamment avec la mondialisation qui provoque, comme une réaction défensive, des nouvelles formes de régionalisation.

C'était le sept octobre 1992, que les présidents George Bush, des États Unis, et Carlos Salinas de Gortari, du Mexique, ensemble avec le premier ministre du Canada, Brian Mulroney, se sont rencontrés à San Antonio au Texas (EUA) pour signer l'accord de libre échange nord-américain (ALENA ou NAFTA), en ouvrant le chemin à la construction d'un marché de 6.200 milliards de dollars et de 365 millions de consommateurs.

La signature de cet accord a eu un impact certain dans le monde entier, notamment en Amérique latine, où il a provoqué des sentiments contradictoires de peur, envie, admiration et également des expressions d'enthousiasme d'un côté et de forte rejet et criticisme de l'autre. Il ne faut pas oublier que deux ans auparavant, en juin 1.990, le Président Bush avait lancé l'idée de la création d'une zone de libre échange qui irait de l'Alaska à la Tierra del Fuego, en éveillant une curiosité considérable dans une région traumatisée par les effets d'une décennie perdue, celle des années 80, et qui se sent marginalisée des circuits économiques les plus importants du monde: Europe, Japon et Etats Unis.

Cet accord –l'ALENA avait provoqué également un retour aux débats sur l'intégration en Amérique latine et un nouveau réveil de conscience au fait qu'aucun pays dans cette région ne pourra survivre s'il se maintient isolé. Il semble ne pas poser des doutes que la création de l'Alena a été un facteur déterminant dans la création ultérieure, du Mercosur.

Les analystes semblent également être d'accord pour dire que l'échec du communisme comme système politique en 1989, une des caractéristiques les plus importants du nouvel ordre mondial qui s'est dessiné dans les années 90 c'est le développement d'un nouveau régionalisme dont les éléments ne sont pas encore jusqu'aujourd'hui totalement définis et qui, parfois, présentent des caractéristiques contradictoires.

L'aspect économique c'est ce qui prévaut dans les accords, mais, de toute évidence, ses effets sur la vie des pays participants va nécessairement loin au-delà des simples échanges commerciaux, leur influence atteignant les domaines politiques, culturels et éducationnels, stimulant en même temps la mobilité entre des ressortissants des pays qui signent ces accords.

Certains analystes au début des années 90, présentaient des arguments qu'ils considéraient forts contre les régionalismes. Ils signalaient, par exemple, que la formation de blocs économiques régionaux pourrait éloigner des petits pays qui auraient besoin d'une protection globale. Ce serait le cas de certains petits pays en Afrique, en Asie et en Amérique centrale. D'autres croyaient que l'excès de régionalisation compétitive pourrait miner tous les efforts du système multilatéral et empêcher la libéralisation globale, tout en créant des nouveaux mécanismes de protection.

Tout cela est polémique et, assez souvent, ces prises de position n'arrivent même pas à cacher des intentions clairement mauvaises ce ceux qui souhaitent consolider des positions de domination et de monopole En réalité, comme disait Jacques Mistral dans la revue Française de Documentation politique «Après Demain» «elle (l'intégration régionale) constitue plus fréquemment comme le montre bien l'expérience de la CEE, une propédeutique utile pour

mieux maîtriser, dans un cadre restreint, les difficultés et les contradictions que fait naître l'ouverture des frontières».

VIII- ÉCHECS ET RÉUSSITES

Cependant, la réalité est que les régionalismes se multiplient sous diverses formes. En plus des pays qui se réunissent en fonction notamment de leur proximité géographique et de liens économiques créés par la proximité, c'est le cas du Mercosur et du Pacte Amazonien que (comme c'était celui du Pacte Andin), d'autres essais s'orientent vers l'union autour de liens historiques et culturels. C'est le cas du British Commonwealth et de la Francophonie qui essayent de renforcer les liens entre ses membres et, plus récemment, la communauté ibéro-américaine et la communauté lusophone réunissant Portugal, Brésil, les cinq pays africains d'expression portugaise (Angola, Mozambique, Cap Vert, Guinée-Bissau, Santo Tomé et Principe).

Certains regardent ce mouvement avec scepticisme. Jusqu'à présent, la majeure partie des mouvements régionaux dans les pays en voie de développement ont échoué et n'ont pas réussi à atteindre leurs objectifs. La remarque est peut-être exacte, mais il y a une différence fondamentale. Avant, le monde était bipolaire et plusieurs de ces initiatives étaient marquées par les liens politiques avec un des pôles dominants. En tout cas, il faut réfléchir sur les raisons pour lesquelles, les essais de régionalisation n'ont pas été couronnés de succès. C'est un point qui demande une recherche sérieuse **que les établissements d'enseignement supérieur compromis avec l'idée de service public devraient s'engager à faire.**

En 1993, le Wider –World Institute for Development Economics Research, de l'Université des Nations Unies, situé en Finlande a diffusé une publication (8) où son auteur présente comme suivantes les caractéristiques du nouveau régionalisme.

- tandis que l'ancien régionalisme était établi dans le cadre d'un monde bipolaire, le nouveau prend ses formes dans un ordre mondial multipolaire.
- Tandis que l'ancien régionalisme était créé de l'extérieur et venait du haut., ce qui signifie qu'il était stimulé par les superpuvoirs, le nouveau est originaire d'un processus plus spontané qui a sa source dans son intérieur, ce qui signifie que ce sont les Etats eux-mêmes qui sont les principaux acteurs.
- Tandis que l'ancien régionalisme était spécifique par rapport à ses objectifs, le nouveau est plus vaste, résultant d'un processus multidimensionnel.

Le nouveau régionalisme, même si le point de départ est la proximité géographique va arriver naturellement au besoin de prendre en considération les facteurs culturels, politiques et éducationnels, considérés nécessaires à son succès. Les sociétés ont évolué, la 'démocratisation formelle tend à créer des mécanismes qui poussent vers une démocratisation réelle, avec la participation de l'ensemble de la société dans la prise de décisions.

On attribue à Jean Monnet, l'un des pères de l'Union européenne, l'affirmation selon laquelle si c'était à refaire, je commencerais par l'éducation ». Si mes informations sont correctes,

dans le Traité de Rome, de 1957, l'éducation ne faisait pas partie de l'accord. C'étaient des expériences comme celles de Erasmus et Commet qui auraient mené à l'élaboration de l'article 126 du Traité de Maastricht, qui cherche à stimuler la coopération en matière d'éducation, mais sans proposer l'harmonisation de politiques.

Un régionalisme limité au développement économique et au renforcement et augmentation du commerce va provoquer nécessairement de nouvelles tensions, capables de produire des conflits destructeurs du système lui-même. De cette prise de position, découle nécessairement le besoin que, dans tous ces accords, les membres signataires prennent une position claire en faveur d'un développement qui ne laisse pas de côté aucun pays, ni des parties de certains pays, ni des groupes sociaux qui n'auraient aucun bénéfice dans ces types d'association.

IX- L'ACTION DE L'ENSEIGNEMENT SUPÉRIEUR

Tout cela justifie une action et une intervention des établissements d'enseignement supérieur qui, tout en exerçant sa fonction critique, devraient analyser le cadre où se situe la tendance au régionalisme. Cela implique une analyse critique et objective de la globalisation et de ses impacts dans la vie de nos sociétés.

Le moment ici n'est pas le plus adéquat pour analyser le phénomène de la globalisation. Limitons nous à cerner le sujet pour encadrer le débat. La globalisation n'est pas un fait nouveau. L'Angleterre de la Reine Victoria se vantait du fait que soleil ne se posait jamais dans l'empire britannique. Entre les deux guerres mondiales, un nouveau centre impérial s'est renforcé aux Etats Unis et, en 1989, avec la chute du communisme comme système politique, l'empire s'est consolidé.

Depuis, la révolution des nouvelles technologies aidant, nous avons marché avec une rapidité extraordinaire vers un nouvel ordre mondial, qui, aujourd'hui, à l'aube d'un nouveau siècle, commence à montrer d'une façon dramatique que, pour une bonne partie de l'humanité, il a signifié à peine la consolidation d'une situation de domination. En réalité la globalisation ou mondialisation semble aujourd'hui un nouveau nom pour une vieille politique et même les gardiens du système placés dans des organisations comme la Banque Mondiale et le FMI sont obligés de se rendre à l'évidence: les pauvres deviennent plus pauvres, l'exclusion atteint des secteurs jusqu'à présent épargnés, la misère se globalise, la violence urbaine atteint le monde entier.

X- LA RÉALITÉ DE LA GLOBALISATION

Mais, la globalisation est une réalité. Certains disent même que nous vivons une nouvelle civilisation. Le fait est que ce qu'on fait dans un endroit a assez souvent des répercussions dans le monde entier. Un exemple: récemment, le 31 août 2000, les autorités du Canada ont annoncé leur décision d'empêcher les dons de sang de toutes les personnes ayant séjourné plus de six mois en France depuis 1980. La mesure a pour objectif prévenir les risques de transmission parmi les êtres humains, à travers le sang, de l'agent responsable de la maladie des vaches folles. Il y a un an, Canada et Etats Unis avaient déjà adopté la même mesure par rapport au Royaume Uni.

Mais, regardez bien: la découverte de la maladie des vaches folles a coïncidé avec la décision du gouvernement de Mme. Thatcher de réduire la présence de l'Etat dans l'économie, ce qui a provoqué, parmi d'autres choses, la situation catastrophique où se trouve actuellement le système ferroviaire au Royaume Uni, mais aussi une diminution de la fiscalisation de la part du gouvernement sur la production d'aliments destinés aux animaux. En même temps, le gouvernement a décidé un changement dans la politique de financement des universités anglaises avec l'introduction d'un système de concurrence entre les établissements, la priorité ayant été accordée, d'après la loi du marché, à des projets capables de produire des ressources. Les universités ont été invitées à réduire les coûts et à «produire». En même temps, elles devraient demander des fonds de recherche aux industries. L'on peut imaginer le Professeur Lacey (peut être le plus important chercheur dans le domaine des prions) obligé de demander des fonds à l'industrie de farines pour étudier la maladie de la vache folle... C'est de la folie!

La globalisation a cette caractéristique. Certains pays cherchent à exporter leurs modèles et leurs conceptions d'organisation de la société et, en même temps, d'imposer une distribution de fonctions entre les divers pays de la planète. La crise de la vache folle montre, où nous a mené le modèle qui, sans être spécifique à l'Angleterre, y a été implanté avec rigueur. . Aux Etats Unis, sans mentionner la tragi-comédie de la dernière élection présidentielle, des analyses objectifs, avant même le résultat des élections, avaient conclu que les nord-américains, en ce moment se posent des questions sur leur modèle: une économie déficitaire basée sur des déficits colossaux des comptes extérieurs et une dette privée colossale, des citoyens «stressés» et peu confiants dans l'avenir, une population qui mange beaucoup, mais qui mange mal, des minorités chaque fois plus exposées aux déficiences dans l'assistance médicale et qui sont soumises à un système d'éducation déficient par rapport à celui des classes favorisées, un système où ce qui vaut est le gain (9)

Il ne s'agit pas de présenter ici une diatribe contre les Etats Unis, l'Angleterre ou d'autres pays anglo-saxons. Toutes sociétés humaines sont imparfaites et l'important est d'être prêt à travailler pour les améliorer. L'essentiel à retenir est que le processus de construction d'une société, y compris de la société globale, ne sera démocratique que si tous participent de l'élaboration d'un modèle qui doit venir des bases, où chaque nation a un rôle à jouer. Et ici, nous faisons face à un autre drame des temps modernes et nous touchons à une question où les établissements d'enseignement supérieur ont leur rôle à jouer.

XI- IDÉAL HISTORIQUE

Nos dirigeants, en général, ne sont pas capables d'élaborer des projets de nation solides, de concevoir ce que l'un des fondateurs de l'UNESCO, le philosophe catholique Jacques Maritain désignait comme "idéal historique". Or la Conférence Mondiale sur l'enseignement supérieur de Paris, dans la partie II du document Cadre d'action prioritaire pour le changement et le développement de l'enseignement supérieur, a suggéré aux établissements et systèmes d'enseignement supérieur:

"Chaque établissement d'enseignement supérieur devait définir sa mission en conformité avec les besoins présents et futurs de la société, et en étant conscient du fait que l'enseignement supérieur est essentiel pour que tout pays ou toute région puisse accéder au niveau requis de développement économique, social et culturel durable et écologiquement rationnel, et à une créativité culturelle nourrie

par une connaissance et une compréhension plus approfondie du patrimoine culturel, accroître le niveau de vie et faire régner l'harmonie et la paix dans le pays et dans le monde, sur la base des droits de l'homme, de la démocratie, de la tolérance et du respect mutuel. Ces missions devraient intégrer la notion de liberté académique énoncée dans la Recommandation concernant la condition du personnel enseignant de l'enseignement supérieur approuvée par la Conférence général de l'UNESCO en novembre de 1997".

La CMES a été sans doute le forum le plus important sur l'enseignement supérieur au cours du siècle XX. Presque cinq mille personnes y ont participé. Plus de 180 pays étaient représentés. 125 ministres ont été les chefs des délégations officielles. Des représentants de parlements, de syndicats, d'associations d'étudiants, d'enseignants, les associations universitaires internationales et régionales, des dizaines d'ONGs intéressés à l'enseignement supérieur sont venus à Paris, pour discuter des missions de l'enseignement supérieur à l'aube d'un nouveau siècle.

Cette décision concernant la définition des missions donne aux établissements d'enseignement supérieur l'opportunité de gérer un débat auquel doivent être invités non seulement les représentants de l'académie, mais les gouvernements et tous les représentants de la société civile. Il faut ne pas oublier, qu'une conclusion essentielle à laquelle sont arrivés ceux qui ont participé au processus de préparation de la CMES est qu'avant de définir le modèle d'université, il faut décider le type de société qu'on souhaite établir. Cela vaut pour une ville, pour une région, pour un pays, pour l'ensemble de la communauté internationale.

XII- UNE NOUVELLE GLOBALISATION?

L'expérience des années 90 a montré que la globalisation est un fait, mais elle a signalé également que la régionalisation est un élément essentiel pour protéger les pays en voie de développement contre la domination des super puissants et pour protéger les valeurs et leurs identités.

Préalablement à ces débats, les universités, notamment à travers ses associations régionales et internationales, comme le CSUCA, l'UNAMAZ et le Groupe de Montevideo, devraient participer activement et objectivement aux études pour étudier les bases pour une nouvelle globalisation. Quelles seraient ses bases? Il y a de quoi en discuter, mais un bon point de départ serait celui de:

- i) tout d'abord chercher une nouvelle formule pour le traitement de la dette extérieure de tous les pays pauvres, en voie de développement et émergeants, qui devaient être stimulés et, dans certains cas, orientés vers la solution de leurs problèmes de base
- ii) promouvoir l'accès de ces pays aux marchés des pays riches sans protectionnisme.
- iii) Promouvoir également l'accès de ces pays aux décisions des organismes comme la Banque Mondiale et le FMI, actuellement contrôlés par les Etats Unis et le G-8.

- iv) Renforcer la coopération, à tous les niveaux, entre les pays qui ont des similarités culturelles, économiques ou géographiques et entre les institutions d'enseignement supérieur pour pouvoir faire face aux plus puissants.

XIII—EXPÉRIENCE DU MERCOSUR

Dans cette même ligne d'orientation, les établissements d'enseignement supérieur devraient développer des lignes de recherche sur les conditions pour les succès des expériences de régionalisation. Regardons l'exemple du MERCOSUR. Dans son édition du 12 juin 1996, "The Economist", dans un supplément spécial, a montré que de 4 milliards de dollars en 1990, le commerce entre les quatre membres du Mercosur est arrivé à plus de 14.5 milliards en 1995. L'hebdomadaire ajoutait qu'il y avait de la place pour beaucoup plus...

Les difficultés récentes dans le Mercosur devraient servir pour stimuler cette réflexion. Il est clair, dès maintenant, que ces accords ne peuvent pas se limiter au commerce. Ils doivent avoir pour base le renforcement de la collaboration dans les domaines de l'éducation et de la culture dans le secteur social, les seuls capables de renforcer l'amitié et l'union entre les peuples. Il est inacceptable que ce ne soit que les industries et les multinationales qui se bénéficient de ce processus. Ce sont les populations des pays concernés qui doivent être l'objectif principal de leurs actions.

Par ailleurs, - et dans ce domaine les universités ne devaient pas garder une position réservée- il est important d'analyser ce qui signifie l'initiative nord-américaine de bâtir un marché unique dans toutes les Amériques. Dans le premier Sommet des Amériques, à Miami, en 1994, le Président Clinton a proposé la création de l'ALCA, à partir de 2005, avec le développement d'un marché de 750 millions de personnes, le double de l'Union européenne. L'idée n'était pas nouvelle. Elle avait déjà été lancée par Bush, en 1990, avec le titre «Initiative pour les Amériques». Pour certains, il s'agirait d'un retour à la doctrine Monroe «l'Amérique aux Américains» qui, dans la pratique, signifierait «les Amériques aux américains du Nord».

Il faut analyser les implications de certains faits. L'ALENA a un PIB (GNP) de 9.202 milliards de dollars (données de 1998), tandis que l'Amérique du Sud n'a que 1.515 milliards, c'est à dire 15% à peu près celui de l'ALENA. Mais l'Amérique du Sud compte une population, un marché de 337 millions d'éventuels consommateurs de produits assemblés dans des usines de l'ALENA, fréquemment avec une main d'oeuvre bon marché. Ces produits seront exportés sans barrières douanières en Amérique du Sud et en Amérique centrale. Que deviendra-t-elle ce qui reste d'industrie en Amérique latine? L'impact sur les matières premières seront-elles soumises à une politique de dumping sans control?

XIV- OBJECTIFS COMMUNS

Un peu d'histoire peut aider dans la réflexion. Quand les Présidents Alfonsin et Sarney ont signé l'Acte de Iguazu en 1985, Brésil et Argentine semblaient avoir une vision conjointe de la situation internationale et des objectifs communs que les deux pays devraient atteindre. Il

était clair qu'en ce moment les autorités des deux pays étaient conscientes qu'elles ne pourraient faire face aux grands blocs internationaux, tout en maintenant ce qui restait de souveraineté nationale, que si elles restaient ensemble.

La situation a changé avec Menen et Collor qui ont ouvert les portes des économies des deux géants de l'Amérique du Sud sans concertation et sans aucune compensation, en imaginant peut être que s'ils étaient gentils ils recevraient en échange des contreparties de la part des puissants. Ignorance ou mauvaise foi, ce sera aux historiens de trancher un jour.

Ceux qui se penchent sur la question à l'intérieur comme à l'extérieur des académies sentent que les difficultés de redressement du Mercosur sont grandes, mais des mesures courageuses s'imposent. Il s'agit de sociétés avec des grandes injustices dans la distribution des revenus, hauts niveaux de chômage, l'exclusion grandissante, la misère se généralisant, des ruptures profondes et historiques dans la cohésion de l'ordre social autant d'éléments capables de provoquer des tensions internes et de rendre difficile l'intégration. Des auteurs, comme Aldo Ferrer, Gilberto Dupas et Jacques Marcovitch l'ont signalé avec précision à travers des documents analytiques publiés dans la revue «*Política Externa*» (vol 9, no. 2, septembre 2000), qui est édité à São Paulo, Brésil.

Il est nécessaire donc que les pays de l'Amérique latine disposent d'une vision globale, conjointe et d'un projet communautaire d'insertion nationale et d'intégration régionale. Ils doivent, dans un monde globalisé, construire ensemble leur idéal historique, selon l'expression de Jacques Maritain. C'est un défi auquel les universités ne peuvent pas être étranges. Ce thème doit faire partie des éléments de discussion quand elles définissent leurs missions devant la société.

Aldo Ferrer, de l'Université de Buenos Aires, disait récemment que «le développement a été et constitue toujours un processus de construction politique, cohésion sociale et aptitude pour décider le destin propre dans un monde global

Tout cela relève de l'utopie diront certains. Vous allez me permettre de conclure en répétant ce qu'est devenu mon refrain dans toutes mes interventions auprès de la communauté universitaire un peu partout dans le monde: "sans utopies, l'être humain ne peut pas progresser ni survivre".

RÉFÉRENCES

- 1) Dias, M.A.R. (1998) – "Enseignement supérieur: vision et action pour le prochain siècle" in Perspectives, revue trimestrielle d'éducation comparée- numéro 107- Genève, Suisse, Bureau International d'éducation, vol. XXVIII, no. 3. septembre 1998
- 2) Renault, Enguérand (2000)- "Sur Internet, tout se vend, tout s'achète même le savoir" in Le Monde, Paris, 2/3 juillet 2000, pg. 17
- 3) UNESCO (1997)- "L'enseignement ouvert et à distance" - Perspectives et considérations politiques.
- 4) OCDE (1998) – "Redéfinir l'enseignement tertiaire"- Paris
- 5) Dias, M.A. R. (1998) – "La Conférence Mondiale: le long parcours d'une utopie qui devient réalité"- conférence le jour d'ouverture de la CMES – Paris, le 5 octobre 1998-<http://www.unesco.org/education/educprog/wche/dias/speech.html>.
- 6) UNESCO (1995)- "Changement et développement dans l'enseignement supérieur: document d'orientation"
- 7) UNESCO (1998) –"L'enseignement supérieur au XXI siècle – Vision et actions" – Conférence Mondiale sur l'enseignement supérieur- Rapport final, Paris, 5-9 octobre 1998
- 8) Hettne, Bjorn (1993) – "The new regionalism – implications for global development and international security". – Wider- Université des Nations Unies, Helsinki Finlande
- 9) Delattre, Lucas- "Les américains s'interrogent sur leur 'modèle'" - Le Monde, Paris, 6.11.2000.

DOCUMENTO NÚMERO 6

INTERESSES, LIMITES E POSSIBILIDADES NA COOPERAÇÃO INTERUNIVERSITÁRIA NO ESPAÇO AMÉRICA LATINA E CARIBE

Versão em Português

Professor Marco Antonio Rodrigues DIAS
Consultor internacional
Ex-vice-reitor da Universidade de Brasília (1976-1980)
Ex-Diretor da Divisão de Ensino Superior da UNESCO (1981-1999)

Bruxelas, Bélgica- 4 de dezembro de 2002- Reunião de Altos Funcionários da América Latina e Caribe/União Européia (ALC-UE) – Seguimento da Iia. Reunião de Cúpula ALC-EU – Cooperação interuniversitária no espaço Europa- América Latina e Caribe

INTRODUÇÃO

Referindo-se às reivindicações dos países em desenvolvimento na área comercial, como no campo dos serviços, o Embaixador Rubens Ricupero, secretário-geral da UNCTAD - Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento- sugere que seus governantes, em lugar de insistirem em reclamações contra discriminações de que se consideram objeto, apresentem uma agenda positiva, com propostas concretas em seu favor (1).

A sugestão do secretário-geral tem sua razão de ser. No caso do ensino superior, da definição de suas políticas, como da estratégia para se alcançarem os objetivos visados pela comunidade universitária no mundo inteiro e pela sociedade em geral, existe, desde 1998, uma agenda positiva. Ela foi estabelecida pela Conferência Mundial do Ensino Superior, organizada na sede da UNESCO, em Paris, de 05 a 09 de outubro de 1998, com a participação de cerca de cinco mil pessoas, representando mais de 180 países. Mais de 120 ministros de estado presidiram as delegações oficiais.

Estavam presentes neste encontro representantes de todas as organizações universitárias mundiais e regionais assim como as associações estudantis, os sindicatos de professores, sem falar em representantes de parlamentos e de diversos segmentos da sociedade. O objetivo de todos era estudar os desafios que enfrentava a educação superior no final do Século XX, analisar quais deveriam ser suas funções no alvorecer de um novo século e, face às transformações sociais provocadas pela sociedade do conhecimento, verificar como deveria ela atuar para colaborar com a construção de uma sociedade melhor.

A realização da conferência coincidiu com a plena expansão –explosão mesmo- das novas tecnologias de informação, que, entre outras coisas, criou condições para o estabelecimento de novas relações de cooperação que poderiam servir de base –como todos esperavam- a ações de grande solidariedade, mas que, em realidade, segundo se vê neste início de século, está servindo, muitas vezes, para consolidar as diferenças entre indivíduos, instituições e países.

ACESSO UNIVERSAL AO ENSINO SUPERIOR

Os participantes da Conferência de Paris não demoraram muito a se por de acordo para afirmar, enfaticamente (2), que «sem uma educação superior e sem instituições de pesquisa adequadas que formem a massa crítica de pessoas qualificadas e cultas, nenhum país pode assegurar um desenvolvimento endógeno genuíno e sustentável e nem reduzir a disparidade que separa os países pobres e em desenvolvimento dos países desenvolvidos. O compartilhar do conhecimento, a cooperação internacional e as novas tecnologias podem oferecer oportunidades para reduzir esta disparidade» Para isto, ficou claro que sua missão básica permanece vinculada a quatro objetivos principais:

- 1- a produção de novos conhecimentos (função de pesquisa);
- 2- a formação de pessoal altamente qualificado (função de ensino);
- 3- a prestação de serviços à sociedade;
- 4- a função ética, que inclui a crítica social (3).

Colocou-se então a questão do acesso ao ensino superior. A quem deve ele destinar-se? Falando aqui, hoje, em Bruxelas a altos funcionários e diplomatas dos países europeus e latino-americanos, creio ser útil recordar que, em agosto de 1998, poucos meses antes da Conferência Mundial de Paris, os países vinculados à OCDE reuniram-se em Berlim e decidiram adotar, como política oficial, o acesso universal ao ensino superior ou terciário como gostam de dizer os funcionários da OCDE, influenciados pelos australianos.

No documento de trabalho desta reunião (4), os funcionários da OCDE indicavam na página 43 da versão francesa:

“a participação no ensino terciário é, de agora em diante, ‘a coisa a ser feita’, apreciada por todos, e não só por uma minoria privilegiada. A direção é rumo à participação universal: 100% de participação, com justas e iguais chances de acesso ao conhecimento, em uma ou outra forma de ensino terciário, em qualquer momento da vida, e não necessariamente na prolongação imediata do ensino secundário... Chega-se não apenas a um estabelecimento, mas a uma maneira de viver, não apenas para alguns, mas para todos...”

Na mesma publicação e na mesma página, a OCDE mencionava a chegada de um “novo paradigma para o ensino terciário que tem como elementos, entre outros, os seguintes : a orientação, em um grande número de países, de ações realizadas pelas autoridades públicas que prevêem a possibilidade de admissão ao ensino terciário de 60, 80, 100% de todos os que completarem seus estudos secundários, e, em um caso (Os Estados Unidos), a participação de todos em algum tipo de ensino terciário...”.

SOCIEDADE DO CONHECIMENTO

Na qualidade de diretor da Divisão de Ensino Superior da UNESCO, função que exercia na época, tive o privilégio de participar, como observador, deste encontro em Berlim. Não era difícil compreender porque os países mais industrializados do mundo, de que vejo aqui vários representantes, tomavam uma decisão política em favor da universalização do ensino superior em seus países. Bastava ouvir os debates para saber que os representantes dos países industrializados, de há muito estavam conscientes de que **o saber, o conhecimento e a informação tornaram-se, hoje, os elementos motores da sociedade mundial**.

Mas, não há que confundir informação com conhecimento. **Informação é um conjunto de dados ao qual se tem acesso. O conhecimento presupõe uma capacidade de aprendizagem e uma capacidade cognitiva.**

Na área política, esta distinção é essencial para a tomada de decisões e, na área econômica, a distinção fundamental, hoje, efetua-se entre quem concebe os produtos industriais –o que é de longe o mais importante- e sua produção. A concepção é diretamente ligada à pesquisa e ao desenvolvimento baseado sobre a ciência e a codificação do saber teórico, enquanto que a produção o é muito menos. Quanto mais tecnologia agregada tem um produto, maior é o seu preço, mais empregos são gerados na sua fabricação. Por isto, os países ricos investem na pesquisa científica e tecnológica (5).

É evidente que para atingir um estado de maior desenvolvimento endógeno, auto-sustentável, humano ou que novo tipo de neologismo alguém queira criar, eu diria apenas **para ser independente, os países em desenvolvimento**, em particular os da América Latina, **necessitam de mais conhecimento, de mais tecnologia**. O conhecimento é produzido basicamente nas universidades e quem desenvolve tecnologias são os cidadãos formados nos estabelecimentos de ensino superior, os cientistas, os engenheiros, os pesquisadores, os intelectistas sociais, os educadores.

O embaixador Ricúpero, aliás, costuma dizer que “...hoje em dia, o que realmente faz a diferença entre o sucesso e o fracasso é a capacidade de competição baseada na tecnologia, na ciência, no conhecimento”.

Ricúpero cita a Coréia do Sul como exemplo. Em realidade, enquanto o Brasil e outros países latino-americanos, com exceção de exemplos de sucesso como o da Embraer, exportam, até hoje, produtos pouco elaborados, a Coréia do Sul vende ao Exterior computadores, semicondutores, peças para computadores, aparelhos para comunicação, ótica e química. Mas eles fizeram isto graças à educação e continuaram a investir em educação e em pesquisa mesmo em período de crises. O mesmo fez Singapura e idêntica atitude está tomando a China. Estive neste país participando de uma reunião de uma rede de universidades asiáticas no mês de setembro passado. O local da reunião era uma cidade a uns duzentos quilômetros ao sul de Xangai, Hangzhou, onde estivera pouco mais de um ano antes.

Ali as coisas estão mudando da noite para o dia. O país, num período de crise geral, continua crescendo insolentemente, há muitos anos, numa base de pelo menos 8% ao ano. A moeda, apesar de ataques dos especuladores, resiste. Exige-se dos que ali querem se implantar que transfiram tecnologia e que emprego seja assegurado aos nacionais. Não é pois, sem razão, que uma firma japonesa decidiu, recentemente, construir nesta cidade de Hangzhou, onde está instalada uma das melhores universidades chinesas, com um reitor especializado em ciências da informação (Informática) a maior fábrica de computadores do mundo. Nada acontece por acidente nem em Economia, nem em Política.

BASES PARA A AGENDA POSITIVA

Dante disso tudo, creio que os senhores aqui presentes, altos funcionários e diplomatas europeus e latino-americanos, não de considerar que não fui impertinente, em outubro de 1998, ao indagar dos participantes da CMES, no dia de sua abertura, se «o acesso universal é um ideal que deve ser atingido somente em alguns países ou regiões de alguns países?» (6).

Os participantes da CMES foram buscar resposta nos princípios das Nações Unidas, no Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, no Pacto Internacional de Direitos Cívicos e Políticos, mas principalmente na Declaração Universal dos Direitos Humanos e, em particular, no Artigo 26, em seu parágrafo 1º, no qual se declara que "toda pessoa tem o direito à educação" e que «educação superior deverá ser igualmente acessível a todos com base no respectivo mérito», disposição reforçada pelos princípios da Convenção contra a Discriminação em Educação (1960), a qual, através do Artigo 4º compromete os Estados-Membros a "tornar a educação superior igualmente acessível a todos segundo sua capacidade individual".

O princípio do acesso universal foi portanto adotado pela comunidade internacional com base na Declaração dos Direitos Humanos, que, segundo se vê pela discussão nesta reunião de altos funcionários, é considerada alta prioridade pelos países europeus. É, pois gratificante, ver que, neste ponto, as duas opções: direitos humanos pelos europeus, cooperação em ensino superior pela América Latina e Caribe partem de uma base comum.

Proseguindo nesta análise, quais seriam os demais pontos para uma agenda positiva para os países em desenvolvimento no campo do ensino superior?

A resposta, de novo, pode e deve ser encontrada na Declaração de Paris de 1998. De maneira sintética, mencionemos os pontos mais importantes ali adotados, além dos que já foram analisados acima, e que poderão servir de base a uma política de cooperação:

- Os estabelecimentos de ensino superior devem desenvolver sua função crítica através da verdade e da justiça, submetendo todas suas atividades à exigência do rigor ético e científico. Para isto, as liberdades acadêmicas e a autonomia são indispensáveis.
- A qualidade do ensino superior é um conceito multidimensional que deve englobar todas suas funções e atividades. **Ter-se-á um cuidado especial em fazer progredir os conhecimentos através da pesquisa.** Como instrumentos para se garantir a qualidade, menciona-se que uma auto-avaliação interna transparente e uma revisão externa com especialistas independentes, se possível com reconhecimento internacional, são vitais para assegurar a qualidade.
- Os estudantes devem estar no centro das preocupações dos que tomam decisões em nível nacional e institucional. São eles os protagonistas essenciais num processo de renovação do ensino superior.
- Na perspectiva da educação ao longo da vida, é essencial diversificar os sistemas, as instituições e programas de estudo. Uma política vigorosa de aperfeiçoamento do pessoal se impõe.
- **O ensino superior deve tirar todo benefício das novas tecnologias, em particular das novas tecnologias de informação cujo acesso deve ser o mais amplo possível no mundo inteiro.**
- **O ensino superior deve ser considerado um bem ou serviço público.**

- A dimensão internacional do ensino superior faz parte de sua qualidade e a implantação de **redes cuja ação se fundamente na solidariedade e na igualdade entre os membros** deve ser estimulada e tornar-se um instrumento principal das instituições e sistemas.
- Qualidade e pertinência são conceitos interligados e esta última deve medir-se pela adequação entre o que fazem os estabelecimentos de ensino superior e o que espera deles a sociedade. **Neste marco, a pertinência, a participação na busca de solução aos grandes problemas da sociedade** (erradicação da pobreza, da intolerância, da violência, do analfabetismo, da deterioração do meio ambiente e das enfermidades), uma integração com o mundo do trabalho onde as necessidades das sociedades sejam consideradas prioritárias e **uma contribuição ao desenvolvimento do conjunto do sistema educacional** são essenciais na ação dos estabelecimentos e dos sistemas de ensino superior. Mas, devem sempre fundamentar suas orientações a longo prazo em função dos objetivos e necessidades da sociedade, incluindo-se aí o respeito das culturas e a proteção do meio ambiente.

COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

Durante os debates que precederam a elaboração e a aprovação da Declaração de Paris, considerou-se que nenhuma instituição de ensino superior pode, hoje, viver isolada. O progresso do conhecimento é de tal forma rápido que, só, nenhuma instituição pode sobreviver e todas têm algo que aprender com suas congêneres.

Além disso, insistiu-se na necessidade de que toda cooperação, em particular com os países em desenvolvimento, seja baseada na solidariedade, no reconhecimento e apoio mútuos, na autêntica parceria, que resulte, de modo equitativo, em benefício mútuo. A importância de compartilhar conhecimentos teóricos e práticos em nível internacional deve guiar as relações entre instituições de educação superior em países desenvolvidos, em países em desenvolvimento, e deve beneficiar particularmente os menos desenvolvidos.

Estimulou-se a ratificação e implementação dos instrumentos normativos relativos ao reconhecimentos de estudos e diplomas, condenou-se o êxodo de cérebros e sugeriu-se que os esquemas de cooperação internacional se baseassem em relações de longo prazo entre estabelecimentos do Sul e do Norte, assim como entre estabelecimentos do próprio Sul entre eles.

Está claro que estes princípios conformam-se plenamente com os objetivos da política de cooperação para o desenvolvimento da Comissão européia (artigo 177) que menciona:

-desenvolvimento econômico e social sustentável dos países em desenvolvimento e, em especial, dos menos favorecidos;

-inserção harmoniosa e progressiva dos países em desenvolvimento na economia mundial;

- luta contra a pobreza nos países em desenvolvimento;
- desenvolvimento e consolidação da democracia e do Estado de Direito, assim como o respeito dos direitos humanos e das liberdades fundamentais.

TEMAS MOBILIZADORES

Nos últimos meses, tive a oportunidade de participar de vários encontros, em particular em países da América Latina e na Espanha, mas também na Ásia (rede de universidades asiáticas em setembro na China); na África (rede de instituições de ensino a distância no Canadá, África e América Latina na ilha Maurício, no Oceano Índico, em outubro); na Europa (rede européia para promover inovações no ensino superior em Dijon na França, em outubro).

Acabei de regressar, ontem, de um périplo na América Latina, participando de encontros em Cartagena de Indias (Colômbia) onde se criou o Conselho Universitário Ibero-americano, uma rede de redes universitárias para coordenar atividades de instituições na Espanha, Portugal e toda a América Latina; de uma conferência nacional de engenheiros, agrônomos e arquitetos em Goiânia (Brasil) e de um encontro da Associação de Universidades do Grupo de Montevideo e do Conselho de Universidades da Argentina, em Córdoba (Argentina), onde se discutiu a questão da globalização no ensino superior.

Tendo passado boa parte de minha vida trabalhando com assuntos universitários, seja nos anos sessenta como estudante, seja nos anos setenta como administrador acadêmico na Universidade de Brasília, instituição da qual fui, inclusive, vice-reitor (1976-1980), seja como diretor da Divisão de Ensino Superior da UNESCO, de 1981 a 1999, considero um privilégio o envolvimento pessoal em continentes e ambientes tão diversos. Além do mais, desde que me aposentei da UNESCO, tenho participado ativamente da elaboração de estratégias de cooperação da Universidade das Nações Unidas, sob a responsabilidade do reitor Van Ginkel, e da Universidade Aberta da Catalunha –UOC- instituição que decidiu incorporar em sua estratégia de cooperação os princípios da Conferência de Paris e que, esta semana, inicia uma atividade de formação, para pessoal de efeito multiplicador trabalhando nos polos de desenvolvimento científico e tecnológico do Rio Grande do Sul, no Brasil.

Posso concluir, então, que os temas mobilizadores definidos pelos ministros do ensino superior da União européia, América Latina e Caribe, reunidos em Paris nos dias 2 e 3 de novembro de 2000 para analisar a questão do ensino superior, assim como os assuntos que os senhores têm considerado como importantes, são realmente de atualidade. Permitam-me, no entanto, fazer alguns comentários específicos, antes de concluir estas considerações que, reconheço, estão um pouco caóticas e desalinhavadas, **como resultado, em parte, da confirmação tardia para minha presença aqui no dia de hoje.**

I- INTERESSE NA COOPERAÇÃO BILATERAL

Tradicionalmente, a cooperação interuniversitária Norte-Sul centrou-se em dois tipos de ações:

- a) bolsas para seguimento de cursos e elaboração de teses em universidades do Norte;
- b) subvenções para financiamento de projetos de pesquisa em instituições do Sul (07).

Há, na América Latina, um interesse muito grande na continuação desta cooperação e, em particular, no nível bilateral, como são bom exemplo a rede Santos Dumont e o programa Norte (Amazônia), desenvolvidos a partir dos acordos entre a CAPES (Brasil)- Coordenação do Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior- e o Cofecub (Comitê Francês de Avaliação da Cooperação Universitária com o Brasil). O programa Cofecub serviu de base a iniciativas bilaterais semelhantes, na Argentina, Chile, Uruguai, México, Colômbia e Venezuela. Outras instituições, como o Instituto Pasteur, de Paris, desenvolvem uma série de parcerias na América Latina, colaborando com a formação de pesquisadores na área de Saúde e de Biologia.

Por sua vez, a Espanha, diretamente através de acordos entre universidades, ou utilizando os serviços de organizações como a OEI – a Organização para a Educação, Ciência e Cultura Ibero-Americana- desenvolve uma série de programas de cooperação em toda a região. Um dos que tem maior efeito, hoje, é o programa de bolsas que assegura uma mobilidade entre instituições vinculadas à Associação de Universidades do Grupo Montevideo.

Acima, já mencionei a cooperação da UOC com o Estado brasileiro do Rio Grande do Sul e instituições universitárias ali sediadas. Poderíamos mencionar também o Programa Anchieta de Cooperação Universitária no campo da formação de professores. Graças ao financiamento do Cabildo de Las Palmas, elaborou-se conjuntamente (instituições espanholas e brasileiras com a Universidade das Nações Unidas) um projeto de formação de professores que está sendo implementado, em sua primeira fase, pelo Estado de Minas Gerais (Secretário de Educação Murílio Hingel), Brasil. Mesclando formação presencial e a distância, 15 mil professores leigos (sem formação universitária prévia) das quatro primeiras séries do curso fundamental estão recebendo uma formação de qualidade a nível de graduação. Outros países, como Suécia e Alemanha, esta diretamente pelo DAD ou através de organizações como o Instituto Max Planck também são muito presentes. De particular importância foi o apoio alemão direto ou através da UNESCO (programa MAB) a programas da UNAMAZ – Associação de Universidades Amazônicas.

Devo, no entanto, assinalar que estou apenas dando exemplos. Não tenho a intenção, nem teria condições, hoje aqui, agora, de me referir a toda gama de projetos efetivos de cooperação bilateral entre Europa e América Latina. Mas, desde já, faço uma observação e apresento um comentário. Apesar do interesse na cooperação entre instituições individuais, como as já mencionadas e outras como as que executou a Universidade de Utrecht com universidades de Costa Rica, a experiência mostra que grande eficácia e maior cobertura a menor custo podem ter projetos que se desenvolvem através de redes, onde os projetos são definidos conjuntamente, beneficiando um maior número de instituições. Evita-se assim a tendência de algumas instituições de querer aplicar na América Latina e no Caribe, soluções padronizadas, numa utilização implícita do princípio segundo o qual quem recebe a cooperação tem o problema e quem administra o programa tem a solução e os recursos para aplicá-la.

Esta metodologia poderia ser utilizada para melhorar o acesso ao ensino superior na América Latina e no Caribe. Segundo dados estatísticos, o índice de acesso ao ensino superior é aí bastante reduzido, quando ele é comparado com o dos países europeus. Além do mais, mesmo entre o número de estudantes que terminam o ensino secundário e as vagas abertas pelos diversos sistemas de ensino superior, há um deficit que, em alguns países, é altamente significativo. Para democratizar o acesso, facilitando ao mesmo tempo ações de integração na região, o recurso às novas tecnologias, em particular usando as redes, é indispensável. Há aí um campo enorme a ser explorado, em particular dentro do marco de programas como Alfa e Lis.

II- IMPORTÂNCIA DAS REDES

Daí vem a primeira pergunta nesta fase de nossas reflexões: por que, em lugar de estimular a formação de novas redes, as vezes artificiais, programas como ALFA e o recente programa de bolsas lançado pela Comissão não se apóiam também em redes existentes que revelaram dispor de capacidade de mobilização? É um procedimento menos burocrático que o atual e que pode beneficiar mais instituições. Seria o caso –deixo a sugestão- de se fazer um inventário de cooperação com e através de redes, seja de grupos baseados na Europa como o Grupo Santander, o grupo de Coimbra, Columbus e outros, seja de redes existentes na América Latina e no Caribe com as quais cooperam ou podem cooperar, eficientemente, instituições européias.

Dou alguns exemplos de associações capazes de colaborar amplamente com projetos que visem, em particular, a integração sub-regional e regional:

-em Cartagena, Colômbia, acaba de ser constituído o CUI – Conselho Universitario Ibero-americano- com uma estrutura muito leve e flexível, legitimado pela participação dos conselhos de reitores de toda a América Latina..

-na América Central, detém grande liderança o CSUCA, Conselho Superior Universitário da América Central, que, no momento, entre outros, busca desenvolver um projeto de observatório sobre as tendências no ensino superior na América Central e no mundo.

-no Caribe, a UNICA, é uma rede ativa, mais voltada ao mundo anglo-saxônico, havendo esforços de integração com a América Latina, principalmente através de vínculos com instituições mexicanas e porto-riquenhas.

-nos países cobertos pelo Tratado de Cooperação Amazônica, existe a UNAMAZ – Associação de Universidades Amazônicas que, neste momento, analisa a possibilidade de desenvolver nos oito países amazônicos um programa de pós-grado em meio ambiente, com a cooperação de instituições como a UOC –Universitat Oberta de Catalunya-, a Universidade Politécnica de Catalunha e a Universidade Politécnica de Madrid.

-nos países andinos, segundo se informou em reunião interuniversitária recente em Córdoba, na Argentina, criou-se, faz pouco, uma Associação Andina de Universidades.

-nos países do Mercosur, a Associação de Universidades do Grupo Montevideo, muito dinâmica, além de promover intensa cooperação entre jovens cientistas das universidades membros, dispõe de uma cátedra UNESCO rotativa em educação para a paz, que trata de questões ligadas aos direitos humanos, à liberdade e a paz e que poderia ser um bom instrumento para o desenvolvimento de políticas de direitos humanos como acaba de sugerir, neste encontro, o diretor do Centro Dinamarquês de Direitos Humanos, Morten Kjaerum (08). Dentro do quadro desta associação, há também a possibilidade de se desenvolver um programa de pós-graduação no campo da gestão universitária, também em cooperação com instituições européias e combinando métodos presenciais e ensino a distância.

No campo interregional, unindo universidades européias e latino-americanas, há redes importantes como CINDA –Centro Interuniversitario de Desarrollo- baseada em Santiago, que, entre outros programas, desenvolve intensa ação no campo da acreditação universitária. O programa Columbus, apoiado pela Associação de Universidades européias, reúne, desde 1987, 60 universidades de vários países na Europa e na América Latina tendo se destacado por seus trabalhos nos temas da avaliação e dos vínculos com o mundo do trabalho.

No campo regional, uma organização que abrange todos os países da América Latina é a UDUAL – União de Universidades da América Latina- com sede no México. Outras como a OUI –Organização Universitária Interamericana- são mais abrangentes, incluindo o Canadá e Estados Unidos em menor escala e a Associação de Universidades de Língua Portuguesa que reúne, além de Portugal e Brasil, países lusófonos na África e Macau, hoje reincorporada à China.

III- COMERCIALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR

Mas, discutir cooperação nos dias de hoje e dispor-se a lançar bases para o desenvolvimento de um espaço comum interuniversitário entre Europa, América Latina e Caribe, não pode ser feito sem que se debata o tema que mais tem preocupado as universidades tanto na Europa quanto na América Latina. O tema é delicado, quando tratado num forum como este, mas não pode ser ignorado pelos que discutem, com objetividade, as relações no campo interuniversitário entre Europa, América Latina e o Caribe.

Até agora, falamos de cooperação baseada na solidariedade. Há outra concepção de cooperação? Pessoalmente, considero que o que muitos chamam de cooperação, a venda de produtos educativos como se educação fosse um mero serviço comercial, **não é cooperação**. É imposição e se baseia em outra concepção que a de promover o desenvolvimento igualitário para todos os povos.

Quem primeiro levantou esta questão recentemente, foram quatro organizações do Norte (Associação das Universidades e Colégios do Canadá, Associação Européia de Universidades, Conselho Americano de Educação e Conselho para a Acreditação no Ensino

Superior) que, em setembro de 2001, enviaram uma espécie de manifesto a seus governos solicitando que não dessem guarida à pretensão da OMC de incluir o ensino superior na lista de serviços comerciais regulamentadas por esta organização.

Em lugar de medidas como as que propõe a OMC, acentuaram as associações mencionadas, os governos deveriam estimular os programas de cooperação internacionais, inclusive no que diz respeito à **aplicação dos instrumentos normativos sobre o reconhecimento de estudos e diplomas**. Para estas associações, o poder de regulamentar o ensino superior deve permanecer como uma prerrogativa de instâncias competentes designadas por indicação de cada país. **Os acordos de comércio não podem restringir este poder soberano.**

Desde então, manifestações sobre o mesmo tempo multiplicaram-se no mundo inteiro, em particular no espaço ibero-americano, através de reuniões as mais diversas realizadas por exemplo em Porto Alegre (Brasil), Cartagena de Indias (Colômbia) e Córdoba (Argentina), sem que as autoridades governamentais, até agora, tenham dado sinais de se sentirem mobilizadas pelo tema ou afetadas por estas reações.

Consideram as instituições universitárias que os debates na OMC não são transparentes e, de fato, embora o assunto ali fosse discutido há muitos anos, somente agora informações sobre este assunto chegaram a um público mais vasto. Dar maior transparência à OMC e cuidar para que esta cuide, com mais atenção, dos problemas dos países em desenvolvimento, estavam, aliás, na plataforma de campanha do atual diretor-geral da OMC, Supachai Panitchpakdi, que tomou posse a 1º de setembro de 2002 e são elementos essenciais na reforma em curso desta organização.

Além disso, dentro da OMC, as definições são ambíguas. Quando se diz que estariam fora da área dos serviços comerciais regulamentados pela OMC aqueles serviços que fossem fornecidos no exercício da autoridade governamental e, nesse quadro, não fossem providos numa base comercial, nem permitissem a competição com um ou mais provedores de serviços, a margem a interpretações equívocas é grande. Numa interpretação literal, que já começa a ser utilizada segundo a conveniência de alguns países, este dispositivo praticamente põe todas as atividades governamentais sob a juridição da OMC, com exclusão das Forças Armadas e da polícia.

É verdade que bilhões de dólares estão em jogo. Merry Lynch, banco norte-americano de investimentos, calculou que, agora, ao final de 92, o mercado mundial de conhecimentos chegaria aos 53 bilhões de dólares e alguns países, como Nova Zelândia e Austrália, que exportava 6 milhões de dólares com o ensino superior em 1970, atingiu a mais de 2 milhões no ano 2000, adotaram a perspectiva comercializante e se lançaram, de maneira agressiva, neste território. Nas edição com data de amanhã, dia 07, posta nas bancas no dia de hoje, a revista inglesa ‘The Economist’, publica um artigo de Robert Zoellick (US Trade representative), onde se aprende que os serviços hoje (o que vai muito além da educação, é óbvio) representam 2/3 da economia norte-americana e 80% do mercado de emprego nos Estados Unidos, mas apenas 20% do comércio mundial (9).

Na medida em que o comércio vira o critério dominante na definição de políticas educacionais –e as solicitações norte-americanas no campo da educação dentro da OMC são muito claras a este propósito- a educação já não será para todos. Será para aqueles que podem

pagar. Não se respeitará a cultura local nem se atenderão, de forma prioritária, as necessidades nacionais e regionais. Não haverá restrições a pacotes fechados, que não tomam em consideração as características culturais locais, e que se constituem, como bem acentuou a delegação japonesa junto à OMC, em verdadeiras fábricas de diploma sem qualidade. A definição de políticas educacionais será feita no Exterior, será definida não soberanamente pelos governos democraticamente eleitos, mas sim pelo jogo do comércio, restringindo-se ainda mais a soberania dos países em desenvolvimento.

IV- TENDÊNCIAS NÃO ACEITAS

Neste sentido, a comunidade acadêmica, em particular a comunidade latino-americana, mostra sinais de insatisfação com algumas tendências nesta área:

-várias universidades européias agem de maneira que poderíamos considerar “esquizofrênica”. Em seus países, querem ser consideradas como bem público prestando serviço público, mas, quando chegam na América Latina, agem como se o comércio fosse o único valor a ser respeitado. Seu comportamento passa a ser idêntico ao de corporações comerciais multinacionais e representam o oposto ao de instituições européias já mencionadas nesta exposição.

-alguns analistas europeus, preocupados com a obrigação que teriam todos de reconhecer os diplomas de todos, obrigação que estaria na linha dos princípios da OMC contrários a qualquer limite à circulação de produtos educativos, tratam de imaginar que a convenção européia sobre reconhecimento de diplomas (Convenção de Lisboa), por eles controlada, poderá se transformar numa convenção universal com associados de sua escolha (o primeiro associado aceito significativamente é a Austrália, autorizada recentemente a ratificar a Convenção de Lisboa). Além do mais, no interior da UNESCO, inscrustou-se uma "Task Force" sobre acreditação que, além de estabelecer códigos de boa conduta, baseados exclusivamente na experiência européia, pretende definir critérios de qualidade válidos internacionalmente, em todas as regiões e que seriam a base para o reconhecimento mútuo de estudos em todas as regiões.

A idéia do reconhecimento mútuo é importante e essencial, é objeto de várias convenções regionais e de uma recomendação internacional, foi mesmo prevista na Conferência de Paris (por sugestão, aliás, de europeus), mas a composição deste grupo é absolutamente desequilibrada. Numa reunião recente realizada na Unesco, em Paris, estavam presentes dez membros da «Task Force», assim divididos por sua origem geográfica e cultural: Reino Unido (3), Bélgica (setor flamengo) (1), Estados Unidos (1), Japão (1). Havia três representantes de países em desenvolvimento, todos ligados ao Commonwealth (Nigéria, África do Sul e Índia). A América Latina estaria representada por uma professora competente que vive no México e tem nacionalidade européia.

A OMC pretende que decisões sobre abertura dos serviços educativos sejam tomadas antes do final de março de 2003. As solicitações dos Estados Unidos são cada vez mais precisas e mais amplas e põem em cheque, inclusive, de maneira insinuosa, as subvenções às universidades públicas. No entanto, insistimos, educação não é comércio e sua prestação se diferencia de outros tipos de serviço. Tudo isto é matéria de preocupação para a comunidade acadêmica latino-americana que demorou a despertar sobre o tema, mas que se inquieta por não ver, do lado europeu, sinais reais de uma posição de defesa da idéia de educação como serviço prioritariamente público.

Não nos esqueçamos do compromisso governamental em Paris, em 1998, em favor da idéia da educação como serviço público vinculado à idéia de direito humano. Uma das características do bem público, como do serviço público (que não se limita à simples idéia de interesse público explícita em um dos documentos da presente reunião) requer, em primeiro lugar, a igualdade. Todos devem ter direito a ele, sem discriminação de espécie alguma. É como o acesso à água potável. Todo cidadão tem direito a um serviço que garanta água de qualidade, seja sua prestação fornecida diretamente pelo Estado, seja por empresas num sistema **regulado** de concessão, delegação ou autorização. No entanto, a cada dia que passa, tem-se a impressão, esperamos que ao final injusta, de que o representante da Comissão européia, na área de comércio de serviços, já não se diferencia daqueles que vêm a educação antes de mais nada como um mero serviço comercial.

V- ESPAÇO COMUM NO CAMPO INTERUNIVERSITÁRIO

Para finalizar, recordemos que os acadêmicos latino-americanos, em grande número, são oriundos da Europa, são descendentes de imigrantes europeus os mais diversos, espanhóis, portugueses, franceses, mas também alemães, poloneses, e mesmo nórdicos e dos países da Europa central. Têm grandes afinidades culturais, históricas, genéticas com a Europa e, apesar de todas as preocupações, entusiasmam-se sempre com qualquer perspectiva de união com o velho continente, como é revelador o entusiasmo provocado pela idéia de programas de pós-graduação conjuntos lançada pela Conferencia de Reitores das Universidades espanholas e o interesse despertado por programas como Columbus, Alfa, Alban, Alis e outros. Há, nestes casos, um sentimento de volta às origens, de retorno à casa paterna, de reencontro em bases familiares.

As bases para uma cooperação solidária não poderiam ser melhores e permitem a abertura em todos os demais campos, inclusive no econômico. Em termos pessoais, busco trabalhar numa perspectiva global e atuo em projetos internacionais no quadro da Universidade das Nações Unidas (exemplo: com GUNI- «Global University Network for Innovation») e com instituições como CAERENAD, uma rede de educação a distância baseada no Quebec, Canadá. No entanto, desde que me aposentei da UNESCO, optei pela exploração das possibilidades de cooperação no campo ibero-americano e, olhando mais adiante, no campo latino (principalmente francês) e no campo europeu mais amplo ainda. Por isto, participo também de uma rede de instituições virtuais baseada em uma cátedra UNESCO na Universidade de Tampere, na Finlândia. Esta cátedra está se tornando o ponto focal de uma rede global –GUS- Global University System- que, entre outros projetos, está estimulando, na região amazônica, a utilização das novas tecnologias no campo do e-learning, em particular no campo da saúde.

Esta não é uma posição isolada. Entre a Europa e a América Latina e o Caribe, há valores comuns, há uma história compartida, as origens se encontram num passado não muito remoto, as culturas são próximas. O campo é, efetivamente, propício aos encontros.

VI- PROTECIONISMO

Evidentemente, educação é um fator social e não pode ser examinada isoladamente fora de um contexto mais amplo nas relações sociais, inclusive nos encontros internacionais. Os acadêmicos latino-americanos estão conscientes também de que, sem uma mudança nos critérios injustos do protecionismo industrial e agrícola dos países do Norte, em particular do protecionismo industrial e agrícola norte-americano e dos sistemas de subvenção sinônimos de «dumping» para os produtos latino-americanos tão comuns em alguns países da Europa, de nada adiantarão programas de ajuda, de assistência ou de colaboração.

Estes são verdadeiras gotas d'água comparadas com os recursos que perdem os países em desenvolvimento nas relações comerciais mundiais. Há quem calcule que os subsídios nas nações industrializadas custem o equivalente a 1 bilhão de dólares por dia de perdas para os países em desenvolvimento, quantia muito superior a toda ajuda dada ao desenvolvimento. Além do mais, quando se estimulam estes a adotar políticas de ajustamento estrutural, que implicam redução de investimentos sociais e, ao mesmo tempo, as organizações financeiras aplicam recursos significativos em outras regiões, como ocorreu recentemente, para produção em massa, na Ásia, de produtos, como o café ou cana de açúcar, que, em lugar de servir para garantir a segurança alimentar dos povos em questão, vão provocar um excesso de oferta no mercado mundial e uma redução dos preços dos produtos de exportação agrícola latino-americano, aí a situação se agrava e ninguém comprehende mais nada. É verdade que países como a Etiópia, que dependem da exportação de café, acabam de mergulhar na miséria, mas prejudicados são também países da América Latina e do Caribe.

Em todo o caso, fica a mensagem. Há uma abertura incrível na América Latina, em particular, e creio também no Caribe, com relação à Europa. Há muita esperança. Numa perspectiva de sociedade do conhecimento, na América Latina, o conhecimento, como assinalam Jorge Brovetto (Uruguai), Ana Maria Cetto (México), Hebe Vessuri (Venezuela) e outros (10) «a ciência continua a ser um empreendimento de tipo principalmente acadêmico. Até 85% dela é feita em universidades».

Caso os países europeus confirmem sua intenção ética de, segundo sugestão de Ignacy Sachs, “dar um tratamento desigual aos desiguais”, “a regra do jogo deve ser favorável aos membros mais fracos”. Por sua vez, decidindo retomar os objetivos de aumentar a assistência oficial ao desenvolvimento, voltando à meta de 0.7% comprometida nos fóruns internacionais há mais de dez anos e que está muito longe dos 0.23% atuais do PIB combinado dos países ricos, no ano 2000, segundo informa um ex-diretor da Agência Canadense para o Desenvolvimento e da FAO, Domingos Donida (11), é nas universidades, a nosso ver, que, na América Latina, a eficiência e a eficácia sugerem que a cooperação seja intensificada.

Confirmado a prioridade de reforçar a cooperação no campo universitário, os países europeus estarão, além do mais, promovendo o diálogo entre civilizações, colaborando,

assim, nesta parte do mundo, para que se alcancem os objetivos de um projeto de escala mundial, patrocinado pela ONU e lançado pelo reitor da Universidade das Nações Unidas que busca, através do diálogo entre civilizações, alcançar perspectivas comuns para promover a paz e o desenvolvimento humano (12)

REFERÊNCIAS

- 01) Ricupero, Rubens (2001) – "Rebuilding confidence in the multilateral trading system: closing the 'legitimacy gap'" – pag. 37 a 58- chapter 3- in "The role of the World Trade Organization in Global Governance", edited by Gary P. Sampson – UNU Press, 2001.
- 02) UNESCO (1998) – Higher education in the twenty-first century – Vision and Action – World Conference in Higher Education – Final report- ED-98/conf. 202/cld.49. Existem versões impressas em inglês, francês, espanhol, russo, chinês e árabe. Em internet, o texto é encontrado em inglês, francês e espanhol na página web da UNESCO – www.unesco.org. O CRUB – Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras- editou um livro contendo os principais documentos da CMES – «Tendências da Educação Superior para o século XXI» (1998) e a CRUE (Conferencia de los Rectores de las Universidades Españolas) publicou, em 2002, um livro contendo um estudo analítico sobre a CMES e seus principais documentos – «Lecciones de la Conferencia Mundial sobre Educación Superior – Perspectivas de la Educación Superior en el Siglo XXI» (CRUE e Fondación Universitaria para la Cooperación Internacional) – Madrid 2002.
- 03) Dias, Marco Antonio R. (1998) – Enseignement Supérieur: vision et action pour le prochain siècle, pgs. 401 a 410- in Perspectives- nº 107- - vol. XXVIII nº 3- septembre 1998- Bureau International de l'éducation- Genève- Suisse- Existe também em inglês e espanhol
- 04) OCDE (1998) – "Redefinir l'enseignement tertiaire" – Existe também em inglês "Redefining Tertiary education".
- 05) Figueiredo, Weber (2002) – Discurso de paraninfo da turma de formandos em Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro – 13 de agosto de 2002.
- 06) Dias, Marco Antonio R. (1998) -A longa jornada de uma utopia para uma realidade- discurso em plenária no dia da abertura da CMES- in Tendências da Educação Superior para o Século XXI- CRUB- Brasília- Original em francês. Existe também em inglês na página web da UNESCO – www.unesco.org
- 07) Brovetto, Jorge (2002) – La cooperación internacional en el marco de la internacionalización – Universidad Nacional de Córdoba- noviembre de 2002
- 08) Kjaerum, Morten (2002) - Human Rights – Domestic implementation through international cooperation- Brussels- 4td. December 2002
- 09) Zoellick, Robert (2002)- "Unleashing trade winds" - in The Economist (pgs. 25-29), december 7th-13th 2002

- 10) Brovetto, Jorge (2002) – A educação na América Latina: balanço e perspectivas- pgs. 345 a 356- in Os desafios da educação na América Latina de Hélgio Trindade e Jean-Michel Blanques (orgs.)- Coleção universi@s- Editora Vozes- Petrópolis
- 11) Donida, Domingos Armando (2002) – Cooperação Internacional- Universidade do Vale do Rio dos Sinos- Centro de Ciências Humanas, São Leopoldo, Brasil, nov. 2002- Brasil
- 12) Van Ginkel, Hans (20010- Dialogue of Civilizations: Finding common approaches to promoting peace and human development – United Nations University, Tokyo

DOCUMENTO NÚMERO 6-
VERSIÓN EN ESPAÑOL

**COOPERACIÓN INTERUNIVERSITARIA EN EL
ESPAZIO EUROPA-AMÉRICA LATINA Y EL
CARIBE**

Profesor Marco Antonio Rodrigues DIAS - Consultor internacional –
Ex-vice-rector de la Universidad de Brasilia (1976-1980) - Ex-Director
de la División de Enseñanza Superior de UNESCO (1981-1999)

Original: portugués
Versión en castellano: María Verónica Gandini

Bruselas, Bélgica- 4 de diciembre de 2002- Reunión de Altos Funcionarios da América Latina y el Caribe/Unión Europea (ALC-UE) – Seguimiento de la Reunión de Cúpula ALC-UE

INTRODUCCIÓN

Refiriéndose a las reivindicaciones de los países en desarrollo en el área comercial, como en el campo de los servicios, el Embajador Rubens Ricúpero, secretario general de la UNCTAD –Conferencia de las Naciones Unidas para el Comercio y el Desarrollo- sugiere que sus gobernantes en lugar de insistir en reclamos contra las discriminaciones de las que se consideran objeto, presenten una agenda positiva, con propuestas concretas en su favor (1).

La sugerencia del secretario general tiene su razón de ser. En el caso de enseñanza superior, de la definición de sus políticas, como de la estrategia para alcanzar los objetivos previstos por la comunidad universitaria del mundo entero y por la sociedad en general, existe desde 1998, una agenda positiva. Ésta fue establecida por la Conferencia Mundial de Educación Superior organizada en la sede de UNESCO, en París del 5 al 9 de octubre de 1998, con la participación de cerca de 5.000 personas, representando a más de 180 países. Más de 120 ministros de estado presidieron las delegaciones oficiales.

Estuvieron presentes en este encuentro representantes de todas las organizaciones universitarias mundiales y regionales sí como las asociaciones estudiantiles, los sindicatos de profesores, sin hablar de representantes de parlamentos y de diversos segmentos de la sociedad. El objetivo de todos era estudiar los desafíos que enfrentaba la educación superior al final del siglo XX, analizar cuáles deberían ser sus funciones en el albor de un nuevo siglo y hechas las transformaciones sociales provocadas por la sociedad del conocimiento, verificar cómo debería la ES actuar para colaborar con la construcción de una sociedad mejor.

La realización de la conferencia coincidió con la plena expansión –explosión misma- de las nuevas tecnologías de la información, que entre otras cosas, creó condiciones para el establecimiento de nuevas relaciones de cooperación que podrían servir de base – como todos esperaban- de acciones de gran solidaridad, más que, según lo visto en este inicio de siglo, está sirviendo en muchos casos, para consolidar las diferencias entre individuos, instituciones y países.

ACCESO UNIVERSAL A LA EDUCACIÓN SUPERIOR

Los participantes de la Conferencia de París no demoraron demasiado en ponerse de acuerdo para afirmar enfáticamente (2), que “sin una educación superior y sin instituciones de investigación adecuadas que formen una masa crítica de personas cualificadas y cultas, ningún país puede asegurar un desarrollo endógeno genuino y sustentable ni reducir las disparidades que separan a los países pobres y en desarrollo de los países desarrollados. Compartir conocimientos, la cooperación internacional y las nuevas tecnologías pueden ofrecer oportunidades para reducir esta disparidad”. Para esto, quedó claro que su misión básica permanece vinculada a cuatro objetivos principales:

- 1- la producción de nuevos conocimientos (función de investigación);
- 2- la formación de personas altamente cualificadas (función de educación);

- 3- la prestación de servicios a la sociedad;
- 4- la función ética que incluye la crítica social

Se planteó entonces la cuestión de acceso a la educación superior. A quién debe estar destinada? Hablando hoy aquí en Bruselas a altos funcionarios y diplomáticos de los países europeos y latinoamericanos, creo útil recordar que, en agosto de 1998, pocos meses antes de la Conferencia Mundial de París, los países vinculados a la OCDE se reunieron en Berlín y decidieron adoptar, como política oficial, el acceso universal a la educación superior o terciario como les gusta decir a algunos funcionarios de la OCDE, influenciados por los australianos.

En el documento de trabajo de esta reunión (4), los funcionarios de la OCDE indicaban la página 43 de la versión francesa:

“la participación en la educación terciaria es, de ahora en adelante, ‘una cosa a ser realizada’, aprovechada por todos, y no sólo por una minoría privilegiada. La dirección está rumbo hacia la participación universal: 100% de participación, con justas e iguales oportunidades de acceso al conocimiento, en una u otra forma de enseñanza terciaria, en cualquier momento de la vida, y no necesariamente en la prolongación inmediata de la educación secundaria... No se llega así a un mandato, pero sí a una manera de vivir, no sólo para algunos, sino para todos...”

En la misma publicación y en la misma página, la OCDE mencionaba la llegada de un “nuevo paradigma para la educación terciaria que tiene como elementos, entre otros, los siguientes: la orientación en muchos países, de acciones realizadas por las autoridades públicas, que prevean la posibilidad de admisión a la educación terciaria del 60, 80, 100% de todos los que completen sus estudios secundarios, y en un caso (los Estados Unidos), la participación de todos en algún tipo de educación terciaria....”.

SOCIEDAD DEL CONOCIMIENTO

En mi calidad de director de la División de Educación Superior de la UNESCO, función que ejercía en aquella época, tuve el privilegio de participar, como observador, de este encuentro en Berlín. No era difícil comprender porqué los países más industrializados del mundo, que veo aquí a varios representantes, tomaban una decisión política a favor de la universalización de la educación superior en sus países. Bastaba oír los debates para saber que los representantes de los países industrializados, desde hacía mucho que estaban conscientes de que **el saber, el conocimiento y la información se convertirían, hoy, en los elementos motores de la sociedad mundial.**

Pero no hay que confundir información con conocimiento. Información es un conjunto de datos al cual se tiene acceso. El conocimiento presupone una capacidad de aprendizaje y una capacidad cognitiva.

En el área política, esta distinción es esencial para la toma de decisiones y, en el área de la economía la diferencia fundamental, hoy, se plantea entre quien concibe los productos industriales – los que son de mayor importancia- y su producción. El concepto está

directamente vinculado a la investigación y al desarrollo basado en la ciencia y en la codificación del saber teórico, mientras que la producción es mucho menos. Cuanta más tecnología agregada tiene un producto, mayor es su precio, más empleos se generan en su fabricación. Por eso, los países ricos invierten en la investigación científica y tecnológica (5).

Es evidente que para alcanzar un estado de mayor desarrollo endógeno, auto sustentable, humano, u otro nuevo tipo de neologismo que alguien quiera inventar, yo diría que apenas **para ser independiente, los países en desarrollo**, en particular los de América Latina, **necesitan de más conocimiento, de más tecnología**. El conocimiento se produce básicamente en las universidades y quienes desarrollan tecnología son los ciudadanos formados en los establecimientos de educación superior, los científicos, los ingenieros, los investigadores, los científicos sociales, los educadores.

El embajador Ricúpero, a propósito, acostumbra decir que «...hoy en día, lo que realmente hace la diferencia entre éxito y fracaso es la capacidad de competición basada en la tecnología, en la ciencia, en el conocimiento».

Ricúpero cita a Corea del Sur como ejemplo. En realidad, mientras Brasil y otros países latinoamericanos, con excepción de ejemplos exitosos como Embrear (Brasil), exportan hasta hoy, productos poco elaborados, Corea del Sur vende al exterior computadoras, semiconductores, piezas para computadoras, aparatos para comunicación, óptica y química. Pero ellos llegaron a esto gracias a la educación y continuarán invirtiendo en educación y en investigación hasta en períodos de crisis. Lo mismo hizo Singapur e idéntica actitud está tomando China. Estuve en este país participando de una reunión de una red de universidades asiáticas en el mes de septiembre pasado. El lugar de la reunión era una ciudad a unos doscientos kilómetros al sur de Shangai, Hangzhou, donde estuve hace poco más de un año atrás.

Allí las cosas están cambiando de la noche a la mañana. El país en un período de crisis general, continúa creciendo incesantemente, desde hace muchos años, con una tasa de por lo menos 8% anual. La moneda a pesar del ataque de los especuladores, resiste. Se exige a los que se quieran instalar allí, que transfieran tecnología y que le aseguren el empleo a los nacionales. No es entonces sin razón, que una empresa japonesa decidió construir recientemente, en esta ciudad de Hangzhou, donde está instalada una de las mejores universidades chinas, con un rector especializado en ciencias de la información (informática) la mayor fábrica de computadoras del mundo. Nada ocurre por accidente ni en economía ni en política.

BASES PARA LA AGENDA POSITIVA

Antes que todo, creo que los señores aquí presentes, altos funcionarios y diplomáticos europeos y latinoamericanos, han de considerar que no fui impertinente, en octubre de 1998, al preguntar a los participantes de CMES, en el día de su apertura, si «el acceso universal es un ideal que debe ser alcanzado solamente en algunos países o regiones de algunos países?» (6)

Los participantes de CMES podrán buscar una respuesta en los principios de las Naciones Unidas, en el Pacto Internacional de los Derechos Económicos, Sociales y Culturales, en el Pacto Internacional de los Derechos Cívicos y Políticos, pero principalmente en la Declaración Universal de los Derechos Humanos y, en particular, en el Artículo 26, en su primer párrafo, en el que se declara que “toda persona tiene derecho a la educación” y que “la educación superior deberá ser igualmente accesible a todos según su propio mérito”, disposición reforzada por los principios de la Convención contra la Discriminación en Educación (1960), la cual, a través del Artículo 4º compromete a los Estados miembros a “permitir que la educación superior sea igualmente accesible a todos según sus capacidades individuales”.

El principio de acceso universal fue por lo tanto, adoptado por la comunidad internacional en base a la Declaración de los Derechos Humanos, que, según se observa en la discusión en esta reunión de altos funcionarios, es considerada como de alta prioridad por los países europeos. Es entonces gratificante, ver que, en este punto, las dos opciones: derechos humanos para los europeos, cooperación en educación superior para América Latina y el Caribe parten de una base común.

Prosiguiendo con este análisis, cuáles serían los demás puntos para una agenda positiva para los países en desarrollo en el campo de educación superior?

La respuesta, de nuevo, puede y debe ser encontrada en la Declaración de París de 1998. De manera sintética, mencionemos los puntos más importantes allí adoptados, además de los que ya fueron analizados antes, y que podrán servir de base para una política de cooperación:

- El establecimiento de educación superior deben desarrollar su función crítica a través de la verdad y la justicia, sometiendo todas sus actividades a las exigencias del rigor ético y científico. Para esto, las libertades académicas y la autonomía son indispensables.
- La calidad de la educación superior es un concepto multidimensional que debe englobar todas sus funciones y actividades. **Deberá tener un cuidado especial en hacer progresar los conocimientos a través de la investigación.** Como instrumentos para garantizar la calidad, se menciona que una auto evaluación interna transparente y una revisión externa con especialistas independientes, en lo posible con reconocimiento internacional, son vitales para asegurar la calidad.
- Los estudiantes deben estar en el centro de las preocupaciones de los que toman decisiones a nivel nacional e institucional. Sólo ellos son los protagonistas esenciales en un proceso de renovación de educación superior.
- En la perspectiva de la educación a lo largo de la vida, es esencial diversificar los sistemas, las instituciones y programas de estudio. Una política vigorosa de perfeccionamiento del personal se impone.
- **La educación superior debe aprovechar todo el beneficio de las nuevas tecnologías, en particular de las nuevas tecnologías de la información cuyo acceso debe ser los más amplio posible en el mundo entero.**

- **La educación superior debe ser considerada un bien o un servicio público**
- La dimensión internacional de la educación superior forma parte de su calidad y la implantación de redes **cuya acción se fundamente en la solidaridad y en la igualdad entre sus miembros** debe ser estimulada y convertirse en un instrumento principal de las instituciones y sistemas.
- Calidad y pertinencia son conceptos interconectados y esta última debe medirse por la adecuación entre lo que hacen las instituciones de educación superior y lo que la sociedad espera de ellas. **En este marco, la pertinencia, la participación en la búsqueda de solucionar los grandes problemas de la sociedad** (erradicación de la pobreza, de la intolerancia, de la violencia, del analfabetismo, del deterioro del medio ambiente y de las enfermedades), una integración con el mundo del trabajo donde las necesidades de las sociedades sean consideradas prioritarias es **una contribución al desarrollo del conjunto del sistema educacional** son esenciales en la acción de las instituciones y de los sistemas de educación superior. Pero deben siempre fundamentar sus orientaciones a largo plazo en función de los objetivos y necesidades de la sociedad, incluyendo el respeto por las culturas y la protección del medio ambiente.

COOPERACIÓN INTERNACIONAL

Durante Los debates que precedieron la elaboración de la aprobación de la Declaración de París, se consideró que ninguna institución de educación superior puede, hoy, vivir aislada. El progreso del conocimiento es tan rápido que, sola, ninguna institución puede sobrevivir y todas tienen algo que aprender con sus congéneres.

Además de esto, se insistió en la necesidad de que toda cooperación, en particular con los países en desarrollo, esté basada en la solidaridad, en el reconocimiento y apoyo mutuo, en la auténtica asociación, que resulte de modo equitativo en beneficio mutuo. La importancia de compartir conocimientos teóricos y prácticos en el nivel internacional debe ser la guía de las relaciones entre instituciones de educación superior en países desarrollados, en países en desarrollo y debe beneficiar particularmente a los menos desarrollados.

Se estimuló la ratificación e implantación de los instrumentos normativos relativos al reconocimiento de estudios y diplomas, se condenó la fuga de cerebros se sugirió que los esquemas de cooperación internacional se basaran en relaciones de largo plazo entre instituciones del Sur y del Norte, así como entre instituciones del Sur.

Está claro que estos principios se conforman como los objetivos de la política de cooperación para el desarrollo de la Comisión europea (artículo 177) que menciona:

- desarrollo económico y social sustentable de los países en desarrollo y, en especial, de los menos favorecidos;
- inserción armoniosa y progresiva de los países en desarrollo en la economía mundial;

- lucha contra la pobreza en los países en desarrollo;
- desarrollo y consolidación de la democracia y del Estado de Derecho, así como el respeto a los derechos humanos y a las libertades fundamentales.

TEMAS MOVILIZADORES

En los últimos meses, tuve la oportunidad de participar de varios encuentros, en particular en países de América Latina y en España, pero también en Asia (red de universidades asiáticas en septiembre en China); en África (red de instituciones de educación superior a distancia en Canadá), África y América Latina en la isla Mauricio, en el Océano Índico, en octubre), en Europa (red europea para promover innovaciones en educación superior en Dijon, Francia, en octubre)

Acabo de regresar de un periplo en América Latina, participando de encuentros en Cartagena de Indias (Colombia) donde se creó el Consejo Universitario Iberoamericano, una red de redes universitarias para coordinar actividades de instituciones en España, Portugal y toda América Latina; de una conferencia nacional de ingenieros, agrónomos y arquitectos en Goiânia (Brasil) y de un encuentro de Asociación de Universidades del Grupo Montevideo y del Consejo de Universidades de Argentina, en Córdoba (Argentina), donde se discutió la cuestión de la globalización en educación superior.

He pasado buena parte de mi vida trabajando en asuntos universitarios, ya sea en los años sesenta como estudiante, o en los años setenta como administrador académico en la Universidad de Brasilia, institución en la que inclusive, fui vicerrector (1976-1980), o sea como Director de la División de Educación Superior de UNESCO de 1981 a 1999, considero un privilegio el compromiso personal en continentes y ambientes tan diversos. Además, después de dejar UNESCO, he participado activamente en la elaboración de estrategias de cooperación de la Universidad de las Naciones Unidas, bajo la responsabilidad del rector Van Ginkel y de la Universidad Abierta de Cataluña, institución que decidió incorporar en su estrategia de cooperación, los principios de la Conferencia de París y que, esta semana inicia una actividad de formación para el personal de efecto multiplicador trabajando en los polos de desarrollo científico y tecnológico de Río Grande do Sul, en Brasil.

Puedo concluir, entonces que los temas movilizadores definidos por los ministros de educación superior de la Unión europea, América Latina y el Caribe, reunidos en París los días 2 y 3 de noviembre de 2000 para analizar la cuestión de educación superior, sí como los asuntos que los señores han considerado como importantes, son realmente de actualidad. Permítanme en tanto, hacer algunos comentarios específicos, antes de concluir estas consideraciones que, reconozco, están un poco caóticas y deshilvanadas, como resultado, en parte, de la confirmación tardía de mi presencia aquí hoy.

I- INTERÉS EN LA COOPERACIÓN BILATERAL

Tradicionalmente la cooperación interuniversitaria Norte-Sur se centró en dos tipos de acciones:

- a) becas para el cursado y elaboración de tesis en universidades del Norte;
- b) subvenciones para financiamiento de proyectos de investigación en instituciones del Sur (07).

Hay en América Latina un interés muy grande en la continuidad de esta cooperación y en particular, a nivel bilateral, como son buenos ejemplos la red Santos Dumont y el programa Norte (Amazonia), desarrollados a partir de acuerdos entre CAPES (Brasil) –Coordinación de Perfeccionamiento del Personal de nivel Superior- y el COFECUB (Comité Francés de Evaluación de Cooperación Universitaria con Brasil). El programa Cofecub sirvió de base a iniciativas bilaterales semejantes en Argentina, Chile, Uruguay, México, Colombia y Venezuela. Otras instituciones, como Pasteur, de París, desarrollan una serie de asociaciones en América Latina, colaborando con la formación de investigadores en el área de salud y biología.

Por su parte, España, directamente a través de acuerdos entre universidades, o utilizando los servicios de organizaciones como OEI –Organización de Estados Iberoamericanos para la Educación la Ciencia y la Cultura-, desarrolla una serie de programas de cooperación en toda la región. Uno de los que tiene mayor efecto hoy, es el programa de becas que asegura una movilidad entre instituciones vinculadas a la Asociación del Grupo Montevideo.

Además ya mencioné la cooperación de la UOC con el Estado brasileño de Rio Grande do Sul e instituciones universitarias allí asentadas. Podríamos mencionar también el Programa Anchieta de cooperación Universitaria en el campo de la formación de profesores. Gracias al financiamiento del Cabildo de las Palmas, se elaboró conjuntamente (instituciones españolas y brasileras con la Universidad de las Naciones Unidas) un proyecto de formación de profesores que está siendo implementado, en su primera fase, por el Estado de Minas Gerais (Secretario de Educación Murílio Hingel), Brasil. Mezclando formación presencial y a distancia, 15 mil profesores legos (sin formación universitaria previa) de las cuatro primeras series del curso fundamental están recibiendo una formación de calidad a nivel de graduación. Otros países, como Suecia y Alemania, ésta directamente con el DAAD, o a través de de organizaciones como el Instituto Max Planck también están muy presentes. Fue de particular importancia el apoyo alemán directo o a través de UNESCO (programa MAB) a programas de UNAMAZ –Asociación de Universidades Amazónicas-

Debo señalar que apenas estoy dando ejemplos. No tengo la intención, ni tendría condiciones, hoy aquí, ahora, de referirme a toda la gama de proyectos efectivos de cooperación bilateral entre Europa y América Latina. Pero, desde ya, hago una observación y presento un comentario. A pesar del interés en la cooperación entre instituciones individuales, como las mencionadas y otras como las que ejecutó la Universidad de Utrecht con la Universidad de Costa Rica, la experiencia muestra que los proyectos que se desarrollan a través de redes pueden tener más eficacia y mayor cobertura a menor costo; aquí los proyectos son definidos conjuntamente beneficiando a un mayor número de instituciones. Se evita así la tendencia de algunas instituciones que quieren aplicar en América Latina y en el Caribe, soluciones

estandarizadas, un uso implícito del principio según el cual quien recibe la cooperación tiene el problema y quien administra el programa tiene la solución y los recursos para aplicarla.

Esta metodología podría ser utilizada para mejorar el acceso a la educación superior en América Latina y el Caribe. Según datos estadísticos, el índice de acceso a la educación superior es allí bastante reducido, cuando es comparado con los países europeos. Además, entre el número de estudiantes que terminan la educación secundaria y las vacantes disponibles en los diversos sistemas de educación superior, hay un déficit, que en algunos países es altamente significativo. Para democratizar el acceso, facilitando al mismo tiempo acciones de integración en la región, el recurso de las nuevas tecnologías, en particular usando las redes, es indispensable. Hay ya mismo un campo enorme para ser explotado, en particular dentro del marco de programas como Alfa y Alis.

II- IMPORTANCIA DE LAS REDES

De allí viene la primera pregunta en esta fase de nuestras reflexiones: porqué en lugar de estimular la formación de nuevas redes, a veces artificiales, programas como el Alfa y el reciente programa de becas lanzado por la Comisión no se apoyan también en redes existentes que demuestren capacidad de movilización? Es un procedimiento menos burocrático que el actual y que puede beneficiar a más instituciones. Sería el caso –dejo la sugerencia- de hacer un inventario de cómo es la cooperación a través de redes, sea de grupos europeos, como el Grupo Santander, o el grupo Coimbra, Columbus y otros, sea de redes existentes en América Latina con las cuales cooperan o pueden cooperar eficientemente instituciones europeas.

Doy algunos ejemplos de asociaciones capaces de colaborar ampliamente con proyectos que buscan en particular, la integración subregional y regional:

-en Cartagena, Colombia, acaba de constituirse el CUI –Consejo Universitario Iberoamericano- con una estructura muy leve y flexible, legitimado por la participación de los consejos de rectores de toda América Latina.

-en América Central, detenta un gran liderazgo el CSUCA, Consejo Superior Universitario de Centro América- que busca entre otras cosas, desarrollar un proyecto de observatorio sobre las tendencias de educación superior en América central y en el mundo.

En el caribe, UNICA es una red activa, más volcada al mundo anglosajón, haciendo esfuerzos de integración con América Latina, principalmente a través de vínculos con instituciones mexicanas y portorriqueñas.

- en los países que abarca el Tratado de Cooperación Amazónica, existe UNAMAZ – Asociación de Universidades Amazónicas que en este momento, analiza la posibilidad de desarrollar en estos países amazónicos u programa de postgrado en medio ambiente, con la cooperación de instituciones como UOC, Universidad Abierta de Cataluña-, la Universidad Politécnica de Cataluña y la Universidad Politécnica de Madrid.

-en los países andinos, según lo informado en una reciente reunión interuniversitaria en Córdoba, Argentina, se formó hace poco, una Asociación Andina de Universidades.

-en los países del MERCOSUR, la Asociación de Universidades del Grupo Montevideo, muy dinámica, además de proveer una intensa cooperación entre jóvenes científicos de las universidades miembros, dispone de una cátedra UNESCO rotativa en educación para la paz, que trata cuestiones ligadas a los derechos humanos, a la libertad y la paz y que podría ser un buen instrumento para el desarrollo de políticas de derechos humanos como acaba de sugerir en este encuentro, el director del Centro Dinamarqués de Derechos Humanos, Morten Kjaerum (08). En el marco de esta asociación existe también la posibilidad de desarrollar un programa de postgrado en el campo de la gestión universitaria, también en cooperación con instituciones europeas y combinando métodos presenciales y de educación a distancia

En el campo interregional, uniendo universidades europeas y latinoamericanas, existen importantes redes como CINDA –Centro Interuniversitario de Desarrollo- con sede en Santiago y que entre otros programas, desarrolla una intensa acción en el campo de acreditación universitaria. El programa Columbus, apoyado por la Asociación de Universidades europeas, reúne desde 1987, 60 universidades de varios países de Europa y América Latina habiéndose destacado por sus trabajos de evaluación y vinculación con el mundo del trabajo.

En el campo regional, una organización que abarca todos los países de América Latina es UDUAL –Unión de Universidades de América Latina- con sede en México. Otras como la OUI –Organización Universitaria Interamericana- son más amplias, incluyendo a Canadá y EEUU en menor grado y a la Asociación de Universidades de Lengua Portuguesa que reúne, además de Portugal y Brasil, países de habla portugués de África y Macau, hoy reincorporada a China.

III- COMERCIALIZACIÓN DE LA EDUCACIÓN SUPERIOR

Pero discutir de cooperación en los días actuales y disponerse a lanzar las bases para el desarrollo de un espacio común interuniversitario entre Europa y América Latina y el Caribe, no puede hacerse sin debatir el tema que más preocupa a las universidades tanto de Europa como de América Latina. El tema es delicado, tratándose de un foro como éste, pero no puede ser ignorado por los que discuten, con objetividad, las relaciones en el campo interuniversitario entre Europa, América Latina y el Caribe.

Hasta ahora, hablamos de cooperación basada en la solidaridad. Existe otra concepción de cooperación? Personalmente considero que lo que muchos denominan como cooperación a la venta de productos educativos como si la educación fuera un mero servicio comercial, **no es cooperación**. Es una imposición y se basaría en otra concepción que la de promover el desarrollo igualitario para todos los pueblos.

Quienes primero alertaron sobre esta cuestión recientemente, fueron cuatro organizaciones del norte (Asociación de las Universidades y Colegios de Canadá, Asociación Europea de

Universidades, Consejo Americano de Educación y Consejo para la Acreditación de Educación Superior), que en septiembre de 2001, enviaron una especie de manifiesto a sus gobiernos solicitando que no atendieran las pretensiones de la OMC de incluir a la educación superior en la lista de servicios regulados por esta organización.

En lugar de medidas como las que propone la OMC, según indicaron las asociaciones mencionadas, los gobiernos deberían estimular los programas de cooperación internacional, inclusive en lo que respecta a **la aplicación de los instrumentos normativos sobre el reconocimiento de estudios y diplomas**. Para estas asociaciones, el poder de reglamentar la educación superior debe ser una prerrogativa de las instancias competentes designadas por indicación de cada país. **Los acuerdos de comercio no pueden restringir este poder soberano.**

Desde entonces, manifestaciones sobre el mismo tema se multiplicaron en el mundo entero, en particular en el espacio iberoamericano, a través de reuniones de las más diversas realizadas por ejemplo en Porto Alegre (Brasil), Cartagena (Colombia) y Córdoba (Argentina), sin que las autoridades gubernamentales, hasta ahora, hubiesen dado señales de sentirse movilizadas por el tema o afectadas por estas reacciones.

Las instituciones universitarias consideran que los debates en la OMC no son transparentes y de hecho, aunque el asunto ha sido discutido allí desde hace muchos años, recién ahora la información llega ampliamente al público. Dar mayor transparencia a la OMC y cuidar, para que ésta cuide con más atención, los problemas de los países en desarrollo, estaban, a propósito, en la plataforma de la campaña del actual director general de la OMC, Supachai Panitchpakdi, quien tomó posesión el 1º de septiembre de 2002 y son elementos esenciales en la reforma en curso de esta organización.

Además de eso, dentro de la OMC, las definiciones son ambiguas. Cuando se dice que estarían fuera del área de los servicios comerciales regulados por la OMC aquellos servicios que fuesen ofrecidos en ejercicio de la autoridad gubernamental y en ese marco, no fuesen provistos comercialmente, ni permitiesen la competencia con uno o más proveedores de servicios, el margen para interpretaciones erróneas es grande. En una interpretación literal, que ya comienza a ser utilizada según la conveniencia de algunos países, este dispositivo prácticamente pone todas las actividades gubernamentales bajo la jurisdicción de la OMC, con excepción de las Fuerzas Armadas y de la política.

Es cierto que billones de dólares están en juego. Merryl Lynch, un banco norteamericano de inversiones, calculó que ahora, al final del 2002, el mercado mundial del conocimiento llegaría a los 53 millones de dólares en algunos países, como Nueva Zelanda y Australia, que exportaba 6 millones de dólares con la educación superior en 1970, alcanzó más de 2 millones en el año 2000, adoptaran una perspectiva comercializante y se lanzaran, de manera agresiva, en este campo. En las ediciones con fecha de mañana, día 7, puesta en las pizarras de hoy, la revista inglesa "The Economist", publica un artículo de Robert Zoellick (US Trade representative), donde se aprecia que los servicios hoy (que van más allá de la educación, obviamente) representan 2/3 partes de la economía norteamericana y 80% del mercado de empleo en los EEUU, pero apenas 20% del comercio mundial (9)

En la medida en que el comercio cambie el criterio dominante de la definición de políticas educativas –y las demandas norteamericanas en el campo de la educación dentro de la OMC son muy claras en este sentido- la educación ya no será para todos. Será para aquellos que puedan pagar. No se respetará la cultura local ni se atenderá, de forma prioritaria, las necesidades nacionales y regionales. No habrá restricciones a paquetes cerrados, que no tienen en consideración las características culturales locales y que se constituyen, como bien lo acentuó la delegación japonesa junto a la OMC, en verdaderas fábricas de diplomas sin calidad. La definición de políticas educativas será hecha en el exterior será definida no soberanamente por los gobiernos elegidos democráticamente, sino por el juego del comercio, restringiéndose aún más la soberanía en desarrollo.

IV- TENDENCIAS NO ACEPTADAS

En este sentido, la comunidad académica, en particular la comunidad latinoamericana, muestra señales de insatisfacción con algunas tendencias en esta área:

-varias universidades europeas actúan de manera que podríamos considerar “esquizofrénica”, En sus países, quieren ser consideradas como bien público prestando un servicio público, pero cuando llegan a América Latina, actúan como si el comercio fuese el único valor a ser respetado. Su comportamiento pasa a ser idéntico al de las corporaciones comerciales multinacionales y representan lo opuesto al de instituciones europeas ya mencionadas en esta exposición.

-algunos analistas europeos, preocupados por la obligación que tendrían todos en reconocer los diplomas de todos, obligación que estaría en la línea de los principios de la OMC contrarios a cualquier limitación a la circulación de productos educativos, tratan de imaginar que la convención europea sobre reconocimiento de diplomas (Convención de Lisboa), por ellos controlada, podrá transformarse en una convención universal con asociados de su escuela (el primer asociado aceptado significativamente es Australia, autorizada recientemente a ratificar la Convención de Lisboa. Además, hacia el interior de UNESCO se incrustó una «Task Force» sobre acreditación que, además de establecer códigos de buena conducta, basados exclusivamente en la experiencia europea, pretende definir criterios de igualdad válidos internacionalmente, en todas las regiones y que serían la base para el reconocimiento mutuo de estudios en todas las regiones.

La idea del reconocimiento mutuo es importante y esencial, es objeto de varias convenciones regionales y de recomendación internacional, fue asimismo prevista en la Conferencia de París (por sugerencia, a propósito, de los europeos), pero la composición de este grupo es absolutamente desequilibrada. En una reunión reciente realizada en UNESCO, en París, estuvieron presentes diez miembros de la ‘Task Force’, así divididos según su origen geográfica y cultural: Reino Unido (3), Bélgica (sector flamenco) (1), EEUU (1), Japón (1). Había tres representantes de países en desarrollo, todos vinculados a la Commonwealth (Nigeria, África del Sur e India). América Latina estuvo representada por una profesora competente que vive en México y tiene nacionalidad europea.

La OMC pretende que las decisiones sobre la apertura de los servicios educativos sean tomadas antes de fin de marzo de 2003. Las solicitudes de los EEUU son cada vez más precisas y más amplias y ponen en jaque, inclusive, el financiamiento de las universidades públicas. En tanto, insistimos, la educación no es un comercio y su prestación se diferencia de otros tipos de servicios. Todo esto es materia de preocupación para la comunidad académica latinoamericana que se demoró en darse cuenta de este tema, pero se inquieta al no ver del lado europeo, señales reales de una posición de defensa de la idea de educación como servicio prioritariamente público.

No nos olvidemos del compromiso gubernamental en París, en 1998, a favor de la idea de la educación como servicio público vinculado a la idea de derecho humano. Una de las características del bien público, como del servicio público (que no se limita de la simple idea del interés público explícita en uno de los documentos de la presente reunión), requiere, en primer lugar, la igualdad. Todos deben tener derecho a ella sin discriminación de especie alguna. Es como el acceso al agua potable. Todo ciudadano tiene derecho a un servicio que garantice agua de calidad, sea su prestación brindada directamente por el Estado, o por empresas en un sistema **regulado** de concesión, delegación o autorización. Mientras tanto, con cada día que pasa, se tiene la impresión, esperamos que al final sea equivocada, de que el representante de la Comisión europea, en el área de comercio de servicios, ya no se diferencia de aquellos que ven a la educación antes que nada, como un mero servicio comercial.

V- ESPACIO COMÚN EN EL CAMPO INTERUNIVERSITARIO

Para Finalizar, recordemos que un gran número de los académicos latinoamericanos, son oriundos de Europa, son descendientes de inmigrantes europeos, de lo más diversos: españoles, portugueses, franceses, pero también alemanes, poloneses y hasta nórdicos y de los países de Europa central. Tienen grandes afinidades culturales, históricas, genéticas con Europa y a pesar de todas las preocupaciones, se entusiasman siempre con cualquier perspectiva de unión con el viejo continente, como es revelador el entusiasmo provocado por la idea de programas de postrado conjuntos lanzados por la Conferencia de Rectores de Universidades Españolas y el interés despertado por programas como Columbus, Alfa, Alban, Alis y otros. Existe en estos casos, un sentimiento de volver a los orígenes, el regreso a la casa paterna, de reencuentro con las raíces familiares.

Las bases para una cooperación solidaria no podrían ser mejores y permitir la apertura a todos los demás campos, inclusive el económico. En términos personales, busco trabajar en una perspectiva global y actúo en proyectos internacionales en el marco de la Universidad de las Naciones Unidas (ejemplo: con GUNI – «Global University Network for Innovation») y con instituciones como CAERENAD, una red de educación a distancia con sede en Québec, Canadá. Mientras tanto desde que dejé UNESCO, opté por la exploración de posibilidades de cooperación en el campo iberoamericano y, viendo más allá, en el campo latino (principalmente francés) y en el campo europeo, más amplio aún. Por eso participo también en una red de instituciones virtuales basada en una cátedra UNESCO en la Universidad de Tampere, Finlandia. Esta cátedra se está convirtiendo en un punto focal de una red global GUS –Global University System- que, entre otros proyectos, esta estimulando en la región amazónica, la utilización de las nuevas tecnologías en el campo del e-learning, en particular en el campo de la salud.

Esta no es una postura aislada. Entre Europa y América Latina y el Caribe, existen valores comunes, hay una historia compartida, los orígenes se encuentran en un pasado no muy remoto, las culturas están próximas. El campo es efectivamente, propicio para los encuentros.

VI - PROTECCIONISMO

Evidentemente la educación es un factor social y no puede ser evaluada aisladamente fuera de un contexto más amplio en las relaciones sociales, inclusive en los encuentros internacionales. Los académicos latinoamericanos están conscientes también de que, sin un cambio en los criterios injustos de protección industrial y agrícola de los países del Norte, en particular el protección industrial y agrícola norteamericano y de los sistemas de subvención sinónimos de “dumping” para los productos latinoamericanos tan comunes en algunos países de Europa, de nada servirán los programas de ayuda, de asistencia o de colaboración.

Estas son verdaderas gotas de agua comparadas con los recursos que pierden los países en desarrollo en las relaciones comerciales mundiales. Hay quien calcula que los subsidios en las naciones industrializadas cuestan o equivalen a un billón de dólares por día de pérdidas para los países en desarrollo, cantidad muy superior a toda ayuda dada al desarrollo. Además, cuando se estimula a adoptar políticas de ajuste estructural, que implican reducción de la inversión social y, al mismo tiempo, las organizaciones financieras aplican recursos significativos en otras regiones, como ocurrió recientemente, para la producción en masa de Asia de productos como café o caña de azúcar, que, en lugar de garantizar la alimentación de los pueblos en cuestión, va a provocar un exceso de oferta en el mercado mundial y una reducción de los precios de los productos de exportación agrícola latinoamericanos, ahí la situación se agrava y nadie comprende nada más. Entonces países como Etiopía, que dependen de la exportación de café, acaban sumergiéndose en la miseria, y también son perjudicados los países de América Latina y el Caribe.

En todo caso, queda un mensaje. Hay una apertura increíble de América Latina, en particular, y creo también del Caribe, hacia Europa. Hay mucha esperanza. En una perspectiva de sociedad del conocimiento, en América Latina, el conocimiento, como señalan Jorge Brovetto (Uruguay), Ana María Cetto (México), Hebe Vessuri (Venezuela) y otros (10) “la ciencia sigue siendo un emprendimiento de tipo principalmente académico. El 85% de ella se realiza en universidades”

En el caso de que los países europeos confirmen su intención ética de, según sugirió Ignacy Sachs, “dar un tratamiento desigual a los desiguales”, “las reglas del juego deben ser favorables a los miembros más débiles”. Por su parte, decidido retomar los objetivos de aumentar la ayuda oficial al desarrollo, volviendo a la meta del 0,7% comprometida en los foros internacionales hace más de diez años y que está muy lejos del 0,23% actual del PBI de los países ricos, en el año 2000, según informa un ex director de la Agencia Canadiense para el Desarrollo y de la FAO, Domingos Donida (11), es en las universidades, a nuestro parecer, que en América Latina, la eficiencia y la eficacia sugieren que la cooperación sea intensificada

Confirmando la prioridad de reforzar la cooperación en el campo universitario, los países europeos estarán, además, promoviendo el diálogo entre civilizaciones, colaborando así, en esta parte del mundo, para que se alcancen los objetivos de un proyecto a escala mundial, patrocinado por la ONU y lanzado por el rector de la Universidad de las Naciones Unidas que busca, a través del diálogo entre civilizaciones, alcanzar perspectivas comunes para promover la paz y el desarrollo humano (12)

REFERENCIAS

- 13) Ricúpero, Rubens (2001) – Rebuilding confidence in the multilateral trading system: closing the ‘legitimacy gap’ – pig. 37 a 58- chapter 3- in «The role of the World Trade Organization in Global Governance», edited by Gary P. Sampson – UNU Press, 2001.
- 14) UNESCO (1998) – Higher education in the twenty-first century – Vision and Action – World Conference in Higher Education – Final report- ED-98/conf. 202/cld.49. Existem versões impressas em inglês, francês, espanhol, russo, chinês e árabe. Em internet, o texto é encontrado em inglês, francês e espanhol na página web da UNESCO – www.unesco.org. O CRUB – Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras- editou um livro contendo os principais documentos da CMES – «Tendências da Educação Superior para o século XXI» (1998) e a CRUE (Conferencia de los Rectores de las Universidades Españolas) publicou, em 2002, um livro contendo um estudo analítico sobre a CMES e seus principais documentos – “Lecciones de la Conferencia Mundial sobre Educación Superior – Perspectivas de la Educación Superior en el Siglo XXI” (CRUE e Fondación Universitaria para la Cooperación Internacional) – Madrid 2002.
- 15) Dias, Marco Antonio R. (1998) – Enseignement Supérieur: vision et action pour le prochain siècle, pgs. 401 a 410- in Perspectives- nº 107- - vol. XXVIII nº 3- septembre 1998- Bureau International de l'éducation- Genève- Suisse- Existe também em inglês e espanhol
- 16) OCDE (1998) – “Redéfinir l'enseignement tertiaire” – Existe também em inglês “Redefining Tertiary education”.
- 17) Figueiredo, Weber (2002) – Discurso de paraninfo da turma de formandos em Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro – 13 de agosto de 2002.
- 18) Dias, Marco Antonio R. (1998) -A longa jornada de uma utopia para uma realidade- discurso em plenária no dia da abertura da CMES- in Tendências da Educação Superior para o Século XXI- CRUB- Brasília- Original em francês. Existe também em inglês na página web da UNESCO – www.unesco.org
- 19) Broveto, Jorge (2002) – La cooperación internacional en el marco de la internacionalización – Universidad Nacional de Córdoba- noviembre de 2002
- 20) Kjaerum, Morten (2002)- Human Rights – Domestic implementation through international cooperation- Brussels- 4td. December 2002

- 21) Zoellick, Robert (2002)- “Unleashing trade winds” - in The Economist (pgs. 25-29), December 7th-13th 2002
- 22) Brovetto, Jorge (2002) – A educação na América Latina: balanço e perspectivas- pgs. 345 a 356- in Os desafios da educação na América Latina de Hélio Trindade e Jean-Michel Blanques (orgs.)- Coleção universi@s- Editora Vozes- Petrópolis
- 23) Donida, Domingos Armando (2002) – Cooperação Internacional- Universidade do Vale do Rio dos Sinos- Centro de Ciências Humanas, São Leopoldo, Brasil, nov. 2002- Brasil
- 24) Van Ginkel, Hans (20010- Dialogue of Civilizations: Finding common approaches to promoting peace and human development – United Nations University, Tokyo

DOCUMENTO NÚMERO 7

“COOPERAÇÃO INTERUNIVERSITÁRIA NA CRIAÇÃO DO ESPAÇO EUROPA-AMÉRICA LATINA- CARIBE - Porto Alegre, 29 de novembro de 2003- Reunião do Conselho Executivo do Conselho Universitário Ibero-Americanano (CUIB) – publicado como capítulo do livro-brochura “II Reunião Plenária do CUIB – Conselho Universitário Ibero-Americanano – 29 e 30 de novembro de 2003- Andifes, CUIB e UFRGS – 2003 – pgs 141 a 150;

II REUNIÃO PLENÁRIA DO CUIB

CONSELHO UNIVERSITÁRIO IBERO-AMERICANO

29 e 30 de novembro de 2003
UFRGS - PORTO ALEGRE, RS BRASIL



ANDIFES
Associação Nacional dos Dirigentes das
Instituições Federais de Ensino Superior



**COOPERAÇÃO INTERUNIVERSITÁRIA
NA CRIAÇÃO DO ESPAÇO
EUROPA AMÉRICA LATINA-CARIBE**

Professor Marco Antonio R. Dias
Assessor especial do reitor da UNU

Porto Alegre, 29 de novembro de 2003- Reunião do Conselho Executivo do
Conselho Universitário Ibero-American (CUIB)

Quando jovem estudante no curso secundário, nos anos cinquenta, tive um professor de Literatura que, apesar de nunca ter conseguido me motivar profundamente para sua matéria, acabou me marcando profundamente por uma observação que repetia permanentemente: quando se analisa um problema, quando se quer compreender um fato histórico, quando alguém quer se posicionar face a uma realidade social, é necessário sempre ter em mente a combinação de dois elementos imprescindíveis que são as coordenadas de tempo e de espaço.

Desde então, observei que o Professor Danilo Geraldo de Lima tinha razão e, nos casos, que abordamos agora, seja o da criação de um espaço latino-americano, seja o do desenvolvimento de um espaço ibero-americano, seja o da construção de um grande espaço Europa-América Latina, Caribe, é necessário analisar as coordenadas de tempo e espaço e ver que tempos são estes que estamos vivendo.

TEMPOS DE OBSCURANTISMO

Recentemente, no dia 25 de setembro de 2003, tive a honra de ser convidado Barcelona, Espanha, que teve por título “Espaços de solidariedade em tempos de obscurantismo”. Tentei mostrar que vivemos um período de obscurantismo. As Nações Unidas foram criadas para assegurar e desenolver a paz. No entanto, países poderosos militar e economicamente tentam transformar esta organização num cartório para registrar e ratificar deliberações tomadas unilateralmente pelos governos destes países. Assim, guerras são declaradas e países são invadidos sem o aval do Conselho de Segurança da ONU. O obscurantismo tem outras facetas: num período em que a sociedade do conhecimento se consolida, em que o progresso científico e tecnológico alcançou níveis inimagináveis até pouco tempo, a miséria e a exclusão de continentes inteiros como a África são também uma realidade visível. A humanidade teve seu século das luzes. Os historiadores do futuro, com toda a certeza, vão designar o período atual como “tempos de obscurantismo”.

Na área econômica, é a lei da selva que predomina. A desordem é total e absoluta e talvez tenha atingido seu ápice. Como analisou há poucas semanas, o jornal conservador inglês, “The Economist”, um só país, os Estados Unidos, atingirá, este ano, um deficit colossal da ordem de 600 bilhões de dólares, resultado de um consumo desenfreado de uma sociedade que, além disso, dispõe de um poder militar para impor este estado de coisas, através do Pentágono, e que fabrica os dólares de que necessita para financiar esta verdadeira farra. Evidentemente, precisamos saber quem está pagando esta conta.

O cientista político norte-americano, Gunther Frank, nos fornece algumas pistas, Em agosto deste ano (2003), no Rio de Janeiro, em um seminário sobre hegemonia e contra-hegemonia em tempos de globalização, sob os auspícios da UNESCO e da Universidade das Nações Unidas, coordenado pelo cientista político brasileiro Theotônio dos Santos Jr., este especialista norte-americano revelou que quem está pagando esta fatura são a China, o Japão, a Europa, que financiam o deficit dos Estados Unidos com a compra de bônus do governo norte-americano e com a valorização do euro, e nós, os países em desenvolvimento, através dos juros da dívida externa. O resultado está aí: países como o Brasil não dispõem de recursos para programas sociais, a carga fiscal sobre os cidadãos é cada vez mais pesada, as

universidades públicas são sucateadas, tudo para honrar os chamados compromissos financeiros com bancos e governos estrangeiros.

IMPORTÂNCIA DOS SERVIÇOS

O jornal conservador “The Economist”, juntamente com publicações como o “Le Monde Diplomatique” tem-se revelado uma fonte de informações importante sobre estas coordenadas de tempo e sobre os temas que estamos discutindo. Na edição de 7 de dezembro de 2002 de “The Economist”, Robert Zoelick, representante dos Estados Unidos na Organização Mundial do Comércio, informou que atualmente 80% da economia norte-americana são vinculados aos serviços. Outra área importante da economia norte-americana, sabemos todos, é constituída pela indústria armamentista. As consequências desta realidade para o mundo todo não podem ser ignoradas. Os Estados Unidos decidiram controlar os serviços em escala mundial. Hoje, para eles, já não é prioritário ter fábricas de geladeiras e de eletro-domésticos em seus territórios. É o saber, a fonte de ciência e de tecnologia, seu comércio que lhes interessa em primeiro lugar.

As razões para tal decisão são de ordem econômica, mas também políticas. Quem controla os serviços, controla todo o processo de produção. E, ainda por cima, passa a garantir a hegemonia política. Não é exagero dizer que, hoje, quem controla o saber, controla o mundo. Uma reunião da OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico), o clube dos países ricos com sede em Paris, em agosto de 1998, oficializou a política destes países com vistas à obtenção da universalização, em seus territórios, do acesso ao ensino superior. Este deixa de ser um privilégio. Todo jovem, entre 17 e 24 anos, deve ter acesso a uma forma qualquer de ensino terciário, como eles denominam esta faixa de ensino.

Nos debates realizados durante esta reunião, ficou claro que existia uma consciência nítida entre os participantes que universalizar o acesso ao ensino superior era a condição que se requeria dos países desenvolvidos para garantir sua hegemonia na economia mundial. Estas coordenadas nos fornecem também os elementos de compreensão suficientes para ilustrar o porquê do empenho dos Estados Unidos e outros países em colocar todos os serviços sob o controle das normas da Organização Mundial do Comércio, uma organização criada dentro do movimento de expansão da aplicação do Consenso de Washington.

Este consenso, vale a pena recordar, é a denominação que se deu à formulação elaborada em 1989 por um economista inglês, John Williamson, para reforçar a política generalizada em favor do livre intercâmbio, através de privatizações, abertura da economia, controle da inflação e do déficit público, desregulamentação da economia, prioridade, nos países em desenvolvimento, ao pagamento dos juros da dívida externa.

A análise destas coordenadas que acabamos de mencionar, serve também para explicar o que se passa neste momento no mundo após o fracasso da conferência da OMC em Cancún. Até então, na OMC –teoricamente uma organização democrática, onde diferentemente do que se passa no FMI e no Banco Mundial- cada país tinha direito a um voto, independentemente de seu peso político, militar ou financeiro. Na prática, funcionava um sistema de consenso imposto pelos países mais ricos do mundo, o QUAD, corruptela de quadrilátero, que servia para designar o conjunto integrado pelos Estados Unidos, União

européia, Japão e Canadá que se reuniam, elaboravam as bases para um consenso que, em seguida, eram levadas aos demais países sem que estes dispusessem de poder real para negociar sua revisão.

Este sistema vigorou, sem rachadura, até dezembro de 1999, em Seattle, e acabou de se romper recentemente em Cancún, quando um grupo de países, entre os quais se destacaram Brasil, Índia e China, resolveram dizer não, decidiram dar um basta, e exigiram que os interesses de todos fossem levados em consideração nas discussões e decisões. Isto gerou um impasse. Disso muito se falou no mundo inteiro. O que faltou ver foi que esta decisão dos países em desenvolvimento rompeu com um processo profundamente anti-democrático.

De seu lado, os Estados Unidos imediatamente se adaptaram à nova situação e o sr. Robert Zoelick anunciou que, se for impossível atingir seus objetivos dentro da OMC, a alternativa será partir para, como se diz no Brasil, um “corpo-a-corpo”, ou seja desenvolver negociações bilaterais. A OMC pode passar, então, a ser vista pelos Estados Unidos e os demais países ricos como uma organização inoperante pois não lhes permite atingir seus objetivos. Os que mais falam em democracia e, até um passado recente, em mundo livre, uma vez mais impedem a democracia de funcionar corretamente. Note-se, por fim, que no mundo ibero-americano, o “corpo-a-corpo” já começou com alguns países, como Chile, Costa Rica e Colômbia. Os resultados são tão previsíveis quanto em lutas de boxe em que, de um lado esteja o campeão dos peso-pesados e do outro uns pobres peso-pena.

ESTADO DE GUERRA PERMANENTE

Outra consequência do estado da economia mundial e do deficit colossal dos Estados Unidos poderá ser o de chegarmos a um estado de guerra permanente. De fato, uma derrocada das indústrias de armamentos nos Estados Unidos criaria problemas graves para a economia deste país. É necessário que ela produza cada vez mais e, evidentemente, que seus produtos, cada vez mais sofisticados, sejam gastos e não fiquem estocados. A guerra passa a ser uma necessidade econômica permanente. Nos últimos tempos, tivemos Kosovo, Afeganistão e Iraque. Qual será, agora, “a bola da vez” é a pergunta que se faz em toda a parte. Esperemos que não seja a Colômbia e, a partir deste país, a Amazônia em sua integralidade. Pretextos não faltarão aos industriais de armas.

Neste quadro, um atentado como o das torres gêmeas, em Nova Iorque, mostrou a fragilidade do sistema norte-americano, mas, em contrapartida, deu aos industriais da guerra os argumentos que lhes faltavam para o incentivo ao reforço de sua produção. Não há que se justificar a loucura de ataques a cidadãos civis indefensos, mas, neste episódio, visto de maneira mais ampla que o espetáculo colorido da televisão, encontramos explicação para muito do obscurantismo que domina, desde então, o mundo. Tais fatos mostram também que os povos e países que não querem entrar em nenhuma destas esferas de loucura e de obscurantismo, não podem viver isolados. O Professor Galo, da Colômbia, recordava, há pouco, o poeta Antonio Machado, para quem “um coração solitário, não é coração”.

Da mesma maneira, nenhuma pessoa, nenhuma instituição, inclusive nenhum estabelecimento de ensino superior pode viver isolado. No nível de governos, de estados, o que se deve buscar é a criação de espaços políticos novos, baseados em realidades sólidas:

agrupamentos geográficos, sociais e culturais são, mais que nunca, necessários. É fundamental, pois, o desenvolvimento do Mercosul e o fortalecimento de espaços como o latino-americano, o ibero-americano e, agora, o grande espaço Europa-América Latina-Caribe, que se espera ver consolidado na reunião de cúpula (cimeira) prevista para maio de 2004, no México.

Estes espaços não podem ser excludentes. A exemplo das Nações Unidas, criada justamente para que a diversidade possa funcionar, que elementos contrários sejam convidados a dialogar e a encontrar pontos de entendimento, estes novos espaços não podem ser excludentes. Como aceitar por exemplo, dentro do espaço latino-americano e do Caribe, um país, um único país, seja excluído, por imposição daquele que é o economicamente mais forte? Como acreditar em propostas como a da ALCA que visam à troca de bens e capitais entre os países que não são iguais, excluindo a diversidade cultural e impedindo a mobilidade de pessoas, com a construção de muros como o que foi lançado na fronteira do México com os Estados Unidos, muro da vergonha, como igualmente poderia ser denominado o que se constrói, neste momento, na Palestina?

ESPAÇO EUROPA-AMÉRICA LATINA E CARIBE

É, pois, neste marco que se insere o reforço pela criação de um espaço Europa-América Latina-Caribe. A Europa está, justo neste momento, pondo em execução sua decisão de ampliar sua área pela incorporação de mais 10 países, consolidando o sonho daqueles que sempre almejaram a construção, no espaço geográfico europeu, de uma grande área multicultural e multi-racial, onde a cultura de paz venha, finalmente, se sobrepor numa região onde, durante séculos, foi a cultura da guerra que prevaleceu.

Não há dúvidas de que a Europa terá problemas sérios com esta incorporação e, como acadêmico, ainda que correndo o risco do politicamente incorreto, não posso deixar de mencionar a hipótese levantada por vários analistas e observadores de que o risco é forte de que, com esta expansão, verdadeiros “cavalos de Tróia” poderão ser absorvidos pela União européia, com representantes de países, onde os políticos que dominam a cena atualmente parece não terem, na prática, maior interesse na construção de uma Europa unida, grande e forte, em todos os aspectos desde o econômico até o da diversidade cultural.

No entanto, podemos assinalar que esta perspectiva e esta realidade não são contraditórias, como poderia parecer inicialmente, com uma abertura da Europa em direção à América Latina e ao Caribe e vice-versa. Uma aliança, uma coordenação de esforços, quem sabe um dia, uma integração, poderia ser imaginada com base em laços históricos e culturais. As duas perspectivas são ou podem ser complementares. Desnecessário falar da importância econômica de uma tal orientação. Utilizando a linguagem que entendem os adeptos do “consenso de Washington”, a América Latina e o Caribe, em sua integralidade, formam um grande mercado que pode ser benéfico para a Europa. E todos sabem que, desde já, a Europa poderia se transformar no principal mercado para a América Latina e o Caribe, com a condição, no entanto, que o polo mais forte não aja como elemento monopolista e monolítico.

A pouco menos de um ano, em dezembro de 2002, fui convidado, por indicação dos embaixadores latino-americanos em Bruxelas, a falar numa reunião de altos funcionários e

diplomáticos encarregados de preparar a reunião de cúpula do México em 2004 (“Cooperação interuniversitária no espaço Europa-América Latina e Caribe” – 4 de dezembro de 2002-existe texto em espanhol, tradução de Maria Verónica Gandini). Tive, então, a oportunidade de dizer que a manutenção da política europeia de subsídios agrícolas é prejudicial a qualquer tipo de cooperação entre Europa e América Latina, inclusive no campo do ensino superior. Para cada vaca que pasta nos campos europeus, a União européia paga o equivalente a pelo menos dois euros, quantia que é superior àquela com que sobrevivem milhões de pessoas na América latina.

O tema, em realidade, é complexo e não deveria se prestar a demagogias. Os europeus argumentam dizendo da necessidade de proteger suas populações e a chamada agricultura de “terroir”, palavra que não pode ser traduzida apenas como território. Além do espaço físico, ela tem uma conotação mais ampla, em que frequentemente, aspectos históricos e culturais são tomados em consideração. O queijo camembert, por exemplo, não é apenas um produto comercial. É, nesta perspectiva, um verdadeiro produto cultural. No entanto, muitos analistas insistem dizendo que o que se protege com os subsídios não são os pequenos agricultores do “terroir” mas grandes grupos agro-industriais que, sem uma proteção do Estado, não resistiriam à entrada mais livre de produtos como os brasileiros.

Este é, realmente, um pre-requisito para o desenvolvimento da cooperação. Hoje, o que os europeus provocam de perdas com os subsídios é maior que toda a contribuição que ainda mantêm para o desenvolvimento de regiões como América Latina e o Caribe. Mas, há outros obstáculos. Alguns são de atitude. Recentemente, li em uma publicação européia, talvez no jornal espanhol “El País”, de Madri, comentários sobre os problemas criados para a Espanha pela atitude arrogante de certos executivos espanhóis que se instalaram recentemente, na América Latina, com a chegada maciça de capitais espanhóis em setores industriais e bancários da América latina.

EXEMPLOS DE COOPERAÇÃO SOLIDÁRIA

A cooperação deve ser solidária e entre iguais. De outra forma, teremos de aceitar aquilo que defendem que cooperação é sinônimo de comércio. Chegando a este ponto da análise, podemos, então, perguntar, se a cooperação baseada na solidariedade é possível ou se tudo isto é uma utopia irrealizável. Como resposta, trago à consideração de todos, alguns exemplos concretos. No quadro da UNESCO, vários projetos de cooperação solidária foram bem sucedidos no marco do programa UNITWIN-Cátedras UNESCO lançado no início dos anos noventa. Assim, num destes projetos, a Universidade de Las Palmas de Gran Canaria, unidas à Universidade de Pau na França e uma universidade inglesa, uniram-se em rede com universidades do sul do Marrocos, da Mauritânia e do Senegal (Université de Saint Louis) para o desenvolvimento de redes de informação nestes países africanos que, na época, não dispunham ainda de um sistema eficaz de acesso a internet. Apesar da diferença de situação entre os diversos participantes, os programas foram decididos conjuntamente e, no conselho, todos eram iguais.

Podemos mencionar alguns exemplos mais próximos de nossa realidade. A Universidade das Nações Unidas e a UNESCO estão patrocinando a elaboração de um programa para um curso virtual, em nível de especialização, no campo das políticas

científicas e tecnológicas da Amazônia, que contará com o apoio técnico da Universidade Aberta da Catalunha. O curso se destinará a professores universitários, pessoal de agências de desenvolvimento e funcionários trabalhando com políticas científicas e tecnológicas nos diversos países amazônicos. Retoma o que de positivo houve, tempos atrás, com curso semelhante, com base presencial, notando-se que vários ex-alunos estão hoje trabalhando nesta área em seus respectivos países ou mesmo na Organização do Tratado de Cooperação Amazônica. O programa foi elaborado por participantes dos diversos países envolvidos.

A UOC – Universidade Aberta da Catalunha- após discussões de seus representantes com os Ministros Cristóvam Buarque (Educação) e Roberto Amaral (Ciência e Tecnologia) do Brasil, colocou à disposição destes ministérios para projetos de interesse social toda sua metodologia e plataformas de ensino virtual.

Outro exemplo interessante vem de Minas Gerais, onde, também sob os auspícios da Universidade das Nações Unidas, desenvolve-se um amplo programa de formação em exercício de professores das quatro primeiras séries. Trata-se do Programa Veredas, originário do Programa Anchieta de Cooperação Interuniversitária, que, com a participação da UNU, da Universidade de Las Palmas em Gran Canaria e de professores oriundos das Universidades Federal de Minas Gerais, Mato Grosso e Santa Catarina, conta com um programa de qualidade que, hoje, em Minas Gerais, está formando 15 mil professores, através da implementação por parte de uma rede de 18 universidades públicas, comunitárias e privadas.

FORMAS DE COOPERAÇÃO

A cooperação solidária, entre iguais, é pois possível. É uma utopia realista. Pode se concretizar. Em consequência, a integração através da cooperação interuniversitária é uma meta a ser buscada dentro dos novos espaços que se pretende criar ou desenvolver. E os objetivos desta cooperação são múltiplos: desenvolver uma política e gestão da educação superior com vistas a minorar a exclusão; desenvolver programas de pesquisa em diversos níveis utilizando novas tecnologias; levar adiante projetos conjuntos visando ao desenvolvimento sustentável.

A CRUE acaba de distribuir um documento contendo sugestões para temas que seriam desenvolvidos por esta cooperação e que merecem ser analisados, em detalhe, por todos os que trabalham nesta área. Em particular, uma atenção especial deve ser dada aos esforços da CRUE para o desenvolvimento de programas conjuntos de pós-graduação em que os interesses de todas as partes sejam devidamente levados em consideração. A Secretaria de Cooperação ibero-americana da Organização Ibero-Americana de Educação, Ciência e Cultura-OEI- também divulgou um documento “Análise e potencialidades da cooperação ibero-americana em ensino superior” que merece ser considerado. Uma análise detalhada foi elaborada e propostas apresentadas nos campos de políticas, organização e gestão do ensino superior; formação de pré-graduação, pós-graduação, contínua, à distância e virtual; pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico; extensão e vinculação das instituições de ensino superior e cooperação internacional para o desenvolvimento.

A cooperação, nesta região, é uma realidade, visível em vários instituições e em vários lugares. Ela se concretiza, tradicionalmente, através de bolsas de estudo e de pesquisa ou de subvenções para programas especiais de pesquisa. Sem nenhum julgamento de valor, cito como exemplos de cooperação entre Europa e América Latina e Caribe, a rede Santos Dumont CAPES-COFECUP, projetos desenvolvidos pela Holanda em particular entre a Universidade de Utrecht e instituições na América central, programas financiados por instituições alemãs, em particular o DAD e o Instituto Max Planck, programas que contam com apoio nórdico, em particular da Suécia.

Neste ponto, faz-se necessário analisar a importância das redes neste processo. Com relação aos programas Alfa e Oban, da União europeia, não me deterei sobre seus aspectos técnicos que, por certo, figurarão na exposição que, sobre o tema, fará a dra. Maria Esmeralda Almeida Teixeira, responsável por estas iniciativas. No entanto, como observador privilegiado destas operações, mas não vivendo os duros problemas do cotidiano como o fazem os reitores ibero-americanos, noto um certo mal-estar em relação a estes programas. As instituições latino-americanas sentem-se marginalizadas do processo de elaboração dos programas, de definição de prioridades e de participação na implementação. Organizações como a Associação de Universidades do Grupo de Montevideo –AUGM- e a União de Universidades da América Latina –UDUAL- que tinham sido convidadas para participar da gestão deste projeto, sentiram-se marginalizadas e frustradas com a condução do processo. Em realidade, quando se deram conta, definições já estavam elaboradas e definições tomadas. Um conselho que se pode dar à União europeia, nesta matéria, é que isto seja evitado no futuro, pois pode provocar barreiras intransponíveis para a colaboração.

Há, além disso, uma pergunta que muitos gostariam de endereçar à União europeia e, pessoalmente, eu a apresentei aos embaixadores e altos funcionários de Bruxelas: qual a razão de, nestes programas, estimular a criação de redes artificiais, quando existem redes institucionalizadas e legitimadas pela comunidade acadêmica da região? Observe-se que, a OEI lançou, há tempos, com sucesso, um programa de mobilidade acadêmica, utilizando, para isto, a estrutura da Associação de Universidades do Grupo de Montevideo. Aparentemente, todos estão satisfeitos com os resultados da experiência. Há na região várias redes operacionais. Em nível sub-regional, destacam-se associações como a UNAMAZ, o CSUCA e a já mencionada AUGM. Dentro do espaço europeu, grupos como o de Coimbra, o de Santander desenvolvem vários projetos com instituições latino-americanas, como o fazem também o programa Columbus, ligado à Associação de Universidades europeias. Entre associações inter-regionais, podemos citar o CINDA e a OUI e, no nível regional, a UDUAL.

CUIB- UM NOVO MECANISMO

Neste contexto, por que não pensar em uma participação mais efetiva do CUIB na articulação de programas desta natureza? O CUIB não é uma nova rede em termos tradicionais, mas sim um mecanismo novo que pode ser usado para canalizar e integrar os esforços dos conselhos nacionais de reitores através das redes existentes. Acredito –e agora vai uma reflexão que se endereça não à União europeia, mas sim aos membros do CUIB- que é necessário dispor de mecanismos de funcionamento bastante pragmáticos. É útil verificar o exemplo de outras associações na região. A UNAMAZ, por exemplo, se prepara para superar

um largo período de crise institucional que somente não fez desaparecer a instituição por dispor esta de uma secretaria fixa, em Belém, operando em colaboração com os serviços disponíveis junto à presidência que é rotativa.

Mais importante, porém, que questões administrativas ou funcionais, é a atitude de todos os participantes do CUIB, de seguirem rigidamente os princípios de cooperação solidária entre iguais, propiciando às comunidades acadêmicas a oportunidade de melhorar sua ação pela criação de um espaço poderoso seja no nível ibero-americano, seja no nível Europa-América Latina. Observo, pelos vários documentos disponíveis, que os chefes de estado ibero-americanos já deram indicações de que se interessam pela inclusão da cooperação no ensino superior na agenda de suas discussões.

Aqui, antes de concluir, assinalo que cabem duas observações:

No polo menos desenvolvido, não pode a cooperação ser vista, como infelizmente ocorre em muitos lugares, apenas como um complemento orçamentário para aquelas instituições com parcos recursos ou como suplemento de salário para professores e pesquisadores;

No polo que, às vezes, apresenta-se como dominante, instituições que, nos diversos projetos, apresentam-se como financeiramente mais fortes, a cooperação não pode nem deve ser usada como meio de controle, de dominação, como meio de impor uma ação neo-colonialista. Essa atitude podia funcionar no tempo de Pizarro ou de Vasco da Gama. Hoje, é inaceitável.

CONCLUSÃO

Concluindo, gostaria de destacar que a vantagem da cooperação entre universidades latino-americanas, caribeanas, espanholas e portuguesas, é fácil de ser entendida. Nestes dois países europeus –Espanha e Portugal- que foram submetidos a longos períodos de ditadura, pode-se observar que, restabelecida a democracia, iniciou-se um processo de reforma, ainda em fase de consolidação, onde as universidades passaram a exercer um papel muito importante no desenvolvimento das políticas científicas e tecnológicas dessas duas nações.

Em tempos de sociedade do conhecimento, isto é fundamental. Têm muito a oferecer e em condições onde o diálogo inter-cultural é facilitado pela proximidade dos povos como acima mencionamos. Mas, são instituições que ainda vivem processos de consolidação de suas capacidades de pesquisa e de formação e que também têm muito a receber e a aprender. Projetos conjuntos com instituições de países como estes são mais viáveis e factíveis que com universidades de outras regiões, onde todos se consideram “donos da verdade”.

Dois dias atrás, encerrou-se um seminário internacional em Brasília, onde discutiu-se a universidade ideal para o Século XXI, tendo a cooperação sido mencionada como elemento importante na busca de uma utopia realista neste setor. Estive entre os que insistiram no fato de modelos estrangeiros não serem benvindos, em particular representantes de realidades falidas na própria origem, como é o modelo universitário inglês atual, elitista, produtor de exclusão e odioso para os estrangeiros, como os brasileiros, que são chamados a pagar até dez vezes mais o que as instituições inglesas reclamam dos estudantes britânicos.

Cooperação deve, pois, ser solidária e entre iguais. Todos devem participar, em condições de igualdade, na definição, como na implementação dos projetos.

Nota: este texto foi extraído da exposição oral feita pelo autor, em Porto Alegre, no dia 25 de novembro de 2003.

DOCUMENTO NÚMERO 8

COMMENTS TO AN EUROPEAN COMMISSION DRAFT DOCUMENT ON MODERNISATION AGENDA FOR HIGHER EDUCATION

Professor Marco Antonio Rodrigues Dias
Representative of the UNU at UNESCO
Former Director of the Division of Higher Education of UNESCO (1981-1999)

Paris, January 2006

FRAMEWORK

With the document (draft) “Delivering on the modernisation agenda for the higher education sector”, the European Commission intends to accelerate the process implementing reforms based on the Bologna Declaration, in particular through the adoption of a common structure (BA-MA-PhD), modernised curricula and quality assurance systems. The stimulus to mobility and the recognition of qualifications are part of this general set of initiatives.

The Bologna Declaration today represents an agreement between 29 European countries aimed at reforming their higher education systems in a convergent way. The main challenge for many analysts is to reform with consistency while at the same time respecting cultural diversity and university autonomy. It is not an easy task to be accomplished. In fact, when the initiative was launched, notably, by the former French Minister, Claude Allegre, it was clear that many Europeans were worried about the lack of competitiveness of European higher education institutions faced with the performance of North American institutions in particular, but also institutions in Canada, Japan, and more recently Australia and China.

The enormous differences between the systems in Europe used to hinder mobility between European systems and integrated action in a context of world globalisation. This is the reason behind the interest aroused in the initiative everywhere, but it explains also why so many problems occur in its implementation. In particular, the initiative was introduced at a time when a predominant tendency had appeared to move from co-operation to the selling of products. This was facilitated by the development of new communication and information technologies, and was explored in an efficient way by institutions located in English-speaking countries, especially the United States and Australia, but also the United Kingdom and New Zealand. Many governments and universities in European countries now tend to follow this model.

Although many European experts do not appreciate or recognise the fact, the basic structural principles adopted by the Bologna Declaration and the follow-up actions are inspired by the North American system. And here lies one of the main obstacles to its implementation: how to establish a convergence based on the North-American model, but respecting, as far as the content is concerned, cultural diversity and the relevance of the missions of higher education institutions within the European space.

Between the structural changes, on which a consensus now seems to exist, one can note:

- the adoption of a system of easily readable and comparable degrees;
- the adoption of a system based on two main cycles, undergraduate and graduate, or of a three-cycle basic system (3 + 2 + 4), corresponding to a Bachelor's degree, Master's and doctoral programme;

- the establishment of a system of credits that can be obtained not only through traditional courses but also through contexts outside higher education;
- the promotion of mobility for students, teachers, researchers and administrative staff;
- the promotion of European co-operation in quality assurance;
- the promotion of the necessary European dimensions in higher education;

One could add two more elements to the dynamics that were created:

- the development of education through life-long learning;
- the strengthening of convergence between institutions of the entire Europe region.

The documents related to Bologna Declaration mention the goal of creating a European higher education space designed to transform Europe into the most competitive and dynamic economy of knowledge in the world. **However, many complain that even if this goal is important, one should not forget the need to develop a Europe of citizens, based on humanist attitudes and tolerance.** And this prospect is not clearly highlighted in the document under scrutiny. One should bear in mind what Federico Mayor used to say when he was Director General of UNESCO: “a market economy, perhaps, but a market society, market democracy, no! It is up to the people to set their priorities, not up to the market. It is poverty and exclusion, either geographical, economic, social or cultural, which is the very root of conflict, of extremist behaviour, frustration and radicalisation. Exclusion is at the root of massive emigration flows. The market economies have not honoured their promises to facilitate endogenous development in the developing countries. This means we must defend our society and our democracy, to ensure it is fully participatory and representative” (Federico Mayor- The Universal University – Higher Education Policy 11 (1998) 249-255- Pergamon)

In fact, the structural reforms are being carried out very rapidly, and in 2003 it was considered that 80% of the countries that had signed the Declaration had already adopted the system of 3 + 2, as well as the system of credits. This, of course, facilitates the mobility and the readability of the diplomas.

Until recently, it was an almost impossible task to develop a system of recognition of studies between European diplomas. The situation is now becoming clearer. Every year of study must be structured through 60 credits, and each of them must correspond to 24 hours of work by the student. One part of these 60 credits is assigned to each discipline or other kind of training and must be validated by the students. The latter will obtain a credit for each discipline in which they obtain a mark higher than 12 and for the whole programme if they are approved at the end of the year. The credits should be recognised in the following years either by the same university or, if need be, by a different European university or even a different programme. This particular point is essential to ensure mobility.

The general impression is that even if difficulties emerge - for instance, how to assess the work carried out individually by the students at home, in libraries or laboratories - the process is developing smoothly. However, the combination of this structural convergence and the contents, and the risk of standardisation that could affect cultural diversity and the relevance of the education dispensed to students, are not yet clear and raise many questions. The risks of adopting a structure based on the North American model, as well as contents that are elaborated to suit different cultural contexts, has not yet been sufficiently analysed. It is a known fact that thirty years ago, a similar process took place in Latin America, with success in some cases, in a problematic way in others, and should stimulate the European Commission and European universities to undertake case studies on the implementation of these reforms in universities such as the Universidad de Costa Rica, the Universidad de Concepción (Chile), the Universidad de los Andes (Colombia), the Universidades de Brasilia and the Universidade Federal de Minas Gerais (Brazil).

The document on “Delivering the modernisation agenda for the higher education sector” presents a clear synthesis of what is being implemented in Europe at the moment for the advancement of the Bologna process, starting with one list of obstacles to be overcome. Due to the short notice and the little time available to analyse all aspects, we will concentrate our comments in three phases:

- general comments
- the issue of financing, emphasised by the document, which is a problematic one
- the importance of the issue of internationalisation and co-operation which is not sufficiently analysed in our view.

I- GENERAL COMMENTS

Some general elements for the comments are included in the introduction of this paper. The following points should also be added:

- a) the agenda for modernisation is consistent with the Bologna process and is largely ‘inspired by several documents drawn up within the framework of the European Commission or of institutions associated in this endeavour, such as the Association of European Universities. As already stated, the document is clear in its presentation of the obstacles that need to be overcome, and it is also clear in its diagnosis on the lack of performance by the European university system regarding what the authors call “the three poles of the knowledge triangle”:

- an increased share of new knowledge is now produced outside Europe;
- access to higher education is still low in Europe, particularly if compared to other developed regions

-Europe has not been able to transfer scholarly knowledge into innovation in the economy.

- b) As these analysis and suggestions follow previous documents drawn up within the framework of the Commission, it can be noted –as already mentioned - that **a reflection on the public character of higher education institutions is missing**. We will analyse this point together with the question of financing, but first call attention to the need to construct a system in which quality and relevance should be considered as complementary elements of the same modernisation process. The reform cannot have as a target the transformation of higher education from a public service to a commodity sold as if in a supermarket. Higher education must be ready to prepare citizens to be able to transform society into a fairer one, in which men and women learn how to live together. **Europe should be a centre for the renewal of humanistic actions and attitudes in the world**. This position, which is linked to values and ethical behaviour, is absent in the document, or at least it is not clear.
- c) In the reforms, the draft document “Delivering the modernisation agenda for the higher education sector” states clearly that an essential element is the integration or harmonisation with the world of work. If this is not done, universities will train people who surely will be condemned to unemployment, the level of which is high in many European countries. However, it is true also according to documents of the same European Commission that “the unemployment rate of the active population in the EU in 2003 was four percentage points lower for people with a higher education level than for the population as a whole and 7.5% percentage points lower than for those with less than lower secondary education”. As it was said in the French newspaper Le Monde (Éric Le Boucher – Passe ta maîtrise d’abord – Le Monde 02-01-2005) “aujourd’hui, la plupart des emplois qui permettent de nourrir une famille exigent des études supérieures. Cette phrase prononcée par Bill Gates, le fondateur de Microsoft, dit l’impitoyable dureté du temps.”

The same article, also states that “dans la mondialisation, l’emploi de demain passe par la recherche et il passe par l’éducation. Il n’y a pas d’autre voie. **Il n’est, en conséquence, pas de politique plus essentielle pour un gouvernement que d’assurer à ses ressortissants, efficacement, une formation d’un niveau toujours plus haut, toujours mieux adaptée aux besoins d’une économie en mouvement permanent.**

Mr. Le Boucher recalls that we face an economy that is permanently evolving. He is right. In fact, **higher education institutions cannot train people exclusively for today’s needs**. If they do so, the diplomas will immediately become obsolete. Programmes of continuing education should be foreseen, but students should learn to learn, learn to be, and learn to take initiatives, in addition to learning to live together. To be able to prepare this kind of person, higher education institutions should play a role as a watchtower, observing their society, analysing the evolution and working with prospects. In addition, they should consider that **the world of work must not be seen as a synonym for the world of business**. Given the importance of workers and the need for links with the whole society, **the world of work is much wider**, and this too should be highlighted. It is important to add that the

necessary co-operation with industries – taking into account the present situation of the economy – is necessary, but this should not run against the long-term objectives of higher education and be guided exclusively according to the short-term and floating interests of the market.

II- FINANCING OF HIGHER EDUCATION

The document, an analysis of which is required, is cautious on this very delicate subject. It should be noted that in 1998, in Paris, during the World Conference on Higher Education, a strong consensus was acquired from all over the world on different issues linked to higher education. Given that the Conference was attended by more than 180 representatives, with more than 130 official delegations chaired by ministers of state, this was an achievement. But two points obtained a difficult consensus: 1- the participation of students in the organisation of higher education institutions; 2- the financing of these institutions.

Concerning the first point, some governments were afraid to stimulate students' activism, but a consensus was reached that students and their needs should be at the centre of the concerns of higher education institutions and that they should be considered as major partners and responsible stakeholders in the renewal of higher education.

This second point is also perhaps unique in that the 1998 Declaration is rather ambiguous and gives rise to different interpretations. Recently, this was the subject of an international conference held in Barcelona (November 2005) and organised by GUNI – the Global University Network for innovation - which was created jointly by UNESCO, UNU and the Technical University of Catalonia to ensure the implementation of the principles adopted by the World Conference on Higher Education (Higher Education in the World – 2006 - The financing of the universities- GUNI series on the social commitment of the universities I -). In spite of this, the Declaration was clear and a strong consensus was reached, asserting that **higher education should be considered as a public service and that “public support for higher education and research remains essential”**.

The document under scrutiny states clearly that resources have declined continuously over recent decades and as a result, European universities “are currently at the cross roads of the huge investments deficits in higher education”. And the solution, according to the document, “obviously needs to come from non-public sources, i.e, from industry, donations and households”.

In fact, the need for diversification of initiatives, programmes and funding in higher education systems is today accepted world wide, and this was reflected in the Declaration of 1998. A consensus was reached in most countries that governments cannot take the sole responsibility of making access wider and even universal on the basis of merit, as stated in the Declaration of Human Rights. But the document of the European Commission makes a shortcut by considering as obvious that the priority in the search for a solution should come

from non-public sources. This statement deserves some comments, particularly regarding what can be behind this position and also its consequences.

In our view, this stance hides two serious questions:

1- Many analysts use the consensus on the need for the diversification of funds to stimulate the disengagement of governments from the financing of higher education. They concentrate the targets in the transfer of responsibilities to the private sector, in particular, to industries and the “customers”, in other words, students and their families. They support, directly or indirectly, the reduction of public funds allotted to higher education and research. The reality – even in countries like the United Kingdom and the United States - reveals that without a strong public commitment, the private sector’s contribution will never be sufficient to cover the needs. On the other hand, basing a system mainly on the contribution of students and their families can develop a risk of social imbalance, transforming higher education institutions into part of an elitist system. One should not forget the contents of the preamble of the 1998 declaration on higher education, which stated:

....given the reach and the rhythm of the transformations, the society tends to establish itself on the knowledge basis, and due to this **higher education and research are, nowadays, a fundamental piece of the cultural, socio-economic and ecologically sustainable development of individuals, communities and nations**”. Therefore, and taking into account that we must face outstanding challenges, higher education should transform and renew itself radically, so that the contemporary society which, nowadays, experiences a deep crisis of values, can transcend the merely economic considerations, and take over deeper moral and spiritual dimensions.

2- In many countries – this is more visible in the developing or emerging world, but it is also a reality in Europe - access to free and better institutions is frequently ensured almost exclusively for the wealthiest members of society. Some analysts found that in certain countries, when the children are 7 or 8 years old, depending on the primary school they are enrolled in, it is possible to know if they will be able to have access to the best universities in their country. How to solve this issue? How to transform the system into a more democratic one?

The document under scrutiny –we insist- is cautious on this point but it is not completely clear, even though it acknowledges that each country should define its position according to its history and cultural elements. **For a long time, particularly after French and Dutch citizens rejected the text of the draft European Constitution, many experts have been asking whether Europe, by assuming a radical position in favour of a neo-liberal system, has not forgotten the social aspect of its institutions and is not fostering the development of an inequitable society. The recent turbulence in France has confirmed these worries.** In education, the direct or indirect acceptance of the transformation of education into a commodity, rather than considering it as a public good, is a logical consequence of this general view of society.

On the institutional side, it seems necessary to revert in a stronger and clearer way to the idea that higher education should play a public role, and that higher education institutions

should be considered as part of the public service, playing public functions, independently of their legal structure or status (public, private, community, etc). The legal aspects depend on national laws and the options to be taken –political options- can be considered as linked to national sovereignty.

Obviously, the matter becomes more complicated when trying to identify the modalities of ensuring an appropriate system of funding for universities and the concrete modalities of practices to prevent a situation in which the “poor pay for the rich”. To support a completely free system is considered by many experts – in particular those linked to the World Bank and OECD policies – as a way of supporting privileges.

The reality is complex:

1-Public resources for education in general, and for higher education in particular, have never increased during recent decades in the same proportion as enrolments and, in most cases, have diminished, at least proportionally to the number of students. According to Bikas Sanyal, a former Programme Specialist at the International Institute for Planning Education (IIPE) of UNESCO (at GUNI's Conference in November 2005), contrary to the general belief, many countries have made an effort during the recent period to maintain the share of higher education in the state funding of social programmes. However, **“per student, public expenditure fell significantly all over the world owing to, among others, the massive expansion. It decreased from US\$ 6,300 in 1980 to US\$ 1,241 in Africa (UNESCO, 2004) and it decreased by 50 percent in the United Kingdom during the last decade (Shattock, 2004). ”**

2- However, in a very few cases, the question can be justifiably raised as to why funds diminish, what the priorities of governments are, why, for example, in most countries, whether rich or poor, funds for military purposes are not reduced, why developing and emerging countries are obliged to spend such a big portion of their national products to pay for debts with unclear origins. In fact, if Europe wants to develop a fair society, or a fairer one, it is essential to insist on the idea that public support remains essential to the development of a higher education system engaged in the construction of a better society, whose main aim should be the education of citizens for a better society. And it should be considered that **if education is a public good, democratically elected governments (Executive and Parliamentarian) have the sovereign right to delegate this function, grant concessions or authorise civil society institutions to perform these functions, according to regulations and laws, on the basis of a concession, delegation or authorisation system, requiring an objective evaluation and accreditation method.**

It should be added that in order to consider any service as public, its supply must be based on equality, and this means that everyone must have the right to the public service, as mentioned in the Universal Declaration of the Human Rights and in the Declaration of the World Conference on Higher Education (Paris, 1968), without any kind of discrimination. Moreover, it must be continuous, permanent and reactive, evolving upon general interest changes, either technological or social. In recent European documents, these ideas are not clearly defined, thus involving a risk of deviating from the path. French and Dutch citizens gave a warning to European

institutions when they rejected the draft European Constitution; The European Commission should analyse whether corrections should be made in their conceptual statements, and go back to clearly defending the public services, those services that are organised specifically for public interests.

3-The incidence of entrance (access) to higher education institutions, in general, is higher among wealthier groups than from the poorest sectors, creating a situation of inequality that must be corrected. It is useful to refer here to two documents produced at the end of the 20th century; one issued within the framework of OECD and the second as a result of the World Conference on Higher Education organised by UNESCO in 1998.

Access to higher education is, of course, linked to access to knowledge in general. Many believe we are facing a transformation in the economy, and in society and civilisation, that is more important than the changes that occurred in the world during the industrial revolution. The key component of this evolution is knowledge. The creation of knowledge and the way it is handled, as well as the control and manipulation of information, are crucial tools to achieve and consolidate hegemony in a globalised world.

In the economic area, today the fundamental difference is between who conceives the products and their production. The conception is directly linked to research and to development based on science and on theoretical knowledge codification, while production is much less so, hence the need to stimulate scientific and technological research and to integrate educational policies with scientific and technological ones.

Is it realistic to think in terms of a democratisation system that benefits all nations and, within each country, all the segments of society? Is it possible that appropriated science and technology can develop everywhere and that, as a result, genuine higher education is made available to the youngsters of all nations?

In Berlin in 1988, member countries of OECD decided to adopt, for their populations, the official policy on universal access to higher education, universal access to knowledge.

In the document of a meeting held in the German capital in August 1998, - Redefining higher education teaching - OECD stated:

-Participation in higher education is, from now on, the thing to be made, appreciated by everybody and not only by the privileged minority. The direction is towards universal participation: 100% of participation, with fair and equal chances to access knowledge, in another kind of higher education, at any time of life, and not necessarily in an immediate continuation of high school... We reach then not only one institution, but a way of living, not only for few but for all....

At the World Conference on Higher Education, in Paris, in October 1998, the academic community and its members expressed a very clear opinion, basing their proposals and decisions on Section 26.1 of the Universal Declaration of Human

Rights. In fact, this is a **basic principle** for all reforms throughout the world, which is valid for all countries.

4-According to the opinion of several experts, fellowships, grants and loans could redress inequities. Many enquiries and research projects, including a few made within the framework of the Institute of Education in London, show that this position is not always realistic. It ignores, for example, political influences in its applications, which will frequently act against less favoured groups and requires the creation of a bureaucratic system that could cost more than the funds obtained through fees.

There is a tendency to think that this is only applicable to developing countries. However, as Dr. Peter J. Atherton, the former Dean of the College of Education at Brock University in Canada, pointed out (Dr. Atherton unfortunately passed away), the Canadian experience suggests that in spite of the existence of a reasonably generous credit market in the form of grants and loans, some inequities linger. Children of high income families tend to capture the bulk of the financial rewards of a university degree while low income families often pay a disproportionately large share of educational expenditure. This observation was made in 1987. Is the situation different in Canada at present?

It has been observed that in many countries, including in Europe, poorer families in rural areas and even in city suburbs cannot even have access to information about fellowships or other forms of credit.

5- In accordance with the Universal Declaration of Human Rights (Article 26), the International Covenant on Economics, Social and Cultural Rights" stipulates in Article 13, paragraph 2 (c) that "higher education shall be made equally accessible to all, on the basis of capacity, by every appropriate means, and in particular by the progressive introduction of free education".

One of the working documents of the WCHE, revised personally by Professor Federico Mayor, the Director General of UNESCO ("Towards an Agenda 21 for Higher Education"), contains the following interpretation of this text:

-The international Covenant elaborates on this principle, adding "by every appropriate means, and in particular by the progressive introduction of free education", in the first place for those who have the "capacity" but not the "means". Those who have both the capacity and the means can pay all or a part of the cost. Those who have only the means must endeavour to acquire the merit and the capacity. In a democratic system – the only system in which higher education can be radically changed, this applies to both public and private institutions. And in both cases it is a matter not just for the authorities, but for society as a whole. Social stability is based on justice. And on the observance of human rights".

We face here a matter of principles. "Those who have both the capacity and means can pay all or a part of the cost". But there still remains the question: to pay through what modality? Exclusively through the introduction or increase of fees? This was done recently

by some countries, such as China in 1997, England in 1998, Austria in 2001 and Germany in 2005. Is this the right solution for all countries?

Experiments in some Latin American countries show that measures of this nature can accentuate the elitist bias of the system. For example, this seems to have happened in Chile, “donde la educación superior es pagada, solo un 5,8% del quintil de ingresos más bajos, entre 18 y 24 años de edad, y un 8.2% del quintil inmediatamente siguiente de este mismo grupo de edad, se encontraban matriculados en 1990 en la educación superior” (Mideplan, 1991: 21) (in Educación Superior en América Latina: una agenda para el año 2000- FLACSO and others - Coordinator: José Joaquín Brunner).

In 2002, researchers from the London Institute of Education made public a series of analyses and studies (“Access, participation and higher education – policy and practice” edited by Annette Hayton and Anna Paczuska - Kogan Page 2002), revealing that students from the lower classes in England tend to resist undertaking higher education studies because they are obliged to make serious financial investments to obtain diplomas with a value that is not highly considered in the economic sector and on the job market.

This publication also notes that

- “The system (in UK) neither adheres to progressive principles nor facilitates access – quite the contrary. The changes encapsulated in the 1998 reforms, in effect, were socially regressive because New Labour prioritised the expansion in higher education at the expense of widening access and increasing the representation of lower class groups whose loss of state assistance was used to fund higher education expansion across all classes (Chapter 4 of the above publication - Claire Callender – Fair Funding for higher education: the way forward).

The same author states:

“As research in the United States clearly demonstrates, student loans have a negative/disincentive impact on the participation of low-income groups because of concomitant student debts, but a neutral one on mid- to high-income groups. By contrast, grants have a positive outcome on the enrolment of low-income groups, and a neutral outcome for mid –to high- income groups. And tuition fees have a disincentive effect on the poor and middle-income students but no impact on high-income students (St. John, 1990; McPherson and Shapir, 1991; St. John and Starkey, 1995)

In addition, recent data show that a traditional source of resources for universities in some rich countries, the wealthy donors, is continuously decreasing everywhere. This modality is not a tradition in developing countries. The contributions of foundations and private groups, even though some of them may sometimes be individually important, at the global level or even at the level of an entire country, are not sufficient to solve the problem of financing higher education institutions. The same applies to other sources, such as fees for continuing educational programmes.

This brings us to another point. If higher education is a public good, then equity and universal access should be an objective. Once again, we come to the conclusion that the presence of the State and of government programmes is essential. Furthermore, the poor should not pay for the rich. But how can this objective be achieved? There is no universal reply, but solutions should be found and they must respect the social, economic, cultural and

financial situation of the populations in each country. The modality for the search for equity in this field is also a matter of national sovereignty.

In a democratic and ideal country, in which equality of access not only to higher education, but to all kind of goods is ensured (does it exist in this country?), in which everybody has access to information and benefits are distributed according to objective criteria, the generalisation of introduction of fees could be a solution.

In many countries, fiscal measures should be analysed. Taxes could be increased for those who have “revenues” and want to apply to higher education institutions or to send their children or dependants there. **This is why some economists and educators propose the financing of higher education through progressive taxes on persons with a higher financial capacity.** Of course, this method may not necessarily be perfect, as it requires a tributary system in which the declaration of revenues is in line with reality, and it also requires the prevention of measures that have as consequence the fact that only people receiving salaries pay taxes.

The document could be more incisive on this point. Higher education must be considered as a public service. For many governments, higher education is not a priority. This is due to the need to invest in other social sectors, such as health, housing, etc., and, in particular, basic education. Governments should be reminded of the importance of higher education for the development of their countries. In addition, higher education should help to develop a fairer society, and contribute to the education of citizens and the creation of an inclusive society.

To accomplish this, access to higher education must be universal and based on an equitable system in which merit and capacity are the unique criteria for having access or not. This point deserves further attention, and an in-depth reflection should be carried out on. **The suggestion contained in the document about “whether there are tuition fees or not, Member States should critically examine their current funding model”, is absolutely relevant, but within the above-mentioned framework. The social aspects, the relevance cannot be forgotten. If this is not taken into consideration, the tendency towards uniformity will prevail and the requested objective of diversity of university profiles, including by differentiated regulatory and funding systems will not be attained.**

INTERNATIONALISATION AND CO-OPERATION

The document under scrutiny clearly shows that European institutions are worried about the fact that “universities are ill prepared for international competition for talent and prestige; and overall that universities do not constitute as much as they could to the sustainable competitiveness of European societies and economies in the world”.

Proposals are put forward to increase efforts to achieve the core Bologna reforms in all European Union countries, to increase mobility and to make more efficient recognition process for qualifications and part-qualifications. The document observes that higher

education institutions operate in an increasingly competitive environment and needs the capacity to adopt constantly and swiftly. For this, autonomy and accountability are necessary.

Suggestions are made to improve the management of research and innovations and to build up excellence at the most advanced levels. Of course, in order to reach these targets, administrators (staff) should be trained, costs must be reduced, resources must be used more effectively and appropriate information systems established. And finally, proposals are made to build up an attractive image of European higher education in the world. This section of the document, relating to co-operation and internationalisation, is perhaps one of the less developed in the document. **Proposals are inadequate and do not take into consideration either the reality of current international relations or factors that can give a specific role to Europe in the development of international co-operation.**

The document is based on a market approach and seems more interested, for example, in what has now become the Australian system of higher education, which aims to sell products and also to attract researchers from other areas of the world outside Europe.

Today, no institution is able to achieve excellency in all fields, and co-operation, mainly through the creation of networks with common participants, is therefore indispensable. This applies to all European universities, even to those that are considered to be the best ones. But if the target of creating a European space were to be reached, the ideal of co-operation based on solidarity and on the transfer of knowledge should be kept and reinforced. The market approach, a stimulus only to competition, will not help to construct a fair society in Europe nor will it help universities to participate in this endeavour. And this kind of co-operation should not be confused with assistance, or with selling products.

We are talking here about broadening the intercultural understanding, using an interchange of professors, students and researchers. We are talking about the real transfer of knowledge, allowing, for instance, new States to reach the same level of development as the countries that until now have constituted the nucleus of the European space. We are talking about the construction of a real partnership, in which all participants play the same role in defining the objectives of the actions to be undertaken. Women should not left out in this co-operation, and it should focus on searching for a solution to eliminate poverty and exclusion as a matter of priority, and ensuring that sustainable environment is also an essential element for the construction of a better society in which people learn to live together and global peace is consolidated.

But if the modernisation of universities takes place in a globalised world, these principles also apply to relations with developing countries. If Europe wants to play a role in the construction of a better world, it is not by adopting the Australian model that it will acquire a better image in the developing and emerging world.

Let us mention just one example: co-operation with Latin America. For historical and political reasons, the academic community of this region looks to Europe with the hope of constructing a single new space in which all will be considered equal. And it is not by coming to this region with the mentality of occupiers or invaders that Europeans will be able to make a difference. In recent times, in addition to European official initiatives such as Alfa.Alban etc, several programmes were created and developed by European institutions, in

collaboration with institutions such as the Group of Montevideo or the Association of the Amazonian Universities, in which this philosophy served as the foundation for projects. One institution, the UOC – the Open University of Catalonia - adopted the principles of solidarity and equality mentioned in the Declaration of 1998 (UNESCO) as the inspiration for their projects of co-operation with institutions in the South. Organizations were created – for instance, CUIB (Consejo de Universidades Iberoamericanas), the presidency of which is subject to a rotation system, also based on the same principles. A network is being developed under the auspices of UNESCO and the United Nations University to reinforce the social commitment of universities having as a vital element co-operation founded on solidarity (GUNI – Global University Network for Innovations – headquarters in UPC in Barcelona).

FINAL CONCLUSION

The participants in the World Conference on Higher Education, in 1998 examined hundreds of documents but adopted only two. One is “The World Declaration on Higher Education for the Twenty-first Century – Vision and Action”, in which principles were approved and a general framework established. The second is related to the “Framework for Priority Action for Change and Development in Higher Education”. The first document is more permanent in nature, the second presents not so permanent proposals but many of them are until now valid and relevant.

Among them, what can be considered as one of more important statements made in this occasion is the suggestion that **higher education establishments, together with public and civil society, should define (or redefine) their missions**. In line with what is being suggested in the document of the European Commission under examination (“Member States should enable individual universities to plan and implement the necessary transformations allowing them to make their full contribution to the knowledge economy and society”), all stakeholders of higher education should be called upon to participate in this exercise. Clear missions, defined initially by all segments of the university and approved by the society the institutions are supposed to serve, can be used as a flag for them. **They should also serve as targets to be attained, and they can create the conditions to make appropriate evaluations, comparing what the institutions actually achieve with what the whole society expects from them during one precise period of their history.**

This approach is new, and it differs from the common patterns that stimulate higher education institutions to look for external models, expecting them to adapt to models and patterns that frequently do not have any link with the cultural sources of the institution or the social needs of the society to which the higher education institutions belong. **This is the great challenge today in the adoption of evaluation and accreditation systems. They should serve to improve quality and relevance and not to impose models based on the experience of institutions in a limited number of countries.**

It is obvious that if a broad discussion is undertaken with all segments of society, the universities will be participating in concrete debates to discuss the model for a better society to be constructed in a country, in a region such as Europe and in the whole world. We should not forget, even when adapting to the present world situation and with the emergence of the

knowledge society and globalisation, the proposal made by one of the UNESCO's creators, the French philosopher Jacques Maritain, who felt nations should define their project for a "historic ideal" aimed at building a more just society.

We believe that for this purpose a prudent but courageous framework was established by the participants (almost five thousand) in the World Conference on Higher Education (Paris, UNESCO, 1998), in which representatives of more than 180 countries (more than 130 official delegations headed by ministers of states) from all continents (including all European countries) approved a set of principles that were summarised by UNESCO as follows:

Summary of the World Declaration on Higher Education

1. Higher education shall be **equally accessible** to all on the basis of merit, in keeping with Article 26.1 of the Universal Declaration of Human Rights. As a consequence, no discrimination can be accepted in granting access to higher education on grounds of race, gender, language, religion or economic, cultural or social distinctions, or physical disabilities.
2. The core missions of higher education systems (to educate, to train, to undertake research and, in particular, to contribute to the sustainable development and improvement of society as a whole) should be preserved, reinforced and further expanded, namely **to educate highly qualified graduates and responsible citizens** and to provide opportunities (*espaces ouverts*) **for higher learning and for learning throughout life**. Moreover, higher education has acquired an unprecedented role in present-day society, as a vital component of cultural, social, economic and political development and as a pillar of endogenous capacity building, the consolidation of human rights, sustainable development, democracy and peace, in a context of justice. It is the duty of higher education to ensure that the values and ideals of a culture of peace prevail.
3. Higher education institutions and their personnel and students should preserve and develop their crucial functions, through the exercise of ethics and scientific and intellectual rigour in their various activities. They should also enhance their **critical and forward-looking** function, through the ongoing analysis of emerging social, economic, cultural and political trends, providing a focus for forecasting, warning and prevention. For this, they should enjoy full **academic autonomy and freedom**, while being fully responsible and **accountable** to society.
4. **Relevance in higher education should be assessed in terms of the fit between what society expects of institutions and what they do.** For this, institutions and systems, in particular in their reinforced relations with the world of work, should **base their long-term orientations on societal aims and needs, including the respect of cultures and environment protection**. Developing entrepreneurial skills and initiatives should become major concerns of higher education. Special attention should be paid to higher education's role of service to society, especially activities aimed at eliminating poverty, intolerance, violence, illiteracy, hunger, environmental degradation and disease, and to activities aiming

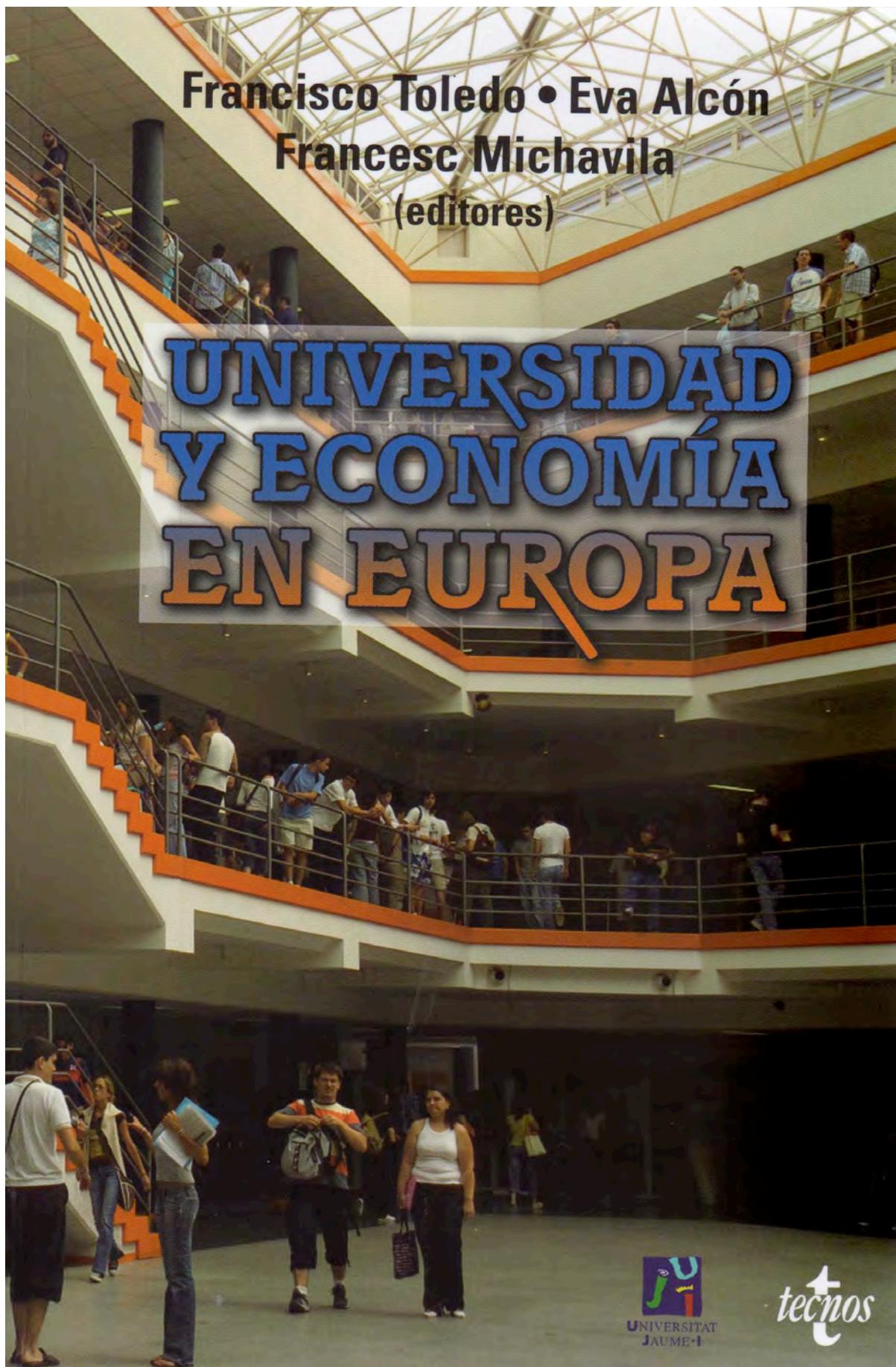
at the development of peace, through an interdisciplinary and trans-disciplinary approach.

5. Higher education is part of a seamless system, starting with early childhood and primary education and continuing through life. The contribution of higher education to the development of the whole education system and the reordering of **its links with all levels of education, in particular with secondary education, should be a priority**. Secondary education should both prepare for and facilitate access to higher education as well as offer broad training and prepare students for active life.
6. **Diversifying** higher education models and recruitment methods and criteria is essential both to meet demand and to give students the rigorous background and training required by the twenty-first century. Learners must have an optimal range of choice and the acquisition of knowledge and know-how should be viewed in a **lifelong perspective**, based on flexible entry and exit points within the system.
7. **Quality in higher education is a multidimensional concept**, which should embrace all its functions and activities: teaching and academic programmes, research and scholarship, staffing, students, infrastructure and the academic environment. Particular attention should be paid to **the advancement of knowledge through research**. Higher education institutions in all regions should be committed to **transparent internal and external evaluation**, conducted openly by independent specialists. However, due attention should be paid to specific institutional, national and regional contexts in order to take into account diversity and **to avoid uniformity**. There is a perceived need for a new vision and paradigm of higher education, which should be student-oriented. To achieve this goal, curricula need to be recast so as to go beyond simple cognitive mastery of disciplines and include the acquisition of skills, competencies and abilities for communication, creative and critical analysis, independent thinking and team work in multicultural contexts.
8. A vigorous policy of **staff development** is an essential element for higher education institutions. Clear policies should be established concerning **higher education teachers**, so as to update and improve their skills, with stimulus for constant innovation in curriculum, teaching and learning methods, and with an appropriate professional and financial status, and **for excellence in research and teaching**, reflecting the corresponding provisions of the Recommendation concerning the Status of Higher-Education Teaching Personnel approved by the General Conference of UNESCO in November 1997.
9. National and institutional decision-makers should place **students** and their needs at the centre of their concerns and should consider them as major partners and responsible stakeholders in the renewal of higher education. Guidance and counselling services should be developed, in co-operation with student organisations, to take account of the needs of ever more diversified categories of learners. Students who do drop out should have suitable opportunities to return to higher education if and when appropriate. Institutions should educate students to become well-informed and deeply motivated citizens, who can think critically, analyse problems of society, look for solutions to the problems of society, apply them and accept social responsibilities.
10. Measures must be taken or reinforced to ensure **the participation of women in higher education**, in particular at the decision-making level and in all disciplines in which they

are under-represented. Further efforts are required to eliminate all gender stereotyping in higher education. To overcome obstacles and to enhance the access of women to higher education remains an urgent priority in the renewal process of systems and institutions.

11. The potential of **new information and communication technologies** for the renewal of higher education by extending and diversifying delivery, and by making knowledge and information available to a wider public should be fully utilised. Equitable access to these should be assured through international co-operation and support to countries that lack capacities to acquire such tools. Adapting these technologies to national, regional and local needs and securing technical, educational, management and institutional systems to sustain them should be a priority.
12. Higher education should be considered as a **public service**. While diversified sources of funding, both private and public, are necessary, **public support for higher education and research remains essential** to ensure a balanced achievement of its educational and social missions. Management and financing in higher education should be instruments to improve quality and relevance. This requires the development of appropriate planning and policy-analysis capacities and strategies based on **partnerships** between higher education institutions and responsible state authorities. Autonomy to manage internal affairs is necessary, but with clear and transparent accountability to society.
13. The **international dimension** of higher education is an inherent part of its quality. **Networking**, which has emerged as a major means of action, should be based on **sharing, solidarity and equality** among partners. The "brain drain" has yet to be stemmed, since it continues to deprive the developing countries and those in transition, of the high-level expertise necessary to accelerate their socio-economic progress. Priority should be given to training programmes in the developing countries, in centres of excellence forming regional and international networks, with short periods of specialised and intensive study abroad.
14. Regional and international normative instruments for the recognition of studies and diplomas should be ratified and implemented, including certification of skills, competencies and abilities of graduates, making it easier for students to change courses, in order to facilitate mobility within and between national systems.
15. Close **partnership** amongst all stakeholders - national and institutional policy-makers, governments and parliaments, the media, teaching and related staff, researchers, students and their families, the world of work, community groups - is required in order to set in train a movement for the in-depth reform and renewal of higher education.

09- La europeización de la universidad: un estímulo a la convergencia u la vuelta a una política de dominación? - Curso de Verano sobre “La europeización de la Universidad: una oportunidad excepcional para el progreso socioeconómico” – Organizado por Universitat Jaume I, Cátedra UNESCO de Gestión y Política Universitaria de la Universidad Politécnica de Madrid- Benicàssim (Castelló) - España- 6, 7 y 8 de julio de 2005. Publicado como capítulo do libro “Universidad y Economía en Europa” da Universitat Jaime-I y Tecnos (2006) – pgs. 135 a 157.



DOCUMENTO 9

LA EUROPEIZACIÓN DE LA UNIVERSIDAD: UN ESTÍMULO A LA CONVERGENCIA U LA VUELTA A UNA POLÍTICA DE DOMINACIÓN?

Profesor Marco Antonio Rodrigues Dias
Consejero especial del rector de la Universidad de las Naciones Unidas
Ex director de la División de Educación Superior de la UNESCO (1981-1999)

Sin revisión

Curso de Verano sobre “La europeización de la Universidad: una oportunidad excepcional para el progreso socioeconómico” – Organizado por Universitat Jaume I, Cátedra UNESCO de Gestión y Política Universitaria de la Universidad Politécnica de Madrid- Benicàssim (Castelló) - España- 6, 7 y 8 de julio de 2005.

INTRODUCCIÓN

Originario de América Latina, pero profundamente vinculado a Europa, continente donde vivo hace un cuarto de siglo y donde he completado mi formación universitaria con un programa de tercero ciclo en Francia (Comunicación-1968), es natural que la perspectiva que adopto al analizar el movimiento de reforma universitaria en Europa lanzado por la reforma de Bolonia sea diferente de aquélla de todos los que presentaron sus reflexiones durante el curso de verano sobre “la europeización: una oportunidad excepcional para el progreso socioeconómico”(Benecàssin, 6 a 8 de julio de 2005).

En un momento en que las instituciones de educación superior europeas se lanzan a la aventura de una reforma que podrá facilitar la comunicación y los intercambios entre sus sistemas de enseñanza superior y estimulará una mayor movilidad entre los estudiantes, profesores y investigadores dentro de la Unión europea, el foco de nuestra preocupación es el de ver cómo esta nueva situación afectará las relaciones con otras regiones, en particular con América Latina.

Además, no creo que se pueda analizar la situación de las universidades sin tenerse en cuenta el momento político y social y la manera como se organizan, en la actualidad, las relaciones entre pueblos, países y continentes. Es por esto que por lo que inicio mis reflexiones transmitiendo mis reacciones a lo que acaba de pasar en Francia, país donde vivo, y que ha tenido una repercusión significativa en el mundo entero. El pueblo francés, seguido por el neerlandés, se posicionó contra la ratificación del proyecto de Constitución Europea. La búsqueda de las razones que llevaron estos pueblos a esta opción y el análisis sobre si se trata de un fenómeno exclusivamente europeo o si estas razones tienen origen en factores universales merece un examen detallado. Igualmente, es importante analizar cómo las reformas universitarias en curso afectan las convergencias entre los establecimientos de enseñanza superior y la sociedad.

RECHAZO A LA VISIÓN ULTRA-LIBERAL

Los datos relativos al escrutinio en Francia sobre el proyecto de constitución europea son impresionantes. La participación fue excepcional, más del 7 por 100, cuando en las últimas votaciones colectivas en Francia, se notaba una reducción creciente de la participación de los electores y se sentía una desafección de una gran parte de los ciudadanos con relación a la participación en la vida pública. Entre los votantes, 54.87 por 100 votaron en contra y 45.13 por 100 a favor, a pesar de las manifestaciones oficiales a favor del “Sí” por parte de los principales partidos políticos franceses, tanto los vinculados al gobierno, como los de oposición.

El “Sí” fue mayoritario entre los ejecutivos y los profesionales liberales (62 por 100), entre los diplomados en educación superior (57 por 100) y entre los jubilados (56 por 100. Todas las demás categorías se manifestaron por el “No”: 81 por 100 de los obreros, 79 por 100 de los desempleados, 56 por 100 de las profesiones intermedias y 60 por 100 de los

empleados. Los mayores, con más de 65 años de edad también votaron por el “Sí”. Los demás optaron por el “No”, que llegó a 59 por 100 entre los de 18 a 24 años. Lo mismo pasó con aquellos que están entre 25 y 34 años. Llamó la atención el hecho que hace trece años, esta generación –entonces más joven- votara a favor de Maastricht, con el 52 por 100 de votos favorables.

Estos datos revelan una división clara. La Francia de abajo, los obreros, los pobres, los jóvenes en su mayoría, votaron contra el proyecto. Por otro lado, discutiendo con gente de mi generación, incluso muchos que vivieron en París el mayo del 68 (era estudiante en París en esta época), gente que decidió votar a favor del proyecto, muchos entre ellos se sentían preocupados e involucrados en una “trama” infernal. Sabían que si el “No” ganaba, esto repercutiría negativamente en la construcción de una Europa fuerte, aunque también sentían que el proyecto de Constitución, principalmente en su capítulo tercero, si era aprobado, consolidaría una visión ultroliberal de Europa, difícil de modificar en el futuro, ya que todo cambio requeriría la manifestación unánime de los Estados miembros, algo casi imposible de ser alcanzado.

Monique Chemillier-Gendreau, una abogada internacionalista, en un trabajo publicado en *Le Monde* (14.02.2005) bajo el título de “Oui, malgré la menace libérale” (si, a pesar de la menaza liberal), sintetiza toda esta problemática diciendo que, a pesar de todas las amenazas, “votar por el sí significa reafirmar toda la estima que uno tiene en relación con la paz, significa apreciar los derechos y garantías ofertadas por Europa” (“voter oui c'est réaffirmer tout le prix que l'on met à la paix, c'est apprécier les droits et garanties offerts par l'Europe”).

Es verdad que los que tenían este sentimiento de insatisfacción, se sentían también reconfortados con la inserción de principios vinculados a los derechos fundamentales en la segunda parte del documento (libertad de pensamiento, de reunión, derechos de las personas mayores, de los discapacitados físicos, derecho a la información, obligatoriedad de consulta a los trabajadores en las empresas, derecho a la seguridad social, etc.).

Sin embargo, y esto explicaba los votos en favor del “Sí” de los ultraliberales de derecha, el proyecto de constitución se refiere unas 80 veces al mercado, casi 30 veces a la concurrencia y, al contrario, solamente menciona el progreso social tres veces. Es la tercera parte, la que trata de las políticas y funcionamiento de la Unión, la que posee una concentración favorable a una visión ultroliberal. Está de acuerdo con las políticas que los tecnócratas de Bruselas defienden sobre las reformas de las pensiones, la reforma de la seguridad médica y las reformas de la educación, que es el tema que nos interesa en particular.

Políticas favorables a los desplazamientos de empresas y a la comercialización de los servicios, incluso salud y educación, coincidiendo con lo que se defiende en el marco de la Organización Mundial del Comercio (OMC-WTO) forman parte de este cuadro que está de acuerdo con la política concreta adoptada actualmente por Bruselas y que para muchos puede llevar a todo menos a la constitución de una Europa de los ciudadanos.

EDUCACIÓN: ¿SERVICIO PÚBLICO O MERCANCÍA?

En el campo de la educación e en particular en el de la enseñanza superior, el tema importante ahora es el de saber si la prioridad tiene que ser dada al enfoque de servicio público o al de mercancía, como quieren muchos que se basan en los dispositivos del Acuerdo General de Comercio de Servicios adoptado en 1994 y que tiene como agencia implementadora la Organización Mundial del Comercio.

En Europa, según recuerda un investigador británico, Richard Hatcher, en marzo de 2000, el Consejo europeo de Lisboa estableció como objetivo principal para la política de la Unión en materia de educación el de producir un capital humano rentable a servicio de la competitividad económica. En esto, el Reino Unido es un modelo. Las sociedades y los empresarios particulares son los actores principales del sistema educacional. El gobierno británico actual se apoya en ellos en lo que se refiere a los métodos pedagógicos, programas o la administración de los establecimientos. Ejemplo de esta realidad es un contrato por una duración de cinco años y por un valor de 177 millones de libras (253 millones de euros) firmado con la principal sociedad de negocios de educación, Capita. Se firmaron contratos de varios millones de libras con varias sociedades para la elaboración de criterios de evaluación de las prestaciones de los maestros, para el reclutamiento de consultores encargados de formar los jefes de establecimientos en materia de evaluación de sus maestros y también a fin de evaluar estos mismos jefes de establecimientos para garantizar que ejerzan bien sus funciones.

Si se observa con más atención lo que pasa en el campo de la educación superior, vemos que muchos países rechazaron la idea de servicio público y han adoptado sistemas particulares comerciales o, como ha hecho Inglaterra, han cambiado la naturaleza del servicio fornecido por instituciones públicas, que pasan a tener el mercado como orientador de sus acciones. Y es éste el modelo que se busca diseminar en el mundo entero, en Europa, pero también en particular en América Latina.

Veamos, de manera muy sumaria, muy rápida, lo que pasó y lo que pasa en Reino Unido desde los tiempos de la señora Thatcher. En 1998, las universidades inglesas empezaron a cobrar aranceles y a transformar becas en préstamos. Se ha reducido el salario de los profesores, se diminuyeron drásticamente los fondos de investigación. Las universidades empezaron también a concentrar esfuerzos en actividades comerciales y se pusieron incluso a vender títulos de Doctor Honoris Causa para poder enfrentarse a los gastos en una situación de reducción de los fondos públicos.

El resultado de todo esto fue la elitización de los sistemas. Solamente los ricos pueden tener acceso a las instituciones del circuito Oxbridge (Oxford + Cambridge). Los demás van a instituciones sin prestigio que no le garantizan el acceso al mercado de trabajo. Pero la elitización afecta al sistema educacional inglés en su conjunto.

Hoy, en una buena escuela primaria particular, los padres tienen de pagar exactamente 2830 libras por trimestre. Dependiendo del acceso a una de estas escuelas, ya se sabe, cuando

el niño tiene 6 a 7 años, si podrá llegar a Oxbridge. ¿Esto es democrático? Por supuesto, el problema es complejo, no estamos haciendo aquí un análisis amplio sobre la cuestión de la financiación. Estamos intentando observar los efectos perversos de políticas propuestas por unos, y adoptadas por otros, donde la utilización vacía de palabras, como solidaridad, participación, equidad, puede, en realidad, llevar a más exclusión y pobreza. A pesar de los argumentos que quieren hacer creer que el proceso es democrático porque los estudiantes podrán recibir préstamos y solamente serán llamados a rembolsarlos cuando dispongan de un empleo que les garantice 15 mil libras al año, los críticos de esta realidad dentro del Parlamento británico, consideran que esta orientación producirá efectos perversos sobre los estudiantes pobres, que tendrán tendencia a seguir los cursos que puedan pagar y no aquellos que les serán útiles.

Asimismo, según las consideraciones de investigadores del Instituto de Educación de Londres, también en Estados Unidos las investigaciones muestran que préstamos a estudiantes tienen como consecuencia un impacto negativo y provocan el desestímulo a la participación de representantes de grupos de bajo nivel en función de la deuda que se crea. El impacto es neutro en los grupos con rendimientos medios a altos. En oposición a esto, las becas provocan una reacción positiva en el acceso de los grupos de bajo nivel y neutro en los de nivel medio y alto. Finalmente, los aranceles provocan claramente un desestímulo entre los pobres y entre los de grupos de rendimiento bajo y ningún impacto sobre los estudiantes con rendimientos altos.

Nótese también que organizaciones internacionales como la OCDE presionan a los gobiernos de los países industrializados, la mayoría europeos, a seguir esta orientación. El Comité consultivo de los negocios de esta organización, en un documento de trabajo sometido al encuentro de ministros de educación que se realizó en Dublín en los días 18 y 19 de marzo de 2004, afirmaba:

“En nuestra opinión, el gobierno tiene la responsabilidad principal en materia de formación inicial. Los empleadores y las empresas colaboran trabajando con el gobierno y con las instituciones educacionales para definir objetivos claros en función de las necesidades del mercado”.

ORIENTACIONES DIVERGENTES

Asimismo, hay que notar que este debate no es nuevo ni empezó hace algunos meses. En un documento que acabo de elaborar para presentación en una reunión de titulares de premios Nobel que la UPC –Universidad Politécnica de Cataluña- organiza, en Barcelona, en el final de 2005, afirmé que no hay duda de que las discusiones sobre el tema se han intensificado en los últimos tiempos, principalmente tras la publicación de dos documentos sobre políticas para la educación superior elaborados y publicados hace poco más de diez años por el Banco Mundial y por la UNESCO.

Estos dos documentos (“Higher Education: the Lessons of Experience- Banco Mundial- Washington- 1994 y “Policy Paper for Change and Development” – Unesco- Paris- 1995) tuvieron gran influencia en la evolución de las políticas públicas de educación superior en el mundo entero. El Banco Mundial en los años siguientes a 1994, divulgó otras

publicaciones, en particular, en 2002, “Constructing Knowledge societies: New Challenges for Tertiary Education”. La UNESCO, por su parte, consolidó un vasto programa de cooperación –UNITWIN/Cátedras UNESCO- basado en la cooperación solidaria y organizó, en 1998, la Conferencia Mundial sobre Educación Superior, el evento más grande jamás realizado en el mundo entero para tratar específicamente de las cuestiones relacionadas con educación superior.

Las dos organizaciones partieron de diagnósticos semejantes: constatación del incremento de los efectivos, problemas de financiación generalizados, diversificación de las instituciones y de los programas, problemas de adaptación de los contenidos a las nuevas realidades mundiales, pero llegaron a conclusiones absolutamente opuestas.

Un punto fundamental en todas estas reflexiones y en el que las divergencias siempre fueron evidentes es el de la financiación de la educación superior. Los funcionarios del Banco defendían y defienden la tesis según la cual compartir recursos (hay que estimular la cobranza de aranceles) y apoyar la educación privada colaboraría a aumentar las inversiones en la educación de base y reducir los costes de la educación superior.

Cuando se analiza este punto, nadie habla de Consenso de Washington. Sin embargo, las propuestas del Banco Mundial en lo que se refiere a la enseñanza superior se adecuan al consenso de Washington, denominación que se ha dado a la formulación elaborada en 1989 por el economista inglés John Williamson, para reforzar la política generalizada en favor del libre intercambio, a través de privatizaciones, apertura de la economía, control de la inflación y del déficit público, menor regulación de la economía, prioridad, en los países en desarrollo, al cobro de los intereses de la deuda externa.

En el caso de la enseñanza superior, la reducción del Estado, dentro del espíritu del Consenso de Washington, se efectúa a través de:

- disminución del montante de las inversiones en la educación superior;
- estímulo al desarrollo de la enseñanza privada como instrumento de equidad;
- prioridad a los aspectos comerciales y no a los educativos;
- aceptación del principio según el cual la educación superior es vista como objeto comercial;
- reglamentación de los sistemas según los principios establecidos en el marco de la Organización Mundial del Comercio.

En el documento de políticas de la UNESCO (1995) como en las discusiones que han precedido la Conferencia Mundial sobre Enseñanza Superior en 1998, se defendía que la educación superior es una inversión social que tendrá impactos en la vida del individuo, pero traerá beneficios para la sociedad, principalmente en lo que se refiere a la cohesión social y al desarrollo cultural. La responsabilidad del Estado es fundamental para garantizar una financiación adecuada a la enseñanza superior. Para esto, son necesarias reformas dentro de un marco de **pertinencia, calidad y cooperación internacional**.

PERTINENCIA, CALIDAD Y COOPERACIÓN INTERNACIONAL

La **pertinencia** tiene como objetivo estimular a las instituciones de enseñanza superior a contribuir al desarrollo de una sociedad más justa. La respuesta a las necesidades de la economía debe de ser dada en el marco de una visión donde los valores éticos, la participación e el refuerzo de la democracia estén presentes. La pertinencia implica la utilización eficaz de los recursos públicos, lo que requiere un rendimiento de cuentas a la sociedad y una gestión eficaz, preservándose la autonomía y las libertades académicas.

La mejora de la **calidad** se hará a través de diversos medios, entre ellos la reforma de las prácticas educativas y la elaboración de los programas, con la introducción de estudios multidisciplinares, la utilización de nuevas tecnologías, el desarrollo de programas flexibles y de programas de educación permanente. El desarrollo de la investigación sobre la propia enseñanza superior es considerado indispensable como también lo es la reforma de las políticas relativas al personal de las instituciones de enseñanza superior.

Asimismo, la evaluación debe ser vista como un instrumento para mejorar la calidad y la pertinencia y no como medio de control financiero o de castigo a las instituciones. Debe tenerse en cuenta que no hay calidad sin pertinencia y ésta implica la existencia de vínculos sólidos con la sociedad. Mirando los detalles, se debe notar también que la pertinencia implica el desarrollo de relaciones con el mundo del trabajo, lo que no se limita a los intereses de las empresas y a una acción en favor del desarrollo del conjunto del sistema educativo, con el cual la enseñanza superior tiene que interagir activamente.

La **internacionalización**, que muchos confunden con comercialización, a escala global, es considerada esencial para reducir las brechas entre los países desarrollados y aquéllos en vías de desarrollo, a través de la transferencia del conocimiento y de la tecnología, lo que tiene como consecuencia la necesidad de la aplicación de una colaboración solidaria para ampliar el entendimiento intercultural utilizando el intercambio de profesores, estudiantes e investigadores. Ninguna institución puede en los tiempos actuales alcanzar la excelencia en todos los dominios del saber, por esto la cooperación, en particular a través de redes en las cuales el interés de todos los participantes sea común, es indispensable, como además enfatiza la poderosa organización sindical internacional de los maestros, la Internacional de Educación.

Estos tres elementos se fundamentan en la declaración de la Conferencia Mundial sobre Enseñanza Superior organizada en la UNESCO, en 1998. Un resumen de sus principios puede ser definido así:

- Los establecimientos de educación superior deben desarrollar su función crítica **a través de la verdad y la justicia, sometiendo todas sus actividades a las exigencias del rigor ético y científico**. Para esto, las libertades académicas y la autonomía son indispensables.

- La calidad de la educación superior es un concepto multidimensional que debe englobar todas sus funciones y actividades. **Deberá tener un cuidado especial en hacer progresar los conocimientos a través de la investigación.** Como instrumentos para garantizar la calidad, se menciona que una autoevaluación interna transparente y una revisión externa con especialistas independientes son vitales para asegurar la calidad.
- Los estudiantes deben estar en el centro de las preocupaciones de los que toman decisiones a nivel nacional e institucional. Sólo ellos son los protagonistas esenciales en un proceso de renovación de educación superior.
- En la perspectiva de la educación a lo largo de la vida, es esencial diversificar los sistemas, las instituciones y programas de estudio. Una política vigorosa de perfeccionamiento del personal se impone.
- **La educación superior debe aprovechar todo el beneficio de las nuevas tecnologías, en particular de las nuevas tecnologías de la información cuyo acceso debe ser lo más amplio posible en el mundo entero.**
- **La educación superior debe ser considerada un bien o un servicio público**
- La dimensión internacional de la educación superior forma parte de su calidad y la implantación de redes **cuya acción se fundamente en la solidaridad y en la igualdad entre sus miembros** debe ser estimulada y convertirse en un instrumento principal de las instituciones y sistemas.

Calidad y pertinencia, hay que insistir en esto, son conceptos interconectados y ésta última debe medirse por la adecuación entre lo que hacen las instituciones de educación superior y lo que la sociedad espera de ellas. **En este marco, la pertinencia, la participación en la búsqueda de soluciones para los grandes problemas de la sociedad** (erradicación de la pobreza, de la intolerancia, de la violencia, del analfabetismo, del deterioro del medio ambiente y de las enfermedades), es esencial en la acción de las instituciones y de los sistemas de educación superior. Pero deben siempre fundamentar sus orientaciones a largo plazo en función de los objetivos y necesidades de la sociedad, incluyendo el respeto a la diversidad cultural, todo de acuerdo con las ideas desarrolladas en el proyecto sobre la diversidad cultural que también, según previsiones, sería adoptado por la Conferencia General de la UNESCO de octubre de 2005.

EL CONTEXTO

No se puede analizar estos temas sin llevar en consideración el contexto. No hay calidad si la educación superior no es autónoma, la autonomía aquí siendo considerada como instrumento para garantizar las libertades académicas y para dar a los docentes la condición de desarrollaren una capacidad crítica hacia los problemas mundiales y nacionales. No hay calidad si profesores y estudiantes no son valorados, si las instituciones de educación superior no se comprometen con la búsqueda de solución de los problemas fundamentales de la

sociedad en un momento dado. La enseñanza superior no puede vivir aislada de los problemas de la sociedad y no puede ignorar, dejando sin reacción, la reducción de los gastos sociales en los países en desarrollo en función de la deuda externa, del incremento de la exclusión, de la concentración de riquezas.

En su documento más reciente, “Constructing knowledge societies: new challenges for tertiary education” un documento progresista si lo comparamos con los anteriores, el Banco Mundial reconoce la función social de la educación superior y indica las ventajas de la utilización de las nuevas tecnologías. Asimismo, no ignora los problemas que las nuevas tecnologías pueden crear, aumentando la brecha entre países desarrollados y en vía de desarrollo. Sin embargo, en este documento, el Banco sigue presentando las mismas conclusiones finales donde la visión comercializante es permanentemente presente. Fue en este documento que se lanzó la idea ambigua de que la educación superior es un bien público global, expresión que provocó la fuerte reacción de representantes latinoamericanos a la reunión que la UNESCO organizó en junio de 2003 para conmemorar los cinco años de la CMES.

Según Rafael Guarga, rector de la Universidad de la República en Uruguay, “la educación terciaria, según el BM, sería un “bien público global” y por ello, al quedar fuera del control de todo estado nacional desaparece el atributo de pertinencia con el significado de la ‘adecuación entre lo que la sociedad espera de las instituciones y lo que éstas hacen’. El único atributo de importancia que se destaca en esta concepción, es el de calidad y, de acuerdo con esta nueva visión del BM, ello podría asegurarse por medio de un mecanismo de acreditación (de la calidad) que opere en el mercado global’. En otras palabras, se abandona totalmente la preocupación por el compromiso social de la universidad.

La evolución de los hechos muestra lo pertinentes que son estas preocupaciones. Se debate ahora en los organismos internacionales y en las asociaciones universitarias mundiales la aprobación de normas de buena conducta para la educación transfronteriza y de un guión para permitir la acreditación internacional de instituciones que tengan calidad. Se trata de un proceso complejo que inició con la descubierta por representantes de instituciones de los países desarrollados, en particular anglosajones, que, si se aplican con rigor los principios del Acuerdo General de Comercio de Servicios, todas las instituciones de enseñanza superior y todos los países tendrán que hacer un reconocimiento mutuo de sus diplomas. Lo contrario, significaría un obstáculo al comercio de servicios educativos. La acreditación internacional por una institución legitimada internacionalmente limitaría la obligatoriedad de reconocimiento a los diplomas de las instituciones que sean reconocidas u acreditadas como de calidad.

Los documentos que sirvieron de base a esta iniciativa fueron elaborados por grupos limitados y solamente fueron presentados a la discusión de entidades representativas de vastos universos culturales y sociales, cuando ya estaba elaborado un marco teórico y redactado un texto básico. Y el marco conceptual es todo basado en la experiencia de los países industrializados, en particular anglosajones. El próximo tramo de este proceso –y esto lo saben todos- será seguramente la creación de un sistema de acreditación internacional, que podría establecer criterios estandarizados de calidad, aceptables en el mundo entero.

NORMAS ESTANDARIZADAS

Lo que, desde ahora, se sugiere en concreto a todas las regiones, en particular a los países en desarrollo, es que acepten y utilicen las normas establecidas en el marco de la convención europea sobre reconocimientos de títulos y diplomas de la enseñanza superior, aprobada con los auspicios de la UNESCO y del Consejo de Europa (incluyendo Estados Unidos, Canadá, Israel e ahora, Australia). Se habla también en el examen de buenas prácticas, expresión utilizada, en varios organismos internacionales, para recomendar como modelos prácticas que provienen casi siempre del mismo origen y de los mismos países. Cuando se presenta algo ya realizado en otras regiones, hay una gran probabilidad de que se trate de copia o de adaptación de lo que se ha hecho en contextos totalmente diversos de aquél donde se pretende proponer la norma o la nueva práctica.

Esto explica también el hecho de que, no solamente en el campo de educación superior, sino en todo lo que se refiere al estudio de políticas públicas, se atribuya tanta importancia a la realización de análisis comparativos. Esto podría ser positivo. Sin embargo, la tendencia es la búsqueda de la mejor referencia, que tiene que servir de modelo, de la que tiene que ser copiada. Cuando se trata de educación superior, las operaciones de “benchmarking”, expresión difícil de traducir, las buenas prácticas, en su mayoría, vienen de los países anglosajones’ .

Un elemento sobre el cual nada se habla y nadie se explica claramente es el de saber, en el caso de que se adopten mecanismos de acreditación internacional, quiénes o qué instituciones van a definir lo que es calidad y decir que instituciones finalmente son de calidad. Según las tendencias en curso, y teniendo en cuenta que este proceso está siendo conducido principalmente por la OCDE, está claro que Oxford, Harvard, Sorbona, Salamanca podrán respirar tranquilas...y sus diplomas serán reconocidos en el mundo entero, lo que, en tiempos de globalización, y de educación superior vista como servicio comercial, no deja de ser una gran ventaja comparativa...

Por otra parte, sería útil volver a los principios básicos de la Conferencia Mundial sobre Enseñanza superior, donde se ha concluido que el desarrollo económico no puede seguir estructuras rígidas ni adoptar un modelo único para todos los pueblos y regiones.

Se alega que todo esto, en particular todo lo que se refiere a la creación de mecanismos para garantizar la calidad de la enseñanza superior, es de interés para los países en desarrollo, cuyos estudiantes serán protegidos contra instituciones de baja calidad. Esto no es evidente, principalmente si se tiene en cuenta el abuso generalizado de la utilización de nociones como libertad, derechos humanos, justicia, equidad, progreso, cultura, desarrollo sostenible, calidad y tantas otras que, frecuentemente, son utilizadas para defender políticas que, en la práctica, llevan a resultados absolutamente opuestos a lo que estos conceptos normalmente deberían significar.

En particular, en lo que se refiere a la educación superior, se puede verificar un cambio fundamental durante los últimos años en el interior de muchas organizaciones internacionales y en el trabajo de expertos internacionales que trabajan con el tema de la internacionalización. Antes, el discurso era directo. La rentabilidad social de la educación

superior, según se argumentaba, no justificaba las inversiones públicas en este sector por parte de los países en desarrollo.

Ahora, tratando la educación superior como un servicio comercial y sabiendo que la venta de productos educativos aumenta de importancia, países como Australia y Reino Unido tienen hoy en la educación superior uno de los elementos más importantes de su lista de productos de exportación, se pasa a reconocer la importancia de la educación superior para el desarrollo y a la necesidad de se invertir en este nivel educativo. Pero, lo que no se dice, es que las inversiones no tienen que ser en las instituciones públicas comprometidas con el desarrollo de un país. Lo que se busca en realidad es que se hagan inversiones en la compra de “productos de calidad”, elaborados bajo la responsabilidad de instituciones que luchan por recibir una etiqueta de calidad internacional.

Estos hechos nos llevan a considerar lo importante que es definir adecuadamente los conceptos de bien público y de servicio público que están interconectados.

Es de Amartya Sen, premio Nobel de Economía en 1988, la afirmación que “para demostrar la eficacia del mecanismo del mercado, admítase generalmente que todo bien –y, de manera más amplia, todo sobre lo que se basa nuestro bienestar- puede ser comprado y vendido en el mercado”. Esto es un error, pues según el premio Nobel, esto no puede ser aplicado a los bienes públicos que son consumidos colectivamente y no individualmente, como es por ejemplo el caso de la protección al medio ambiente y la salud pública.

Se acepta, en general, que para que un servicio sea considerado público, su prestación tiene que ser hecha en la base de la igualdad. Además, tiene que ser continuo y permanente y no puede ser sometido a cualquier tipo de discriminación, en particular comercial o financiera. **El servicio público se basa entonces en tres principios: igualdad, continuidad, disponibilidad.**

Profundizar esta reflexión es fundamental para la comunidad universitaria. Si no se lo hace, acaba se imponiendo una concepción según la cual, en la medida en que el comercio es el criterio dominante en la definición de políticas educacionales y en la de otros servicios cubiertos por la acción gubernamental, como el medio ambiente, la salud, los transportes etc., la educación no será para todos y la idea de servicio para todos, sin discriminación de cualquiera especie, no subsistirá. La educación será para los que pueden pagar. No se respectará ni la cultura local ni serán tomadas en cuenta de manera prioritaria las necesidades nacionales y regionales. Dejará de existir una barrera a paquetes cerrados que no tienen en cuenta las culturas locales y que en realidad, como bien señaló la delegación japonesa en la OMC, son verdaderas fábricas de diplomas. La definición de políticas educativas será hecha en el exterior, será definida no soberanamente por gobiernos democráticamente elegidos, y si por el juego del comercio, con restricciones aún más serias que las actuales a la soberanía de los países en desarrollo.

En conclusión, es necesario reforzar las ideas de bien público, de servicio público, de función pública. En documento enviado a la UNESCO, el 14 de septiembre de 1998, como representante de la Universidad de la República de que era rector, el actual ministro de la educación y cultura de Uruguay, Jorge Brovetto, decía: “la educación debe ser entendida primaria y rotundamente como un bien de orden público, jamás como una mercancía de

apropiación individual, sin perjuicio de los beneficios personales que legítimamente puedan derivarse de ella". Esta toma de posición –y esto es el mínimo que se puede decir hoy- sigue válida.

EL PROCESO DE BOLONIA

La entrada en el escenario de la Organización Mundial del Comercio en 1995 con sus funcionarios defendiendo la inclusión de la educación superior entre los sectores que deben de ser reglamentados por los principios del Acuerdo General de Comercio de Servicios provocó cambios de naturaleza en las relaciones interuniversitarias en el mundo entero. Estos cambios fueron también favorecidos por el progreso exponencial de las nuevas tecnologías que, entre otras cosas, facilitan la acción de proveedores interesados en vender "productos" educacionales a través de las fronteras.

Esta realidad afectó también la reorganización de las universidades europeas que, estimuladas por los ministros de educación de diversos países, quisieron reforzar su competitividad en un mercado, el educativo de servicios de enseñanza superior e de educación a distancia, que mueve millones y millones de dólares por año.

Todos están de acuerdo con que el desarrollo del Proceso de Bolonia, modernizando las estructuras de la educación superior en Europa con la adopción de un esquema estandarizado 3 + 2+ 4 favorecerá una mejor comparabilidad de los sistemas y, en consecuencia, una mayor movilidad de los estudiantes, dando también a la educación superior europea mejores condiciones de competitividad en el mercado del conocimiento internacional.

Estas evoluciones podrán también crear oportunidades de cooperación, en particular entre Europa (y dentro de Europa principalmente España y Portugal) y América Latina. Sin embargo, hay problemas en la evolución de los esfuerzos de cooperación y en la creación de espacios políticos nuevos como el espacio iberoamericano. En la economía, la posición europea en la OMC favorable a los subsidios agrícolas crea fricciones con América Latina. En la educación superior, los representantes de muchas instituciones en Europa ignoran que el sistema propuesto por Bolonia es conocido en América Latina, hace varias décadas. Universidades como Concepción (Chile), de los Andes (Colombia), de Costa Rica (Costa Rica), y Brasilia (Brasil), desde finales de los años 50 o inicio de los años 60, implementaron sistemas que son absolutamente semejantes al que se ha propuesto en Bolonia.

Ignorar esta realidad, además de revelar falta de conocimiento básico, puede estimular actitudes de arrogancia propias a los años 1 400 o 1500, pero inaceptables cuando, en pleno siglo XXI, se busca crear espacios de cooperación como el iberoamericano o el espacio América Latina-Caribe-Europa. Para que sean nuevos y contribuyan a la existencia de un mundo mas justo, la cooperación en estos nuevos espacios tiene que ser concebida como entre iguales, las decisiones tienen que ser conjuntas, los proyectos deben ser elaborados conjuntamente y, en el proceso, todos tienen que dar su contribución y todos tienen que aprender con la experiencia de los otros.

LAS CONVERGENCIAS NECESARIAS

En el seminario organizado en Benicàssim, España, del día 6 al 8 de julio de 2005, se ha discutido mucho sobre la convergencia entre universidades españolas e entre éstas y sus congéneres europeas o norteamericanas. En este tema, no tengo nada que añadir a la contribución hecha por el Profesor Michavila, organizador de esto curso, y por los demás expertos españoles.

Pero creo que hay otras convergencias necesarias y que no pueden ser olvidadas cuando se cree que la educación superior, para tener calidad tiene que tener pertinencia. En primer lugar, creo que se debe enfatizar que si las reformas en curso tienden a la creación de una sociedad más justa, de una globalización humana, de un mundo pacífico, de un mundo mejor, es **imprescindible que se tomen medidas para reforzar la convergencia del sistema de educación superior de cada país**. Y aunque la afirmación pueda ser presuntuosa, aquí es seguramente más fácil para un observador externo ver ciertas realidades que para los nacionales de cada país. La diversidad cultural es una realidad hoy en la mayoría de los países europeos y esto tiende a consolidarse incluso por necesidades económicas. Para los países ricos más que para los países pobres, la inmigración en todos los niveles es más que necesaria, principalmente cuando uno tiene en cuenta las bajas tasas de natalidad en la mayoría de los países europeos.

Esto queda claro con el hecho que desde los finales de los años 90, muchos de los países de la OCDE, siguiendo el ejemplo norteamericano, introdujeron, en sus legislaciones y normas, medidas específicas que buscan facilitar el reclutamiento de trabajadores extranjeros cualificados. En su edición de 29 de enero de 2004, el periódico francés *Le Monde* informaba que el secretario general de Naciones Unidas, Kofi Anan, concluirá que “sin inmigración, la población de los países de la Unión Europea se reducirá en 4 millones de individuos en 2050”.

En España, siempre según observadores externos, en este caso el periódico *Le Monde* de 16 de julio de 2003, en 2002, el 10.4 por 100 de los nacimientos eran originarios de inmigrantes contra 3.26% en 1966. En 2003, un millón y medio de inmigrantes irregulares estaban instalados en el país, o sea el equivalente a 3.2 por 100 de la población. Sin embargo, hay que combinar estos datos con los de la reducción de la tasa de natalidad endógena. De 1991 a 2001, España perdió más de 2 millones de niños. En 1970, la tasa de natalidad era de 2.8 por 100, hoy está entre 1.17 por 100 e 1.3 por 100. Se calcula que el número de estudiantes universitarios diminuirá de 200 mil cada año y se cambiará la composición social de los estudiantes con un gran número de inmigrantes y de extranjeros y con la adopción, por las universidades de políticas favorables a la tercera edad.

La inmigración sin ninguna duda provoca tensiones, resultantes de dificultades de se conciliar la integración con el respecto a la identidad de todos los ciudadanos que viven en un territorio determinado. De hecho, la tensión es inevitable entre la voluntad republicana de cultivar una identidad específica, la española o la francesa por ejemplo, y el deseo de permitir a todas las comunidades que viven en un mismo lugar, de expresar públicamente su identidad.

Por otra parte, es evidente que los extranjeros no tienen que encontrar la solución a estos problemas. En el caso de España, nadie puede remplazar a los españoles en la toma de decisiones responsables en esta materia. Sin embargo, para hacer frente a estas situaciones que son cada vez más explosivas, fue un nacional de España, el visionario Federico Mayor Zaragoza, que, cuando fue director general de la UNESCO, lanzó un programa especial de cultura para la paz y propuso a las Naciones Unidas considerar el año 1995, como el año de la tolerancia.

El fundamento de la propuesta del entonces director general de la UNESCO se situaba en el acto constitutivo de esta Organización donde está escrito que como las guerras nacen en la mente de los hombres es en la mente de los hombres que se deben erigir los baluartes de la paz. Aún más, como siempre recuerda Federico Mayor, no es verdad que los seres humanos tengan una tendencia natural a la violencia. Es el contexto en que viven la educación que reciben, la manera como sus potenciales se desarrollan lo que los hará violentos e intolerantes.

Por esto Federico Mayor lanzó el programa global de cultura para la paz, importantísimo en este inicio de siglo, cuando, al declarar guerra al terrorismo internacional, los poderosos de este mundo lo que están haciendo es justificar sus inversiones en la industria de la guerra que, con el final de la guerra fría, había perdido los pretextos para su presencia dominante en el mundo. Federico Mayor en los estertores del siglo XX declaró:

-Nuestras generaciones fueron entrenadas para la guerra. En las escuelas, se cuentan historias de los generales que ganaron batallas importantes. Nadie menciona los generales que evitaron una batalla y mismo una guerra. Estamos listos para las tareas de mantener la paz, pero no sabemos lo que hacer para construir la paz. En los presupuestos de los países, hay fondos para los ejércitos, armas, bombas, pero los fondos para el desarrollo se reducen permanentemente. Entonces, lo que se tiene que hacer es tomar medidas a largo plazo que incluyan la educación para la paz, los derechos humanos, la democracia, la investigación sobre las fuentes de los conflictos, la libre circulación de ideas. Todo esto tiene de ser parte de un movimiento dirigido al desarrollo de una cultura de la paz en la humanidad, donde se transforme la competición en cooperación”.

DIMENSIÓN INTERNACIONAL

Con el mismo espíritu, desde los años 80, un sueco, el Profesor T. Husen, declaró que **las instituciones de enseñanza superior tienen que tener una dimensión internacional** fundamental que sea resultado de la unión de la ciencia y de la naturaleza internacional de sus actividades (intercambio de profesores, investigadores y estudiantes, programas de investigación conjuntos, intercambio de información y de publicaciones etc.). En su opinión, los programas de educación internacional tendrían que ser construidos con base principalmente en las posibilidades de las disciplinas individuales (ejemplo, los cursos de Historia deberían enfatizar la herencia común de la humanidad y reducir el impacto de ideologías nacionales). La lengua materna y las lenguas extranjeras deberían aumentar la conciencia de la identidad cultural de un lado y proporcionar instrumentos para la comunicación, de otra. Igualmente, la Informática y las matemáticas pueden ejercer una función a través de su universalismo”.

Al mismo tiempo, y ahí comprendemos la importancia de la búsqueda de esta convergencia por las instituciones de enseñanza superior que deseen ser pertinentes en el mundo actual, los programas de educación internacional que podrían estar abiertos a todos los estudiantes universitarios, podrían ubicarlos delante de un amplio volumen de cuestiones destinadas a prepararlos para el futuro (conciencia del creciente despilfarro de recursos del planeta, cuestiones ecológicas que transcinden los límites de las fronteras nacionales y principalmente la pobreza y la miseria que atingen una gran parte de la humanidad).

Con estas reflexiones, pasamos naturalmente a un otro tipo de convergencia necesaria en los días actuales, donde una otra lógica tiene que ser buscada diferente de la del Consenso de Washington que pone el mercado como el rey del universo y la ganancia y la competición como los motores orientadores de la organización de la sociedad y de la relación entre los pueblos. **La idea difundida por el Forum Social de Porto Alegre de que es necesario cambiar el mundo para hacerlo mejor y la consecuente expresión de que un mundo mejor es posible, es otro punto de convergencia que deberían tratar de alcanzar las universidades en sus movimientos de reforma.**

Desde 1974, los países ricos se comprometieron a eliminar la pobreza en el año 2000. Lo que se buscaba entonces era poner un término a una realidad en la que millones de personas vivían con menos de 2 dólares, o con menos de 1 dólar por día. Para esto, los países industrializados se comprometían a destinar 0.7 por 100 de su producto bruto interior (PIB) a la ayuda pública al desarrollo. Cuando llegamos al año 2000, lo que se vio fue que solamente dos países alcanzaron este nivel de ayuda y la población en estado de extrema pobreza se calculaba en 2.7 mil millones de un total de 6 mil millones de seres humanos viviendo en la tierra.

Más tarde, en el año 2000, nuevos compromisos fueron firmados, en la agenda de los Objetivos para el milenio, previéndose la reducción en 2015 de la mitad del número de personas extremadamente pobres. Los que analizan esta cuestión, en 2005, están seguros de que estos objetivos tampoco serán alcanzados, pues las inversiones continúan dando prioridad a las armas, los subsidios impiden que los países pobres y emergentes sean retribuidos justamente por sus productos, la política del mercado se impone a todos y, ahora, incluso en temas como la educación, la cultura y el medio ambiente, en el marco de la Organización Mundial del Comercio.

CONVERGENCIAS EN NUEVOS ESPACIOS

Es evidente que en el mundo actual, como mencionamos arriba, ninguna institución puede sola ser excelente en todos los campos. La cooperación es necesaria en campos específicos (física, medicina, biología etc.), pero también en el proceso de creación de una sociedad más justa. Cuando se habla de cooperación, en los días actuales la tendencia mercantilizante busca confundir venta de productos comerciales con cooperación, cuando ésta, para existir, requiere que proyectos implementados cuenten con la participación de todos y tengan en consideración los valores culturales y las necesidades de todos los participantes.

En este marco, **la construcción de espacios como el iberoamericano** que reúne los países latinos, Portugal, España y los países latinos del hemisferio Sur y eventualmente el Quebec, en Canadá, como el espacio más amplio que podrá reunir Europa, América Latina y el Caribe es importante y **constituye una convergencia más**, la última que mencionaremos en este momento.

Una apertura de Europa en dirección de América Latina podrá originar una alianza, una coordinación de esfuerzos y, en el futuro, una integración basada en lazos históricos y culturales. Es innecesario mencionar las perspectivas también económicas que esta apertura puede provocar. Utilizando un lenguaje propio de los adeptos del Consenso de Washington hay que recordar que América Latina, como Portugal y España juntos, representan un gran mercado... Por supuesto, no es insistiendo, dentro de la Unión Europea, en una política de subsidios para los grandes grupos internacionales que dominan los agro-negocios en Europa como esta convergencia se va hacer. Hay que estimular una cooperación solidaria entre iguales.

Esta óptica es posible? Hay casos concretos en que instituciones españolas estuvieron implicadas que muestran ser positiva la respuesta. En el marco del programa UNITWIN-Cátedras UNESCO, varias universidades españolas desarrollaron en los años 90 programas con este espíritu. Podrían mencionarse ejemplos de acciones desarrolladas por la Universidad de Las Palmas de Gran Canaria en África en el campo de redes de información y en diversos dominios en América Latina, en particular en el de formación de maestros. Símbolo de esta opción es la decisión tomada por la Universidad Oberta de Cataluña de incorporar a su plan estratégico de cooperación los principios de la Conferencia Mundial sobre Enseñanza Superior, en particular los que mencionan la necesidad de una cooperación solidaria. Promotora de estas ideas es la red GUNI –Global University Network for Innovation- basado en la Universidad Politécnica de Cataluña y que, ahora, concentra sus esfuerzos en el compromiso social de las universidades.

Finalmente, recordemos que hace tres años más o menos, fue constituido el CUIB – Consejo Universitario Iberoamericano- creado con la participación de los consejos de rectores o de universidades de los países iberoamericanos y que tiene por objetivo no el de ser una red adicional, sino el de constituirse en un mecanismo nuevo que puede ser utilizado para canalizar y integrar los esfuerzos de los consejos nacionales de rectores, a través de las redes existentes.

El CUIB que tiene una presidencia rotativa y un secretariado permanente instalado en Madrid alcanzará sus objetivos y promoverá la convergencia entre instituciones del espacio iberoamericano en la medida en que consiga movilizar el conjunto de instituciones potencialmente involucradas y si éstas siguen rígidamente los principios de cooperación solidaria y buscan ser pertinentes conjuntamente intentando transformar las instituciones de educación superior de esta región en participantes activos en la construcción de una sociedad más justa en la que todos aprendan a vivir en paz y conjuntamente.

Si las universidades europeas y en particular las españolas, tienen en cuenta reflexiones de esta naturaleza, no hay duda de que contribuirán a que la europeización de las universidades sea realmente un estímulo para la convergencia, o si lo prefieren, a las convergencias.

REFERENCIAS

- Andifes, Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – “II Reunião Plenária do CUIB – Conselho Universitario Ibero-Americanano, 29 e 30 de novembro de 2003- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre”- publicado en Brasilia en 2004
- Annan, Kofi – «Immigration: pour une stratégie européenne» – Le Monde, Paris, 29 de enero de 2004- pgs 1 y 17
- AUCC, EUA, ACE y CHEA – «Déclaration conjointe sur l’enseignement supérieur et l’CCORD Général sur le Commerce de Services, 2001»- Versión francesa e inglesa en Internet disponible en www.aucc.ca
- Barblan, Andris- «The Sorbonne Declaration – Follow-up and implications- XII Santander Group General Assembly» – Universidad de las Palmas – Gran Canaria, 14-18 de abril de 1999
- Bauman, Zygmunt – «Les identités communautaires visent à conjurer les angoisses individuelles» – Le Monde, 23 de mayo de 2000- pg. 19
- Clergerie, Jean-Louis y Wasserman, Gilbert – «Référendum, les conséquences du non»– Groupe Eyrolles, Éditions d’Organisation – 2005
- Cordón, Juan Antonio Fernández y Joaquín Leguina – “La termita demográfica” in El País, 3 de febrero de 2001- og. 26
- CRUE (Conferencia de Rectores de las Universidades Españolas) – “Informe Universidad 2000- Madrid, 2000”.
- CRUE – abril de 2002- “Perspectivas de la Educación Superior en el Siglo XXI”
- Decamps, Marie-Claude – «Espagne: haro sur les machos» – in Le Monde – Horizons- Paris, 24 de abril de 2004, pg. 13
- Dias, Marco Antonio R. – “La educación superior para la paz en una perspectiva internacional” – in Educación Intercultural para la paz – pgs 309 a 323 – coordinadores Juan Lara Guerrero, Ricardo Marín Ibáñez, Gloria Pérez Serrao- UNED – Ceuta- Algaida Editores, 1997
- Dias, Marco Antonio R. – “Sociedad del conocimiento y reformas de la educación superior: para qué y para quién” – Lección Inaugural del año 2004- Universidad de Costa Rica – San José de Costa Rica – 10 de marzo de 2004

- Hayton, Annette e Paczuska, Anna- “Access, Participation and Higher Education – Policy and Practice” – Kogan Page, London 2002
- Hatcher, Richard – “M. Anthony Blair, démolisseur de l’enseignement public - L’ école britannique livrée au patronat”- Le Monde Diplomatique, abril de 2005
- Husén, Torsten – “The role of the university : a global perspective”- UNU and UNESCO, Tokyo- 1994
- Serrano, Gloria Pérez – “La educación para la tolerancia, la comprensión internacional y la paz” – in Educación Intercultural para la Paz, coordinadores: Juan Lara Guerrero, Ricardo Marín Ibañez y Gloria Pérez Serrano, pgs. 324 a 351, UNED, Ceuta app7 – Algaida Editores S.A. – Sevilla- 1997
- Stavenhagen, Rodolfo – «Problèmes et prospectives des Etats à ethnies multiples – Cycle annuel des Conférences no. 3- Université des Nations Unies»- Tokyo- 1986
- Silber, Martine – «L’Espagne, un pays en voie de vieillissement» – in Le Monde – Analyses et débats- Paris, 16 de julio de 2003- pg. 9
- Stern, Babette – «Les objectifs de réduction de la pauvreté seront loin d’être atteints» – Le Monde, 24 de abril de 2004 – pg. 7
- UNESCO – Conférence internationale de l’éducation – Quarante-sixième session, Genebra, 5 al 8 de septiembre de 2001- “L’éducation pour tous pour apprendre à vivre ensemble: contenus et stratégies d’apprentissage – problèmes et solutions” – ED/BIE/CONFINTED 46/3, Genebra, 29 de junio de 2001
- UNESCO – Conferencia Mundial sobre la Enseñanza Superior, Paris del 5 al 9 de octubre de 1998» – “L’enseignement supérieur au XXIème Siècle. Vision et Actions” Unesco, Paris 5-9 octubre 1998- “Conférence Mondiale sur l’enseignement supérieur – Rapport final” (Suzy Halimi). Esta publicación existe también en inglés y español y contiene algunos de los principales documentos de la CMES, incluida la “Declaración”y el “Marco de acción Prioritaria”. Los textos pueden también ser encontrados en internet en la página web de la UNESCO – www.unesco.org/education/educprogr/wcbe.htm
- Universidad Pontificia Comillas – Instituto Universitario de Estudios sobre Migraciones – “Migraciones”- Número 0- 1996
- Van Ginkel, Hans- “Dialogue of civilizations: finding common approaches to promoting peace and human development”, United Nations University, Tokyo, 2001
- Zoelick, Robert – “Unleashing trade winds”, in The Economist (pgs. 25-29), December 7th- 13th- 2002

DOCUMENTO NÚMERO 10

“E o sertão vai virar mar e o mar virar sertão” Palavras na sessão de encerramento do seminário internacional “A desordem ecológica na Amazônia: conhecimento científico, atores sociais e vontade política na construção de alternativas possíveis” (Belém, 28 de outubro a 1 de novembro de 1990). Texto publicado (pags 63 a 66) no livro “A desordem ecológica na Amazônia” – Série cooperação amazônica – UNAMAZ-Belém 1991

A DESORDEM ECOLÓGICA NA AMAZÔNIA

Luis E. Aragón
(Organizador)



SÉRIE COOPERAÇÃO AMAZÔNICA



7

ASSOCIAÇÃO DE UNIVERSIDADES AMAZÔNICAS
ASOCIACIÓN DE UNIVERSIDADES AMAZONICAS
ASSOCIATION OF AMAZONIAN UNIVERSITIES

“E O SERTÃO VAI VIRAR MAR, E O MAR VAI VIRAR SERTÃO”*

MARCO ANTONIO DIAS**
UNESCO
Paris, França

“E o sertão vai virar mar, e o mar vai virar sertão”! Antonio Conselheiro era considerado um visionário, mas a realidade das transformações no mundo, provocadas pela ação predatória do homem, mostrou que ele tinha razão. Territórios outrora férteis na China, transformaram-se, no decorrer dos últimos séculos, em deserto, depois que, com o desenvolvimento das caravanas comerciais, o homem liquidou o seu equilíbrio ecológico.

Na União Soviética, informou-nos o Professor Volsky, uma violação do ecossistema, com os melhores propósitos, provocou uma catástrofe no mar de Aral, que corre o risco de também se transformar em deserto. O crescimento permanente das áreas desertificadas na África é uma realidade conhecida por todos.

O mesmo ocorrerá na Amazônia e na Ásia do sudoeste onde a derrubada de florestas, o aproveitamento irracional dos recursos naturais são a realidade de todos os dias?

O futuro dirá, dirão alguns.

É inútil resistir às forças do mercado, à tendência à exploração irracional dos bens da terra, ao poderio econômico e financeiro, acrescentarão outros.

* Pronunciamento do Representante da UNESCO, Marco Antonio Dias, no encerramento do Seminário Internacional “A Desordem Ecológica na Amazônia”, Belém, 1º de novembro de 1990.

** Diretor da Divisão de Educação Superior, UNESCO, Paris.

É proibido sonhar, dirão os pessimistas.

É tudo utopia, encontros como o que hoje se encerra são saraus, festas sociais, exibições de verbalismos inúteis, acrescentarão os cínicos.

Terão eles razão?

Tudo não passa de uma utopia, sem fundamento na realidade?

Todas as organizações aqui representadas, todos os cientistas que aqui vieram expor as conclusões de anos, às vezes de toda uma vida de trabalho, todos os representantes dos atores sociais que vivem na Amazônia ou que intervêm na região como representantes dos índios, dos garimpeiros, dos governantes, dos empresários, os caboclos, pesquisadores universitários, todos os estudantes que aqui vieram colher dados para ver como podem participar do resgate da Amazônia, todos eles perderam seu tempo inutilmente? Deram eles soluções ou julgamentos superficiais sobre a Amazônia?

Nós acreditamos. Alguém dizia, creio que Napoleão, que por onde passa uma idéia, cem anos depois passam os canhões. Isso no tempo em que as comunicações eram lentas. Hoje, o impacto é mais rápido e, se, de um lado, devemos evitar de ser os profetas da catástrofe, de outro, devemos acreditar na UTOPIA realista, na força das idéias e das transformações sociais. Em todos os casos, ainda que conhecendo o valor dos obstáculos para que as sugestões aqui apresentadas – pelos nacionais dos países amazônicos e pelos estrangeiros – se tornem realidade, curvamo-nos à Sabedoria milenar chinesa, para quem melhor que amaldiçoar a escuridão, é acender uma vela.

A UNESCO, que tenho a honra de representar neste encontro com mais dois colegas, o diretor da Divisão de Ciências Ecológicas, Von Droste e o diretor do CRESALC, Gustavo López, participa da utopia e prefere acender uma vela que maldizer a escuridão.

Meus colegas já tiveram a ocasião de assinalar o que faz a UNESCO no campo das Ciências do meio ambiente. Propostas concretas foram endereçadas à UNAMAZ e às instituições de pesquisa da região que permitirão um entrosamento e uma colaboração das entidades aqui presentes com instituições com propósitos semelhantes na África e no Pacífico.

Para o período bienal de 1992-1993, o Diretor Geral da UNESCO decidiu incluir entre as prioridades da organização o reforço das instituições universitárias. O apoio da UNESCO ao CISS vem de longa da-

ta e continuará. Em relação à UNAMAZ, relembro que a UNESCO promoveu o estudo de Armando Mendes que propôs a criação de uma rede universitária na Amazônia. A UNESCO, em conjunto com a OEA, apoiou a iniciativa de instituições como a UFPA e o CNPq que organizaram a conferência de 1987 que criou a UNAMAZ. Ajudamos a preparar o PROGRAMAZ. Colaboramos com a elaboração do SIAMAZ. Financiamos, em grande parte, o I Curso de Especialização em Políticas Científicas e Tecnológicas para a Amazônia, reuniões da Comissão Central e este seminário sobre a desordem ecológica na Amazônia. O apoio à UNAMAZ prosseguirá através do CRESALC, em Caracas e de ações conjuntas no quadro de programas do tipo do MAB – Man and the Biosphere – e sobretudo da inclusão da UNAMAZ no quadro de um programa de cooperação no ensino superior que o Diretor Geral anunciará brevemente e que será um dos pontos prioritários do programa da UNESCO no período de 1992-1993. Este programa prevê, entre outras coisas, o reforço de redes universitárias e a criação de cátedras UNESCO em temas importantes para o desenvolvimento da humanidade.

Saliento que, para a UNESCO, o reforço da capacidade institucional das universidades é prioritário e que, no caso da Amazônia, o apoio à UNAMAZ significa um acordo com a tese de Armando Mendes para quem a amazoneidade, ou seja, o poder de decisão atribuído àqueles que são mais atingidos pelas realidades, é peça fundamental. O que ocorre na Amazônia é, sem dúvida, de interesse do mundo inteiro. A Amazônia pode ser considerada um patrimônio de interesse da humanidade inteira, mas não é um patrimônio comum, como não são de propriedade comum as geleiras canadenses, as estepes soviéticas, o mar de Aral, mencionado pelo Professor Volsky, as planícies européias, o continente australiano, as riquezas naturais norte-americanas, os desertos chineses, as florestas do sudoeste asiático. A Amazônia pertence aos oito países amazônicos e cabe à UNAMAZ, como representante legítima das instituições de ensino superior da região, dar sua contribuição ao desenvolvimento da Amazônia através da formação de quadros de pesquisadores, da produção de pesquisa, vitais para o desenvolvimento da região e de suas populações e da promoção do intercâmbio de informação que assegurará a socialização do saber tecnológico na Amazônia.

DOCUMENTO NÚMERO 11

O PAPEL DA EDUCAÇÃO, DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AMAZÔNIA

Abertura da II Conferência Internacional sobre Desenvolvimento Sustentável nos Trópicos Úmidos - UNAMAZ, Associação das Universidades da Amazônia, Belém, Pará- 05 a 09 de maio de 1996. Texto publicado como capítulo do livro “Educação, Ciência e Tecnologia: bases para o desenvolvimento sustentável da Amazônia” – Luis E. Aragón (organizador) Série Cooperação Amazônica no. 19- UNAMAZ- Belém 1997

**EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA:
BASES PARA O DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL DA AMAZÔNIA**

LUIS E. ARAGÓN
(Organizador)



SÉRIE COOPERAÇÃO AMAZÔNICA

19



UNAMAZ

ASSOCIAÇÃO DE UNIVERSIDADES AMAZÔNICAS
ASOCIACIÓN DE UNIVERSIDADES AMAZONICAS
ASSOCIATION OF AMAZONIAN UNIVERSITIES

I- INTRODUÇÃO

Faz algum tempo, recebi o convite do Dr. José Seixas Lourenço para apresentar uma palestra na abertura deste Simpósio. Antes mesmo de pensar no que poderia dizer-vos aqui no dia de hoje, fui advertido pelo Presidente da UNAMAZ de que deveria ser breve. A conferência inaugural será feita num domingo à noite, disse ele, deixando de acrescentar que, hoje era dia de Flamengo x Vasco decisivo da Copa Guanabara e que os participantes, muitos deles com problemas de fuso horário, fariam um passeio de barco no estuário do Amazonas, com tudo o que isto implica...

Esta observação me fez recordar uma história que um reitor africano, antigo reitor de uma importante universidade da África, costuma contar sempre que é chamado a falar em reuniões internacionais. Eu mesmo já a ouvi pelo menos cinco vezes, em várias partes do mundo.

Um orador iniciou seu discurso dizendo que ia ser breve. Como havia feito seus estudos em Yale, decidiu usar as letras de sua universidade para compor sua exposição. Começou com o Y falando da importância da juventude -Youth em inglês- num processo de desenvolvimento. Uma hora depois passou para a segunda letra -A- iniciando uma longa peroração sobre "accountability", as contas que a universidade deve prestar à sociedade. Mais de duas horas depois, quando se preparava para entrar na terceira letra -L- e iniciar sua arenga com considerações sobre liberdade, ouviu-se alguém, no fundo da sala, dizer com voz suficientemente alta para que todos pudessem ouvir: "até que temos sorte, imaginem se ele tivesse estudado no Massachussets Technology Institute"...

Lembrei-me dessa história, pois ao imaginar o que poderia dizer a vocês folheei a vasta literatura existente sobre a Amazônia, aventurei-me por artigos de Ignacy Sachs, recordei livro recente de Violeta Loureiro, revi os documentos que me enviam da UNAMAZ Luiz Aragon e José Seixas Lourenço, fui consultar os trabalhos que Miguel Clusener me faz chegar sobre o MAB e sobre o programa de cooperação Sul/Sul. Fiquei com medo de repetir o personagem da história que o ex-reitor africano sempre contava e, ao mesmo tempo, assustei-me, pois, evidentemente, a primeira indagação foi: não sendo especialista em assuntos da Amazônia e dispondo de uma documentação tão vasta, que temas selecionar para esta noite?

E verdade, devo assinalar, que o Professor Lourenço me facilitou a tarefa, esclarecendo que a UNAMAZ desejava, neste momento, receber uma mensagem capaz de configurar um quadro conceitual em que situar as ações dos estabelecimentos de ensino superior na Amazônia. Exposições técnicas aprofundadas foram previstas e estarão a cargo de especialistas nacionais e internacionais aqui presentes, todos de muito alto nível.

Não quis, apesar disso, fazer como o personagem de outra história-esta eu já contei há pouco mais de um ano em Brasília e me dou conta que, à força de repetir-me, acabo imitando meu amigo africano. Trata-se de uma história que circula em Paris. Um jornalista famoso de um jornal famoso foi a Pequim, conseguindo ser recebido pelo Primeiro Ministro da China, que lhe fez quatro perguntas:

-Quando o senhor chegou a nosso país? Cheguei ontem,

respondeu o jornalista.

-É a primeira vez que o senhor vem à China? Sim, é a primeira vez, disse o jornalista famoso.

-Quanto tempo o senhor vai ficar no país? continuou o primeiro-ministro. Regresso amanhã, esclareceu o jornalista.

-E qual é o objetivo de vossa viagem? indagou ainda o Primeiro Ministro. Escrever um livro sobre a China acrescentou, sem titubear o jornalista famoso.

-Ah, disse perplexo, o primeiro-ministro. O senhor vem aqui pela primeira vez, fica apenas três dias e vai escrever um livro sobre um país tão imenso, com uma população de mais de 1 bilhão de pessoas, com mais de cem etnias, em suma um país de uma complexidade sem igual. Qual vai ser o título do livro?

-Mais uma vez sem titubear, o jornalista respondeu: "CHINA, ONTEM, HOJE E AMANHÃ".

II- VARIAÇÕES SOBRE A DESTRUIÇÃO DA FLORESTA

Lembrei-me desta história e ouso contá-la pelas razões seguintes: em primeiro lugar, insisto, não quero fazer como o jornalista famoso. Não é a primeira vez que venho à Amazônia, mas é quase como se fora. Cheguei ontem, regresso depois de amanhã, mas não quero escrever um livro sobre a Amazônia.

Além disso, chamou-me também a atenção em relação a esta história a necessidade de se evitar lugares comuns ou de ater-se a mitos sobejamente repetidos sobre a Amazônia. A este propósito, revendo meus arquivos, encontrei cópia de um discurso do paraninfo da turma de formandos em Ciências Biológicas (Ecologia, Botânica, Biomedicina, Biologia Animal e Biologia Molecular) da Universidade de Brasília em dezembro de 1979, há quase vinte anos.

O paraninfo dizia coisas bonitas:

"Nossos formandos escolheram a área de Ciências Biológicas e, portanto, preocupam-se com os seres vivos e com os fenômenos e as leis que os regem e, ainda, com todos os tipos de inter-relacionamento entre os seres vivos e entre estes e o meio físico onde vivem.

"A mensagem de conservação da natureza que propõem neste final de curso não é retrógrada. Ao contrário, é progressista na medida em que se dispõe a preservar bens que devem ser utilizados sem que seu uso provoque destruição, com prejuízo para gerações futuras".

O texto prosseguia com comentários sobre a realidade da Amazônia brasileira vinte anos atrás e é interessantevê-lo.

"O que se passa, no Brasil, atualmente, apesar de esforços setoriais, é de estarrecer. Os fatos são conhecidos, mas não custa lembrar.

"Hoje, legiões de tratores Caterpillar D-9, os jumbos ou DC-9 do terreno, destroem áreas imensas, todos os dias. Em alguns lugares, tratores gigantes, unidos entre si através de grossas correntes, arrastam o que encontram pela frente, arrancam árvores com raízes e tudo, destruindo todo um sistema ecológico e deixando exposto o fino solo tropical. O que sobra, vira fogueira perceptível a quilômetros de distância. Há quem calcule que, a prosseguir este ritmo de exploração predatória -e nada impede que ele venha a ser intensificado- a floresta amazônica poderá estar destruída dentro de 35 anos".

A ser verdadeira esta afirmação, a floresta amazônica, a partir de agora, não duraria mais que uns quinze anos. No entanto, segundo dados fornecidos por Miguel Clussener, pesquisas recentes mostrariam que a destruição da floresta teria atingido, hoje, cerca de 10% de seu total. Assim, agora, ninguém teria a coragem de repetir uma afirmação como a do paraninfo dos estudantes de Brasília vinte anos atrás. Naquela época, no entanto, tal extração se justificava. Se for verdade o que diz Pedro Lisboa, na revista da SBPC, "Ciência Hoje" (número especial sobre a Amazônia de dezembro de 1991), que a floresta amazônica dispõe de 260 milhões de hectares e, se são exatos também os dados apresentados por Christopher Uhi e Robert Buschbacher, na mesma revista, mostrando a aceleração geométrica do desmatamento entre 1973 e 1978, o cenário catástrofe deste discurso era correto.

No entanto, Uhi e Buschbacher revelam que o índice de desmatamento reduziu-se significativamente entre 1979 e 1984, comparado com o período imediatamente anterior. Uma crise financeira mundial, de um lado, a constatação pelas multinacionais de que o lucro que obtinham nas fazendas devastadas na Amazônia não era tão grande, tiveram como efeito a diminuição da destruição. Em outras palavras, a floresta teria sido salva pela crise financeira...

Evidentemente, esta conclusão é simplista. A crise foi um dos fatores. Hoje, em plena Amazônia, pretendo ser mais prudente e deixar as afirmações categóricas para os especialistas que aqui estão. Devo acrescentar, creio que isto já está claro, que era eu o paraninfo dos formandos de Brasília e que num discurso em que se aproveitava para criticar o modelo econômico da época, deixei-me levar pela emoção plenamente justificada, expressando a rejeição a um sistema que, antes de tudo, era antidemocrático e, portanto, inaceitável.

Em realidade, estou de acordo com Ignacy Sachs que, em várias ocasiões, falando do desenvolvimento na Amazônia, se refere aos diversos mitos em relação a esta região do mundo, mitos que a ciência destruiu, mas que não impedem, por exemplo, que muita gente tente impedir sua população de promover o desenvolvimento, insistindo sobre a função da Amazônia como um grande filtro para que mais de 500 milhões de carros possam continuar, sobretudo nos países industrializados, a consumir em excesso as energias fósseis.

III- MODELOS DE DESENVOLVIMENTO

Destes mitos, das verdades que a ciência exata como as ciências sociais revelam sobre a Amazônia, nós teremos ocasião de ouvir dos especialistas presentes nesta conferência. O que gostaria de enfatizar, brevemente, são dois elementos:

1. Em primeiro lugar, é preciso ter em vista o modelo de desenvolvimento que se tem em vista. Se alguma coisa conta esta experiência drástica dos anos 70, quando a destruição era realmente escandalosa, é que isto era resultado de um esquema econômico social, onde somente o lucro contava, e de um sistema político -uma ditadura- onde a opinião pública era apenas objeto passivo da ação de grupos tecnocratas e militares.
2. Fala-se muito em modelos e em cenários nos dias de hoje. Ninguém ousa defender diretamente o cenário catástrofe dos anos setenta, mas ele existe. E pode se concretizar por duas formas, ambas prejudiciais: uma é a repetição dos anos setenta, um desenvolvimento sem freios, em que a concentração de renda é um objetivo claro e definido, em que os interesses das populações das cidades, dos campos, das florestas não seja tomada em consideração. Outra se configura por uma divisão internacional do trabalho, de responsabilidades, em que se deixaria para a Amazônia a função de permanecer como uma reserva intocável da humanidade. De novo, os direitos e interesses das populações da região não seriam tomados em consideração.

Haveria outros cenários?

No quadro de uma nova ordem internacional que se constrói a partir de 1989, um modelo poderia ser implantado em nível mundial que teria como repercussão na Amazônia o deixá-la como exportadora de matérias-primas e recursos naturais para alimentar a retomada do desenvolvimento nos países industrializados. A Amazônia exploraria, inclusive, seu potencial bioenergético, que se transformou nos últimos vinte anos em um dos setores de maior interesse no mundo inteiro.

Essa visão é aceitável ou suficiente?

O potencial exportador da Amazônia ainda não foi definitivamente mensurado. Faz pouco tempo, um secretário de Estado de Tocantins falava, com entusiasmo, dos benefícios que traz para o Estado a exportação de sementes de guaraná. A Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, num campo comum à Amazônia, implantou uma criação de jacarés que, além de permitir a manutenção de um fluxo de animais que garante a sobrevivência da espécie, lhe permite explorar a carne e a pele destes animais, produzindo recursos para a pesquisa e docência universitárias.

A título que poderia parecer exótico, vou lhes contar mais uma história, que, além de ajudar a digerir uma conferência num domingo à noite, pode servir para ilustrar o tema que nos entretém. Há dias, em Paris, recebendo amigos em casa, alguém pediu um Kir, aperitivo tradicional francês feito com a mistura de vinho branco ou champagne (Kir royal) com um xarope de cassis, uma groselha européia preta. Não dispendo de xarope de cassis (creme de cassis, lancei mão do xarope de guaraná, destes vendidos nos supermercados e drogarias, e

ofereci o Kir da Amazônia (vinho branco com xarope de guaraná) e Kir cacique da Amazônia (champagne com xarope de guaraná). O sucesso foi total e, além do mais, no dia seguinte, as esposas de nossos amigos telefonaram para pedir a receita...

A história é real e divertida, eu sei, quem quiser usar a fórmula, pode fazê-lo sem perigo de ter de pagar "royalties", mas nós devemos aprofundar a análise, recordando que, para a Amazônia, para sua população, o modelo exclusivamente exportador não é o melhor. Por que, em lugar de apenas fornecer matéria prima, não montar por aqui mesmo uma indústria baseada na riqueza da biotecnologia e nos insumos fármacos, cosméticos, produtos agroindustriais tropicais?

IV- UMA NOVA ORDEM MUNDIAL

Um outro cenário seria, então, possível, implicando o desenvolvimento endógeno, promovendo uma maior justiça social, um desenvolvimento sem ferir a natureza, buscando a eficácia e a melhoria de vida dos seres humanos, sem chacinas, sem violência, em clima de paz. Um cenário que permitiria efetivamente o apoio a projetos e instituições trabalhando no campo do meio-ambiente, no desenvolvimento de centros de pesquisa, e a projetos comunitários que visam à utilização racional dos recursos da floresta.

Este cenário é possível?

Num documento de orientação recente "Estratégia a Meio Termo" que indica as linhas de ação da Organização para o período de 1996 a 2001, a UNESCO anuncia sua intenção de abordar os grandes problemas da deflorestação no meio tropical úmido e da desertificação nas zonas áridas e semi-áridas (no quadro da Convenção sobre a Desertificação). Enfatiza a pesquisa de soluções baseadas nos conhecimentos e avaliações científicas rigorosas como no reforço das capacidades (formação de recursos humanos). Combinado com o apoio à pesquisa ecológica sobre um pequeno número de ecossistemas, o reforço das capacidades humanas e institucionais apoiar-se-á sobre a instalação de uma rede de cátedras UNESCO que dispensarão uma formação integrando a Ecologia, a Economia, as Ciências Sociais e as Tecnologias Apropriadas.

Mas, não cabe aqui, agora, fornecer receitas. Gostaria apenas, neste momento, de recordar que, a partir de 1989, muitos anunciaram uma nova ordem mundial, que, em realidade, nada tinha de novo e que era baseada na dominação dos mais fracos pelos mais fortes e numa visão monolítica da sociedade.

Justamente por isso, as Nações Unidas lançaram uma reflexão que levou à elaboração de dois documentos básicos e complementares: a Agenda para a Paz, que é completada por um movimento lançado pela UNESCO do desenvolvimento de uma cultura da paz e a Agenda para o Desenvolvimento, que lança as bases de um modelo fundamentado na eliminação ou pelo menos redução da pobreza e da exclusão, no respeito ao meio ambiente e na formação de recursos humanos. Todas as grandes conferências organizadas pelas Nações Unidas nos últimos anos, sobre meio-ambiente, desenvolvimento social, participação das mulheres no processo de desenvolvimento, habitação, configuraram um detalhamento dos princípios contidos

nestes dois documentos de base.

É importante notar que a "Agenda para o Desenvolvimento" reconhece, de maneira enfática, a função da comunidade acadêmica como essencial para se atingir este desenvolvimento dentro de um clima de paz.

"A comunidade científica forma uma rede global, compartindo certos interesses fundamentais, valores e padrões. E uma comunidade que tem uma função primordial a exercer na solução dos grandes problemas do desenvolvimento", diz o documento da ONU.

Consciente deste fato, a UNESCO lançou, ao final dos anos 80, uma grande reflexão sobre a missão do ensino superior neste final de século.

Partindo de uma análise de situação real do ensino superior em todas as regiões do mundo (constatação de problemas específicos e de problemas comuns como o da massificação e a diminuição de recursos), chegou-se à conclusão da necessidade de ações visando à melhoria da **relevância, da qualidade e da cooperação** no ensino superior.

V- COOPERAÇÃO INTERUNIVERSITÁRIA

Com relação ao último item, cooperação internacional, pedido dos Estados Membros, lançou-se, em 1991, o programa UNITWIN, baseado em dois pilares: cátedras UNESCO e redes interuniversitária, que visam justamente a propiciar aos estabelecimentos de ensino superior condições para melhor poderem cumprir suas missões. A idéia de qualidade é vinculada à da relevância, ou seja, à busca de solução dos problemas das sociedades onde estão inseridos os estabelecimentos de ensino superior.

O programa UNITWIN visa a dar uma resposta à necessidade que têm estes estabelecimentos de abrirem suas fronteiras e de saírem de seu isolamento. Nenhuma instituição pode, nos dias de hoje, viver isolada e imaginar que, sozinha, tem condições de cobrir satisfatoriamente todos os campos do conhecimento. Este programa acaba de ser submetido a uma avaliação. Há problemas, há dificuldades, mas constatou-se um interesse enorme em torno de suas atividades e projetos no mundo inteiro, como demonstra, por exemplo, seu crescimento no curso dos últimos anos. Em fevereiro de 1993, havia 70 cátedras e 20 redes eram apoiadas pelo Programa UNITWIN. Em fevereiro de 1996, estes números tinham subido para 214 e 46, respectivamente.

Uma das características do programa é sua diversidade, que permitiu o desenvolvimento de um número significativo de atividades, ou seja, mais de 120 seminários e workshops com mais de seis mil participantes, mais de 120 cursos entre 1992 e 1995 com a participação de mais de 2 500 estudantes. O programa gerou pelo menos 400 bolsas para estudos em nível de pós-graduação e estágios para mais de 600 professores de países em desenvolvimento. Inúmeros artigos (pelo menos 100), monografias (100), volumes (pelo menos 50) foram publicados no quadro deste programa, que, realmente, criou uma dinâmica e está servindo de alavanca para programas de cooperação.

De acordo com a concepção desenvolvida dentro do programa UNITWIN, toda cátedra UNESCO deverá ter como vocação ser ponto focal de uma rede ou ser membro ativo de uma ação cooperativa. As redes criadas ou apoiadas pelo programa são muito diversificadas. A rede Utrecht reúne universidades do Norte (Utrecht, Porto, Lund, Bochum) e da África austral (Namíbia, Zimbábue, Moçambique e África do Sul) para manter projetos de formação e de pesquisa a nível de pós-graduação sobre temas identificados pelas universidades do Sul e organizados em comum acordo entre todas as instituições participantes. Os domínios selecionados foram: meio ambiente, direitos humanos, Ciências médicas com ênfase na Veterinária e formação de professores para Ciência.

O programa PEACE, uma rede de universidades européias e palestinas, pôde ser lançado graças ao apoio de UNITWIN. Visa à reconstrução das universidades na Palestina. Programa semelhante está sendo lançado agora em benefício das universidades na Bósnia. O grupo Santander é uma rede de cerca de 50 universidades em cerca de vinte países europeus. A rede ajudou a constituir e apóia o desenvolvimento de seis cátedras na América Latina e, agora, prepara-se para fazer o mesmo na África.

A UNAMAZ foi criada sob inspiração da UNESCO antes do lançamento do programa UNITWIN, mas foi incluída no programa desde seu início. Creio ser oportuno recordar que a criação da UNAMAZ resultou de proposição feita em estudo elaborado pelo Professor Armando Dias Mendes em estudo encomendado pela UNESCO, que a UNESCO ajudou a UNAMAZ a estabelecer seu programa inicial, participou do lançamento do SIAMAZ, colaborou para o estabelecimento de contactos desta associação com diversos organismos internacionais, apoiou diversos projetos e incluiu a UNAMAZ em uma série de atividades de interesse comum.

VI- FUNÇÕES RENOVADAS PARA A UNAMAZ

Desde o início, a UNAMAZ foi aceita como uma das organizações associadas à UNESCO para o desenvolvimento de atividades de interesse comum. Neste momento, a UNESCO renova seus métodos de colaboração com as organizações não governamentais. E tempo, creio eu, de se partir para a elaboração de um protocolo comum de ação que poderia incluir uma série de atividades e projetos já em curso, mas também iniciativas novas, que visem a reforçar a ação das universidades da região em benefício de seu desenvolvimento sustentável. Sem intenção de apresentar uma lista completa, mas, a título apenas indicativo, poder-se-ia pensar em incluir num protocolo desta natureza ações do tipo seguinte:

- -Programa conjunto de publicações
- -Apóio a projetos específicos tais quais:
- -Avaliação dos impactos sobre saúde ambiental na Amazônia, desenvolvido conjuntamente pela UNAMAZ e CIID do Canadá, que inclui uma cátedra UNESCO sobre "desenvolvimento sustentável e saúde ambiental".
- -Desenvolvimento do SIAMAZ numa perspectiva atual que, beneficiando-se das perspectivas criadas por Internet, facilite o fluxo de informações entre países amazônicos

e preserve a história e a cultura de seus povos.

- -Ampliação do projeto de formação de professores em exercício incluído na cátedra UNESCO da Universidade Federal de Mato Grosso a outras instituições da UNAMAZ na Amazônia.
- -Colaboração com o projeto UNAMAZ do Quebec em Montreal relativo à educação ambiental à distância na Amazônia.
- -Projeto de gestão e administração universitária em elaboração pela UNAMAZ com apoio financeiro da União Européia e da UNESCO.
- -Programa de cooperação Sul-Sul para o desenvolvimento sustentável nos trópicos unidos, mantido conjuntamente pela UNESCO, Universidade das Nações Unidas, Academia de Ciências do Terceiro Mundo que organiza o intercâmbio de informação e de experiências e de especialistas, com a finalidade de elaborar projetos de pesquisas articuladas e paralelas, e divulgar os conhecimentos adquiridos.
- -Possibilidade de inclusão da cátedra em Ecologia da Universidade Federal do Pará na rede de Ecotecnologia
- -Participação da UNAMAZ no Projeto Bananal (Ecótonos brasileiros) em negociação atualmente entre o governo brasileiro e a UNESCO.
- -Participação no projeto RIMA -Rede Internacional de Mobilidade Acadêmica- que, iniciado na área do Mercosul, extende sua ação no continente, trata de problemas vinculados ao reconhecimento de estudos e à mobilidade de estudantes, professores e pesquisadores e é gerido pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo em colaboração com o Memorial da América Latina.

VII- CONCLUSÕES

Estas ações não devem ser vistas como iniciativas isoladas. Devem fazer parte de um esforço de definição da colaboração que as universidades da região, congregadas em torno da UNAMAZ, desejam dar ao desenvolvimento da Amazônia. No caso da UNESCO, sua base conceitual se situa dentro de um quadro bastante amplo que foram definidos em um documento publicado em 1995 com o título de "Documento de Política para a Mudança e o Desenvolvimento na Educação Superior".

Ali se lê que "um dos desafios econômicos críticos com que se defrontam muitos países, compreendidos os mais industrializados, é o de como aumentar sua capacidade para adaptar-se às mudanças que se produzem na economia, na tecnologia e no comércio internacional. O ritmo e a profundidade dessas mudanças não têm precedentes e afetam muitos campos da atividade humana. Criam novas oportunidades, mas também colocam muitos problemas, sobretudo para o mundo do trabalho. As novidades neste âmbito vão além dos habituais altos e baixos das questões econômicas. Também se entende cada vez melhor que as repercussões da mudança econômica e tecnológica são tais que não se enfrentam a tempo e de maneira adequada, podem desencadear toda uma série de problemas sociais e políticos com inevitáveis consequências locais, nacionais, regionais e internacionais. Espera-se muito do ensino e da formação para enfrentar estes imperativos de mudança".

O documento assinala, ainda, que a "repercussão do desenvolvimento

tecnológico, especialmente em informação e comunicações, é de tal magnitude que todos os países, independentemente de seu nível de desenvolvimento industrial, têm que utilizar normas e equipamentos mundialmente aceitos. Isto se aplica não só aos aspectos materiais, senão também às estruturas organizativas e ao fator humano, que depende do ensino ou tem relação com ele, sobretudo nos planos profissionais e superior".

Durante esta semana, os participantes desta conferência discutirão as políticas de desenvolvimento científico e tecnológico na Amazônia e as alternativas de cooperação neste terreno. Debaterão uma amplitude de temas vinculados ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia na região. Revisarão os projetos de cooperação desenvolvidos por organismos internacionais. Debaterão questões ligadas à informação científica, tecnológica e cultural da Amazônia, do desenvolvimento de suas populações, do tratamento do meio natural e do manejo de recursos e tecnologias apropriadas.

No momento em que se reflete sobre o papel da educação, da ciência e da tecnologia no desenvolvimento sustentável da Amazônia, uma reflexão como esta elaborada por aqueles que trabalham sobre os problemas desta região e que para eles buscam soluções é de grande oportunidade. Como é extremamente oportuna, neste momento, a reflexão sobre o modelo de desenvolvimento que se quer adotar, do tipo de sociedade que se quer construir. Para isso, nada menos oportuna também a recordação dos ideais expressos por Armando Dias Mendes no documento encomendado pela UNESCO, há mais de dez anos, que lançou as bases para a criação da UNAMAZ e que, serão, não tenho dúvidas recordados por ele no encerramento desta II Conferência Internacional sobre Desenvolvimento Sustentável nos Trópicos Úmidos:

-Amazoneidade: ou seja, a garantia de que os destinatários de qualquer programa cooperativo são instituições amazônicas, por sua localização, inspiração, vocação e ação;

-Continentalidade: no sentido de abranger todos os países amazônicos, sem exclusão de nenhum;

-Individualidade: pela aplicação do qual se respeite, intransigentemente, as peculiaridades e idiossincrasias nacionais, regionais e institucionais, em cada Amazônia nacional;

-Igualdade: de tal forma que, independentemente das dimensões nacionais de cada país amazônico, todos recebam tratamento igualitário, equitativo, proporcional às suas necessidades e possibilidades;

-Espontaneidade: para que nenhuma instituição se sinta compelida, contra sua vontade, a aderir ou renunciar ao Programa.

-Unicidade: para se evitar duplicações ou repetição de iniciativas

DOCUMENTO NÚMERO 12

RENOVAÇÃO DA UNAMAZ E DESENVOLVIMENTO REGIONAL -

Sem revisão – não editado

Palestra durante a VI Assembléia da UNAMAZ e II Conferência Internacional Amazônia 21- UNAMAZ - Caracas, Venezuela, 29 de maio de 2000 – Texto publicado como capítulo do livro “II Conferência Internacional Amazônia 21: Logros para una agenda sustentable – VI Asamblea UNAMAZ - Antonio de Lisio, coordinador) – Série Cooperação Amazônica 23- UNAMAZ – Caracas, 2000

Para alguém que não é um especialista em matéria de Amazônia, falar sobre o desenvolvimento nesta região, pode se tornar uma aventura perigosa, cheia de riscos.

Ainda recentemente, em Manaus, por ocasião de uma conferência organizada conjuntamente pela UNAMAZ e GUS-Global University System, em abril de 2000, tive a oportunidade de contar que, em 1977, como paraninfo da turma de formandos em Ciências Biológicas (Ecologia, Botânica, Biomedicina, Biologia Animal e Biologia Molecular), citava, em meu discurso, especialistas norte-americanos para dizer que a floresta amazônica poderia estar destruída dentro de 35 anos» (1).

Hoje, passados 23 anos desta afirmação tonitruante, ao atravessar a Amazônia, ao ver, por exemplo, o espetáculo inesquecível da confluência dos rios Solimões e Negro, perto de Manaus, fácil é ver, que nós todos dissemos muita «bobagem» sobre a Amazônia e sua floresta.

Mas, há vantagens em não ser um especialista. Isto nos permite transmitir aos que o são as preocupações dos seres humanos comuns com este patrimônio, que é da humanidade, mas que pertence, primordialmente, às populações que aí vivem.

A este propósito, creio que vale a pena mencionar, em detalhes, o artigo que o ex-reitor da Universidade de Brasília e ex-governador do Distrito Federal no Brasil, Cristóvam Buarque, escreveu recentemente num jornal de grande difusão brasileiro (2).

Num debate recente, nos Estados Unidos, Cristóvam Buarque foi questionado sobre o que pensava da internacionalização da Amazônia, tema muito mais sério do que muitos imaginam. Ignacy Sachs, professor honorário da Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais, em Paris, costuma dizer, referindo-se à Amazônia, que "existe, sim, a cobiça das empresas multinacionais, fascinadas com a excepcional riqueza do subsolo e da diversidade da Amazônia". A Cristóvam, nos Estados Unidos, pediram que respondesse como humanista e não como brasileiro.

A resposta do ex-reitor da UnB foi primorosa. Em síntese, afirmou que «por mais que nossos governos não tenham o devido cuidado com esse patrimônio, ele é nosso. Como humanista, sentindo o risco da degradação ambiental que sofre a Amazônia, podia imaginar sua internacionalização, como também de tudo o mais que tem importância para a Humanidade».

E Cristóvam desfiou uma série de elementos a serem «internacionalizados»:

- as reservas de petróleo, porque o petróleo é tão importante para o bem-estar da humanidade quanto a Amazônia para o nosso futuro. «Apesar disso, os donos das reservas sentem-se no direito de aumentar ou diminuir a extração de petróleo e subir ou não o seu preço e os ricos do mundo, no direito de queimar esse imenso patrimônio da Humanidade.

- O capital financeiro dos países ricos também deveria ser internacionalizado. “Queimar a Amazônia é tão grave quanto o desemprego provocado pelas decisões arbitrárias dos especuladores globais. Não podemos deixar que as reservas financeiras sirvam para queimar países inteiros na volúpia da especulação”.
- Idem para os grandes museus do mundo. “O Louvre não deve pertencer apenas à França. Cada museu do mundo é guardião das mais belas peças produzidas pelo gênio humano. Não se pode deixar que esse patrimônio cultural seja manipulado e destruído pelo gosto de um proprietário ou de um país”.
- Nova York, como sede das Nações Unidas, deveria ser internacionalizada ou a uma reunião na ONU por constrangimentos na fronteira com os Estados Unidos.

O ex-governador de Brasília seguiu com seus comentários que poderiam ser considerados sarcásticos, não fora a questão tão grave e não estivesse a opinião pública nos países ricos sendo preparada para uma solução desta natureza. «Internacionalizemos todos os arsenais nucleares dos Estados Unidos. Até porque eles são capazes de usar essas armas, provocando uma destruição milhares de vezes maior do que as lamentáveis queimadas feitas nas florestas do Brasil».

Cristóvam Buarque, antes de concluir seu pensamento, chamou a atenção ao fato de que os então candidatos à presidência dos Estados Unidos “têm defendido a idéia de internacionalizar as reservas florestais do mundo em troca da dívida”.

“Comecemos, disse Cristóvam, usando essa dívida para garantir que cada criança do mundo tenha possibilidade de ir à escola. Internationalizemos as crianças, tratando-as, todas elas, não importando o país onde nasceram, como patrimônio que merece cuidados do mundo inteiro. Ainda mais do que merece a Amazônia. Quando os dirigentes tratarem as crianças pobres do mundo como um patrimônio da Humanidade, eles não deixarão que elas trabalhem quando deveriam estudar, que morram quando deveriam viver. Como humanista, aceito defender a internacionalização do mundo. Mas, enquanto o mundo me tratar como brasileiro, lutarei para que a Amazônia seja nossa. Só nossa”.

Alguém poderia pensar que o ex-reitor e ex-governador exagerou na sua defesa da Amazônia. Não creio seja o caso. Vejam bem, o que se passou com o debate entre estas duas tristes figuras que acabam de propiciar ao mundo este espetáculo tragicômico da apuração das eleições nos Estados Unidos.

A declaração que segue é do Senhor Bush Jr. Por ocasião do segundo debate televisivo com seu oponente, o democrata Al Gore, segundo relata uma publicação humorística brasileira.

“Lehrer (o moderador) Does that give us –does our wealth, our good economy, our power, bring with it special obligations to the rest of the world?

Gore: Yes, it does. Take, for example, Third World debt. I think – I think we ought to be forgiving Third World debt under certain conditions. I think, for example, if we’re convinced that a Third World country that’s got a lot of debt would reform itself, that the money wouldn’t go into the hands of a few, but would go to help people, then I think it makes sense for us to use our wealth in that way.

Bush: Or do you trade debt for valuable rain forest lands ? Makes some sense. Yes, we do have an obligation in the world, but we can't be all things to all people. We can help build coalitions, but we can't put our troops all around the world. We can lend money, but we've got to do it wisely. We shouldn't be lending money to corrupt officials. So we got to be guarded in our generosity..."

Como se trata de uma revista humorística, ‘Bundas’, o redator termina o artigo dizendo: “áí onde você leu trade for land of rain forest, a tradução é a seguinte seo ignorante: podemos negociar sobre as terras da floresta tropical” (3).

Igualmente é preocupante e merece uma análise detalhada o que se passa na Colômbia e na utilização política de acontecimentos que, originados em um país, afetam toda a região. Áí também a posição norte-americana é mais que ambígua. Traz em si elementos desintegradores na região e é capaz de provocar consequências que vão muito além do combate anunciado ao tráfico de drogas. Quando os Estados Unidos anunciam que levarão adiante seus planos na Colômbia, sejam ou não apoiados pelos demais países da região, demonstram uma atitude de arrogância que não surpreende mais ninguém, mas deixam entender que sua decisão, neste domínio, é parte de uma estratégia mais ampla.

Não se pode menosprezar a importância e a gravidade do tráfico de drogas. Todos conhecem seus efeitos deletérios na formação da juventude, não há que insistir sobre o tema. Segundo a ONU, num informe datado de junho de 1997, os negócios neste campo já se elevavam, há três ou quatro anos atrás, a mais de 400 bilhões de dólares, ou seja, o equivalente a 8% do comércio mundial (4). No entanto, antes de mais nada, há que se notar que o narcotráfico é influenciado pelo fato de os Estados Unidos permanecerem invictos em sua posição de primeiros consumidores de cocaína no mundo e que, graças à redução de controles no comércio internacional provocada pela liberalização extrema, diminuem controles alfandegários e, com eles, o controle sobre a circulação das drogas entre os diversos países e regiões (5).

Não se conhece êxito na política de diminuição do consumo de tráfico nos Estados Unidos e na Europa Ao contrário, este não faz senão aumentar. No entanto, em junho deste ano (2000), o Congresso dos Estados Unidos aprovou um pacote de ajuda no valor de US\$ 1.3 bilhão para o Plano Colômbia que prevê, entre outras coisas, o envio a este país de 60 helicópteros e de até 500 assessores militares para ajudar na capacitação de tropas. Não há que esquecer-se que, com muito menos do que isto, os norte-americanos iniciaram uma intervenção no Vietnam. É bom ter em mente, igualmente, que, depois das aventuras no Iraque e dos bombardeios no Kosovo e na Sérvia, os industriais de armas necessitam de novas frentes para testar novas armas e para dar saída à sua produção de material bélico. Não têm, evidentemente, nenhum interesse em guardar estocado o que produzem.

Com este quadro, fica mais clara a arrogância do subsecretário norte-americano de Defesa, James Bodner, que, durante a recente IV Conferência Ministerial da Defesa das Américas (Manaus, outubro de 2000), garantiu que o Plano Colômbia “seria feito com ou sem o apoio internacional”. Tampouco se comoveu o Sr. Bodner com as preocupações de militares da Venezuela, Brasil e de outros países, para quem o Plano Colômbia é problemático, principalmente porque poderá provocar o êxodo de cultivos ilícitos de civis e

de narcotraficantes, inclusive de operações de guerrilha, da Colômbia para países vizinhos (6).

Este tema foi, aliás, discutido, entre muitos outros, no Congresso Nacional de Educación Superior, que o Sistema Universitário Estatal colombiano organizou, em Barranquilla, de 10. a 3 de dezembro de 1999. Ali, he tenido la oportunidad de afirmar:

“-Las entrelineas de los periódicos son muy claras. Terminada la guerra en Kosovo, las industrias de armas necesitan nuevas salidas para sus productos. Colombia, muchos lo piensan, puede representar la próximo “inversión” de estos grupos y esto hecho nos hace comprender la importancia de la iniciativa de los rectores de las universidades públicas colombianas en favor de la paz interna en su país.

“La paz, la solución a los problemas de la violencia, el fin de una situación que muchos identifican como de guerra civil, es fundamental. Pero no se trata del único problema en países como Colombia, ni se puede pensar que la solución se encuentre en un análisis aislado de esta cuestión. ? Cómo tratar por ejemplo la cuestión de las drogas, sin resolver el problema del deterioro del precio de los productos básicos de exportación como el café?

“Lo que se dice de Colombia en el Exterior es inquietante (6). Se presenta este país como uno de los más violentos en el mundo con una altísima tasa de homicidios. Se dice que sus conflictos internos amenazan los países vecinos. Algunos norteamericanos hacen mención a la falta de seguridad que esta situación crea para la navegación en el Canal de Panamá, lo que no deja de ser profundamente ambiguo en este momento. En consecuencia, los movimientos militares en los países vecinos, en áreas fronterizas se multiplican y Estados Unidos anuncia su disposición a conceder ayudas militares masivas a Colombia y a ciertos países vecinos

“Desde afuera, uno tiene la impresión de que la población colombiana, en su conjunto, no está implicada en la guerra, sufre sus consecuencias, pero desea nada más que la tranquilidad, la paz y la seguridad de cada individuo. Pero?cómo alcanzarlas?

“La intervención militar extranjera no parece ser la mejor solución. Véase lo que pasa en Kosovo. El problema es prioritariamente colombiano y la pregunta que todos se hacen es lo que puede ser hecho, y más precisamente, ?Qué pueden hacer las instituciones de educación superior?”

El costo de la violencia es muy elevado para la sociedad colombiana y estoy entre los que consideran que la sociedad civil colombiana tiene que desarrollar una ‘utopia realista’ según la cual:

- 1- Las transformaciones sociales son necesarias para crear un clima de paz;
- 2- Las relaciones internacionales no pueden seguir siendo manejada por el dios todo poderoso en que se transformó el mercado;
- 3- Un esfuerzo pedagógico colectivo es necesario para alcanzar una cultura de paz que no sea un simple objeto de retórica de funcionarios internacionales (7).

A mesma questão colocada diante dos universitários colombianos poderia ser apresentada aos representantes das instituições de educação superior dos oito países

amazônicos que, no dia de hoje, reunem-se em Caracas para discutir o futuro de sua associação – a UNAMAZ- e as ações que podem organizar para assegurar para assegurar um desenvolvimento equilibrado na região. No entanto, definamos primeiro o de que falamos. Trata-se da Amazônia. Da Pan-Amazônia, dirão alguns. Dentro desta região, destacam-se a floresta e o rio. Os números são impressionantes. Segundo a Universidade de Campinas (8) a floresta amazônica tem cerca de quinze milhões de quilômetros quadrados, distribuídos pelo Brasil, Colômbia, Venezuela, Peru, Bolívia, Equador, Suriname, Guiana e Guiana Francesa. Somente a parte brasileira, a maior delas, corresponde a três milhões de quilômetros quadrados, área equivalente a 60% do território deste imenso país.

A bacia fluvial do Amazonas é a mais importante do mundo. Com mais de mil afluentes em seus 6.577 quilômetros de extensão, o rio tem sua nascente mais longínqua da foz a 5 mil metros de altitude, na Cordilheira dos Andes, no Peru, sendo o responsável por 18% da água doce que desemboca no oceano, constituindo-se na maior bacia hidrográfica do globo terrestre.

Segundo estimativas, existiram cerca de 30 milhões de insetos na Amazônia e um milhão de espécies entre animais e vegetais, dos quais apenas uns 10% são realmente conhecidos.

Num seminário sobre «A Amazônia e a ecologia» organizado pela UNICAMP em novembro de 1989, os especialistas concluíram que não se havia conseguido, até aquela data (e, evidentemente, na década seguinte tampouco se obtiveram melhores resultados) alcançar alguns objetivos básicos na região: ocupar o território ordenadamente, fixar a população e explorar a área de maneira coerente.

Estas discussões foram feitas pouco depois do desaparecimento das ditaduras militares na região. Visavam a ter um melhor conhecimento sobre o processo de ocupação da Amazônia, as agressões ao ecossistema, as possibilidades e limites da exploração e a importância estratégica da floresta. Os especialistas, com dados objetivos, mostraram que a opção do governo militar brasileiro pela pecuária e agricultura intensiva na Amazônia era errônea e inviável.

Alguns especialistas defenderam a tese segundo a qual o extrativismo é 15 vezes mais rentável que a pecuária e cinco vezes mais que a agricultura. Berta Becker, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, sustentou que “é necessária a aplicação de um pluralismo tecnológico que associe preservação e desenvolvimento racional da região. a Amazônia não pode ficar intocada” (8)

Justifica-se a intocabilidade com o fato de a Amazônia ser o pulmão do mundo. Segundo Ignacy Sachs, “embora desprovida de qualquer fundamento científico, ela (esta metáfora) calou fundo nos ouvidos da opinião pública mal informada nos países industriais, servindo de pretexto a um punhado de fundamentalistas para pleitear a transformação da Amazônia numa mega-reserva natural. Para os mais exaltados, a perenização da vida no nosso planeta estaria condicionada por essa medida. Daí só vai um passo para sugerir a internacionalização da região e invocar o pretenso direito à ingerência ecológica com o intuito de salvar a floresta amazônica da devastação que está ocorrendo” (9).

Sobre este tema, sobre esta farsa ou manipulação, em 1989, em Campinas (8), os pesquisadores Schubart e Eneas Salatti, do INPE em São José dos Campos (SP-Brasil) esclareceram que “todo o oxigênio liberado pelas plantas durante a fotossíntese é utilizado por elas mesmas e pelos outros organismos vivos do ecossistema”. Os pesquisadores do INPE reconheceram, no entanto, que a Amazônia representa um grande filtro e sua destruição contribui para o aumento do dióxido de carbono (C2) na atmosfera. No entanto, o grande produtor de dióxido de carbono são as indústrias norte-americanas, país que, definitivamente, não se mostra disposto a tomar as medidas que se impõem para a construção de um sistema que proteja melhor o globo terrestre e a humanidade.

É evidente que, antes de mais nada, há que se pensar no ser humano, nas pessoas que vivem na Amazônia, vítimas cada vez mais indefesas, de um processo de desenvolvimento e de uma lógica que não toma em consideração seus interesses e necessidades. Ainda segundo Sachs (idem), a maioria dos 20 milhões (ou trinta?) de amazônidas vivem em condições extremamente precárias e, em certo sentido, caricatas, já que no dizer de Berta Becker, a Amazônia é uma “floresta urbanizada”. Cerca de dois terços da população se encontram nas cidades e pré-cidades constituídas por favelas e bairros periféricos perdidos no meio da imensidão das terras quase vazias e desaproveitadas».

Lamentavelmente, a Amazônia não é prioridade do Presidente Fernando Henrique Cardoso, como assinala Sérgio C. Trindade (10), nem, ao que consta de nenhum outro governante na região. Dívida interna e externa, déficits fiscal, reforma tributária, reforma da previdência social, reformas políticas, violência, crime, tráfico de drogas, disputas pelo poder consomem o tempo dos governantes da região.

O Tratado de Cooperação Amazônica teve fases dinâmicas que inclusive repercutiram sobre a UNAMAZ, selecionada para implementar as políticas de formação, de ciência e tecnologia na região, mas, atualmente, parece ter suas atividades bloqueadas pela falta de ratificação por dois ou três países da revisão dos termos do texto do documento de acordo firmado pelos países membros.

Foi tendo em vista o tratado que vários especialistas, entre eles José Seixas Lourenço, presidente de honra da UNAMAZ, Sérgio Trindade, Ramiro Ortega (Bolívia), Marcelo Tunes, Ignacy Sachs, Armando Dias Mendes, um dos fundadores da UNAMAZ, Rolando Zuleta e outros, desenvolveram idéias que foram utilizadas na preparação de um plano chamado Grande Amazônia 21, apresentado em 1997 numa conferência em Brasília de que a UNAMAZ foi uma das entidades promotoras.

Segundo Sérgio Trindade (9) “há um número de setores que seria essencial incluir na Agenda 21 da Grande Amazônia e que se beneficiariam de um enfoque regional ao invés de enfoques desordenados. Estes incluem o desenvolvimento de padrões mínimos de sustentabilidade na prospecção e exploração de petróleo, gás e outros minerais; gestão da pesca (que inclui espécies cujo ciclo vital percorre toda a bacia); manutenção da integridade do ciclo hidrológico (que é responsável por 50% da pluviometria da região); serviços de extensão, planos para infra-estrutura de transportes, telecomunicações etc. E desenvolvimento energético; saúde pública, educação, ciência e tecnologia. O temário deve incluir também o fortalecimento institucional não apenas do OTCA, de instituições nacionais ou individuais, mas de todo um conjunto de redes de capacitação regional”.

Devemos também assinalar que muitas destas idéias fazem parte de projetos já desenvolvidos pela UNAMAZ, uma associação que, graças a sua fidelidade ao desenvolvimento da região, alcançou grande prestígio no mundo inteiro, mas, que, nos últimos tempos, é preciso reconhecer, atrofiou-se, desapareceu de circulação, deixando confusos muitos dos que, em agências de desenvolvimento no mundo inteiro, olhavam para ela como esperança de ser o celeiro de onde idéias brotariam e recursos humanos se desenvolveriam para implementá-las. Recordo-me, por exemplo, dos debates durante a II Conferência Internacional sobre Desenvolvimento Sustentável nos Trópicos Úmidos, realizada em Belém, em maio de 1996, por ocasião da IV Assembléia Geral da UNAMAZ (10). Naquela ocasião, tínhamos tido a ocasião de chamar a atenção para a necessidade de se buscar a implantação, na Amazônia, de um modelo de desenvolvimento endógeno, "promovendo uma maior justiça social, um desenvolvimento sem ferir a natureza, buscando a eficácia e a melhoria de vida dos seres humanos, sem chacinas, sem violência, em clima de paz. Um cenário que permitiria efetivamente o apoio a projetos e instituições trabalhando no campo do meio-ambiente, no desenvolvimento de centros de pesquisa e a projetos comunitários que visam à utilização racional dos recursos da floresta".

Que pode fazer a UNAMAZ neste quadro, neste contexto? É evidente que, antes de mais nada, é necessário uma "sacolejada" geral que permita retomar uma dinâmica coletiva. É importante manter uma ação coletiva, internacional e regional, mas reforçada com a revalorização das vice-presidências nacionais, capazes de sentir de perto os problemas que enfrentam as instituições de educação superior e as populações amazônicas em cada país.

A este propósito, é de boa estratégia utilizar os resultados da Conferência Mundial sobre Educação Superior que se reuniu em Paris, em outubro de 1998, e que aprovou dois documentos básicos, uma declaração e um plano de ação para o desenvolvimento do ensino superior no mundo inteiro. Caso se queira resumir em duas palavras as recomendações desta Conferência, eu diria que ela mostrou que não há qualidade sem pertinência, ou seja, somente poder-se-á considerar que as instituições de educação superior exercem suas missões se suas ações visarem à construção de uma sociedade melhor e mais justa e isto em todos os níveis, local, nacional e internacional. Na base desta recomendação, encontramos a verificação feita durante os preparativos da Conferência de que antes de se pensar no tipo de instituição de ensino superior que se pretende desenvolver, cada país deveria decidir que tipo de sociedade quer construir.

E aí tocamos um ponto essencial, que falta hoje no mundo inteiro. Os países ricos tentam através de organizações internacionais, impor modelos de conduta e modelos de organização social baseados nos países anglo-saxônicos. Trata-se de uma manipulação grosseira, de uma farsa inaceitável. O modelo inglês produziu a crise das vacas loucas, onde governo e empresas britânicas agiram de maneira irresponsável provocando uma crise no sistema de saúde mundial, cujas seqüelas são difíceis de se imaginar, mas que podem levar ao desenvolvimento de uma pandemia incontrolável. Nas universidades, viu-se a transformação de muitas instituições inglesas em simulacros de empresas comerciais que buscam mais faturar que formar cidadãos e criar conhecimento. Nos Estados Unidos, sem mencionar o ridículo antidemocrático propiciado pelo resultado das recentes eleições presidenciais, analistas objetivos concluíam antes mesmo das eleições, que os «americanos se interrogam sobre seu modelo». Uma economia deficiente baseada em déficits colossais das contas

exteriores e uma dívida privada colossal, cidadãos estressados e pouco confiantes no futuro, uma população que come muito, mas come muito mal, minorias cada vez mais expostas à falta de assistência médica e que são submetidas a um sistema de educação deficiente em relação ao das classes favorecidas, um sistema onde o que vale é o ganho, e onde os princípios éticos e de respeito ao outro são cada vez mais vilipendiados (11).

Nossos dirigentes não têm sido capazes de elaborar projetos de nação sólidos, de conceber o que um dos fundadores da UNESCO, o filósofo francês, Jacques Maritain, chamava de “ideal histórico”. Ora, a Conferência Mundial sobre Educação Superior, no artigo 5o do ‘Marco referencial de ação prioritária para a mudança e o desenvolvimento do ensino superior’, na parte referente a ações prioritárias no âmbito de sistemas e instituições, recomendou:

-“Cada instituição de educação superior deve definir sua missão de acordo com as necessidades presentes e futuras da sociedade, na consciência de que a educação superior é essencial não somente para que qualquer país ou região alcance o nível necessário de desenvolvimento econômico e social sustentável e saudável com relação ao meio-ambiente, mas essencial também para o cultivo da criatividade cultural baseada no conhecimento e compreensão da própria tradição cultural, para o aumento do padrão de vida, assim como para a promoção da paz e da harmonia interna e internacional com base nos direitos humanos, na democracia, na tolerância e no respeito mútuo. Estas missões devem incorporar o conceito de liberdade acadêmica, tal como definido na Recomendação referente à Situação do Pessoal Docente em Educação Superior, aprovada pela Conferência Geral da UNESCO em novembro de 1997”.

A Conferência Mundial sobre Educação Superior constituiu-se no fórum mais importante sobre o tema realizado durante o século XX. Quase cinco mil pessoas participaram do encontro. Mais de 180 países estiveram em Paris para debater os problemas da educação superior no final do século e no alvorecer do século XXI. Toldas as associações importantes de universidades, professores e estudantes estavam presentes, assim como várias organizações não governamentais direta ou indiretamente vinculadas ao ensino superior. Mais de 120 ministros presidiam as delegações oficiais e os dois documentos de base – a Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI e o Marco Referencial de ação prioritária para a mudança e o desenvolvimento do ensino superior foram aprovados por consenso pelas unges, associações as mais diversas e os governos de mais de 180 países.

Para as instituições que integram a UNAMAZ e para a própria UNAMAZ esta decisão da CMES é altamente oportuna. Pode dar legitimidade à instauração de um debate que não se limitará a aspectos burocráticos de uma organização –no caso a UNAMAZ- que necessita, na opinião de todos, ser revitalizada. Vai muito além. Dará oportunidade de promover-se um debate com os governos, incluídos os parlamentos, com associações representativas da sociedade civil, sobre os modelos de desenvolvimento necessários aos países da região, sobre a ação que estes países devem tomar conjuntamente para reforçar a cooperação regional com vistas à construção de uma identidade regional e, além do mais, permitirá que se analise o papel da educação superior na construção de um processo de desenvolvimento justo na Amazônia.

Esta tarefa é essencial. Evidentemente, não impede que medidas urgentes sejam tomadas para reforçar a atuação da UNAMAZ. Nesta linha, citaria algumas, somente a título de exemplo:

- 1 Reforço do secretariado para ações conjuntas na região, inclusive junto ao Tratado do Pacto Amazônico.
- 2 Transformação em projeto da idéia apresentada em Manaus, sob a coordenação do Professor Alexandre Rivas, sobre "viabilização tecnológica da educação à distância visando ao desenvolvimento sustentável da Amazônia" e que poderá ser implementado em parceria com a rede GUS –Global University System, presidida por Tapiro Varis (Finlândia).
- 3 Desenvolvimento de projetos de doutorados compartidos na esfera iberoamericana, em acordo com várias instituições, entre elas o Conselho de Reitores das Universidades Espanholas.
- 4-** Extensão a todos os países amazônicos, através da utilização de novas tecnologias e do ensino a distância, de doutorados como o de meio ambiente desenvolvidos pelas Universidades Federal do Pará e de Rondônia, no Brasil.
- 5-** Participação ativa da UNAMAZ no seguimento da Conferência Mundial sobre Educação Superior através do Fórum UNESCO-UNU, cujo secretariado está baseado em Barcelona. Reativação, com este fim, das atividades do SIAMAZ, Sistema de Informações da Amazônia.
- 7 Desenvolvimento de um programa de formação de professores do ensino básico, primário e secundário, através de acordo com o Programa Anchieta de Cooperação Interuniversitária.
- 8 Retomada de projeto de saúde ambiental na Amazônia, desenvolvido em parceria com a UNESCO e CIID do Canadá.

REFERÊNCIAS

- 1)- Dias, M.A.R.- “Oportunidades para o desenvolvimento do aprendizado e telemedicina à distância na Amazônia:uma visão brasileira” –Conferência no simpósio sobre o ensino do desenvolvimento sustentado a distância e telemedicina para a Pan-Amazônia- Manaus 31 de maio a 2 de junho de 2000- UNAMAZ e GUS – Global University System
- 2) Buarque, Cristóvam- “O mundo para todos” in ‘O Globo’ 23.10.2000
- 3) “O petróleo é nosso – A floresta é nossa”- Bundas, Ano 2, número 12, 31 de outubro de 2000. Título da primeira página: “Os gringos querem nos tomar a Amazônia – Aqui, ó!”
- 4) Inciyan, Erich- “Les recettes du trafic de stupéfiants représentent 8% du commerce mondial, selon l’ONU” – Paris, 27 juin 1997- Le Monde
- 5) Adrian, Bruno- “La drogue en Amérique latine”- Paris, 25 novembre 1993, Le Monde.
- 6) Gazeta Mercantil latino-americana, São Paulo, Brasil, 23 a 29 de Segurança: “Os países americanos divulgam união – IV Conferência Ministerial da Defesa das Américas elegeu o inimigo do hemisfério: o narcotráfico”.
- 7) La Documentation française –“Problèmes d’Amérique latine”, no. 34, juillet/septembre 1999 (“Colombie: une guerre contre la société”).
- 8) Dias, M.A.R. –“La educación superior para la paz y la misión de la universidad en el siglo XXI” – capítulo do livro ‘Cumbre iberoamericana de Rectores de Universidades Estatales1- Santiago de Chile 1999, pgs. 259 a 291
- 9) Jornal da Unicamp- Campinas, dezembro de 1989- “A Amazônia no centro da discussão”
- 10- Sachs, Ignacy- “Amazônia: problema e soluções”- in Politica Externa, vol. 9, no. 2, setembro-novembro de 2000.
- 11 Dias, M.A.R. – “O papel da ciência e da tecnologia no desenvolvimento sustentável da Amazônia” em Educação Ciência e Tecnologia”: bases para o desenvolvimento sustentável da Amazônia – Luis E. Aragón, organizador- série Cooperação Amazônica no. 19 -Belém, Unamaz, 1997
- 12 Delattre, Lucas- “Les américains s’interrogent sur leur ‘modèle’- Le Monde - 6.11.2000

DOCUMENTO NÚMERO 13

MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO HUMANO: UMA VISÃO INTERNACIONAL

Fórum Amazônico de Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano- Manaus, 05 e 06 de junho de 2002- organizado por GUS, UNAMAZ e Universidade Federal do Amazonas sobre “o ensino do desenvolvimento sustentado à distância e Telemedicina para a Amazônia” - Versão não editada nem revisada

INTRODUÇÃO

Ao ser convidado para vir a Manaus tratar de um tema tão complexo como “Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano na Amazônia: uma Visão Internacional”, decidi folhear algo da vasta literatura existente sobre a Amazônia. Devo confessar que me assustei um pouco e pensei mesmo em renunciar ao honroso convite que me fieram os organizadores deste encontro. Evidentemente, a primeira indagação foi: não sendo especialista em assuntos da Amazônia e dispondo de uma documentação tão vasta, que temas selecionar para esta reunião?

É verdade, devo assinalar, que minha tarefa foi facilitada quando o Professor Alex Rivas me esclareceu que os organizadores desejavam, de fato, era a de que, repetindo experiências semelhantes, sobretudo através de ações com a UNAMAZ, fosse apresentada uma mensagem capaz de configurar um quadro conceitual em que situar as ações dos estabelecimentos de ensino superior e de outras instituições que colaboraram para o desenvolvimento da Amazônia. Exposições técnicas aprofundadas ficam a cargo de especialistas no tema.

Não quis, apesar disso, fazer como o personagem de uma história que circula em Paris e que já tive a oportunidade de contar em vários lugares.

Um jornalista famoso de um jornal famoso foi a Pequim, conseguindo ser recebido pelo Primeiro Ministro da China, que lhe fez quatro perguntas:

-Quando o senhor chegou a nosso país? Cheguei ontem, disse o jornalista.

-E a primeira vez que o senhor vem à China? Sim, é a primeira vez, respondeu o jornalista famoso.

-Quanto tempo o senhor vai ficar no país? continuou o primeiro-ministro. Regresso amanhã, esclareceu o jornalista.

-E qual é o objetivo de vossa viagem? indagou ainda o Primeiro Ministro. Escrever um livro sobre a China respondeu, sem titubear o jornalista famoso.

-Ah, disse perplexo, o primeiro-ministro. O senhor vem aqui pela primeira vez, fica apenas três dias e vai escrever um livro sobre um país tão imenso, com uma população de mais de 1 bilhão de pessoas, com mais de cem etnias, em suma um país de uma complexidade sem igual. Qual vai ser o título do livro?

- Mais uma vez sem titubear, o jornalista respondeu: "CHINA, ONTEM, HOJE E AMANHÃ".

Chamou-me também a atenção a necessidade de se evitar lugares comuns ou de ater-se a mitos sobejamente repetidos sobre a Amazônia. A este propósito, revendo meus arquivos, encontrei cópia de um discurso do paraninfo da turma de formandos em Ciências Biológicas (Ecologia, Botânica, Biomedicina, Biologia Animal e Biologia Molecular) da Universidade de Brasília em dezembro de 1979, há quase um quarto de século.

O paraninfo dizia coisas bonitas:

-"Nossos formandos escolheram a área de Ciências Biológicas e, portanto, preocupam-se com os seres vivos e com os fenômenos e as leis que os regem e, ainda, com todos os tipos de interrelacionamento entre os seres vivos e entre estes e o meio físico onde vivem.

"A mensagem de conservação da natureza que propõem neste final de curso não é retrógrada. Ao contrário, é progressista na medida em que se dispõem a preservar bens que devem ser utilizados sem que seu uso provoque destruição, com prejuízo para gerações futuras".

O texto prosseguia com comentários sobre a realidade da Amazônia brasileira da época e é interessante ouví-lo.

"O que se passa, no Brasil, atualmente, apesar de esforços setoriais, é de estarrecer. Os fatos são conhecidos, mas não custa lembrar.

"Hoje, legiões de tratores Caterpillar D-9, os jumbos ou DC-9 do terreno, destroem áreas imensas, todos os dias. Em alguns lugares, tratores gigantes, unidos entre si através de grossas correntes, arrastam o que encontram pela frente, arrancam árvores com raízes e tudo, destruindo todo um sistema ecológico e deixando exposto o fino solo tropical. O que sobra, vira fogueira perceptível a quilômetros de distância. **Há quem calcule que, a prosseguir este ritmo de exploração predatória -e nada impede que ele venha a ser intensificado- a floresta amazônica poderá estar destruída dentro de 35 anos".**

A ser verdadeira esta afirmação, a floresta amazônica, a partir de agora, duraria pouco mais de dez anos. No entanto, segundo dados fornecidos, há cerca de cinco anos, por Miguel Clusener, da UNESCO, pesquisas mostrariam, naquela ocasião, que a destruição da floresta teria atingido, hoje, cerca de 10% de seu total. Assim, agora, ninguém teria a coragem de repetir uma afirmação como a do paraninfo dos estudantes de Brasília vinte anos atrás. Naquela época, no entanto, tal extração se justificava. Se é verdade o que diz Pedro Lisboa, na revista da SBPC, "Ciência Hoje" (número especial sobre a Amazônia de dezembro de 1991), que a floresta amazônica dispõe de 260 milhões de hectares e, se são exatos também os dados apresentados por Christopher Uhi e Robert Buschbacher, na mesma revista, mostrando a aceleração geométrica do desmatamento entre 1973 e 1978, o cenário catástrofe deste discurso era correto.

No entanto, Uhi e Buschbacher revelam que o índice de desmatamento reduziu-se significativamente entre 1979 e 1984, comparado com o período imediatamente anterior. Uma crise financeira mundial, de um lado, a constatação pelas multinacionais de que o lucro que obtinham nas fazendas devastadas na Amazônia não era tão grande, tiveram como efeito a diminuição da destruição. Em outras palavras, a floresta teria sido salva pela crise financeira...mas –e esse fator é preocupante- ela teria se intensificado mais tarde, sobretudo nos últimos anos.

Evidentemente, esta conclusão é simplista. A crise foi um dos fatores. Hoje, no coração da Amazônia, pretendo ser mais prudente e deixar as afirmações categóricas para os especialistas. Devo acrescentar -creio que isto já está claro- que era eu mesmo quem parabenizava os formandos de Brasília. Num discurso em que aproveitava para criticar o modelo econômico da época, deixei-me levar pela emoção plenamente justificada, expressando a rejeição a um sistema que, antes de tudo, era anti-democrático e, portanto, inaceitável.

Em realidade, estou de acordo com Ignacy Sachs que, em várias ocasiões, falando sobre o desenvolvimento na Amazônia, se refere aos diversos mitos em relação a esta região do mundo, mitos que a ciência destruiu mas que não impedem por exemplo que muita gente tente impedir sua população de promover o desenvolvimento, insistindo sobre a função da Amazônia como um grande filtro para que mais de 500 milhões de carros possam continuar, sobretudo nos países industrializados, a consumir em excesso as energias fósseis, impedindo que a população amazônica se beneficie de seu território e de suas riquezas.

A Amazônia, na esfera internacional, é muito comumente apresentada através de mitos. Mas, os mitos às vezes, vêm acompanhados de realidades. Alguns exemplos:

1- A Amazônia é o pulmão do mundo e o deflorestamento cria problemas para toda a humanidade. A Amazônia não é o pulmão do mundo diz Alberto Setzer, pesquisador do INPE (O Estado de São Paulo, 02.05.89). Mas, esclarece o pesquisador, se a floresta amazônica for destruída teremos problemas de toda ordem, particularmente no campo hidráulico. Com ele concorda Emanuel Soares de Almeida, pesquisador do Museu Goeldi («A outra face da internacionalização da Amazônia» – O Liberal- 30.04.89). Para o pesquisador do Goeldi, quarenta por cento de nossos grandes e médios rios possuem formadores fora de nossas fronteiras e se nossos vizinhos promovessem também a poluição mercurial e o desmatamento indiscriminado nessas nascentes, nós seríamos drasticamente atingidos».

2- O deflorestamento seria responsável pelo efeito de estufa. Em realidade, segundo dizia o Embaixador Geraldo Eulálio do Nascimento e Silva («Amazônia, antes nossa» - Jornal do Brasil, pg.9, 05.11.90), os países industrializados são responsáveis por mais de 80% da poluição do mundo. Esta poluição é provocada, em grande parte, pela chuva ácida e pela destruição da camada de ozônio, fato que torna inaceitável a decisão do Presidente Bush de denunciar o Protocolo de Kioto, que visa justamente a reduzir a emissão de gazes que provocam o efeito de estufa.

3- Além disso, o deflorestamento estaria provocando mudanças climáticas por toda a parte. Quando o assunto é Amazônia nas conversas de salão européus ou norte-americanas, esta afirmação está sempre presente, sobretudo se os interlocutores sabem que há um brasileiro participando do encontro. No entanto, segundo Di Castri, ex-diretor do Laboratório de Ecologia do CNRS da França e ex-diretor para o meio ambiente na UNESCO, a deflorestação representa apenas 10% entre os elementos capazes de provocar mudanças no clima mundial. É muito menos que a influência da poluição provocada pelos combustíveis fósseis usados pela indústria.

4- A construção de represas e de estradas é fatal para a floresta, provoca destruições e afeta sempre negativamente o meio ambiente. Sabe-se da história do encontro do Presidente Bush –não este que está aí, seu pai- que, nos anos oitenta, recebendo um primeiro ministro do Japão indagou que história era aquela de japoneses financiarem a construção da BR 364, em direção de Rondônia. Segundo as más línguas, o que Bush não queria era o estabelecimento de uma saída brasileira para o Pacífico, melhorando as condições de concorrência dos produtos nacionais com os norte-americanos. A estrada foi construída e, segundo se diz, sem prevenir possíveis danos para o meio ambiente. O resultado teria sido que, em sete anos, a área deforestada passou de 1 a 5 milhões de hectares, o que representaria um quarto da área da Rondônia. Em outras palavras, o mito, para desventura nossa, torna-se realidade. Em verdade,

construção de represas e de estradas podem não ser prejudiciais se respeitadas normas que, hoje, todos os especialistas e responsáveis políticos conhecem.

5- A bauxita usada para produzir o alumínio tem uma reserva de 2.5 bilhões de toneladas na Amazônia (11% da reserva mundial), concentrada no Pará. As reservas de ferro em Carajás são estimadas em 20 bilhões de toneladas – a maior concentração de minério de ferro de alto teor do mundo. O país investiu US\$ 3 bilhões no projeto de Carajás e, já no início dos anos 90, tinha um retorno de 1.2 bilhões de dólares anuais com a exportação de cerca de 100 milhões de toneladas anuais. Mais de 86% do estanho produzido no Brasil está na Amazônia, fazendo o Brasil ocupar o quarto lugar no ranking mundial, fatos capazes de desfazer completamente a ilusão de muita gente no Sul que, até pouco tempo atrás, imaginava que ao Brasil nem a Amazônia, nem o Nordeste fariam falta em caso de secessão. No entanto, cabe perguntar, qual foi o benefício de tudo isto para a região! A região amazônica também apresenta um alto potencial de reservas de diamantes e pedras semi-preciosas. Mas, os dados são controvértidos: enquanto o Brasil é reconhecido internacionalmente como uma das três mais importantes províncias de pedras preciosas do mundo, as exportações brasileiras não ultrapassam ps \$100 milhões, dentro de um mercado estimado em \$ 4 bilhões. Estima-se, no entanto, que 60% das gemas coloridas do mundo provenham do Brasil. **Em realidade, há algo de errado em tudo isto. Deveria ser matéria para reflexão para a equipe econômica do governo federal. Tem dinheiro saindo pelo ladrão, parece não haver lugar para dúvidas** (dados extraídos de artigo de Sérgio Adeodato- JB 04.11.90- IBGE faz o primeiro mapa das riquezas da Amazônia).

MODELOS DE DESENVOLVIMENTO

É necessário enfatizar, neste momento, que é preciso sempre ter-se em vista o modelo de desenvolvimento que se busca construir. Se alguma coisa conta esta experiência drástica dos anos 70, quando a destruição era realmente escandalosa, é que tudo era resultado de um esquema econômico social, onde somente o lucro contava, e de um sistema político -uma ditadura- onde a opinião pública era apenas objeto passivo da ação de grupos tecnocratas e militares.

Fala-se muito em modelos e em cenários nos dias de hoje. Ninguém ousa defender diretamente o cenário catástrofe dos anos setenta, mas ele existe. E pode se concretizar por duas formas, ambas prejudiciais:

- uma é a repetição dos anos setenta, um desenvolvimento sem freios, em que a concentração de renda é um objetivo claro e definido, em que os interesses das populações das cidades, dos campos, das florestas não seja tomada em consideração. Vigorando este modelo, veríamos a intensificação de queimadas sem controle, a pecuária se alastrando, monoculturas visando exclusivamente a exportação, extração de madeiras indiscriminada por madeireiras internacionais, multiplicação de grandes barragens sem que medidas de proteção ao meio ambiente sejam tomadas, mineração e garimpo predatórios.
- Outra se configura por uma divisão internacional do trabalho, de responsabilidades, em que se deixaria para a Amazônia a função de permanecer como uma reserva intocável da humanidade. De novo, os direitos e interesses das populações da região não seriam tomadas em consideração.

Haveria outros cenários?

No quadro de uma nova ordem internacional que se constrói a partir de 1989, muitos buscam desenvolver um modelo que poderia ser implantado em nível mundial e que teria como repercussão na Amazônia o deixá-la como exportadora de matérias-primas e recursos naturais para alimentar a retomada do desenvolvimento nos países industrializados. É uma variante dos modelos acima e que, evidentemente, não pode interessar a quem vive nesta região. A Amazônia, nesta hipótese, exploraria, inclusive, seu potencial bio-energético, que se transformou nos últimos vinte anos em um dos setores de maior interesse no mundo inteiro. Isto alias já se faz parcialmente, pois o que se vê no momento são firmas multinacionais agindo impunemente na Amazônia, no Pantanal, em regiões da África e da Ásia, recolhendo o saber das populações autóctones e patenteando produtos naturais para cuja existência em nada contribuiram. De outro lado, assiste-se, agora, a uma investida séria da Organização Mundial do Comércio empurrada por um pequeno grupo de países anglo-saxônicos, em particular Estados Unidos, Austrália e Nova Zelândia, que buscam regulamentar e colocar sob a égide desta organização tudo o que possa ser considerado como serviços, incluindo-se aí, em particular o que chamam de serviços de educação e os que são relativos ao meio ambiente.

No campo da educação, uma reação a esta iniciativa se desenvolve em todas as partes do mundo. Em setembro de 1999, organizações universitárias dos Estados Unidos e da Europa enviaram a seus governos uma nota contrária à proposta da OMC de «incluir o ensino superior» como um dos doze setores de serviço incluídos no Acordo Geral de Comércio de Serviços aprovado em 1994.. Em fevereiro de 2002, uma das mesas redondas do Fórum Social de Porto Alegre também se manifestou sobre a questão e, mais recentemente, em abril passado, reitores ibero-americanos reunidos em Porto Alegre, depois de reafirmar sua adesão aos princípios da CMES de Paris, em 1998, alertara «a comunidad universitária e a sociedade em geral sobre as consequências nefastas dessas políticas (as promovidas pela OMC) e requereram aos governos dos países ibero-americanos «que não subscrevam compromissos nesta matéria no contexto do Acordo Geral sobre Comércio de Serviços».

Em realidade, casos os países aceitem as propostas que se discutem nos dias de hoje em Genebra, o pouco de soberania que resta aos países, aos países em desenvolvimento em particular, vai evaporar-se como água no verão desértico. Não só a educação, mas as comunicações, o meio ambiente, os serviços financeiros, os serviços de saúde, os serviços culturais e de turismo (este também de grande interesse nesta região), os de transporte, em suma tudo que possa ser definido como serviço, serão submetidos às regulamentações da OMC, podendo-se legitimamente perguntar para que servirão os governos que serão eleitos este ano em países tão diversos como Brasil, França e Equador.

A visão dos que pretendem deixar a América Latina e, em particular a Amazônia, apenas como exportadora de matérias primas é aceitável?

O potencial exportador da Amazônia ainda não foi definitivamente dimensionado. Faz pouco tempo, um secretário de Estado de Tocantins falava, com entusiasmo, dos benefícios que traz para o Estado a exportação de sementes de guaraná. A Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, num campo comum à Amazônia, implantou, no início dos anos 80, uma criação de jacarés que, além de permitir a manutenção de um fluxo de animais que garante a

sobrevivência da espécie, lhe permite explorar a carne e a pele destes animais, produzindo recursos para a pesquisa e docência universitárias.

A título que poderia parecer exótico, vou lhes contar mais uma história, que pode servir para ilustrar o tema que nos entretém. Um dia, em Paris, recebendo amigos em casa, alguém pediu um Kir, aperitivo tradicional francês feito com a mistura de vinho branco ou champagne (Kir royal) com um xarope de cassis, uma groselha européia preta. Não dispondo de xarope de cassis (creme de cassis), lancei mão do xarope de guaraná, destes vendidos nos supermercados e drogarias, e ofereci o Kir da Amazonia (vinho branco com xarope de guaraná) e Kir cacique da Amazônia (champagne com xarope de guaraná). O sucesso foi total e, além do mais, no dia seguinte, as esposas de nossos amigos telefonaram para pedir a receita...

A história é real e divertida, eu sei, quem quiser usar a fórmula, pode fazê-lo sem perigo de ter de pagar "royalties", mas deve fazê-lo rápido antes que norte-americanos ou europeus patentem a idéia e aí sim passem a cobrar royalties por sua utilização...No entanto, devemos devemos aprofundar a análise, recordando que, **para a Amazônia, para sua população, o modelo exclusivamente exportador não é o melhor. Por que, em lugar de apenas fornecer matéria prima, não montar por aqui mesmo, sob controle dos que aqui vivem, uma indústria baseada na riqueza da biotecnologia e nos insumos fármacos, cosméticos, produtos agroindustriais tropicais?**

Por que não estimular um modelo de desenvolvimento que preveja: existência de reservas extrativistas, desenvolvimento na região da biotecnologia, zoneamento racional das atividades agrícolas, pecuárias e de mineração combinadas com a recomposição e o reflorestamento, a construção de hidrelétricas de médio e pequeno porte, investimentos em energias alternativas como a solar e a que é proveniente do gás natural?

Não é necessário ser um especialista em biotecnologia para saber que esta abre perspectivas extraordinárias para a Amazônia. Basta visitar os mercados populares em Manaus e Belém ou alimentar-se em restaurantes típicos da região para se dar conta disto. Quantos produtos famacológicos, cosméticos ou alimentares não podem ser desenvolvidos industrialmente com base nestas riquezas naturais? Ignacy Sachs menciona, com razão, a possibilidade de existência de uma civilização industrial do vegetal.

A questão não é nova, mas a ênfase, agora, deve ser dada à busca de propostas nesta linha, nesta orientação, e assegurar que servirão ao desenvolvimento endógeno da Amazônia. Parece claro que, à luz do que acaba de ser visto, será necessário desenvolver mais que no presente uma colaboração entre brasileiros, latino-americanos, africanos e asiáticos, e que vise a:

- a) desenvolver recursos renováveis dos eco-sistemas florestais no trópico úmico;
- b) romper com o modo de exploração predatória;
- c) desenvolver reservas extrativas como polos de desenvolvimento endógeno.

UMA NOVA ORDEM MUNDIAL

Mas não nos esqueçamos também do quadro político e conceitual em que todas estas operações se inscrevem. Todos os problemas que acabamos de mencionar provêm de uma **concepção da globalização** que se resume a colocar ao serviço de uma minoria de países e de indivíduos os resultados dos avanços científicos e tecnológicos. Uma outra globalização é possível?

Em 1993, o Wider -World Institute for Development Economics Research- da Universidade das Nações Unidas, situado na Finlândia, publicou um documento em que seus autores apresentam as seguintes características para o novo regionalismo, elemento importante na construção de uma globalização diferente:

- Enquanto o antigo regionalismo se estabelecia no contexto de um mundo bi-polar, o novo toma sua forma em uma ordem internacional multipolar;
- Enquanto o antigo regionalismo provinha do exterior e vinha do alto, o que significava que era estimulado pelos super-poderes, o novo é originário de um processo mais espontâneo que tem sua fonte em seu interior, o que significa que os Estados autônomos são seus principais atores;
- Enquanto o antigo regionalismo era específico com respeito a seus objetivos, o novo é mais amplo e resulta de um processo multidimensional.

Tudo isto justifica uma ação e uma intervenção dos estabelecimentos de ensino superior, que, ao exercerem sua função crítica, deveriam analisar o contexto em que se situa a tendência ao regionalismo. Isto implica uma análise crítica da globalização e de seus impactos na nova sociedade. Isto implica um posicionamento coerente em situações concretas como a que enfrenta atualmente a Argentina. Como explicar, por exemplo, que o FMI e outras agências se recusem a colaborar com a Argentina, neste momento, quando para outros países não faltam recursos?

Isto requer também a necessidade de participação das instituições em associações que não sejam apenas clubes de amigos para favorecer o turismo cultural acadêmico, mas sirvam, isto sim, para promover debates e ações conjuntas para a constituição de uma sociedade melhor.

Assim, organizações como o CSUCA, na América Central, o Grupo de Montevideo, no sul da América Latina e outras devem continuar a participar ativamente e objetivamente dos estudos para a definição de uma nova globalização que guarde lugar para o desenvolvimento regional. No caso da Amazônia, a UNAMAZ – Associação das Universidades Amazônicas-bem coordenada e servindo a todos seus segmentos- teria um lugar privilegiado. Quais seriam as bases para uma nova globalização? Aí há matéria para longas discussões, mas levando-se em consideração debates sobre o tema, um ponto de partida poderia ser baseado em pontos como os seguintes:

- a) **inicialmente, deve-se buscar uma nova fórmula para o tratamento da dívida externa de todos os países** pobres mas também dos países chamados em

desenvolvimento ou os emergentes que deveriam ser estimulados e, em certos casos, orientados para a busca de solução a seus problemas de base. Em outras palavras, é moralmente aceitável que ministros de finanças e governos enviem para os banqueiros como faz o Brasil, todo o mês, mais de 1.5 bilhão de dólares, enquanto grande parte da população não dispõe de condições mínimas de sobrevivência e a educação, em particular, não dispõe dos recursos necessários a seu pleno desenvolvimento?

- b) **Promover o acesso destes países ao mercados dos países ricos sem protecionismo.** A União europeia, muitas vezes demagogicamente, busca mostrar-se como uma alternativa para a opressão econômica norte-americana na América Latina, mas, em matéria de protecionismo, age igual que os norte-americanos e muitas vezes, nas instâncias internacionais, se submete a seus ditames, como fizeram vários países na questão da demissão do Embaixador Bustani.
- c) **Promover igualmente o acesso destes países às decisões que são tomadas em organismos como o Banco Mundial, o FMI, a Organização Mundial do Comércio,** atualmente controlados pelos Estados Unidos e pelos países mais ricos do universo;
- d) **Reforçar a colaboração, em todos os níveis, entre os países que têm semelhanças culturais, econômicas ou geográficas e entre instituições de ensino superior** para poder enfrentar os mais poderosos. Na América Latina, grupos como o Pacto Andino, o Pacto Amazônico, o Grupo de Montevideo e, agora, o espaço ibero-americano resultante da ação das reuniões de cúpula dos chefes de estado poderiam abrir perspectivas de cuja discussão os estabelecimentos de ensino superior não deveriam aceitar estar ausentes.
- e) no momento presente, colaborar com países como a Argentina que, sem apoio e solidariedade de seus vizinhos, dificilmente poderá enfrentar os que, agora, direta ou indiretamente têm em mãos os instrumentos que podem servir para resolver a situação de crise. Isto, além do mais, é condição de sobrevivência para toda a região. Em realidade, estruturalmente, o que se passa na Argentina, poderá se repetir em outros países. O próprio FMI, apenas algumas semanas atrás, dizia-se “preocupado” com o alto nível de endividamento externo do Brasil, que, atualmente estaria em torno dos 240 bilhões de dólares.

Por sua vez, num documento de apresentação de seus programas, a Universidade das Nações Unidas se refere ao tema da globalização, mencionando estudos sobre o tema desenvolvidos em seu instituto para o estudo de problemas econômicos globais, o WIDER, situado em Helsinki, na Finlândia, onde se definem como os aspectos de desequilíbrio da globalização podem e devem ser corrigidos.

Um outro cenário seria, então, possível, implicando o desenvolvimento endógeno, promovendo uma maior justiça social, um desenvolvimento sem ferir a natureza, buscando a eficácia e a melhoria de vida dos seres humanos, sem chacinas, sem violência, em clima de paz? Um cenário que permitiria efetivamente o apoio a projetos e instituições trabalhando no campo do meio-ambiente, no desenvolvimento de centros de pesquisa, e a projetos comunitários que visam à utilização racional dos recursos da floresta.

UM QUADRO CONCEITUAL PARA O ENSINO SUPERIOR

Este cenário é possível, perguntamos uma vez mais.

Não cabe aqui, agora, fornecer receitas. Gostaria apenas, neste momento, de recordar que, a partir de 1989, muitos anunciaram uma nova ordem mundial, que, em realidade, nada tinha de novo e que era baseada na dominação dos mais fracos pelos mais fortes e numa visão monolítica da sociedade.

Justamente por isso, as Nações Unidas lançaram uma reflexão que levou à elaboração de dois documentos básicos e complementares: **a Agenda para a Paz**, que é completada por um movimento lançado pelo ex-diretor geral da UNESCO, Federico Mayor, o do desenvolvimento de uma cultura da paz e a **Agenda para o Desenvolvimento**, que lança as bases de um modelo fundamentado na eliminação ou pelo menos redução da pobreza e da exclusão, no respeito ao meio ambiente e na formação de recursos humanos. Todas as grandes conferências organizadas pelas Nações Unidas nos últimos anos, sobre meio-ambiente, desenvolvimento social, participação das mulheres no processo de desenvolvimento, habitação, configuram um detalhamento dos princípios contidos nestes dois documentos de base.

É importante notar que a "Agenda para o Desenvolvimento" reconhecia, de maneira enfática, a função da comunidade acadêmica como essencial para se atingir este desenvolvimento dentro de um clima de paz.

"A comunidade científica forma uma rede global, compartindo certos interesses fundamentais, aiores e padrões. ma comunidade que tem uma função primordial a exercer na solução dos grandes problemas do desenvolvimento", dizia o documento da ONU.

Consciente deste fato, a comunidade acadêmica universal desenvolveu, desde os anos 80, uma grande reflexão sobre a missão do ensino superior na passagem do século XX ao século XXI, que teve como ponto supremo a Conferência Mundial sobre o Ensino Superior que, em 1998, levou a Paris cerca de cinco mil pessoas, representantes de mais de 180 países, com 125 ministros presidindo as delegações oficiais.

Partindo de uma análise de situação real do ensino superior em todas as regiões do mundo (constatação de problemas específicos e de problemas comuns como o da massificação e a diminuição de recursos), chegou-se à conclusão da necessidade de ações visando à melhoria da RELEVANCIA, da QUALIDADE e da COOPERAÇÃO INTERNACIONAL no ensino superior.

Uma síntese dos resultados da CMES dá, hoje, um quadro conceitual para todos os que vejam a educação superior como um bem público e que queiram colaborar com um processo de desenvolvimento que vise à construção de um mundo melhor.

- O acesso ao ensino superior deverá ser aberto a todos em plena igualdade em função de seu mérito. Nenhuma discriminação pode ser admitida. A participação das mulheres deve ser reforçada.
- A missão principal do ensino superior, hoje, é a de educar cidadãos, oferecendo-lhes um espaço permanente de aprendizagem de alto nível.
- Os estabelecimentos de ensino superior devem desenvolver sua função crítica através da verdade e da justiça, submetendo todas suas atividades à exigência do rigor ético e científico. Para isto, as liberdades acadêmicas e a autonomia são indispensáveis.
- A qualidade do ensino superior é um conceito multidimensional que deve englobar todas suas funções e atividades. **Ter-se-á um cuidado especial em fazer progredir os conhecimentos através da pesquisa.**
- Os estudantes devem estar no centro das preocupações dos que tomam decisões em nível nacional e institucional. São eles os protagonistas essenciais num processo de renovação do ensino superior.
- Na perspectiva da educação ao longo da vida, é essencial diversificar os sistemas, as instituições e programas de estudo. Uma política vigorosa de aperfeiçoamento do pessoal se impõe.
- **O ensino superior deve tirar todo benefício das novas tecnologias, em particular das novas tecnologias de informação cujo acesso deve ser o mais amplo possível no mundo inteiro.**
- **O ensino superior deve ser considerado um bem ou serviço público**
- A dimensão internacional do ensino superior faz parte de sua qualidade e a implantação de redes cuja ação se fundamente na solidariedade e na igualdade entre os membros deve ser estimulada e tornar-se um instrumento principal das instituições e sistemas.
- A pertinência deve medir-se pela adequação entre o que fazem os estabelecimentos de ensino superior e o que espera deles a sociedade. **Neste marco, a pertinência, a participação na busca de solução aos grandes problemas da sociedade**, uma integração com o mundo do trabalho onde as necessidades das sociedades sejam consideradas prioritárias e uma contribuição ao desenvolvimento do conjunto do sistema educacional são essenciais na ação dos estabelecimentos e dos sistemas de ensino superior. Mas, devem sempre fundamentar suas orientações a longo prazo em função dos objetivos e necessidades da sociedade, incluindo-se aí o respeito das culturas e a proteção do meio ambiente.

FUNÇÃO DA EDUCAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO

No início dos anos noventa, já se dizia que "um dos desafios econômicos críticos com que se defrontam muitos países, compreendidos os mais industrializados, é o de como aumentar sua capacidade para adaptar-se às mudanças que se produzem na economia, na tecnologia e no comércio internacional. O ritmo e a profundidade dessas mudanças não têm precedente e afetam muitos campos da atividade humana. Criam novas oportunidades, mas também colocam muitos problemas, sobretudo para o mundo do trabalho. As novidades neste âmbito vão além dos habituais altos e baixos das questões econômicas. Também se entende cada vez melhor que as repercussões da mudança econômica e tecnológica é tal que não se enfrentam a tempo e de maneira adequada, podem desencadear toda uma série de problemas sociais e políticos com inevitáveis consequências locais, nacionais, regionais e internacionais. Espera-se muito do ensino e da formação para enfrentar estes imperativos de mudança".

Em realidade, deve-se sempre levar em consideração que a "repercussão do desenvolvimento tecnológico, especialmente em informação e comunicações, é de tal magnitude que todos os países, independentemente de seu nível de desenvolvimento industrial, têm que utilizar normas e equipamentos mundialmente aceitos. .

Para se alcançar uma mudança de paradigma, é necessário dispor de uma opinião pública conscientizada e é necessário que a sociedade saiba onde quer ir nestes domínios. A importância da educação e da comunicação é enorme neste contexto. Não é inútil relembrar, então, que os especialistas em educação relativa ao meio ambiente constumam indicar três objetivos principais para qualquer ação educativa neste campo:

- ajudar a tomar consciência clara da interdependência econômica, social, política e ecológica nas zonas urbanas e rurais;
- dar a cada um a oportunidade de adquirir o conhecimento, os valores, a atitude, a competência e o sentido do engajamento necessários à proteção do meio ambiente;
- criar novos modelos de comportamento para os indivíduos, grupos e a sociedade em seu conjunto em relação ao meio ambiente.

É interessante, então, notar que, num artigo intitulado "Atitudes em relação ao meio ambiente: uma análise norte/sul" publicado em Paris, na *Révue du Tiers Monde*, no. 130, edição especial sobre meio ambiente e desenvolvimento, Robert M. Worcester e Michèle Conrad afirmam que ultimamente, os países desenvolvidos se mostraram preocupados com o desaparecimento da floresta tropical. Ao contrário, segundo assinalam, para a maioria dos brasileiros que enfrentam problemas elementares de sobrevivência, como saúde e custo de vida, a floresta tropical e o problema ecológico em geral parecem pouca coisa.

Detalhe interessante, segundo estes autores, durante a campanha presidencial de 1989, a porcentagem de brasileiros que mencionavam os problemas ecológicos entre suas três preocupações principais desceu a 3 % ou 4%; antes o nível era de 10%. Maior importância era dada à inflação, à saúde, à educação e ao desemprego, assuntos que permaneceram como

prioritários durante a campanha. A ecologia não foi utilizada pelos candidatos e, após a campanha, o nível de interesse pelo tema voltou aos 10%.

Dentro deste marco, não é de se estranhar que os estudiosos da comunicação, depois de indagar qual é a influência dos meios de comunicação na sociedade em geral e em aspectos mais específicos como na educação e no desenvolvimento cheguem, agora, ao tema da relação entre a comunicação e meio ambiente. Mais uma vez, a mesma questão pode ser colocada: trata-se de um fenômeno da moda?

Acredito que não. De novo, estamos diante de um problema de sociedade. O meio ambiente pertence à categoria de problemas globais que somente podem ser resolvidos globalmente e não podem ser tratados a nível de cada país individualmente. Nenhum país, por mais poderoso que seja, pode ter a pretenção de resolvê-los de maneira isolada. A título de exemplo, observemos que a construção de barragens, em regiões fronteiriças, é sempre problemática. Itaipú gerou muitos problemas, todos sabem. Na Europa, há um caso que se tornou clássico. Nos anos oitenta, as relações entre dois países do ainda bloco socialista no Este europeu (Hungria e Checoslováquia) estiveram a ponto de romper-se, porque um deles ameaçou denunciar o acordo feito pelos dirigentes prevendo importantes obras de retificação do Danúbio e, igualmente, a construção de uma grande barragem. Pensava-se que a mudança de regimes políticos iria facilitar as negociações entre estes países. Aparentemente, tal não se deu. As populações, dispostas de informações mais detalhadas, passaram a influir nas decisões e um dos países decidiu suspender os trabalhos cujos efeitos sobre o meio ambiente seriam desastrosos.

Mas, se uma visão internacional é necessária, isto não significa que os interesses nacionais se percam. Ao contrário! E por isto é sempre importante acentuar que é através da cooperação e do diálogo que se pode chegar a uma visão conjunta.

Se considerarmos que toda política de meio ambiente é necessariamente ligada às questões de desenvolvimento e que não se pode falar em desenvolvimento verdadeiro sem que a perspectiva ambiental seja tomada em consideração, é natural que, neste caso, busquemos a origem dos estudos sobre comunicação e meio ambiente na literatura existente sobre comunicação e desenvolvimento. Neste caso, quando se recordam os pioneiros dos estudos sobre comunicação, podemos identificar certos autores e obras, essencialmente norte-americanos, como os iniciadores dos estudos na área da influência dos meios de comunicação na sociedade em geral e, no desenvolvimento em particular. Paul Lazarsfeld, Elihu Katz, David Berlo, Harold Laswell, Wilbur Schramm e Daniel Lerner se destacaram entre eles.

Em particular, o livro de Daniel Lerner (1958) "The passing of traditional society" e o livro de Wilbur Schramm (1964) "Mass Media and National Development" tiveram um grande impacto nos Estados Unidos e na periferia. No Brasil, estas obras alcançaram um grande sucesso na época do chamado "milagre brasileiro" dos anos setenta, a visita de Daniel Lerner à Universidade de Brasília em 1970 causou furor e Wilbur Schramm tornou-se uma espécie de Franck Sinatra da Comunicação. Convidado por várias universidades, sua visita ao Brasil, várias vezes anunciada, jamais se concretizou, pelo menos nos anos setenta.

Entre aqueles que trabalhavam com extensão rural e com problemas de saúde, um autor muito citado foi sempre Everett Rogers, principalmente quando, em colaboração com

F.F. Shoemaker, editou "Communications of innovations: a cross cultural approach" (New York - 1971- Free Press).

Estes estudos, de uma maneira geral, se referiam, de maneira otimista, à função dos meios de comunicação na difusão de inovações na agricultura, saúde, planejamento familiar etc.

NECESSIDADE DO ELEMENTO CULTURAL

Hoje, o interesse maior está em retomar a reflexão sobre a maneira como a comunicação pode favorecer uma política ambiental mais de acordo com os interesses de toda a sociedade e como a comunicação pode ajudar a desenvolver nos espíritos uma política diferente daquela que consiste em buscar um desenvolvimento, sinônimo de desperdício, que busca o lucro fácil, que leva a favorecer interesses individuais contra os interesses da coletividade, que faz com que as gerações atuais se esqueçam de suas responsabilidades frente às gerações futuras. Em um país como o Brasil, onde a mentalidade dominante sempre foi a do desperdício, esta reflexão é importante para definir responsabilidades. Não se pode jogar a culpa de todos os males, e de todas as mazelas desse país em agentes do Exterior.

O problema, no entanto, não é exclusivamente brasileiro. A humanidade se desenvolveu pensando que a natureza era inesgotável. O crescimento, provocado por um tipo de desenvolvimento que agride a natureza, fez com que a agressão se tornasse visível, a biosfera está ameaçada e, para muitos, este tipo de desenvolvimento é sinônimo de suicídio coletivo. E verdade, porém, que, quando se toma em conta que a maior parte da poluição no mundo (mais de 60%) provém dos países desenvolvidos, não se pode estranhar que a percepção desses problemas seja diferente no Norte e no Sul.

Em realidade, o conceito de desenvolvimento subjacente aos estudos pioneiros em comunicação podia ser considerado como sinônimo de modernização e, ainda que não dito de maneira explícita, o modelo de sociedade que se buscava sugerir ou impor aos países em desenvolvimento era o dos Estados Unidos. Esqueciam-se vários dentre estes autores de que a experiência norte-americana, como todo e qualquer modelo de organização da sociedade, não podia ser automaticamente exportada, que nenhum processo de desenvolvimento pode ser imposto sem que se tomem em consideração a história e as características sócio-culturais de cada país.

A Mahatma Gandhi se atribuiu uma afirmação que se aplica com perfeição a esta situação. Imediatamente após a independência da Índia, perguntaram-lhe, em quanto tempo, o desenvolvimento asseguraria à população deste país o mesmo nível de conforto e bem estar alcançado pelos ingleses. Gandhi teria respondido que, para atingir aquele nível, o império inglês necessitou controlar cinquenta por cento do globo terrestre. Para desenvolver da mesma forma, com a população que tinha, quantas terras teria a Índia que dominar?

DESENVOLVIMENTO DURÁVEL

Algumas observações, porém, devem ser feitas a título preventivo. Espera-se que,

desta vez, os especialistas em comunicação não repitam os erros da década de 70, quando se isolaram e não acompanharam os trabalhos e avanços feitos por especialistas de outras disciplinas. Meio ambiente é questão a ser tratada de maneira inter e multi-disciplinar.

É preciso ter bem claro, em vista, o objetivo a se atingir. A questão básica é sempre o conceito de desenvolvimento. De que, afinal, estamos falando?

A comissão mundial para o meio ambiente e o desenvolvimento, presidida pela primeiro-ministro da Noruega, Brundtland, propôs, em 1987, uma definição de desenvolvimento que, no dizer de alguns, inclusive do professor brasileiro da Universidade de São Paulo, Henrique Rattner, "é muito pouco operacional". Brundtland propõe que se acrescente o qualificativo "durável" à palavra desenvolvimento e este seria o que "satisfaz às necessidades das gerações presentes sem comprometer o das gerações futuras". Para Brundtland, o que se busca, então, é desenvolver um processo de mudança no qual a exploração dos recursos, a orientação da evolução tecnológica e a modificação das instituições estejam combinadas e reforcem o potencial atual e futuro de ações para satisfazer as necessidades e aspirações humanas.

Pessoalmente, ainda que compreendendo as ressalvas feitas à definição, considero-a perfeitamente aceitável e justificável. Um dos dramas da humanidade é justamente o desperdício que leva as gerações atuais a não se preocuparem com o bem estar das gerações futuras.

Uma vez mais, é preciso lembrar que, dentro de trinta anos, segundo previsões nada otimistas, os países em desenvolvimento disporão de mais de 80% da população mundial. Seus recursos naturais se consomem rapidamente, enquanto que os grandes problemas do meio ambiente, como as mudanças climáticas, são provocados pelas indústrias dos países ricos. Um desenvolvimento, com duas velocidades, não é aceitável, mas é a regra atual. Explosões sociais serão inevitáveis se as soluções não forem globais. Neste caso, como não entender e apoiar os países que exigem assistência para adoção de tecnologias limpas? Como não exigir dos países desenvolvidos mudanças de hábitos, inclusive diminuição do consumismo desenfreado?

Muitos defendem a necessidade de um sistema de normas internacionais, submetidas à inspeção internacional, com previsão de coerção ou de penalizações.

Em que medida estas normas se aplicarão a todos: tanto aos que destroem florestas de maneira predatória, como àqueles que poluem os oceanos, destroem a biosfera, liquidam com a camada de ozônio? Estarão os países desenvolvidos dispostos a aceitar uma inspeção internacional para controlar a poluição por eles produzida?

Comparada com esta tarefa, a redução dos armamentos, mesmo na época da guerra fria, era um objetivo fácil de ser alcançado.

AINDA AS UNIVERSIDADES

No que diz respeito às universidades, pluridisciplinares por natureza, têm função

importante a exercer no que diz respeito à educação e comunicação ambientais. Em primeiro lugar, que instituições teriam, condições, como as universidades, de fazer uma análise crítica e objetiva das implicações sociais das questões ambientais? ou de analisar todas as implicações tecnológicas e sociais dos problemas nesta área? ou de expor, ainda, como os meios de comunicação tratam dos problemas ambientais?

Segundo a Conferência de Tbilissi (1977), a educação ambiental deve se destinar a:

- -grande público (a comunicação é essencial)
- -grupos específicos, profissionais, em particular aqueles cuja atividade têm influência direta sobre o meio ambiente: engenheiros, arquitetos, administradores e planejadores, industriais, sindicalistas, os que decidem no campo político, econômico e financeiro, agricultores, professores e, acrescentamos, jornalistas e profissionais da comunicação em geral.

É na universidade que a maioria destes profissionais obtém sua formação e esta é a instituição privilegiada para assegurar a todas estas categorias uma formação extra-curricular em matéria de meio ambiente. Uma política de informação específica para estas categorias deve também ser encontrada.

Que caminho devem seguir as universidades interessadas nesta matéria?

Em primeiro lugar, buscar uma coordenação de todas as unidades e pessoas trabalhando neste domínio, procurando agir de maneira coerente. Em alguns lugares, busca-se criar um curso específico de Meio Ambiente ou Ecologia (interdisciplinaridade)

Muitas procuram tomar medidas visando à criação de uma pedagogia do meio ambiente, através da incorporação da dimensão ambiental nos programas ou disciplinas tradicionais e conexas através da multidisciplinaridade que permitirá que se trate de questões que vão do habitat até temas ligados à cultura, com ênfase nas análises da realidade social e econômica.

Estes dois eixos se referem à formação e à pesquisa, mas, paralelamente, pode se desenvolver um esforço de prestação de serviços à comunidade e aí a comunicação é o fator essencial.

A ação pode ser isolada, mas, neste campo, cuja incidência é global, as universidades sentem, cada vez mais, a necessidade de se reunirem em redes, que exigem, para seu funcionamento, a instalação, às vezes, de complexos sistemas de comunicação.

Na área internacional, a Universidade das Nações Unidas, com sede em Tóquio, busca desenvolver esforços cooperativos em duas áreas básicas: a) governabilidade, o que implica ações no campo dos direitos humanos, da democracia e da paz e b) desenvolvimento sustentável, onde se incluem as questões ligadas ao meio ambiente.

Juntamente com a UNESCO, a Academia do Terceiro Mundo e a UNAMAZ, a Universidade das Nações Unidas estimula e patrocina um programa de cooperação sul-sul que visa em particular a desenvolver ações e reflexões conjuntas de universidades atuando

nos trópicos úmidos no mundo inteiro. Aliás, durante a CMES, em outubro de 1998, a UNU foi a principal responsável pela organização de um debate temático sobre a educação superior e o desenvolvimento humano sustentável. Ali, o reitor da UNU, Professor Van Ginkel, apresentou um documento –que serviu de documento de trabalho do debate temático- onde sugeriu que para produzir as mudanças necessárias na ação das universidades, era necessário:

- fomentar os programas de pesquisa e de formação interdisciplinares e em colaboração;
- promover redes interdisciplinárias de especialistas ambientais nos planos local, nacional e internacional;
- fomentar tanto entre o pessoal como entre os estudantes uma perspectiva ambiental seja qual for o campo do estudo;
- insistir nas obrigações éticas.

Rede significa união, implica colaboração e comunicação. Um dos grandes obstáculos identificados para o desenvolvimento da cooperação a nível internacional reside justamente na dificuldade de comunicação de muitos cooperantes, incapazes de compreender o universo mental daqueles com quem são chamados a colaborar.

De grande importância, neste momento, é pois apoiar o projeto coordenado pela Fundação Universidade do Amazonas, estabelecendo um Núcleo Amazônico para Tecnologia em Educação a Distância e Teledicina (NATESD). O Núcleo é o ponto focal de uma rede inicial de seis universidades federais brasileiras, localizadas todas na Amazônia: e que se dispõem a juntar recursos humanos e materiais para uma ação conjunta no campo virtual, começando por ações no domínio da saúde. Este projeto, além das ações específicas que nele são completadas, poderá criar condições básicas para o desenvolvimento de um amplo banco de dados sobre a Amazônia.

A Universidade Federal de Rondônia, a Universidade Federal do Amazonas, a Universidade Federal do Acre, a Universidade Federal do Amapá, a Universidade Federal de Roraima e a Universidade Federal do Pará foram as instituições que aderiram a este projeto que visa a formar recursos humanos, usando as novas tecnologias na Amazônia e a democratizar o acesso ao ensino, como às novas tecnologias e a utilizar as novas tecnologias para resolver o problema da saúde das populações na Amazônia. Quem não se lembra do personagem Jeca Tatú de Monteiro Lobato! Bastou o acesso a regras básicas de higiene e um cuidado com o essencial da saúde para que o indolente Jeca se transformasse num cidadão empreendedor, trabalhador, cheio de iniciativas. Não há dúvidas de que é de programas como este que há necessidade para se iniciar um ataque organizado à subnutrição, a doenças endêmicas (malária, cólera, verminoses, hanseíase, tuberculose, elefantise) e doenças introduzidas pela civilização ocidental como a simples gripe, fatal para os indígenas, a sífilis, a AIDS etc.

CONCLUSÕES

Um compromisso com uma ordem mundial que não seja baseada no predomínio de

uns sobre os outros é, pois, indispensável. Meio ambiente e desenvolvimento são indissociáveis e, como dizia, há em Paris (maio de 1992), a então presidente do Conselho executivo da UNESCO, Marie Bernard-Meunier, "se a miséria persistir em algum lugar, ela acabará por se tornar universal" (*si la misère persiste quelque part, elle sera à terme universelle*).

Mais perto de nós, é o Professor Armando Dias Mendes quem, há mais de trinta anos, vem defendendo a formação de recursos humanos para assegurar um desenvolvimento humano na Amazônia, onde os habitantes desta região não só recebam um tratamento melhor de governantes e de entidades internacionais aqui agindo, mas sejam eles os que decidam aonde ir e como ir nesta matéria.

Num estudo elaborado com vistas à criação de uma rede universitária na região, Armando mendes dizia, em meados dos anos 80, que «é oportuno advertir contra o possível recrudescimento do que pode se chamar a «Síndrome de Hyleia». «Por Hyleia, dizia Armando Mendes, estamos sintetizando o instituto internacional da Hyleia Amazônica, órgão criado pela UNESCO nos idos de 1946, mediante proposta da delegação brasileira. O instrumento diplomático que daria vida ao instituto não chegou a ser homologado pelo Congresso brasileiro, bem como pelo de alguns outros países amazônicos, e por isso foi inviabilizado. E a principal razão para o fracasso reside no fato de que nossos países viram no instituto um instrumento para a internacionalização da Hyleia ou Pan-Amazônia. É que, entre outras coisas, dentro da UNESCO havia sido proposta a criação de um organismo colegiado internacional para gerir o instituto com a participação de países europeus (v.g. Grã Bretanha, França e Países Baixos, supostamente em função das Guianas, suas colônias). Mais : tais países alheios à região, assumiam um peso e um papel que suplantava o dos países amazônicos».

Armando Mendes, no primeiro momento, disse que não faria o estudo. Após discutir o tema, aceitou assumir a responsabilidade por sua elaboração, e concordou em defender, como lhe solicitara pessoalmente, a idéia da criação de uma rede universitária, com a condição de que pudesse livremente definir os princípios filosóficos, os conceitos, que dariam fundamento à existência e ao funcionamento da nova organização. Sentindo-se seguro de que teria liberdade total, Armando Mendes iniciou a preparação do documento intitulado «O papel da universidade no desenvolvimento científico e tecnológico da Região Amazônica » (Universidade e Desenvolvimento Amazônico – série cooperação Amazônica no. 1- Belém 1988, pgs. 9 a 60), que foi apresentando à reunião da constituição da UNAMAZ e que apontou uma série de princípios básicos para a ação da UNAMAZ. Estes princípios são válidos até hoje não somente para a UNAMAZ, mas para todos aqueles que desejem colaborar com o desenvolvimento da região. Os princípios são os seguintes :

- a) o princípio da **amazonidade** – ou seja, a garantia de que os destinatários de qualquer programa cooperativo são instituições amazônicas, por sua localização, vocação e ação;
- b) o princípio da **continentalidade** – no sentido de abranger todos os países amazônicos, sem exclusão de nenhum (cumpre, portanto, incorporar a este levantamento e suas consequências a Guyana e o Suriname);

- c) o princípio da **individualidade** – pela aplicação do qual se respeita, intransigentemente, as peculiaridades e idiosincrasias nacionais, regionais e institucionais, em cada Amazônia nacional;
- d) o princípio de **igualdade** – de tal forma que, independentemente das dimensões nacionais de cada país amazônico, ou das dimensões amazônicas dentro das fronteiras nacionais em cada caso, os CEAMs ou as UNAMs recebam tratamento igualitário, equitativo, proporcional às suas necessidades e possibilidades;
- e) o princípio da **espontaneidade** – para que nenhuma universidade amazônica ou centro de estudos amazônicos se sinta compelido, contra sua vontade, a aderir ou renunciar ao Programa;
- f) o princípio da **unicidade** – é o mesmo que dizer, “não duplicidade”, mediante o qual se evitará repetir iniciativas anteriores, surgidas no seio dos próprios CEAMs ou UNAMs.

DOCUMENTO 14

UNAMAZ: UMA IDÉIA E UMA REALIDADE A SEREM RENOVARAS E SEMPRE APOIADAS

Professor Marco Antonio Rodrigues Dias - assistente especial do reitor da Universidade das Nações Unidas - Ex-Diretor da Divisão de Ensino Superior da UNESCO (1981-1999) -

Paris, 18 de março de 2002

Professor Marco Antonio Rodrigues Dias- Assistente especial do reitor da Universidade das Nações Unidas - Ex-Diretor da Divisão de Ensino Superior da UNESCO (1981-1999). Artigo publicado como capítulo do livro “UNAMAZ – Um Projeto de Cooperação Pan-Amazônica” – organizado por Rosa Elizabeth Acevedo Marin – UNAMAZ, Belém, 2003- pgs. 60 a 72



I- INTRODUÇÃO

Perto de Brasília, existe um fenômeno geográfico conhecido pelo nome de “Águas Emendadas”. Trata-se de um lago coberto de vegetação que está na origem, segundo dizem especialistas ligados ao IBAMA –Instituto Brasileiro do Meio Ambiente- de três riachos, um que se orienta em direção à bacia do Rio da Prata, no sul do Continente, o segundo que corre em direção do Rio São Francisco e, finalmente, o terceiro que deságua num afluente de um afluente de um afluente do Amazonas. Estará errado quem disser que o Amazonas nasce no Planalto Central e tem a mesma origem que o rio da Prata e o São Francisco?

Por outro lado, não será difícil encontrar quem apresente o nascimento do Amazonas num afluente longínquo do Rio Negro, lá na Venezuela. E é evidente que há razões fortes para se aceitar que o Amazonas nasce no Peru, a mais de seis mil quilômetros de sua embocadura junto a Belém do Pará. Com isso, além de ser o rio com maior volume de água no mundo, é também o mais extenso.

Mas, em realidade mais razão terão os que disserem que o Amazonas é o resultado de várias fontes, o que é visível, de maneira extraordinária, na junção dos rios Solimões e Negro. Ali, a mais de dois mil quilômetros de sua embocadura, o rio chega a ter um leito com mais de 13 kms de distância de uma margem à outra. Todos podem admirar os golfinhos divertindo-se na reunião das águas e podem ver as faixas que se criam com as águas do Solimões e do Negro seguindo separadas e levando uma centena de quilômetros para finalmente se reunirem. O fenômeno é explicável pelo fato de os dois rios em questão terem águas de cor diferente, caminharem num ritmo e velocidade diversificados e apresentarem temperaturas que não são iguais. Ao fim destes quase cem quilômetros, pode-se então observar o Amazonas em todo seu brilho e magnitude. Mas a questão permanece: onde nasceu o Amazonas? Nesta confluência, em Brasília, na Venezuela ou nas montanhas andinas?

II- NASCIMENTO DA UNAMAZ

Quando uma iniciativa tem êxito, é difícil designar, com exatidão, sua paternidade. Em realidade, quase sempre é resultado de várias iniciativas e depende de várias pessoas, de várias instituições de vários fatores. Que deu origem à UNAMAZ: a visão ampla e a capacidade de organização e previsão do então reitor da Universidade Federal do Pará, José Seixas Lourenço, primeiro presidente e organizador da Associação? A visão amazônica de Armando Mendes que elaborou, para a UNESCO, um estudo sobre o potencial de cooperação no meio universitário amazônico onde se propôs a criação de uma rede universitária amazônica? Os representantes de universidades amazônicas dos oito países da região (Guiana excluída) que se reuniram em Belém em 1987 e decidiram pela criação da Unamaz? A OEA que, através de seu programa de cooperação, participou do financiamento da reunião de 1987 e que sob a direção do paraense João Clemente Baena Soares e de especialistas como Victor Valle e Sandoval Machado, mantinha, através de ações bilaterais, um Programa Internacional de Treinamento e Pesquisa para o Desenvolvimento da Região Amazônica-PRODAM-? O CRESALC, da UNESCO, que, através de seu diretor Juan Carlos Tedesco, firmou contrato com Armando Mendes para estudar o potencial universitário da região? A

Divisão do Ensino Superior da UNESCO que, formalmente, propôs a criação de uma rede de universidades amazônicas para atuar na mesma esfera que a dos países signatários do Pacto Amazônico e que também participou do financiamento da reunião de 1987, incluindo-a em seu programa de ação?

Na verdade, todos que optarem por qualquer uma destas razões não estarão cometendo nenhuma injustiça. A UNAMAZ, como o Rio Amazonas, é resultado de uma conjunção de vários fatores positivos. No momento como o atual (2002) em que a organização tenta sair de um relativamente largo período de crise e busca retomar sua dinâmica e crescimento, é natural que um esforço se faça de recuperação de sua história e que se analise sua evolução.

Criada a organização, não há dúvida de que a ação de José Seixas Lourenço, brasileiro, seu presidente, e de Luís Aragón, colombiano, seu secretário-geral, foram fundamentais para o desenvolvimento da UNAMAZ. Igualmente exerceu um papel essencial a equipe que estes dois professores conseguiram reunir e o entusiasmo de vários de seus vice-presidentes nacionais, sem contar o apoio que a organização recebeu de instituições como o programa MAB da UNESCO, a Divisão de Ensino Superior desta mesma organização, o Banco Interamericano de Desenvolvimento, o UNICEF e várias instituições nacionais, em particular no Brasil.

III- ENSINO SUPERIOR NA UNESCO

Neste documento, elaborado por solicitação da Professora Rosa (Venezuela), representante da direção da UNAMAZ junto ao secretariado da associação em Belém do Pará, no Brasil, tentamos recordar uma destas vertentes, notando, desde o início, que não foi a única.

Em 1981, o então diretor-geral da UNESCO, Amadou Mahtar M'Bow (Senegal) decidiu colocar nas mãos de alguém vindo de um país em desenvolvimento a condução da Divisão do Ensino Superior que, até aquela época, havia sempre estado em mãos de europeus. A decisão causou perplexidade. Muitos na UNESCO pensavam, como pensam até agora, que ensino superior é tema para ser tratado por oriundos de países cujos sistemas de educação superior são reputados como os melhores do mundo, qualificação que seria limitada, na época, a países como Inglaterra, Estados Unidos, União Soviética e alguns de seus satélites, França. Eventualmente, países periféricos na área industrializado do mundo, como Alemanha e países nórdicos também poderiam ter candidatos qualificados. Jamais, se poderia aceitar que o assunto, em nível mundial, ficasse sob a coordenação de um latino-americano, como ousou fazer o Sr. M'Bow ou de um africano, como teve a coragem de fazer mais tarde, em 1999, o Sr. Federico Mayor. Este nomeou para me substituir no momento de minha aposentadoria da UNESCO em 1999, um africano do Togo, o ex-reitor e ex-ministro F. Komlavi Seddoh.

Nomeado diretor da Divisão do Ensino Superior da UNESCO, em 1981, tive a preocupação de chegar a Paris com algumas idéias para serem executadas que pudesse marcar uma gestão e, de quebra, fazer algo de benéfico para a região de onde vinha. A idéia de redes universitárias veio logo a meu espírito. Pareceu-me evidente que deveria apoiar

redes existentes e estimular a criação de outras, temáticas ou geográficas, que pudessem permitir aos estabelecimentos de ensino superior atuar diretamente na melhoria de sua contribuição para o desenvolvimento de seus países e de suas regiões.

Conversando, então, com o representante da UNESCO no Brasil, na época, o colombiano Gustavo Lopes, este me chamou a atenção para o Pacto Amazônico, firmado há pouco tempo, em 1978, e que dava um quadro e permitiria uma ação forte neste domínio. Entre os documentos que me passou Gustavo Lopes, havia um que me chamou especialmente a atenção por encontrar nele elementos coincidentes com meus objetivos. Era o informe de uma reunião de representantes do PNUD nos países amazônicas que, nos anos sessenta, em Belém, propuseram o desenvolvimento de sistemas cooperativos de universidades da região para o estudo, a pesquisa e a formação sobre temas específicos da região. Sugestões foram então enviadas à UNESCO para a criação de redes universitárias na região, mas a idéia não encontrou ninguém que lhe desse seguimento na época.

Desembarcando em Paris, no início de outubro de 1981, tentei por esta e outras idéias em execução, mas, de saída, tive de enfrentar dificuldades inesperadas. Havia um programa em execução, aprovado pela Conferência Geral da UNESCO, os créditos estavam todos distribuídos e controlados por funcionários que nenhum interesse tinham em alterar esquemas pelos quais haviam combatido anteriormente. Foi preciso esperar.

Por volta de 1984, voltei à carga e consegui incluir no programa do ensino superior da UNESCO a idéia de criação de uma rede de universidades da região amazônica « para o desenvolvimento integrado de atividades de formação e de pesquisa na sub-região ». Ali previa, entre outras coisas, um estudo preliminar que trataria dos recursos humanos existentes na sub-região assim como sobre as disponibilidades já existentes nas instituições locais de formação no nível universitário. Não foi difícil então convencer o diretor na época do CRESALC –Centro Regional de Educação Superior para a América Latina e o Caribe- Professor Juan Carlos Tedesco (Argentina) a entusiasmar-se pela idéia. Educador com visão social, Tedesco imediatamente percebeu que ali havia um potencial grande de ação que poderia permitir fazer muito com recursos limitados. Discutimos o tema, recursos pequenos foram colocados à disposição do CRESALC, e identificamos o Professor Armando Dias Mendes, como a pessoa que poderia « enquadrar » a idéia, formulando os princípios em que deveria basear-se a ação de uma associação universitária na região.

IV- A HILÉIA AMAZÔNICA E PRINCÍPIOS PARA UNAMAZ

A iniciativa quase morreu ali. Armando Mendes, como muitos de sua geração, não confiava nas ações da UNESCO na Amazônia. De fato, no imaginário do mundo diplomático latino-americano e entre pesquisadores da Amazônia, estava bem presente o fato de que, no final dos anos quarenta, a UNESCO aprovara a criação de um Instituto para a Amazônia. Segundo estes grupos, esta iniciativa daria aos europeus, em particular aos poderes colonizadores da época (Reino Unido, Países Baixos, Holanda e França, cada um com sua Guiana) o controle total dos recursos da Amazônia. Foi no Brasil que uma reação forte se desenvolveu contra o funcionamento do Instituto. A partir daí, até o aparecimento da UNAMAZ, os países amazônicos, sistematicamente, fecharam as portas desta região para a UNESCO e para a maioria dos pesquisadores estrangeiros.

Armando Mendes, em seu estudo feito por solicitação da UNESCO e que visava a criação da rede universitária na região, dizia que «é oportuno advertir contra o possível recrudescimento do que pode se chamar a «Síndrome de Hyleia». «Por Hyleia, dizia Armando Mendes, estamos sintetizando o instituto internacional da Hyleia Amazônica, órgão criado pela UNESCO nos idos de 1946, mediante proposta da delegação brasileira. O instrumento diplomático que daria vida ao instituto não chegou a ser homologado pelo Congresso brasileiro, bem como pelo de alguns outros países amazônicos, e por isso foi inviabilizado. E a principal razão para o fracasso reside no fato de que nossos países viram no instituto um instrumento para a internacionalização da Hyleia ou Pan-Amazônia. É que, entre outras coisas, a UNESCO propunha um organismo colegiado internacional para gerir o instituto com a participação de países europeus (v.g. Grã Bretanha, França e Países Baixos, supostamente em função das Guianas, suas colônias). Mais: tais países alheios à região, assumiam um peso e um papel que suplantava o dos países amazônicos».

Armando Mendes, no primeiro momento, disse que não faria o estudo. Após discutir o tema, aceitou assumir a responsabilidade por sua elaboração, e concordou em defender, como lhe solicitara pessoalmente, a idéia da criação de uma rede universitária, com a condição de que pudesse livremente definir os princípios filosóficos, os conceitos, que dariam fundamento à existência e ao funcionamento da nova organização. Sentindo-se seguro de que teria liberdade total, Armando Mendes iniciou a preparação do documento intitulado «O papel da universidade no desenvolvimento científico e tecnológico da Região Amazônica» (Universidade e Desenvolvimento Amazônico – série cooperação Amazônica no. 1- Belém 1988) pgs. 9 a 60), que foi apresentando à reunião da constituição da UNAMAZ e que apontou como princípios básicos da organização os seguintes:

- g) o princípio da amazoneidade – ou seja, a garantia de que os destinatários de qualquer programa cooperativo são instituições amazônicas, por sua localização, vocação e ação;
- h) o princípio da continentalidade – no sentido de abranger todos os países amazônicos, sem exclusão de nenhum (cumpre, portanto, incorporar as Guianas e o Suriname);
- i) o princípio da individualidade – pela aplicação do qual se respeita, intransigentemente, as peculiaridades e idiossincrasias nacionais, regionais e institucionais, em cada Amazônia nacional;
- j) o princípio de igualdade – de tal forma que, independentemente das dimensões nacionais de cada país amazônico, ou das dimensões amazônicas dentro das fronteiras nacionais em cada caso, os CEAMs ou as UNAMs recebam tratamento igualitário, eqüitativo, proporcional às suas necessidades e possibilidades;
- k) o princípio da espontaneidade – para que nenhuma UNAM ou CEAM se sinta compelido, contra sua vontade, a aderir ou renunciar ao Programa;
- l) o princípio da unicidade – é o mesmo que dizer, “não duplicidade”!, mediante o qual se evitará repetir iniciativas anteriores, surgidas no seio dos próprios CEAMs ou UNAMs.

V- SEMINÁRIO DE CRIAÇÃO DA UNAMAZ

No estudo –e isto também era resultado das discussões que Armando Mendes manteve comigo e com Juan Carlos Tedesco- ele sugeriu a realização de um seminário para constituição da Associação.

Mais tarde, aprovado o estudo e aceitas pela UNESCO as propostas nele incluídas inclusive a da realização do seminário, a Divisão do Ensino Superior destinou um montante capaz de permitir uma reunião que tivesse a participação de pelo menos um representante de cada país amazônico. Neste momento, Armando Mendes nos propôs que a organização da reunião fosse confiada a um jovem reitor, em fase ascendente, José Seixas Lourenço. Numa etapa posterior, indagou se a UNESCO aceitaria que outras instituições participassem do evento, de maneira a garantir mais recurso e permitir uma maior representatividade na reunião, além da elaboração de estudos individualizados para cada país.

Na UNESCO, a idéia foi aceita sem discussões. Não sei como ela foi apresentada aos outros organismos, em particular a OEA e o PNUD, em particular a primeira delas, que colocou um volume de recursos bem superior aos dos demais. A OEA atuava por países, não aplicava recursos em programas regionais, Seixa Lourenço teve a habilidade de apresentar o projeto por países, assegurando assim os estudos individuais de cada país e a participação de seus representantes na reunião que se realizou em Belém, de 14 a 18 de setembro de 1987. A habilidade de Lourenço e a cumplicidade de Armando, fizeram com que pelo menos a OEA e a UNESCO se considerassem como as instituições patrocinadoras da reunião e, em consequência, responsáveis pela criação da UNAMAZ... Deve-se dizer que instituições brasileiras, como o CNPq e a CAPES também colaboraram financeiramente para a organização do seminário.

No informe interno da UNESCO, onde relatava minha participação no seminário de setembro de 1987 (Seminário Internacional Alternativas de Cooperação Científica, Tecnológica e Cultural entre Instituições de Ensino Superior dos Países Amazônicos - CITAM, entre outras coisas, assinalava:

-“Ao final dos trabalhos, os participantes decidiram criar uma Associação das Universidades Amazônicas – a UNAMAZ- que terá como objetivo dedicar-se aos problemas regionais comuns e buscar soluções a estes problemas através da cooperação, da comunicação, e da informação sistemáticas. A idéia de base consiste em fazer desta organização o centro de uma série de redes que permitiriam às universidades, coletivamente, em uma perspectiva multidisciplinar, encontrar solução aos grandes problemas da região. Uma série de problemas foi identificada, mas os participantes decidiram dar prioridade absoluta a dois projetos:

- a) criação e desenvolvimento de uma rede de informação (banco de dados) científicos e tecnológicos da Amazônia. Todos os conhecimentos, todas as informações científicas e tecnológicas sobre a Amazônica seriam encaminhadas por um sistema de computadores ao qual seriam vinculadas todas as universidades e os principais estabelecimentos de pesquisa da região. No início, duas bases de dado seriam implementadas: bibliografias e referências (inventários de pesquisas, instituições, recursos humanos);
- b) organização de um curso de especialização (cada ano em uma universidade e num país diferente) de uma duração de seis meses, destinado a especialistas dos 8 países amazônicos, todos

diplomados em Ciências Sociais: Economia, Sociologia, Antropologia, Administração, Gestão, Geografia etc. trabalhando diretamente no domínio do planejamento, da pesquisa ou do ensino na Amazônia. O curso seria multidisciplinar e se desenvolveria através do estudo aprofundado de problemas da Amazônia e da busca de solução a estes problemas”.

VI- DESENVOLVIMENTO DE PARCERIAS

Neste informe que encontrou boa aceitação na UNESCO inclusive do sub-diretor de educação da época, S. Tanguiane, um armênio soviético, dizia também que “a motivação dos participantes, o fato de que mais de setenta instituições dos oito países amazônicos tenham participado dos debates, o interesse em encontrar soluções endógenas no quadro da cooperação entre países em via de desenvolvimento, aí estão fatores que nos levam a concluir que um esforço deveria ser feito pela UNESCO para dar uma resposta positiva, na medida do possível, às demandas apresentadas pela UNAMAZ”.

Em realidade, a partir daí a UNESCO, através de sua Divisão de Ensino Superior, do Programa MAB, do setor de Ciências Sociais, da unidade que cuidava dos temas de ciências da informação (Programa Geral de Informação-PGI) passaram a dar um apoio total à UNAMAZ, em particular aos dois pontos mencionados em meu informe: a criação de uma rede de informação, o desenvolvimento de cursos de especialização em ciência e tecnologia.

A partir daquele momento, a UNAMAZ passou a ser incluída oficialmente entre as associações com relações oficiais com a UNESCO e a ter seu programa considerado oficialmente como programa da UNESCO, chegando, mais tarde, seu presidente, José Seixas Lourenço, a firmar um acordo formal de cooperação com a UNESCO. Com isso, a UNESCO colaborou ativamente, intelectual e financeiramente, para a elaboração do PROGRAMAZ, o programa da organização, e para o desenvolvimento do Sistema de Informação para a Amazônia –SIAMAZ. O documento do Programa foi finalizado em reunião da qual participaram representantes da UNAMAZ e da UNESCO, em Belém, de 17 a 21 de janeiro de 1988, quatro meses após a fundação da associação. No que se refere ao SIAMAZ, a UNESCO treinou membros da Associação de praticamente todos os países amazônicos, tentando colocá-los em condições de organizar sistemas de informação necessários ao desenvolvimento do programa. Foi a UNESCO também, graças a um contacto feito pessoalmente pelo diretor geral Federico Mayor com o presidente do BID, Enrique Iglesias, quem colaborou para que o BID financiasse a implantação do SIAMAZ. Neste esforço, a UNESCO enviou seu diretor do ensino superior e financiou a missão do presidente da UNAMAZ a Washington para discutir com os dirigentes do BID, o projeto SIAMAZ.

A UNESCO financiou também as primeiras versões de um curso de especialização em ciência e tecnologia para a Amazônia e esteve presente em todas as assembleias e reuniões importantes da UNAMAZ nos seus dez primeiros anos de existência. Ainda no final dos anos 80, fomos nós, na Divisão de Ensino Superior da UNESCO, que colocamos a UNAMAZ em contacto com instituições canadenses, em particular do Quebec e com especialistas como Jean Pierre Lamaison, e que tiveram como resultado um amplo programa de cooperação baseado na Universidade Federal do Pará, mas que fora lançado para beneficiar a UNAMAZ em seu conjunto. Foi graças à UNESCO que a UNAMAZ pôde desenvolver contactos e estabelecer algumas áreas de cooperação com a Comunidade europeia, através principalmente de acordos feitos com o Professor José Vidal Beneyto

(Euramaz – gestão e administração universitária: experiências e perspectivas na Amazônia e na Europa) e com a Universidade das Nações Unidas que passou a apoiar, através de bolsas, seus cursos sobre política científica e tecnológica.

Graças à ação do MAB e do entusiasmo de especialistas como Van Droste e Miguel Clusener Godt, a UNAMAZ foi associada ao programa Sul-Sul de Cooperação juntamente com a UNESCO, Universidade das Nações Unidas e Academia do Terceiro Mundo, programa criado como resultado da I Conferência Internacional sobre Desenvolvimento Sustentável nos Trópicos Úmidos realizada em Manaus, em junho de 1992. São exemplos que a memória não deixou esquecer. A UNESCO apoiou, através da ação do diretor do CRESALC nos anos 80, Luis Yarzabal e de sua inclusão formal no quadro do programa UNITWIN, o desenvolvimento do programa de avaliação dos impactos sobre saúde e meio ambiente na Amazônia, projeto financiado pela instituição canadense IDRC, International Developement Research Center.

Estes são alguns exemplos de ações ou parcerias. Não se trata de um levantamento exaustivo de todas as ações desenvolvidas em parceria entre a UNAMAZ e diversas unidades da UNESCO.

VII- COOPERAÇÃO SOLIDÁRIA

Por sua parte, a UNESCO beneficiou-se da experiência da UNAMAZ. Seus princípios de ação, as modalidades que desenvolveu, nos inspiraram dentro da Divisão do Ensino Superior, quando, por volta de 1989, começamos a desenvolver as bases para o que acabou se transformando num dos programas de prestígio da organização –UNITWIN-Cátedras UNESCO. Este programa foi aprovado pela Conferência Geral da UNESCO em 1991 e, no final do século XX, contava com quase 300 projetos funcionando no mundo inteiro, baseados nos princípios de solidariedade e de cooperação entre iguais.

Recentemente, este programa foi submetido a uma avaliação externa e, nessa época, constatou-se que tão importante quanto criar um programa de cooperação é desenvolver mecanismos que assegurem sua sustentabilidade. Verificou-se também que projetos de maior sucesso são sempre aqueles em que indivíduos de visão, com capacidade de liderança, como ocorreu com a UNAMAZ, graças a José Seixas Lourenço e Luis Aragón, assumem a responsabilidade pelo funcionamento de uma instituição. O apoio institucional que recebem também é importante e não é então sem razão que os melhores núcleos da UNAMAZ são aqueles, como o da Bolívia através de Santa Cruz de la Sierra, onde há um apoio institucional para a organização. Em nível regional, o apoio dos governos da região é importante, não sendo difícil de imaginar as dificuldades que a vice-presidência de Santa Cruz na Bolívia enfrenta, quando pude verificar, pessoalmente, numa das equipes governamentais da Bolívia, hoje fora do poder, entre os altos dirigentes do Ministério da Educação, ser impossível encontrar uma pessoa que soubesse o que era e para que servia a UNAMAZ.

Igualmente, é de se lamentar que vários países hoje, neste período de globalização em que os grandes divertem-se se alimentando das contradições dos países mais pobres, decidam deixar o Pacto Amazônico em banho-maria. Quando o Pacto estava operando a todo o vapor, as autoridades governamentais com responsabilidades por sua execução haviam decidido que

a UNAMAZ seria o agente deste acordo para tudo o que dissesse respeito à ciência e à tecnologia. A volta à ativa do Pacto Amazônico é de interesse dos países, sem dúvida, mas será fundamental também para a retomada de dinamismo da UNAMAZ.

Voltando à questão levantada neste texto: quem criou a UNAMAZ? Levando em consideração os elementos que acabo de mencionar e que, repito, não são exaustivos, parece ser fora de dúvida que, independentemente da paternidade que pode e deve ser atribuída aos atores da UNAMAZ, José Seixas Lourenço e sua equipe, Armando Mendes e os representantes dos diversos países, a UNESCO e, em particular sua Divisão do Ensino Superior, devem ser reconhecidas como co-partícipes no lançamento desta aventura e tiveram uma responsabilidade no seu desenvolvimento. Aí o testemunho sempre renovado de Armando Dias Mendes é que conta, como seguramente contarão os de pessoas como José Seixas Lourenço e Luis Aragón. O apoio da UNESCO nos dez primeiros anos de existência da UNAMAZ colaborou para que esta associação alcançasse um caráter verdadeiramente internacional e abriu portas junto a organizações nacionais e internacionais as mais variadas. Nos anos sessenta, alguém cujo nome não ficou guardado, levantou, numa reunião do PNUD, a idéia de se criar uma rede universitária amazônica. A idéia se concretizou vinte anos depois. Que a recordação do que se passou em torno da UNAMAZ, dos objetivos que estiveram presentes na sua criação sejam retomadas. Fica, pois aqui um registro e mais que a esperança, a certeza de que a UNAMAZ, de novo, retomará sua pujança em favor de um desenvolvimento solidário da Amazônia.

DOCUMENTO 15

A- COOPERAÇÃO AMAZÔNICA PARA O CONHECIMENTO E USO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS HÍDRICOS DA REGIÃO

Marco Antonio Rodrigues Dias e Luís Aragon — “**ISSUES OF LOCAL AND GLOBAL USE OF WATER FROM THE AMAZON**” Texto publicado em livro editado pelo NAEA da Universidade Federal do Pará e MAB-UNESCO-edição em português e edição em inglês. Um texto prévio havia sido elaborado para servir de base à apresentação que M.A.R. Dias fez durante um Workshop internacional sobre “Problemática do uso local e global da água da Amazônia”, realizado na Universidade Federal do Pará e organizado pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos e pelo - Programa de Cooperação Sul-Sul para o Ecodesenvolvimento- 12 a 14 de junho de 2002- Belém, Pará, Brasil. Primeira edição em português), Belém UNESCO – NAEA – pgs. 254 a 280 – Segunda edição – Belém – 2003 – pgs 453 a 474 - Edição em inglês – Montevideo 2004 – pgs. 219 a 237.



Universidade Federal do Pará

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos



Programa de Cooperação Sul-Sul para o Ecodesenvolvimento

SEMINÁRIO INTERNACIONAL

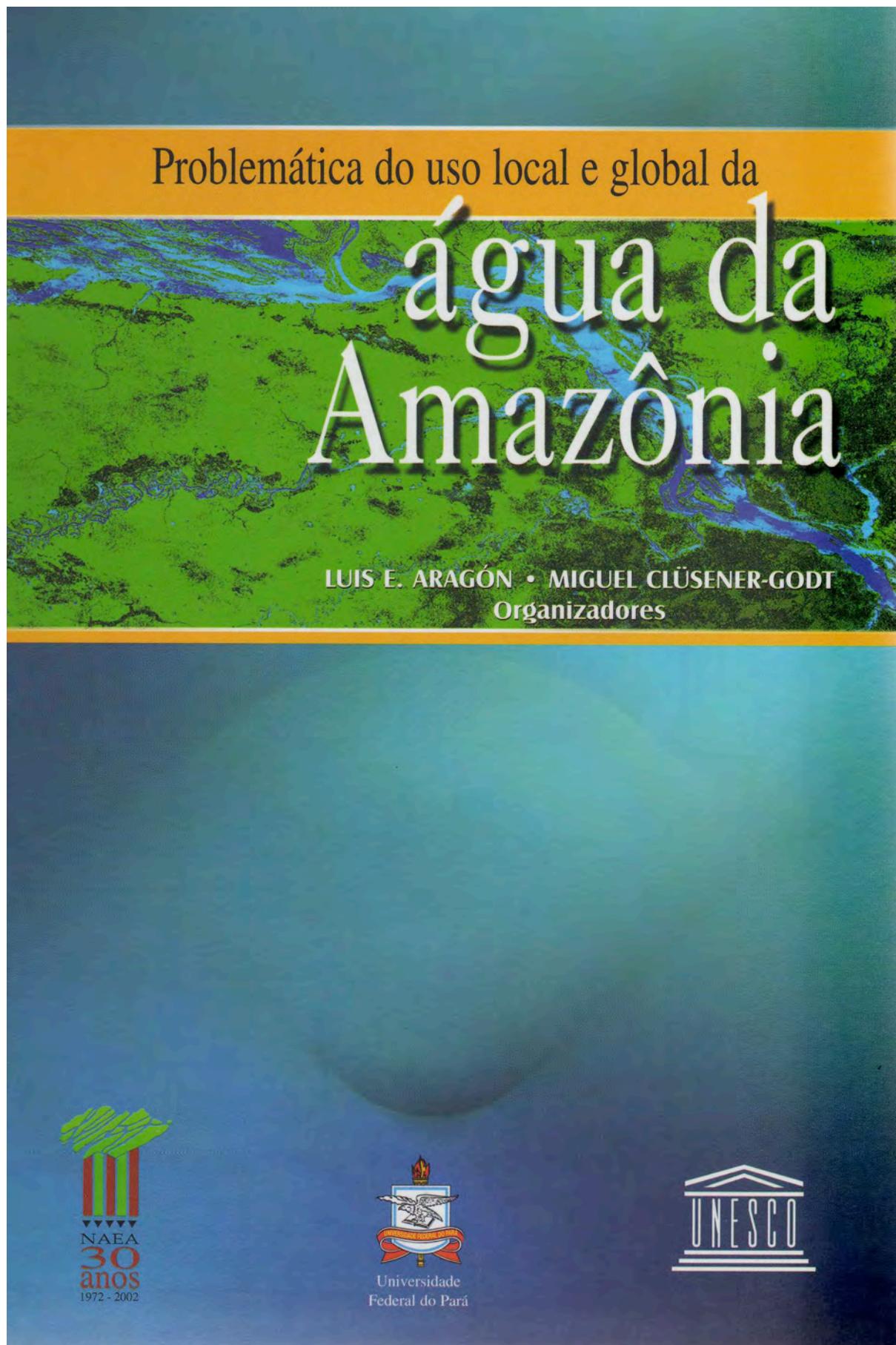
**PROBLEMÁTICA DO USO LOCAL
E GLOBAL DA ÁGUA DA AMAZÔNIA**

9 a 13 março de 2003

**Auditório do Beira-Rio Hotel
Belém, Pará, Brasil**

Informações: secretaria@naea.ufpa.br
tel.: (55-91) 211-1231 • fax: (55-91) 211-1677

DOCUMENTOS BÁSICOS



COOPERAÇÃO AMAZÔNICA PARA O CONHECIMENTO E USO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS HÍDRICOS DA REGIÃO

Marco Antonio R. Dias e
Luís Aragón***

Introdução

-
- Assistente especial do Reitor da Universidade das Nações Unidas e Ex-diretor da Divisão de Educação Superior da UNESCO (1981-1999).
 - Pesquisador colombiano, Coordenador do NAEA, Universidade Federal do Pará

Este texto apresenta a visão integrada de dois especialistas latino-americanos, um brasileiro, outro colombiano, com ampla experiência em cooperação universitária, na esfera nacional e internacional, e com vivência no trato de problemas de interesse global, referente aos aspectos éticos e políticos da questão ambiental nos tempos modernos, e a relevância da cooperação internacional para a superação de importantes obstáculos que envolvem a questão.

Não cabe aqui, portanto, discutir questões técnicas sobre a água, mas sim trazer a tona questões atuais que são cruciais para a sobrevivência do planeta e como estão ou poderiam ser inseridas a educação superior e a cooperação internacional nessas discussões. Partindo de informações básicas sobre a problemática da água e conhecendo a importância desse recurso para a humanidade são abordadas questões que dizem respeito ao risco que corre a humanidade com um produto que, em realidade, não é renovável, que é limitado, que vem sendo poluído e estragado pela má utilização dos seres humanos, que já falta em grande parte do mundo e que poderá provocar catástrofes de grande escala caso medidas corretivas não sejam tomadas imediatamente. E em este aspecto a educação superior e a cooperação internacional podem e devem jogar papel preponderante. A intenção é, portanto, levantar as questões mais críticas e controversas do momento, para que a problemática seja debatida e, esperamos, resolvida de forma justa.

A questão da água no mundo é discutida nos mais diversos foros e alertada nos mais diversos meios. Alguns fatos:

- No dia 21 de maio de 2002, uma nota de uma funcionária franco-brasileira da Comissão Europeia, Leda Guillemette, advertia, sob o título, “Brasil: grande exportador de água!”, que as Nações Unidas já haviam dado o alerta: em 2025, cerca de 2.7 bilhões de pessoas estarão fazendo face ao problema da falta de água, se todos os países continuarem a tratar a água como um bem inesgotável. Países como o Brasil, detentores de grandes reservatórios naturais de água doce, são considerados fornecedores potenciais. A nota prossegue informando que a demanda aumenta no mundo inteiro de maneira extraordinária e, assinala, constituindo-se num “mercado de dimensões ainda não calculadas”. A Amazônia detém por volta de 15% da água doce do mundo.
- No dia 15 de maio de 2002, a UNESCO divulgou um “Informe sobre a valorização da água no mundo”, onde se dizia que no quadro do Programa Mundial para a avaliação dos recursos em água, reuniu-se, em Paris, naquela época, um grupo de trabalho de alto nível, encarregado de preparar um informe para ser apresentado na reunião de cúpula mundial sobre o desenvolvimento sustentável que se realizaria em agosto de 2002 em Johannesburgo (UNESCO, 2002). A nota informava sobre a realização também, em março de 2003, do Terceiro Fórum Mundial sobre a Água e completava dizendo que para a UNESCO é necessário facilitar, nos níveis regional e internacional, a aplicação de enfoques integrados que insistam sobre a necessidade de cooperação entre e além das fronteiras em torno de recursos como o da água doce.

- No encarte «Energia, sabendo usar não vai faltar», distribuído com jornais brasileiros durante a crise de energia elétrica sofrida no país em 2001, podia-se ler coisas do gênero seguinte: 92% da energia elétrica brasileira é produzida em usinas hidrelétricas.
- A legislação brasileira atual, fundamentada na Política Nacional de Recursos Hídricos, tem como pontos básicos os seguintes:
 - a água é um bem de domínio público ;
 - a água é um recurso natural limitado, dotado de valor econômico ;
 - em situação de escassez, o uso prioritário dos recursos hídricos é o consumo humano e a dessecação dos animais ;
 - a gestão deve sempre proporcionar o uso múltiplo das águas ;
 - a bacia hidrográfica é a unidade territorial para implementação de políticas e gerenciamento ;
 - a gestão deve ser descentralizada e contar com a participação do poder público, dos usuários e das comunidades.
- O Correio da UNESCO de fevereiro de 1999 dedicou um dossier completo à questão da água, onde podem encontrar-se informações extremamente úteis para a compreensão da questão (UNESCO, 1999). Por exemplo:
 - Até recentemente, hidrólogos e engenheiros tinham respostas prontas para a questão da água. Bastava construir barragens gigantes, dessalinizar a água, transferi-la por aquedutos de zonas úmidas para regiões secas. Hoje, tais soluções não são aceitáveis. São caras em termos econômicos e ecológicos. Hoje, prefere-se reduzir a demanda e, para isso, há os que defendam a idéia de fazer os consumidores pagar. Fala-se mesmo de se instaurar um mercado internacional da água para que os países carentes pudessem comprá-la daqueles que têm excesso.
 - Estima-se que, nas regiões mais vulneráveis, cerca de 460 milhões de pessoas ou seja 8% dos habitantes do planeta, são carentes em matéria de água. E um quarto da população mundial está ameaçada de se encontrar em idêntica situação. Si medidas urgentes não são tomadas, dois terços da humanidade correm o risco de sofrer uma penúria de água de moderada a grave antes do ano 2025. Em realidade, a situação é, desde já, gravíssima. Em uma outra publicação da UNESCO, Lord Selborne (2002) afirma que 1.5 bilhão de pessoas já se encontram, hoje, sem acesso a água potável.
 - Também no consumo de água, as desigualdades são marcantes: um habitante de Madagascar na área rural dispõe de 10 litros de água por dia, um francês de 150 litros e um norte-americano de 450. A penúria se agrava com a poluição. Em muitas regiões, a qualidade tornou-se tão má que não pode ser utilizada nem para fins industriais.
 - Pela primeira vez na história da humanidade, as cidades vão abrigar mais habitantes que o interior e, em consequência, consumir cada vez mais água. Hoje,

a agricultura capta 69% da água consumida no mundo, a indústria 23% e as residências 8%.

- Mais de 40% da água dos rios, das rochas-reservatórios e dos lagos, encontram-se concentradas em seis países: Brasil, Rússia, Canadá, Estados Unidos, China e Índia.

A comercialização da água

As notas acima transcritas são úteis porque revelam uma realidade que está aí diante de nós: A água não se multiplica. Ela é limitada e, com o aumento da população e os estragos da poluição, ela se torna cada vez mais rara. Pouca gente sabe, por exemplo, que 97.5% da água existente na terra é salgada, que a água doce (2.5% apenas do total) é, em grande parte inutilizável. No total, apenas 1% da água doce da terra é de fácil acesso (fonte////).

Assim, é fácil de se entender por que a grande questão, hoje, é: este bem tão raro deve ser tratado como um bem público, como um patrimônio do ser humano, do cidadão, ou deve ser entregue e submetido às regras do comércio ?

Riccardo Petrella aponta a essência da questão:

“...o mais antigo dos bancos suíços, Pictet, decidiu, no final de janeiro de 2000, lançar um fundo de aplicação internacional sobre 80 valores na bolsa de empresas especializadas no campo da água. Uma ‘première’ na história das finanças. O banco informa que as despesas atuais nos domínios da água e do tratamento representam somente 35% a 45% do que será necessário no plano mundial no decorrer dos próximos dez anos” (Petrella, 2000).

Essa decisão do banco suíço é um indicador da importância econômica da questão e ajuda a compreender o que se passa no mundo e, em particular, nos dias de hoje no quadro da Organização Mundial do Comércio. Um banco suíço não tomaria uma decisão desta natureza se não tivesse certeza dos lucros que vai auferir com esta iniciativa.

No mundo inteiro, há uma tendência de privatização dos serviços de fornecimento de água. Muitos justificam esta tendência por uma razão simples. O produto natural é limitado e, se a população não paga por ele, não o valoriza, não economiza. Se o argumento é discutível no que se refere à irrigação, admitamos que seja válido na utilização comercial ou industrial, que dizer da utilização como bebida, essencial para a sobrevivência do ser humano ?. Afinal, uma pessoa pode sobreviver até um mês sem comer, mas, no máximo, uma semana sem beber água. Em termos proporcionais, os lares consomem apenas 8% da água doce utilizada no mundo. A garantia do acesso à água deve, por razões éticas, ser assegurada a todos, em particular aos pobres. É indecente que, em pleno século XXI, milhões de pessoas não tenham acesso a uma água realmente potável e que tantas crianças deixem de sobreviver por falta de água ou por consumo de um produto contaminado. A verdade é que os números sobre a extensão da população carente de acesso à água potável divergem segundo os métodos e as informações utilizadas pelos analistas. Mas são sempre significativos e, do ponto de vista humanitário, terríveis.

Em realidade, o acesso à água potável de boa qualidade, mais que uma necessidade, é um direito e, nos dias de hoje, uma condição indispensável para o exercício da cidadania. Entretanto, em geral, hoje, declarações governamentais preferem utilizar a palavra necessidade. Evita-se a menção ao direito, pois este traz consigo restrições à ação dos que defendem a comercialização de todos os aspectos da vida. Para estes, a água é uma mercadoria e ninguém pode reivindicar direitos sobre uma mercadoria à exceção, é evidente, do proprietário, do industrial, do comerciante. Os consumidores que paguem o preço que se fixe para o produto.

As grandes empresas no campo da água são cada vez mais conhecidas. Estão nas bolsas de valores e passam a ser vistas em todas as frentes ligadas a este produto natural. Vivendi, Suez-Lyonnaise, Biwater, Thames Water, Bouygues no trato e comercialização da água potável; Nestlé e Danone com a água mineral. Agora, companhias como Coca-Cola, Pepsi Cola e outras vendem garrafas de água normal purificada e, segundo elas, melhor e mais segura que a água da torneira. Segundo informa Ricardo Petrella (2002), os dirigentes do Banco Suíço Pictet prevêem que, por volta de 2010, mais de 1.6 bilhão de pessoas terão seu fornecimento de água garantido pelo setor privado. Isto significaria mais que 500% de aumento em relação aos dias de hoje.

Entra em cena a OMC

Nesta hora, entra em cena a Organização Mundial do Comércio (OMC). Mas, para prosseguirmos na análise deste tema, é bom ter em mente algumas informações essenciais. O objetivo do AGCS –Acordo Geral sobre Comércio de Serviços- aprovado em abril de 1994, é o de provocar uma liberalização progressiva dos serviços, inclusive os educativos e aqueles relativos ao meio ambiente.

Tivemos oportunidade de analisar esta questão no que se refere à educação (Dias 2002). Funcionários da OMC, assim como países exportadores de “serviços educativos” entendem que, a partir do momento em que um país aceite que instituições particulares ministrem ensino, este passa a ser qualificado como serviço comercial, submetido, pois, às regras gerais de todo serviço comercial.

O GATS ou AGCS engloba atualmente 134 países. Ele visa cobrir todos os serviços ou tudo que possa ser definido serviço. A educação não escapa, pois, à tentativa de controle. Ao contrário, a OMC define quatro modalidades de serviços que, evidentemente, aplicam-se todas à educação: (1) o fornecimento de serviços através das fronteiras, (2) o consumo dos serviços no estrangeiro, (3) a presença comercial (quando, por exemplo, um estrangeiro torna-se proprietário no território de outro país, como fazem as cadeias de hotéis), (4) a presença de pessoas físicas.

Nos seus regulamentos, a OMC prevê compromissos e obrigações gerais que se aplicam direta e automaticamente a todos os membros e compromissos setoriais, resultado, em princípio, de negociações. Na prática, há que se tomar em consideração que o artigo II do AGCS estabelece que os Estados membros são obrigados a estender imediatamente e sem condições aos serviços e fornecedores de serviços de todos os Estados membros “um

tratamento não menos favorável que aquele que outorgam aos serviços semelhantes e aos fornecedores de serviços semelhantes de qualquer outro país". Em outras palavras, o que é concedido a alguém ou a alguma empresa de um país, deve ser extendido igualmente a pessoas ou empresas de todos os demais países. Derrogações são possíveis e os Estados têm de elaborar uma lista das exceções que querem que vigore antes que os acordos entrem em vigor. Mas, têm duração limitada.

A situação nem sempre é muito clara quando se lêem os documentos da OMC. Todos os analistas, mesmo os ferozes defensores dos procedimentos da OMC, reconhecem que os países em desenvolvimento foram marginalizados por não participarem das discussões que levaram ou levam a decisões na OMC. No entanto, o certo é que os compromissos são considerados obrigatórios desde a data em que um acordo entre em vigor se um Estado não apresentar, na época, restrições a sua aplicação. Três anos depois da entrada em vigor, um Estado pode solicitar modificações, mas se um país se considera prejudicado, pode solicitar compensações. O AGCS ou GATS adotou um programa de trabalho incorporado, pelo simples fato de que, por ocasião do Ciclo do Uruguai, completado em 1994, nem todas as negociações puderam ser finalizadas. Os Estados membros assumiram então o compromisso de se lançar numa série de negociações sucessivas para ampliar a liberalização. Atualmente, daí a importância da questão, estamos justamente na fase de tentativa de abertura dos mercados para os «serviços educativos» e para os serviços relativos ao meio-ambiente.

Quais são as doze áreas de serviço que a OMC deseja cobrir? De acordo com um documento de 1999, relativo à área de cobertura do AGCS, são os seguintes (OMC, 1999):

- serviços fornecidos às empresas (incluindo-se aí os serviços profissionais e os serviços informáticos)
- os serviços de comunicação
- os serviços de construção e de engenharia a ele vinculados
- os serviços de distribuição
- os serviços de educação
- os serviços ligados ao meio ambiente
- os serviços financeiros (serviços de seguro e serviços bancários)
- os serviços de saúde e os serviços sociais
- os serviços relativos ao turismo e às viagens
- os serviços recreativos, culturais e esportivos
- os serviços de transporte e
- outros serviços não incluídos na lista acima mencionada

Conseqüências da regulamentação na OMC

Alguns países têm ou tiveram eleições presidenciais este ano de 2002, entre eles o Equador, a Colômbia, a França e o Brasil. Alguém poderia indagar, com um certo grau de ingenuidade plenamente justificada, que sentido há em se eleger um presidente e formar-se um governo, quando as multinacionais e grandes grupos tomam decisões unilaterais olhando somente seus interesses financeiros e num momento em que todas suas funções passam a ser controladas e todas as decisões são tomadas no marco de organismos como o Banco Mundial,

o FMI e, agora, com um poder de regulamentação sem contestação, a OMC ? Aqui vale recordar a amargura de um Lionel Jospin que dizia, na televisão, em setembro de 1999, quando a empresa Michelin anunciava a supressão de 7 500 empregos, que já não acreditava ser possível administrar a economia.

De toda evidência, é necessário que se faça com o meio ambiente o que se iniciou a fazer com a educação superior: estudar quais são as implicações do acordo geral sobre o comércio de serviços nesta área. De início, há que se ver que se pretende atingir tudo o que se refira à proteção de paisagens, de pesquisa em ecotoxicologia e, principalmente, de captação de águas. Além do mais, grandes empresas européias desejam dispor do direito de explorar, sem limites nem restrições, as camadas freáticas contendo água subterrânea. A Comissão Européia, defendendo os interesses dos grupos localizados no continente europeu, já analisou os obstáculos à ação das empresas privadas que trabalham com água e que, seguindo as regras da OMC, devem ser eliminados. Trata-se da existência de monopólios ou fornecedores exclusivos, de restrições relativas a formas legais de atividades econômicas, a normas referentes a licenças ou autorizações de funcionamento e de exploração e restrições relativas a movimento de pessoal.

A delegação européia na OMC elaborou uma lista de serviços ligados ao meio ambiente que devem ser abertos à concorrência (Bertrand e Kalafatides, 2002). São os seguintes: captação das águas, proteção da natureza e das paisagens, proteção das florestas e promoção de uma gestão durável das florestas, estudos de impacto sobre o meio ambiente, serviços de pesquisa-desenvolvimento, programas de sensibilização do público.

Quando o AGCS (GATS) foi aprovado em 1994, não se falava em sua extensão aos serviços de água potável. A maioria dos países considerava que esta é uma área de responsabilidade dos poderes públicos. Por sua vez, a utilização da água subterrânea é normalmente considerada uma operação delicada que deve ser submetida a controles estritos. Sabe-se que nas discussões em Genebra, atualmente, estas áreas são objeto de discussões e de tentativas de inclusão no marco do AGCS.

A idéia da água como bem público fez seu caminho, mas, agora, levando-se em consideração o fato de que muitos consideram que tem um valor econômico, a tendência parece se inverter e busca-se transformá-la em mais um elemento exclusivo de comércio. Que implicará isto?

Vejamos dois exemplos. Em 1995, na Argentina, uma filial de Vivendi consegue uma concessão por trinta anos para a exploração dos serviços de água na província de Tucumán. São previstos grandes investimentos para renovação do sistema e a firma é autorizada a duplicar as faturas dos consumidores. Alguns meses mais tarde, em vez de melhoria, o que se vê é que a água torna-se marrom. A população se revolta e o contrato é rompido pelas duas partes. Mas, em 1997, segundo informações divulgadas em Paris, Vivendi apresenta queixa contra o governo argentino reclamando 100 milhões de dólares a título de compensação e de resarcimento. A questão foi colocada para exame pela Corte internacional de resolução de conflitos do Banco Mundial.

Na Bolívia, mais precisamente, em Cochabamba algo de semelhante se passou. Bechtel, uma firma gigante de São Francisco, obteve a concessão para a exploração do

serviço de águas e, em dezembro de 1999, dobrou o preço da água. A população se revolta, há mortos e a lei de privatização da água é revogada. Bechtel pede uma indenização de 40 milhões de dólares.

Um outro exemplo é citado de situações que podem ser criadas com a submissão deste serviço à OMC. A província canadense de Vancouver exportava aos Estados Unidos água, através de navios supertanques. Tendo decidido, para defender interesses canadenses, suspender o fornecimento, a empresa norte-americana Sun Belt recorreu em função de normas do tratado ALENA e pede indenização num total de 500 milhões de dólares.

Temos aí um elemento de natureza econômica, mas também de natureza ética. Na Conferência das Nações Unidas sobre a água em 1977, os participantes estatuíram que «todos os povos....têm direito ao livre acesso à água potável em quantidade e de qualidade iguais às suas necessidades básicas». Em realidade, podemos falar de uma questão de dignidade humana: não há vida sem água, este bem tão precioso deve ser administrado de maneira a ter em vista sempre a solidariedade para que todos possam dele beneficiar-se e viver de maneira decente.

O Tratado de Cooperação Amazônica

A discussão da problemática do uso da água na e da Amazônia requer análise do papel do Tratado de Cooperação Amazônica como instrumento de integração regional e mecanismo de políticas públicas que poderá liderar iniciativas de desenvolvimento envolvendo todos os países amazônicos.

O TCA é assinado em Brasília, em 03 de julho de 1978, pelas repúblicas de Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela, mas sua atuação ao longo de um quarto de Século tem sido considerada por diversos analistas como muito limitada em relação ao desafio imposto no seu Artigo Primeiro¹:

“As partes contratantes convêm em realizar esforços e ações conjuntas a fim de promover desenvolvimento harmônico de seus respectivos territórios amazônicos, de modo a que essas ações conjuntas produzam resultados eqüitativos e mutuamente proveitosos, assim como para a preservação do meio ambiente e a conservação e utilização racional dos recursos naturais desses territórios” (MRE, s.d.).

Após a Conferência Mundial da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento de 1992, o TCA tratou de implementar alguns projetos em nível da Grande Amazônia, mas poucos avanços se conseguiram. São muitos e de ordem diversa os fatores que limitaram a implementação dos projetos do TCA, entre os que se destaca a fragilidade institucional do próprio Tratado (Román 1998).

¹ A bibliografia sobre o TCA é ampla. O próprio TCA publicou seu acervo em CD (TCA, 1999). Entre as análises mais abrangentes sobre a atuação do Tratado, destacam-se Román (1998), Aragón (1994; 2001), e Costa-Filho (2002a).

Como o seu nome indica, o Tratado é um mero documento com a assinatura dos Ministros de Relações Exteriores dos oito países amazônicos. Não é pessoa jurídica e, por tanto, não existe como organismo, e sua Secretaria é rotativa.

Reconhecendo-se essa limitação, os esforços do TCA a partir de 1992 centraram-se em fortalecer institucionalmente o Tratado. Durante a gestão da Secretaria Pró-Tempore no Peru, que seguiu imediatamente à do Equador, elabora-se e aprova-se em reunião do Conselho de Ministros uma proposta que concretizou uma aspiração antiga de vários países: a criação de uma Secretaria Permanente do Tratado (Botto, 1999). Como resultado dessa proposta formula-se a criação da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), com sede permanente no Brasil. O processo tramitou pelos parlamentos dos oito países, culminando em 2002 com a ratificação do último país amazônico (Colômbia) de um Protocolo de Emenda do Tratado de Cooperação Amazônica aprovado em 1998, que cria a “Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), dotada de personalidade jurídica, sendo competente para celebrar acordos com as Partes Contratantes, com Estados não-Membros e com outras organizações internacionais,” agregando que “A Organização do Tratado de Cooperação Amazônica terá uma Secretaria Permanente com sede em Brasília, encarregada de implementar os objetivos previstos em conformidade com as resoluções emanadas das Reuniões de Ministros das Relações Exteriores e do Conselho de Cooperação Amazônica.” (MRE, s/d: 13).

O estabelecimento da Secretaria da OTCA em Brasília está previsto para este ano de 2002. Os seminários realizados tanto a nível nacional como internacional e os trabalhos de consultoria encomendados para estabelecer um programa de trabalho da OTCA permitem antever os desafios a serem enfrentados, mas também as grandes oportunidades de realizar significativos avanços na procura do desenvolvimento sustentável da região. A OTCA representa um salto qualitativo significativo e a consolidação do Tratado, já que será um organismo multilateral e, portanto, pessoa jurídica, que passa a coordenar a cooperação entre os oito países e a implementar projetos e programas. A OTCA representa, dessa forma, o maior esforço de integração sub-regional na história da Amazônia, através do qual será possível acordar os princípios básicos que nortearão o desenvolvimento da Região.

Uma das prioridades identificadas nas reuniões preparatórias à instalação da Secretaria da OTCA, realizadas em 2002, é a questão dos recursos hídricos (Costa-filho, 2002a). Há inclusive a proposta de criar uma Comissão Especial de Hidrologia, Climatologia e Gerenciamento de Recursos Hídricos da Amazônia (Setti, 2002). Destaca-se também a necessidade de fortalecer a capacidade instalada regional em todas as áreas, e de atualizar a cartografia da região, no nível continental, de forma sistemática e com a utilização das mais modernas tecnologias.

Ninguém sabe ao certo qual é a população da Grande Amazônia e como é a sua composição demográfica. Um levantamento minucioso da demografia da Amazônia é urgente para que se possa saber quais são os reais problemas que essa população enfrenta, ao mesmo tempo de saber onde localizar as ações. Na última reunião preparatória à instalação da OTCA, realizada em Manaus, esta foi uma reivindicação de vários especialistas convidados (Costa-Filho 2002b).

A OTCA deverá implementar programas para conhecer a legislação ambiental, sobretudo do uso das águas, nos oito países amazônicos de forma que normas estabelecidas

num país não se inviabilizem por leis existentes em outros. De igual forma, ações conjuntas, no que se refere ao transporte tanto de mercadorias como de passageiros, devem ser estabelecidas. Enfim, a OTCA é o instrumento ideal para identificar as verdadeiras potencialidades da Região, formular programas em nível da Grande Amazônia e implementar ações que levem a um verdadeiro desenvolvimento sustentável, principalmente através de parcerias com ONGs, universidades, institutos de pesquisa e órgãos governamentais em todo nível.

Cooperação interuniversitária

Neste campo, as universidades têm um grande papel a exercer, estudando e analisando as questões de maneira objetiva e desenvolvendo programas de educação e de comunicação ambientais de caráter multidisciplinar. Mas, não podem agir só. É necessária a ampliação da cooperação entre as instituições de ensino superior. Em primeiro lugar, que instituições teriam condições, como as universidades, de fazer uma análise crítica e objetiva das implicações sociais das questões ambientais e, no caso concreto que estamos mencionando, da inclusão dos serviços ambientais e, em particular das questões ligadas à água, à OMC? ou de analisar todas as implicações tecnológicas e sociais dos problemas nesta área?

Segundo a Conferência de Tbilissi (1977), a educação ambiental deve se destinar a:

- grande público (a comunicação é essencial);
- grupos específicos, profissionais, em particular aqueles cuja atividade têm influência direta sobre o meio ambiente: engenheiros, arquitetos, administradores e planejadores, industriais, sindicalistas, os que decidem no campo político, econômico e financeiro, agricultores, professores e, acrescentamos, jornalistas e profissionais da comunicação em geral.

É na universidade que a maioria destes profissionais obtém sua formação e esta é a instituição privilegiada para assegurar a todas estas categorias uma formação extracurricular em matéria de meio ambiente. Uma política de informação específica para estas categorias deve também ser encontrada.

Que caminho devem seguir as universidades interessadas nesta matéria?

Em primeiro lugar, buscar uma coordenação de todas as unidades e pessoas trabalhando neste domínio, procurando agir de maneira coerente. Em alguns lugares, busca-se criar um curso específico de Meio Ambiente ou Ecologia (interdisciplinaridade). Muitas procuram tomar medidas visando à criação de uma pedagogia do meio ambiente, através da incorporação da dimensão ambiental nos programas ou disciplinas tradicionais e conexas através da multidisciplinaridade que permitirá que se trate de questões que vão do habitat até temas ligados à cultura, com ênfase nas análises da realidade social e econômica.

Estes dois eixos se referem à formação e à pesquisa, mas, paralelamente, pode se desenvolver um esforço de prestação de serviços à comunidade e aí a comunicação é o fator essencial. A ação pode ser isolada, mas, neste campo, cuja incidência é global, as universidades

sentem, cada vez mais, a necessidade de se reunirem em redes, que exigem, para seu funcionamento, a instalação, às vezes, de complexos sistemas de comunicação.

Contribuição da Universidade das Nações Unidas

Na área internacional, a Universidade das Nações Unidas (www.unu.edu), com sede em Tóquio, busca desenvolver esforços cooperativos em duas áreas básicas:

- a) governabilidade, o que implica ações no campo dos direitos humanos, da democracia e da paz e
- b) desenvolvimento sustentável, onde se incluem as questões ligadas ao meio ambiente, ciência e tecnologia, e também aos sistemas hidrológicos. A questão da água está presente nestas problemáticas e há um programa dedicado a esta questão com sede no Canadá.

O problema da água na UNU é tratado de maneira integral, cobrindo todos os componentes do ciclo hidrológico, ou seja: águas de superfície, águas nos lençóis freáticos, manguezais, e águas marítimas. O problema de águas e fronteiras torna-se cada vez mais fundamental neste campo. A penúria de água, a destruição de mananciais combinada com a poluição, são elementos a serem analisados. Um listado de alguns dos projetos em desenvolvimento no quadro da UNU revela o alcance desta visão do problema: water pollution monitoring and governance in coastal areas (regiões da Ásia e Pacífico), governance of transboundary water resources (estudos são feitos na região do Danúbio, Ganges, Indus, Mekong, Nilo e Zarr); Technological and policy dimensions of the arsenic contamination in the Asian Region (trata-se igualmente de sério problema na Amazônia); cooperative international research project on marine and environment.

Além disso, a UNU está buscando desenvolver um projeto de biblioteca global sobre a água (Global Water library), uma biblioteca virtual que poderia fornecer ao mundo em desenvolvimento o conhecimento global sobre ecossistemas de água fresca e sua gestão.

Finalmente, a UNU desenvolve, a partir do Canadá, uma rede internacional sobre “Água, Meio-Ambiente e Saúde”. Todos estes programas podem ser de utilidade para as instituições amazônicas e para o fortalecimento do Programa de Cooperação Sul-Sul que desenvolvem conjuntamente a UNESCO, a Universidade das Nações Unidas, e a Academia de Ciências do Terceiro Mundo, com intensa participação da Associação de Universidades Amazônicas (UNAMAZ). Este programa deveria ser reforçado, dando-se prioridade ao exame da questão da água na Amazônia e nos demais áreas tropicais úmidas, incluindo instituições amazônicas nos projetos acima mencionados. Aliás, durante a Conferência Mundial de Educação Superior, em outubro de 1998, a UNU foi a principal responsável pela organização de um debate temático sobre a educação superior e o desenvolvimento humano sustentável. Ali, o reitor da UNU, Professor Van Ginkel, apresentou um documento –que serviu de documento de trabalho do debate temático- onde sugeriu que, para produzir as mudanças necessárias na ação das universidades, era necessário:

- a) fomentar os programas de pesquisa e de formação interdisciplinares e em colaboração;
- b) promover redes interdisciplinares de especialistas ambientais nos planos local, nacional e internacional;
- c) fomentar tanto entre o pessoal como entre os estudantes uma perspectiva ambiental seja qual for o campo do estudo;
- d) insistir nas obrigações éticas.

Exemplos de cooperação interuniversitária

Rede significa união, implica colaboração e comunicação. Um dos grandes obstáculos identificados para o desenvolvimento da cooperação a nível internacional está localizado justamente na dificuldade de comunicação de muitos cooperantes, incapazes de compreender o universo mental daqueles com quem são chamados a colaborar. Uma idéia a ser retomada é a que foi lançada no quadro da UNESCO para o desenvolvimento de uma rede cuja sigla é GOUTTE – Organização Global de Universidades para o Ensino, Treinamento e Ética da Água.

De grande importância, neste momento, é pois apoiar o projeto coordenado pela Fundação Universidade do Amazonas, estabelecendo um Núcleo Amazônico para Tecnologia em Educação a Distância e Telemedicina (NATESD). O Núcleo é o ponto focal de uma rede inicial de seis universidades federais brasileiras, localizadas todas na Amazônia: e que se dispõem a juntar recursos humanos e materiais para uma ação conjunta no campo virtual, começando por ações no domínio da saúde. Este projeto, além das ações específicas que nele são completadas, poderá criar condições básicas para o desenvolvimento de um amplo banco de dados sobre a Amazônia.

A Universidade Federal de Rondônia, a Universidade Federal do Amazonas, a Universidade Federal do Acre, a Universidade Federal do Amapá, a Universidade Federal de Roraima e a Universidade Federal do Pará foram as instituições que aderiram a este projeto que visa a formar recursos humanos, usando as novas tecnologias na Amazônia e a democratizar o acesso ao ensino, com as novas tecnologias, utilizando-as para resolver o problema da saúde das populações na Amazônia. Não há dúvidas de que programas como este é que são necessários para se iniciar um ataque organizado à subnutrição, a doenças endêmicas (malária, cólera, verminoses, hanseníase, tuberculose, elefantíase) e doenças introduzidas pela civilização ocidental como a simples gripe, fatal para os indígenas, a sífilis, a AIDS e outras. Um esforço de apoio internacional a este projeto desenvolve-se através de uma rede internacional (GUS – Global University System), criada em 1999, em Tampere, na Finlândia (

Outro programa importante a ser mencionado e apoiado é o Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PDTU), que integra cursos de especialização, mestrado e doutorado do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos NAEA da Universidade Federal do Pará. A UNU, a UNESCO e a OEA apoiaram cursos de especialização desse programa, e a UNU já anunciou sua intenção de conferir bolsas de estudos a estudantes oriundos de outros países amazônicos que não o Brasil para que possam completar em Belém seu mestrado. Em algum momento, será importante levar-se adiante a idéia de se implantar paralelamente, utilizando a metodologia desenvolvida pela UOC – Universidad

Oberta de Catalunya (www.uoc.edu), um doutorado que combinasse o virtual com o presencial e que contasse com a participação de instituições de ensino superior as mais diversas no espaço amazônico e no espaço ibero-americano. Este programa, que somente poderá ser implementado graças à cooperação internacional, beneficiaria tanto outros Estados brasileiros como os demais países amazônicos.

Há que se destacar também que os estudos de pós-graduação que incorporam as dimensões ambientais na Amazônia, especialmente na Amazônia brasileira, têm aumentado nos últimos anos. Entre estes o curso de mestrado e doutorado do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, em cooperação com a Universidade Federal do Amazonas, sobre Biologia de Água Doce e Pesca Interior, oferece um alto potencial de expansão para toda a Amazônia Brasileira e demais países amazônicos. Na Universidade Federal do Pará, o curso de mestrado em Ecossistemas Costeiros do seu campus de Bragança conseguiu afirmar-se e espera projetar-se a nível Pan-amazônico. A Universidade Nacional da Colômbia estabeleceu recentemente um mestrado em estudos amazônicos na sua sede de Letícia e o Centro de Estudos do Desenvolvimento (CENDES) da Universidade Central da Venezuela estabeleceu, como resultado de um programa da UNAMAZ, um mestrado em saúde e meio ambiente voltado para assuntos amazônicos.

Há que reconhecer que certos pontos no espaço amazônico são especialmente propícios para desenvolver ações de cooperação universitária transfronteriza. Letícia na Colômbia, é ponto de encontro de Peru, Colômbia e Brasil, podendo, portanto, atender populações dos três países. A Universidade Federal do Acre desenvolve dentro do Programa de “Desenvolvimento Sustentável na Fronteira Tri-Nacional,” a “Iniciativa MAP”, conformada por um triângulo internacional cujos vértices são o Municípios de Madre de Dios (Peru), o Estado do Acre (Brasil) e o Departamento de Pando (Bolívia), que funciona através de acordos de cooperação com as prefeituras locais com o propósito de implementar ações que levem ao desenvolvimento da Região dentro dos princípios da sustentabilidade (Costa-Filho, 2002b). Mas há outros lugares passíveis de implementar programas transfronteiriços como Roraima, onde a Universidade Federal de Roraima poderia fortalecer sua cooperação com instituições da Guiana e Venezuela. E em pesquisa existe o Programa ECOLAB, liderado pelo Museu Paraense Emílio Goeldi, que agrupa pesquisadores de instituições do Suriname, da Guiana Francesa, Amapá, Pará e Maranhão, com programas integrados de pesquisa relacionados com os ecossistemas da costa amazônica.

Conclusões

Um compromisso com uma ordem mundial que não seja baseada no predomínio de uns sobre os outros é, além do mais indispensável. Não se pode na organização do mundo, como em particular em questões como a da água, orientar-se simplesmente por considerações mercantis. Meio ambiente e desenvolvimento sustentável são indissociáveis e, como dizia, há uma dezena de anos em Paris (maio de 1992), a então presidente do Conselho executivo da UNESCO, Marie Bernard-Meunier, "se a miséria persistir em algum lugar, ela acabará por se tornar universal."

No campo da água, a cooperação interuniversitária na Amazônia é mais que indispensável. Um dos mitos referentes a esta região diz ser ela o pulmão do mundo. Não é, diz Alberto Setzer, pesquisador do INPE. Mas, esclarece o pesquisador, se a floresta amazônica for

destruída teremos problemas de toda ordem, particularmente no campo hídrico (Setzer, 1989). Com ele concorda Emanuel Soares de Almeida, pesquisador do Museu Goeldi : «quarenta por cento de nossos grandes e médios rios possuem formadores fora de nossas fronteiras e se nossos vizinhos promovessem também a poluição mercurial e o desmatamento indiscriminado nessas nascentes, nós seríamos drasticamente atingidos» (Almeida, 1989).

Em dezembro de 2001, o Conselho da Universidade das Nações Unidas aprovou um programa de pesquisa e de formação (RTP – research and training programme) destinado a desenvolver pesquisas e formar recursos humanos para o Pantanal, uma das maiores áreas úmidas contínuas do planeta. O pantanal tem a maior parte de sua área localizada no Brasil (Mato Grosso e Mato Grosso do Sul), mas atinge também Bolívia e o Paraguai. O programa da UNU será implementado em colaboração com entidades do governo federal e dos governos estaduais e contará com a participação das Universidades federais e estaduais dos dois estados. Em médio prazo, deverá contar com a participação de instituições da Bolívia e do Paraguai e colaborar com organizações em outras regiões do mundo com uma situação semelhante à do Pantanal.

Uma cooperação deste programa com o Programa de Cooperação Sul-Sul seria desejável. A água é o elemento essencial deste programa, sendo considerada responsável pelo equilíbrio da região e garantia da existência de uma fauna extraordinária. Aí também a ação humana pode ser destruidora do equilíbrio ecológico. Fez história a discussão sobre a construção de uma hidrovia que, segundo muitos, impediria as inundações sazonais de uma grande parte do território, elemento essencial para a manutenção do equilíbrio e para a sobrevivência de várias espécies.

Relembremos, agora, para terminar, análises do Professor Armando Dias Mendes que, há mais de trinta anos, vem defendendo a formação de recursos humanos para assegurar um desenvolvimento humano na Amazônia, onde os habitantes desta região não só recebam um tratamento melhor de governantes e de entidades internacionais aqui agindo, mas sejam eles os que decidam aonde ir e como ir nesta matéria.

Num estudo elaborado com vistas à criação de uma rede universitária na região, elaborado por solicitação da Divisão do Ensino Superior da UNESCO e do então CRESALC –Centro Regional para o Desenvolvimento do Ensino Superior na América Latina e no Caribe- em Caracas, Armando Mendes dizia, em meados dos anos 80, que «é oportuno advertir contra o possível recrudescimento do que pode se chamar a «Síndrome de Hyleia». «Por Hyleia, dizia Armando Mendes, estamos sintetizando o Instituto Internacional da Hyleia Amazônica, órgão que se tentou criar no quadro da UNESCO nos idos de 1946. O instrumento diplomático que daria vida ao instituto não chegou a ser homologado pelo Congresso brasileiro, nem pelo de alguns outros países amazônicos, e por isso foi inviabilizado. E a principal razão para o fracasso reside no fato de que nossos países viram no instituto um instrumento para a internacionalização da Hyleia ou Pan-Amazônia. É que, entre outras coisas, dentro da UNESCO havia sido proposta a criação de um organismo colegiado internacional para gerir o instituto com a participação de países europeus (v.g. Grã Bretanha, França e Países Baixos, supostamente em função das Guianas, suas colônias). Mais: tais países alheios à região, segundo estimava Armando Mendes, assumiam um peso e um papel que suplantava o dos países amazônicos» (Mendes, 1988).

O documento elaborado por Armando Mendes foi apresentando à reunião da constituição da UNAMAZ e apontou uma série de princípios básicos para a ação dessa Associação. Estes princípios são validados até hoje não somente para a UNAMAZ, mas para todos aqueles que desejem colaborar com o desenvolvimento da região. Os princípios são os seguintes (Mendes, 1988):

o princípio da **amazonidade** – ou seja, a garantia de que os destinatários de qualquer programa cooperativo são instituições amazônicas, por sua localização, vocação e ação;

o princípio da **continentalidade** – no sentido de abranger todos os países amazônicos, sem exclusão de nenhum (cumpre, portanto, incorporar a este levantamento e suas consequências a Guyana e o Suriname) ;

o princípio da **individualidade** – pela aplicação do qual se respeita, intransigentemente, as peculiaridades e idiossincrasias nacionais, regionais e institucionais, em cada Amazônia nacional ;

o princípio de **igualdade** – de tal forma que, independentemente das dimensões nacionais de cada país amazônico, ou das dimensões amazônicas dentro das fronteiras nacionais em cada caso, os CEAMs (Centros de Estudos Amazônicos) ou as UNAMs (Universidades Amazônicas) recebam tratamento igualitário, equitativo, proporcional às suas necessidades e possibilidades ;

o princípio da **espontaneidade** – para que nenhuma universidade amazônica ou centro de estudos amazônicos se sinta compelido, contra sua vontade, a aderir ou renunciar ao Programa ;

O princípio da **unicidade** – é o mesmo que dizer, «não duplicidade», mediante o qual se evitará repetir iniciativas anteriores, surgidas no seio dos próprios CEAMs ou UNAMs.

A Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) poderá liderar programas fundamentais para o desenvolvimento da Amazônica a nível continental. Certamente a Amazônia de hoje não é a Amazônia de 1978 quando o TCA foi assinado. O mundo mudou e a Amazônica também. As condições parecem, hoje, propícias para uma fortalecer verdadeira cooperação amazônica que coloque os países frente a frente onde as fronteiras sejam fatores de união e não de separação.

REFERÊNCIAS

Almeida, Emanuel Soares (1989). “A outra face da internacionalização da Amazônia”. *O Liberal*. 30 de abril.

Aragón, Luis E. (1994). *The Amazon as a Study Object: Building Regional Capacity for Sustainable Development*. Stckholm, Swden: Institute of Latin American Studies/Stockholm University.

Aragón, Luis E. (2001). *Ciência e Educação Superior na Amazônia: Desafios e Alternativas de Cooperação Internacional*. Belém: NAEA/UNAMAZ.

Botto, Manuel Picasso (1999). “The Amazon Cooperation Treaty: A Mechanism for Cooperation and Sustainable Development.” In Biswas, Asit K.; Cordeiro, Newton V.; Braga, Benedito P. F.; Tortajada, Cecília (Editors). *Management of Latin American River Basins: Amazom, Plata, and São Francisco*. Tokyo: United Nations University Press.

Costa-Filho (2002a). *A Amazônia nas Vésperas da OTCA*. Brasília: MRE (Trabalho de consultoria não publicado).

Costa-Filho (2002b). *OTCA: Ata e Avaliação do Seminário Internacional “O Futuro do TCA”*, Manaus, 13 a 15 de agosto de 2002. Brasília: MRE (Trabalho de consultoria não publicado).

Dias, Marco Antonio (2002). “Educação superior: Bem público ou serviço comercial regulamentado pela OMC?”. In Panizzi, Wrana Maria (Org). *Universidade: Um lugar fora do poder*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, pgs. 31-109.

Guillemette, Leda (2002). “Brasil: Grande exportador de água!”. *Notícias MCT*, 24 de abril.

Mendes, Armando Dias (1988). “O papel da universidade no desenvolvimento científico e tecnológico da região Amazônica.” In Aragón, Luis E. e Imbiriba, Nazaré (Org.) *Universidade e Desenvolvimento Amazônico*. Belém: UNAMAZ/UFPA, pgs. 9-60.

Ministério das Relações Exteriores – MRE (s.d.) *Tratado de Cooperação Amazônica*. Brasília: MRE.

OMC (1999) – documentos sobre serviços na página web www.wto.org

Petrella, Riccardo (2000). “Nouvelle conquête de l’or bleu”. *L’Monde Diplomatique*. Março-abril.

Román, Mikael (1998). *The implementation of international regimes: The case of the Amazonian Cooperation Treaty*. Uppsala (Sweden): Uppsala University.

Selborne, Lord (2002). *A ética do uso da água doce: Um levantamento*. Brasília: UNESCO.

Seixas Lourenço, José (2001). Amazônia: trajetórias e perspectivas in Brasil, um século de transformações (Ignacy Sachs, Jorge Wilheim e Paulo Sérgio Pinheiro, organizadores), Companhia das Letras

Setti, Arnaldo Augusto (2002). “A legislação e os sistemas institucionais de gestão dos recursos hídricos no Brasil e sua relevância para a Amazônia.” (nesta coletânea).

Setzer, Alberto (1989). A improvisoção destrói a Amazônia – Muitos planos e poucos recursos- As críticas ao Brasil são hipócritas- Debate na redação de O Estado de São Paulo, publicado neste jornal no dia 02 de maio de 1989, páginas 15 a 17.

TCA – Tratado de Cooperação Amazônica (1999). Memoria Institucional. Caracas: Secretaria Pró-Témpore do TCA (CD).

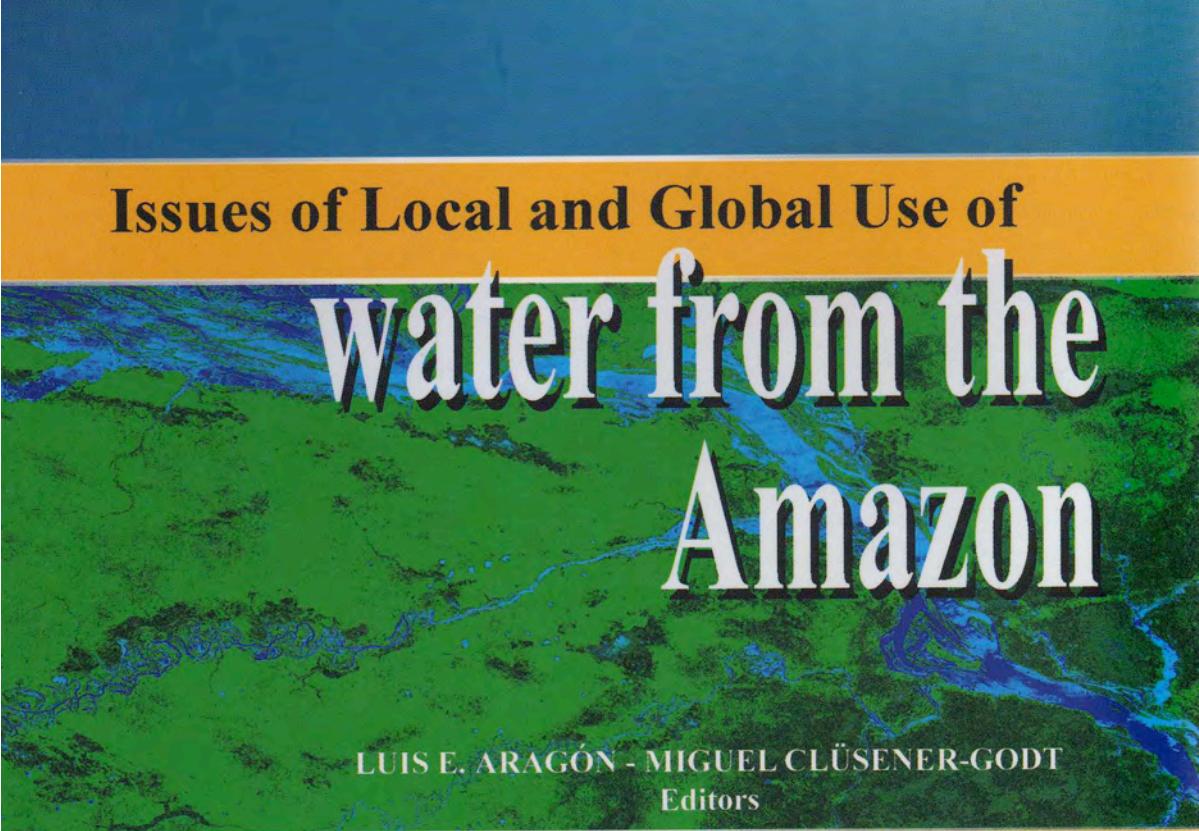
UNESCO (2002). “Informe sobre a valorização da água no mundo”. Paris

UNESCO (1999). “Eau douce: à quel prix!”. Correio da UNESCO, dossier especial- pgs. 18 a 36

DOCUMENTO NÚMERO 15

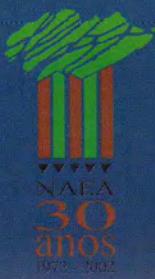
English Version

ISSUES OF LOCAL AND GLOBAL USE OF WATER FROM THE AMAZON



Issues of Local and Global Use of water from the Amazon

LUIS E. ARAGÓN - MIGUEL CLÜSENER-GODT
Editors



10. AMAZONIAN CO-OPERATION FOR KNOWLEDGE ON WATER RESOURCES AND FOR THE SUSTAINABLE USE OF THESE RESOURCES IN THE REGION

Marco Antonio R. Dias *
Luis E. Aragón **

1. INTRODUCTION

This paper presents the combined viewpoints of two Latin American specialists. The two specialists, from Brazil and Colombia, have vast experience in the area of university co-operation, both nationally and internationally. In addition to this experience, they also know how to deal with matters of global interest. These matters concern the ethical and political aspects of environmental issues in modern times and the relevance of international co-operation in order to overcome the important obstacles that surround these issues.

The objective of this paper is not to discuss technical issues related to water, but to raise current issues that are crucial for the survival of the planet and to discuss how higher education and international co-operation can be included as part of these discussions. Based on basic information about issues related to water, and aware of the importance of this resource for humanity, questions related to the threat to humanity due to finite water re-

* Special assistant to the Rector of the United Nations University and former director of UNESCO's Higher Education Division (1981 - 1999). E-mail:mardias@wanadoo.fr

** Coordinator of the Center for Advanced Amazonian Studies/Federal University of Pará. E-mail: aragon@amazon.com.br / aragon@naea.ufpa.br

sources are discussed. Water has been polluted and watercourses degraded by the careless use of this resource by human beings. There is already a water shortage in many regions of the world. This situation can cause large-scale catastrophes unless corrective measures are taken immediately. As regards these measures, higher education and international co-operation may and should play a dominant role. Therefore, the intention is to raise the most critical and controversial issues of the moment, so that the situation can be fully discussed and hopefully resolved fairly.

2. FACTS CONCERNING THE ISSUE OF WATER IN THE WORLD

The situation of the world's water resources has been discussed at various levels, and attention has been called to the problem covering a range of fields. Here are some facts:

- * On May 21, 2002, a note from a French-Brazilian employee with the European Commission, Leda Guillemette, alerted under the headline, "Brazil: Great Exporter of Water!". The United Nations had already called attention to the subject and warned that if countries continued to treat water as a limitless resource, then about 2.7 billion people will encounter problems of water shortages by 2025. The note continues that there is an extraordinary increase in the demand for water in the world and points out that it is a "market whose dimension has not yet been calculated". The Amazon alone holds about 15% of the world's freshwater resources. Countries like Brazil, with large natural fresh-water reservoirs, are considered potential suppliers.
- * On May 15, 2002, UNESCO distributed the "Bulletin on the Valorization of Water in the World", informing of the convening of the World Program for the Evaluation of Water Resources high-level working group in Paris. Their task was the preparation of a report to be presented at the World Summit on Sustainable Development, in Johannesburg, August 2002 (UNESCO, 2002). The bulletin also mentioned that the Third World Water Forum would be held in March 2003. The bulletin stated that UNESCO believes it is necessary to facilitate integrated views at regional and international levels that maintain the need for co-operation by countries in order to tackle the situation of freshwater resources.
- * In the brochure, "Energy: If You Know How to Use It, You Will Always Have It", which was distributed through Brazilian newspapers during the electricity crisis in 2001, was reported that 92% of all Brazilian electricity is produced by hydroelectric power plants.
- * The basic principles in current Brazilian legislation, based on the National Water Resources Policy, are as follows:

- Water is a public good
 - Water is a limited natural resource which has economic value
 - When there is a shortage of water resources, priority is given to human consumption and the provision of water to animals
 - The management of water resources must always allow for the multiple uses of water
 - The water basin is the territorial unit for the implementation of policies and management
 - Water resource management must be decentralized and should involve the participation of the government and that of users and communities
- * The UNESCO Newsletter of February 1999 dedicated an extensive dossier to water-related issues. It contained useful information on these issues (UNESCO, 1999). For instance:
- Until recently, hydrologists and engineers had ready-made answers to water-related issues. The solution was to build gigantic dams, to desalinate water and to channel water from humid zones to dry regions through aqueducts. These solutions are no longer acceptable. They are expensive in economical and ecological terms. Nowadays, the objective is to reduce the demand for water. There are those who defend the idea that to achieve this water users should be charged for the water they use. The idea of an international water market, making it possible for countries with water shortages to buy water from countries where this resource is abundant, has been discussed.
 - It is estimated that in the most vulnerable regions, there are about 460 million people who have no access to water. This accounts for 8% of the world's population. This situation therefore threatens one fourth of the world's inhabitants. If urgent measures are not taken, two thirds of humanity will suffer from moderate or severe water shortages by the year 2025. In reality, the situation is already very serious. In another UNESCO publication, Lord Selborne (2002) stated that currently 1.5 billion people do not have access to freshwater.
 - Inequalities are also evident regarding water consumption: an individual living in a rural area in Madagascar has access to 10 liters of water a day, in France he has access to 150 liters and a North American has access to 450 liters. The lack of water is further aggravated by pollution. In many regions, the quality of water has become so poor that water cannot even be used for industrial purposes.

- For the first time in history, there will be more people living in cities than in rural areas. Consequently, water consumption will increase. Today, 69% of all water consumed in the world is used in agriculture, 23% is used by the industrial sector and 8% is attributed to domestic consumption.
- More than 40% of riverine waters, rock-reservoir and lake waters are found in six countries: Brazil, Russia, Canada, the United States, China and India.

3. WATER COMMERCIALIZATION

The points outlined above are very clear: water is not a renewable resource, it is finite. With the increase in the number of people and the damage caused by pollution, water has become increasingly rare. Moreover, 97.5% of the earth's water is saline and freshwater, which accounts for only 2.5% of the total amount of water available, is mostly inexploitable. Only 1% of the total amount of freshwater available on earth can be easily accessed.

With this in mind, it is easy to understand why the most important current issue is whether such a rare resource should be treated as a public good, as belonging to humanity, or should it be subjected to commercial rules?

Riccardo Petrella highlights the core issue:

"...in the end of January, 2000, the oldest of Switzerland's banks, Pictet, decided to create an international investment fund. This fund should invest 80% of its net assets in the securities of companies specializing in the water sector. This was the first time this happened in the history of finance. The bank states that current expenses for the capture and treatment of water account for only 35% to 45% of the amount necessary in the world over the next ten years" (Petrella, 2000).

The decision of the Swiss bank to invest in the water industry illustrates the economic importance of this issue. It also highlights the current thinking within the World Trade Organization. After all, the Swiss bank would not have taken this initiative if there incurred an element of risk.

There is a tendency to privatize water supply services around the world. Many justify this trend because of the limited supply of this natural resource. It is thought that individuals are more inclined to save water if they are made to pay for it. Although this idea is open to debate as concerns irrigation, the argument may be valid with regards to the commercial and industrial use of water. However, it is contentious to argue about the utilization of potable water, which is essential for the survival of mankind. After all, an individual can survive for a month with no food but less than a week without water. Proportionally, households consume only 8% of the total amount of freshwater used world-

wide. For ethical reasons, access to water must be guaranteed to all, particularly the poor. It is unacceptable in the 21st century that millions of people do not have access to drinking water and that so many children die due to a lack of water or as a result of having consumed contaminated water.

In reality, access to good quality drinking water is considered more than just a need, it is our right. However, in declarations made by governments, the word "right" is frequently replaced with "necessity" as commercial restrictions often apply. The term "right" is avoided because it restricts the action of those that defend the commercialization of all aspects of life. For these, water is a merchandise and nobody can reivindicate rights over a merchandise, except the owners, the industrialists or the businessmen. For the consumers rest to pay the price fixed for the product.

The big water companies are becoming increasingly well known. They are listed on stock markets and present in every water-related sector. Vivendi, Suez-Lyonnais, Biwater, Thames Water and Bouygues are commercial water treatment companies. On the other hand, companies such as Nestlé and Danone commercialize bottled mineral water. Companies like Coca-Cola, Pepsi and others sell bottled purified water. They claim that bottled water is better and safer than tap water. According to Ricardo Petrella (2002), the Swiss Bank, Pictet predict that over 1.6 billion people will have their water supply provided by the private sector in 2020. This translates by an increase of more than 500%, compared to the current situation.

4. THE WORLD TRADE ORGANIZATION (WHO)

The World Trade Organization also plays a part in the new ethos. However, before we begin analyzing its role, it is important to keep in mind that the objective of the General Agreement on Trade in Services, GATS, which was approved in April 1994, was to set in motion a progressive liberation of services, including educational and environment related services.

In terms of education, we had the opportunity to analyze this issue (Dias, 2002). The World Trade Organization, as well as countries that export "educational services", believe that when a country accepts to provide educational services via private institutions then these services can be qualified as commercial services and are thus subject to the general rules that regulate commercial services.

Currently, GATS comprises 134 countries whose mandate covers all services, and everything that can be defined as a service. Education is no exception, on the contrary, the WHO defines four kinds of services that are linked to education: (1) services provided across borders, (2) services consumed abroad, (3) commercial presence (which takes place, for instance, when a foreigner becomes a property owner in a country that is not his own, i.e. a hotel) and (4) the movement of natural persons across borders.

World Trade Organization regulations set out general commitments and obligations that directly and systematically apply to all members and to all sectorial commitments as a result of negotiations. Article II of GATS declares that member-states must accord "services and service suppliers from other member countries treatment no less favorable than that accorded to any other country". This should take immediate effect and with no restrictions. In other words, an agreement concerning someone or a company from one country must be equally applicable to individuals and companies from other member states. However, derogations can be made, and the states must present a list of the exceptions they wish to submit before the agreements come into force. However, these derogations are only valid for a limited period of time.

This situation is not always clearly defined in WTO documentation. All analysts, even those who fiercely defend WTO procedures, recognize that developing countries were marginalized because they did not participate in the discussions that lead or led to the decisions made by the WTO. However, it is true that commitments are mandatory at the date on which an agreement comes into force. This remains the case unless the state presents any restrictions to its enforcement. Three years after the agreement comes into force, a state can request modifications. If another country feels that as a result of the modifications it has been wronged in some way, the country in question may claim compensation. An integrated work program was adopted by GATS following the Uruguay Round completed in 1994, as not all negotiations were finalized. Member-states confirmed the commitment to engage in a series of successive negotiations to facilitate liberalization. Today, we are at the phase of opening markets for "educational services" and for environment related services and is thus an important issue.

According to a 1999 document pertaining to GATS, the WTO will encompass twelve service areas. They are as follows (WTO, 1999):

- * Services companies (including professional services and computer science services)
- * Communication
- * Construction and related engineering services
- * Distribution
- * Education
- * Services related to the environment
- * Financial services (insurance and banking)
- * Health and social services
- * Services related to tourism and travel
- * Entertainment, culture and sports

- * Transportation services and
- * Other services not included in the above list

5. CONSEQUENCES OF THE WTO REGULATION

In 2002, there were presidential elections in Ecuador, Colombia, France and Brazil. One can reasonably question the reasons behind electing a president and forming a government when large multinational companies make unilateral decisions that only take into account their own financial interests. This is a time when all government functions are influenced by organizations such as the World Bank, the International Monetary Fund, and more recently, the WTO, whose power to pass regulations is unquestionable. Decisions are often taken that depend on the expectations of these organizations. It is worth recalling Lionel Jospin's bitterness when, in September 1999, Michelin announced 7,500 job cuts. On television, he said that he believed it was no longer possible to manage the economy in such a situation.

It is evident that there is a need to tackle environmental issues in much the same way as higher education, and the implications of GATS in this matter must be analyzed. The initial objective must include every aspect related to the protection of landscapes, ecotoxicology research and above all, water catchment. Furthermore, large European companies expected to be granted the right to exploit underground water sources without the imposition of limits or restrictions. The European Commission has already analyzed probable obstacles to the activities of private water companies in order to defend the interests of European groups. According to established rules of the WTO, these obstacles must be eliminated. These include the existence of monopolies or exclusive suppliers, restrictions to legal economic activities, norms related to granting licenses or authorizations for operation and exploitation as well as restrictions concerning staff turnover.

The European delegation to the WTO elaborated a list of services related to the environment, which should be open to competition. These include the following themes: water catchment, nature, forest and landscape protection, environmental impact assessments, research-development services, public awareness programs and the support of long-term forest management.

When GATS was approved in 1994, potable water services was not an issue and was therefore not discussed. Most countries considered this matter to be the responsibility of the government. Conversely, the utilization of underground water tables was considered to be a delicate issue and understandably subjected to strict control. These issues are now being discussed in Geneva and attempts are being made to include them in the GATS framework for action.

In the past, water was considered a public good. Today, the reverse is true as people realize now the economic value of water. This tendency suggests that water is becoming an exclusively commercial commodity. What are the implications of this?

Here are two examples:

In Argentina in 1995, a branch of Vivendi Environment was granted a thirty-year concession to operate water services in Tucumán province. Substantial investments were envisaged to modernize the system and as result, the company was authorized to charge twice as much from users. In the following months, no improvements had been made. Worse still, the water turned brown. The population demonstrated their anger and the two concerned parties broke off the contract. However, in 1997, according to information issued in Paris, Vivendi Environment filed a formal accusation against the Argentinian government. The company claimed 100 million dollars as compensation for their losses. The situation was submitted for analysis to the World Bank's International Center for the Settlement of Investment Disputes.

A similar situation occurred in Cochabamba, Bolivia when Bechtel, a large San Francisco based firm, was granted a concession to operate water services. In December 1999, the firm doubled the price charged for water. The population demonstrated, which led to the death of certain demonstrators. The government revoked its water privatization legislation and Bechtel is now suing the Bolivian government for 40 million dollars.

Another example of a situation that might occur as a consequence of WTO's control of water services occurred in the Canadian province of Vancouver. Water was exported from Canada to the United States by tanker ships. However, in order to defend Canadian interests, the Canadian government ceased water exportation. Today, based on NAFTA regulations, the North American Company, Sun Belt, is suing the Canadian government for a total of 500 million dollars.

The above examples demonstrate both the economic and ethical dimensions of the water issue. In 1977, during the United Nations Water Conference, participants established that "all peoples (...) have the right to have access to drinking water in quantities and of a quality equal to their basic needs". In fact, this is a matter of human dignity: after all, there is no life without water. Thus, this precious sought-after resource must be managed, bearing in mind humanitarian solidarity, so that everyone can benefit and lead an honorable life.

6. THE AMAZON CO-OPERATION TREATY

Discussing issues related to the use of water in the Amazon demands that the role played by the Amazon Co-operation Treaty (ACT) be analyzed. It would act as an instrument for regional integration and provide a mechanism for the creation of public policies that might serve to lead development initiatives that would involve all the Amazon countries.

The ACT was signed in Brasília on July 3 1978, by the republics of Bolivia, Brazil, Colombia, Ecuador, Guyana, Peru, Surinam and Venezuela. However, various analysts

have considered its activities over the past 25 years as being very limited with regard to the challenges defined in Article 1:¹

“The Contracting Parties agree to undertake joint actions and efforts to promote the harmonious development of their respective Amazonian territories in such way that these joint actions produce equitable and mutually beneficial results and also achieve the preservation of the environment and the conservation and rational utilization of the natural resources of these territories.” (Ministry of Foreign Affairs)

Following the United Nations Environment and Development Conference in 1992, the ACT implemented a few projects in the Amazon. However, little progress was made; the factors that limited the implementation of ACT projects were numerous and varied. The institutional weakness of the Treaty can be identified as one of these factors.

As its name suggests, the Treaty is simply a document signed by the Foreign Affairs Ministers of the eight Amazon countries. It is not a legally bound entity and therefore does not exist as an organization. Moreover, the Secretariat headquarters changes periodically of country.

Once those limitations were recognized, the ACT focused its efforts on strengthening the institutional nature of the Treaty, which began in 1992. During the management of the Pro-Tempore Secretariat in Peru, which immediately followed that of Ecuador, a proposal was elaborated and approved at the Ministers Council Meeting. This proposal satisfied the long-time request made by various countries: the establishment of a permanent Secretariat for the Treaty (Botto, 1999). The result of this proposal was the creation of the Amazon Co-operation Treaty Organization (ACTO), which is permanently based in Brazil. The process was presented to the parliaments of the eight countries concerned. In 2002, the last Amazonian country (Colombia) confirmed the Amendment Protocol to the Amazon Co-operation Treaty, which was approved in 1998. This Protocol established the “Amazon Co-operation Treaty Organization”, which from that point on was a legally binding entity. This gave the Treaty the power to sign agreements with Contracting Parties, non-member States and other international agencies.

“The Permanent Secretariat of the Amazon Co-operation Treaty Organization will be based in Brasília. This Secretariat will be responsible for implementing the foreseen objectives in compliance with the resolutions made during the Meetings of Ministers of the Foreign Affairs and those of the Amazon Co-operation Council” (Ministry of Foreign Affairs, s/d: 13).

¹

Bibliography about the ACT is wide-ranging. ACT itself published its bibliography in CD (ACT, 1999). Among the most comprehensive analysis of the Treaty see Román (1998), Aragón (1994; 2001) and Costa-Filho (2002a).

The founding of the ACTO Secretariat was set for the year 2002. The seminars carried out at both national and international levels and the consultancy services requested, in order to establish a work program for the ACTO, make it possible to envisage the challenges ahead. Furthermore, they allow us to anticipate the great opportunities ahead and to make meaningful progress in the pursuit of sustainable development in the region. ACTO represents a significant step in terms of quality and the consolidation of the Treaty. This is true because of the multilateral nature of the organization and its status as a legally bound entity, with the power to coordinate co-operation efforts and to implement projects and programs in the eight countries. Thus, ACTO is the best attempt for sub-regional integration in the history of the Amazon. It makes it possible for countries to agree on the principles that will guide the development of the region.

In 2002, preparatory meetings were held in order to identify priorities for the establishment of the ACTO Secretariat. One of the priorities identified was the water issue (Costa-Filho, 2002a). There is even a proposal for the creation of a Special Commission for Hydrology, Climatology and Water Resource Management in the Amazon (Setti, 2004). The need to strengthen regional capacity in all areas is equally important, as is the mapping of the region at a continental level by systematically updating data using modern technologies.

Nobody knows exactly how many people live in the Amazon or its demographic structure. It is therefore urgent to carry out a detailed survey of the Amazon in order to identify the actual problems facing the population. This survey would also help determine the regions where activities are to take place. This request was proposed by various specialists who were invited to take part in the last preparatory meeting for the establishment of the ACTO, which took place in Manaus (Costa-Filho, 2002 b).

ACTO shall implement programs in order to become acquainted with environmental legislation in the eight Amazon countries, particularly as concerns water-related legislation. This will guarantee that regulations are consistent in every country and that laws in one country are not annulled in another. Likewise, joint actions related to the transportation of goods and passengers shall be established. ACTO is the ideal instrument for identifying the true potential of the region and to formulate and implement programs and actions that serve the entire Amazon, and that lead to sustainable development. This can be achieved mainly through partnerships with NGOs, universities, research institutes and government organizations at all levels.

7. INTERUNIVERSITY CO-OPERATION

Universities play an important role in this field. They objectively study and analyze these issues and they develop multidisciplinary programs in the fields of environmental education and communication. Nevertheless, universities cannot act alone. It is essential to widen the co-operation among higher education institutions. Firstly, we need

to identify the institutions with the means, as is the case with universities, to critically and objectively analyze the social implications of environmental issues and, in this specific case, to analyze the inclusion of environmental services, particularly water related issues, at the WTO. Which institutions would be capable of analyzing all the technological and social implications of the problems in the region?

According to the Tbilissi Conference, in 1977, environmental education should be targeted at:

- * the general public (communication is essential);
- * specific groups of professionals, particularly in areas of activity that directly influences the environment. These include engineers, architects, administrators and planners, industrialists, union leaders, decision-makers in political, economical and financial sectors, rural workers, teachers and journalists, and professionals in the area of communication.

Most of these professionals are university-educated. Thus, the university is a privileged institution that guarantees that all these categories of individuals receive an environmental education. Furthermore, information specific to these categories should also be acknowledged.

Which path should universities follow if they are interested in this issue?

Firstly, coordination efforts between all individuals and entities working in this field should be sought, and any actions must be undertaken in a coherent fashion. In some instances, the formation of a specific course on the environment or ecology is the objective (interdisciplinarity). Many universities are beginning to take measures to create an environmental pedagogy. This could be achieved by incorporating an environmental aspect to traditional programs and subjects that are related to the issue via the principle of multidisciplinarity. This will make it possible for a great number of issues, ranging from natural habitats to themes linked to culture, to focus on the analysis of social and economic realities.

In an effort to provide the community with services, communication is often the essential factor. There are regions where actions may be isolated, but since the theme of environment is wide-ranging, universities increasingly feel that there is a need for them to be part of a network. Occasionally, and in order for these networks to operate, complex communication systems have to be installed.

8. THE CONTRIBUTION MADE BY THE UNITED NATIONS UNIVERSITY

In the international arena, the United Nations University (www.unu.edu), based in Tokyo, seeks to develop cooperative efforts in two basic areas: a) governance, which entails actions in the fields of human rights, democracy and peace and b) sustainable development, which includes issues related to the environment, science and technology as well as issues related to hydrological systems. Water is always an integral part of these issues. A Canadian-based program is dedicated to this issue.

At the UNU, the water issue is treated in its entirety. This means that all components of the hydrological cycle are included: surface waters, underground water reservoirs, mangrove swamps and sea water. Problems involving water and border disputes have become increasingly important. Water shortages, the destruction of water springs and pollution are issues that demand to be analyzed. A few of the projects being developed within the framework of the UNU are listed below; revealing the scope of the problem:

- * Water Pollution Monitoring and Governance in Coastal Areas (Asia-Pacific region),
- * Governance of Transboundary Water Resources (studies are being carried out in the following river basins: Danube, Ganges, Indus, Mekong, Nile and Zambezi),
- * Technological and Policy Dimensions of Arsenic Contamination in the Asian Region (an equally serious problem with arsenic contamination occurring in the Amazon) and the
- * Cooperative International Research Project on Marine and Coastal Environment.

In addition to this, the UNU has sought to develop a project for a "Global Water Library. The objective of this virtual library is to provide the developing world with global knowledge on fresh water ecosystems and their management.

Finally, the UNU has developed an international network on "Water, Environment and Health", based in Canada. All these programs can assist institutions in the Amazon. They can also strengthen the South-South Co-operation Program, developed by UNESCO, the United Nations University and the Third World Academy of Science. In addition, there is intense participation of the Association of Amazonian Universities (UNAMAZ). This program should be encouraged by the prioritization of the water issue in the Amazon and in other humid tropical areas, moreover, Amazonian institutions should be included in the above mentioned projects. Incidentally, during the World Conference on Higher Education, held in October 1998, UNU was responsible for the organization of a discussion on

the theme of higher education and sustainable human development. At the Conference, the Rector of UNU, Professor Van Ginkel, presented a document, which served as the basis for the discussion theme, in which he suggested that in order to make the necessary changes concerning activities of universities, it was necessary to do the following:

- a) Foster research programs and interdisciplinary education programs involving co-operation;
- b) form interdisciplinary networks of environment specialists on the local, national and international level;
- c) foster an environmental perspective among staff members and students, regardless of their field of study;
- d) insist on the enforcement of ethical obligations.

9. EXAMPLES OF INTERUNIVERSITY CO-OPERATION

The word "network" means being united. It implies collaboration and communication. One of the greatest obstacles of the development of international co-operation is the fact that many participants have difficulty communicating (Aragón, 1997). An idea to be reconsidered is the one that was presented in UNESCO's framework for the development of a network called GOUTTE, which stands for Global Organization of Universities for Teaching, Training and Ethics in the Field of Water.

It is very important to support the project coordinated by the Federal University of Amazonas, which established an Amazonian Center for Distance Education and Telemedicine Technology (Núcleo Amazônico para Tecnologia em Educação a Distância e Telemedicina - NATESD). The Center is the basis of a network that includes six Brazilian Federal Universities, all of which are located in the Amazon. Their objective is to gather human and material resources for collaborative action in the "virtual" field, starting with actions in the field of health. In addition to developing specific activities, this project will establish the basic conditions for the development of a comprehensive databank on the Amazon.

Among the institutions that joined the project, and whose goal is to train people in the area of human resources to use new technologies in the Amazon, are: the Federal University of Rondônia, the Federal University of Amazonas, the Federal University of Acre, the Federal University of Amapá, the Federal University of Roraima and the Federal University of Pará. These new technologies will be used to solve the health problems of people in the Amazon. Another objective is to democratize access to education. There is no doubt that such programs are necessary in order to embark on an organized fight against such serious problems as malnutrition and endemic diseases (malaria, cholera, verminosis, leprosy, tuberculosis and elephantiasis), as well as diseases brought over by western civilization. These diseases include the flu, which was fatal for the Indians, syphilis and

places where transboundary programs can be implemented, such as in Roraima where the Federal University of Roraima could strengthen its co-operation with institutions in Guyana and Venezuela.

In terms of research, there is the Program for Tropical Coastal Ecosystem Studies (ECOLAB), led by the Emilio Goeldi Museum in Pará. This Program gathers researchers from institutions in Surinam, French Guyana, Amapá, Pará and Maranhão. The researchers develop integrated research programs according to the ecosystems found in the Amazonian coast. Other relevant examples linked to research are: the Program "Processes of Change in the Amazon Estuary due to Anthropic Activities and Environmental Management" (MEGAM), coordinated by the Center for Advanced Amazonian Studies; the program "Management and Dynamics in Mangrove Swamp Areas in Northeastern Pará" (MADAM), developed by the Federal University of Pará at Bragança, and the Program "Natural Resources and Anthropology of Maritime, Riverbank and Estuarine Societies - Social Organization, Development and Sustainability in Fishing Communities in the Amazon" (RENAS), coordinated by the Goeldi Museum.

10. CONCLUSIONS

The commitment to a world organization that is selfless and not based on the control of some over others is absolutely critical. It is unimaginable to live in a world whose organization is solely based on commercial interests, particularly as regards such issues as water. Environmental and sustainable development objectives cannot be dissociated, as Marie Bernard-Meunier, president of the UNESCO Executive Board said in Paris ten years ago (May 1992) "if the state of extreme poverty remains unchanged in one place, it will end up becoming universal."

As regards the water issue, inter-university co-operation in the Amazon is fundamental. One of the myths concerning this region is that the Amazon are the lungs of the Earth. This is not true according to Albert Setzer, a researcher for the National Institute for Space Research (INPE). However, he says that if the Amazon Forest is destroyed then we would face many serious problems, especially with water (Setzer, 1989). Emanuel Soares de Almeida, a researcher for the Goeldi Museum, agrees with Setzer. According to him, "the springs that feed forty percent of our large and medium rivers are located outside our borders. Therefore, if our neighbors pollute these springs with mercury and practice indiscriminate clearings in the areas where these springs are located, we will be drastically affected" (Almeida, 1989).

In December 2001, the United Nations University Council approved a program for research and training (RTP - Research and Training Program), whose objective was to carry out research and provide training in the area of human resources in the Pantanal, one of the largest humid areas on the planet. Most of the Pantanal is located in Brazil (Mato Grosso and Mato Grosso do Sul), but its area extends to the territories of Bolivia and

Paraguay. The UNU program will be implemented with the collaboration of federal government agencies and state government organizations, as well as federal and state universities of both states. In the medium term, the program should depend on the participation of institutions from Bolivia and Paraguay. It should also cooperate with organizations in other regions of the world that present a situation similar to the one in Pantanal.

Co-operation between this program and the South-South Co-operation Program is of course desirable. Water is the essential element of this program. It is believed to affect regional equilibrium as well as ensuring the presence of extraordinary fauna. Human activities can destroy the ecological balance in both these instances. The historical discussion regarding the construction of a waterway that, according to many people, would keep seasonal floods from occurring in a great part of the territory would be the key element for maintaining this balance and the survival of various species.

Finally, to recall the analyses of Professor Armando Dias Mendes, who for over thirty years defended the idea that there should be training in the area of human resources to ensure human development in the Amazon; according to Professor Mendes, the inhabitants should receive better treatment from the government and from the international agencies that operate in the region. Furthermore, the professor indicated the importance that the people living in the region should decide their own future.

With the objective of creating a university network in the region, a study was elaborated upon the request of UNESCO's Higher Education Division and of the Regional Center for the Development of Higher Education in Latin America and the Caribbean (CRESALC) based in Caracas. During the mid 1980s, Prof. Armando Mendes said, "it is necessary to warn about a possible comeback of what can be called the Hyleia Syndrome". Prof. Mendes was referring to the International Institute of the Amazonian Hyleia. In 1946, there was an attempt to create such Institute with links to UNESCO. The Brazilian Congress never approved the diplomatic instrument needed to establish the institute, nor did the Congresses of the other Amazonian countries approve it.

The creation of the institute was thus considered unworkable. The major reason for the project's failure was due to the fact that the Amazonian countries began to consider the institute as an instrument for the internationalization of the Hyleia or Pan-Amazon. In fact, the creation of an international agency, among other things to coordinate the institute jointly with a few European countries such as Great Britain, France and the Netherlands (supposedly because of the Guyanas, which were their own colonies) was proposed within UNESCO. Furthermore, according to Prof. Armando Mendes, "although these countries were not part of the region, the importance and the role they were to take outweighed the importance and the role of the Amazon countries" (Mendes, 1988).

The document elaborated by Prof. Armando Mendes was presented at the meeting that established the Association of Amazonian Universities - UNAMAZ. This document highlighted a series of basic principles for the operation of this Association. These principles are still valid, not only for UNAMAZ but also for all those who are interested in

contributing to the development of the region. These principles are as follows (Mendes, 1988):

- a) the principle of "amazoneidade" - this is the guarantee that the beneficiaries of any co-operative program will be Amazonian institutions by location, vocation and action;
- b) the principle of "continentalidade" - the idea is to include all Amazonian countries, without the exclusion of any (therefore incorporating Guyana and Surinam to this project and its outcomes);
- c) the principle of individuality - through which respect is shown for national, regional and institutional distinction in each national Amazon;
- d) the principle of equality - the Centers for Amazonian Studies (CEAMs - Centros de Estudos Amazônicos) and Amazonian Universities (UNAMs) should receive equal and equitable treatment, according to their needs and possibilities. This should not depend on the national magnitude of Amazon countries, nor should it depend on how much of the Amazon is located within each country.
- e) the principle of spontaneity - so that no Amazonian University or Center for Amazonian Studies should feel forced to join or not to join the Program;
- f) The principle of uniqueness - this means "no duplicity". Through this principle the repetition of initiatives previously taken at Centers for Amazonian Studies or Amazonian Universities will be avoided.

The Amazon Co-operation Treaty Organization can coordinate fundamental programs for the development of the Amazon at a continental level. Certainly, the Amazon today is not the same Amazon of 1978 when the ACT was signed (Lourenço, 2001). The world has changed, as has the Amazon. Today, conditions seem ripe to forge true co-operation in the Amazon. This would involve interpreting borders as links between countries rather than boundaries that separate them.

BIBLIOGRAPHY

- ACT - AMAZON CO-OPERATION TREATY. 1999. Memoria Institucional. Caracas: Pro-Tempore Secretariat of the ACT (CD).
- ALMEIDA, EMAÑUEL SOARES. 1989. A outra face da internacionalização da Amazônia. *O Liberal*. April 30.
- ARAGÓN, LUIS E. 1994. *The Amazon as a Study Object: Building Regional Capacity for Sustainable Development*. Stockholm, Sweden: Institute of Latin American Studies/Stockholm University.

- ARAGÓN, LUIS E. 1997. Fortalecimiento de la Cooperación Internacional Horizontal en América Latina. In: Yarzábal, Luis (Ed.) *La Educación superior en el Siglo XXI: Visión de América Latina y el Caribe*. Caracas: CRESALC/UNESCO, pgs. 1143-1166.
- ARAGÓN, LUIS E. 2001. *Ciência e Educação Superior na Amazônia: Desafios e Alternativas de Cooperação Internacional*. Belém: NAEA/UNAMAZ.
- BOTTO, MANUEL PICASSO. 1999. The Amazon Co-operation Treaty: A Mechanism for Co-operation and Sustainable Development. In: Biswas, Asit K.; Cordeiro, Newton V.; Braga, Benedito P. F.; Tortajada, Cecília (Editors). *Management of Latin American River Basins: Amazon, Plata, and São Francisco*. Tokyo: United Nations University Press.
- COSTA-FILHO, ALFREDO. 2002a. A Amazônia nas Vésperas da OTCA. Brasília: MRE (Unpublished Consultancy Work).
- COSTA-FILHO, ALFREDO. 2002b. OTCA: Ata e Avaliação do Seminário Internacional “O Futuro do TCA”, Manaus, 13 a 15 de agosto de 2002. Brasília: MRE (Unpublished Consultancy Work).
- DIAS, MARCO ANTONIO. 2002. Educação superior: Bem público ou serviço comercial regulamentado pela OMC?. In: Panizzi, Wrana Maria (Org). *Universidade: Um lugar fora do poder*. Porto Alegre: UFRGS Publishing House, pgs. 31-109.
- GUILLEMETTE, LEDA. 2002. Brasil: Grande exportador de água! *Notícias MCT*, April 24.
- LOURENÇO, JOSÉ SEIXAS. 2001. Amazônia: Trajetórias e perspectivas. In: Sachs, Ignacy; Wilheim, Jorge; Pinheiro, Paulo Sérgio (Orgs.) *Brasil: Um Século de Transformações*. São Paulo: Companhia das Letras, pgs. 349-369.
- MENDES, ARMANDO DIAS. 1988. O papel da universidade no desenvolvimento científico e tecnológico da região Amazônica. In: Aragón, Luis E. e Imbiriba, Nazaré (Org.) *Universidade e Desenvolvimento Amazônico*. Belém: UNAMAZ/UFPA, pgs. 9-60.
- MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS. *Tratado de Cooperação Amazônica*. Brasília: Ministry of Foreign Affairs.
- PETRELLA, RICCARDO. 2000. *Nouvelle conquête de l'or bleu*. Lê Monde Diplomatique. March - April.
- ROMÁN, MIKAEL. 1998. *The implementation of international regimes: The case of the Amazonian Co-operation Treaty*. Uppsala (Sweden): Uppsala University.
- SELBORNE, LORD. 2002. *A ética do uso da água doce: Um levantamento*. Brasília: UNESCO.
- SETTI, ARNALDO AUGUSTO. 2004. Legislation and institutional systems for water resource management in Brazil and their relevance to the Amazon (in this edition).

- SETZER, ALBERTO. 1989. *A improvisação destrói a Amazônia - Muitos planos e poucos Recursos - As críticas ao Brasil são hipócritas.* Discussion at the O Estado de São Paulo newspaper, May 2, 1989, pgs. 15-17.
- UNESCO. 2002. *Informe sobre a valorização da água no mundo.* Paris.
- UNESCO. 1999. "Eau douce: à quel prix!". *UNESCO Newsletter*, special dossier - pgs. 18-36.
- WTO. 1999. Documents regarding services at www.wto.org

17 - Oportunidades para o desenvolvimento do aprendizado da telemedicina à distância na Amazônia - Apresentação feita em Manaus durante simpósio sobre o ensino do desenvolvimento sustentado à distância e telemedicina para a Pan-Amazônia, 31 de maio a 2 de junho de 2000 – UNAMAZ e GUS

DOCUMENTO NÚMERO 16

OPORTUNIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO DO APRENDIZADO DA TELEMEDICINA À DISTÂNCIA NA AMAZÔNIA: UMA VISÃO BRASILEIRA

Professor Marco Antonio Rodrigues Dias
Consultor da Universidade das Nações Unidas
Ex-diretor da Divisão de Ensino Superior da UNESCO

Manaus, 3 de maio a 2 de junho de 2002- GUS e UNAMAZ

Em abril de 1970, há mais de 30 anos atrás, realizou-se na Universidade de Brasília, o Iº Congresso Nacional de Informação Rural, com a participação de especialistas não só do Brasil, mas do mundo inteiro. Em seu discurso de encerramento, o presidente do congresso, um jovem professor de comunicação da Universidade de Brasília, fez uma referência à Amazônia, dizendo que o nível de desmatamento era tão grande que, se não houvesse uma reação imediata, em vinte anos, a floresta amazônica desapareceria e, em seu lugar, teríamos um deserto. Alguns anos mais tarde, em 1979, o mesmo professor, a esta altura vice-reitor da UnB, num discurso de paraninfo da turma de formandos em Ciências Biológicas (Ecologia, Botânica, Biomedicina, Biologia Animal e Biologia Molecular) citava especialistas norte-americanos segundo os quais “a prosseguir este ritmo de exploração predatória, a floresta amazônica poderá estar destruída dentro de 35 anos”.

Chegando a Manaus por avião, olhando do alto a maravilha que constitui o rio Amazonas, a junção entre o Solimões e o negro, a floresta esverdeante, fácil é constatar que o cenário catástrofe do jovem professor de comunicação não se realizou. Mas não vou aqui condenar o jovem professor. Em primeiro lugar, minha capacidade de autocritica tem limites, assim como a resistência a exercício de auto-masoquismo. O autor do discurso catástrofe de trinta anos, chefe do Departamento de Comunicação da UnB, e o vice-reitor de 1979 era o orador que, neste momento, tem a oportunidade de dirigir-se a esta platéia. De fato, sou obrigado, graças a Deus, a reconhecer que a floresta está aí diante de nós, mas devo acrescentar que isto não significa que a situação que vivemos hoje e o que se fez na Amazônia durante os últimos trinta anos, deva ser aplaudido.

Em primeiro lugar, a floresta não desapareceu, mas segundo dados e mapas divulgados por uma revista brasileira há poucas semanas, nos últimos trinta anos, justamente o período que se iniciou coincidindo com meu discurso na UnB, uma área de floresta, equivalente à da França desapareceu. Foram mais de 600 mil quilômetros quadrados de mata devastada. Além do mais, até hoje, nem sob os regimes militares, nem sob os governos que se dizem democráticos, conseguiu-se implementar uma política de desenvolvimento para a Amazônia, que preserve o que tem de ser defendido e que permita aos seres humanos aí vivendo desfrutar da natureza sem a destruir. Em outras palavras não se conseguiu, até hoje, aplicar, uma política de desenvolvimento endógeno na Amazônia brasileira-e isto parece válido para todos os países da região.

E, olhem bem, nada disso acontece por acaso. Não se trata de falta de conhecimento. Institutos de pesquisa na região conhecem a realidade e elaboram, permanentemente, propostas à sociedade e aos governos. A UNAMAZ, desde sua criação em 1987, promoveu estudos, organizou debates, estimulou análises para encontrar caminhos novos para a Amazônia. Para isto mobilizou cientistas famosos, reunindo representantes acadêmicos dos oitos países que compõem o Pacto Amazônico, trazendo aqui a Manaus, a Belém, a Caracas, a Florênciia, a tantos outros lugares, representantes de organizações internacionais, governamentais e não governamentais, para ver e debater «in locu» a realidade.

Já que mencionei um discurso meu de 1970, deixem-me continuar nesta linha narcisística, mencionando um outro, mais recente, em Belém, em maio de 1996, na abertura da IIa. Conferência Internacional sobre Desenvolvimento Sustentável nos Trópicos Úmidos,

realizada pela Associação das Universidades Amazônicas – UNAMAZ- de 5 a 9 de maio de 1996, onde, de maneira sintética, dizia:

-“Ninguém ousa defender diretamente o cenário catástrofe dos anos setenta, mas ele existe. E pode se concretizar por duas formas, ambas prejudiciais: uma é a repetição dos anos setenta, um desenvolvimento sem freios, em que a concentração de rendas é um objetivo claro e definido, em que os interesses das populações, das cidades, dos campos, das florestas não sejam tomados em consideração. Outra se configura por uma divisão internacional do trabalho e de responsabilidades em que se deixaria para a Amazônia a função de permanecer como reserva intocável da humanidade. De novo, os direitos e interesses das populações da região não seriam tomados em consideração”.

É evidente que, a partir de 1989, com a aceleração do processo de globalização, o modelo que se tenta impor nesta região é o de deixá-la como exportadora de matérias-primas e recursos naturais para garantir e sustentar o desenvolvimento dos países industrializados, que passam a controlar, inclusive, as riquezas bioenergéticas e produtos naturais, sobretudo minérios e substâncias farmacológicas da região.

A UNAMAZ –uma associação de universitários, docentes e pesquisadores- constituiu-se com a intenção de batalhar por um desenvolvimento endógeno, que promova uma maior justiça social, um desenvolvimento que não fira a natureza, que busque eficácia, mas que garanta a melhoria de vida dos seres humanos, sem chacinas, sem violência, em clima de paz. Um cenário que permitiria o apoio a projetos e instituições, trabalhando no campo do meio-ambiente, no desenvolvimento de centros de pesquisa, no apoio a projetos comunitários que visam à utilização racional dos recursos das florestas.

É verdade que nos últimos três anos, a UNAMAZ, depois de mais de quinze anos de crescimento ininterrupto, de desenvolver uma dinâmica que mobilizou a comunidade acadêmica, científica e política da região, em favor da solução integrada de seus problemas, entrou –apesar do calor tropical- num longo período de hibernação. Dele espera-se que saia agora com energia renovada buscando alcançar os objetivos que seus fundadores e seus membros subseqüentes se hão atribuído autonomamente.

E tal ressurreição que demorou não três dias, mas pelo menos três anos, a dar sinal de irromper, chega num momento oportuno. É verdadeira a informação que circulou nas últimas semanas, segundo a qual será votado proximamente no Congresso brasileiro um projeto de lei que reduzirá a área da Floresta amazônica em 50% do que ela é hoje? É verdade que este projeto terá como sub-produto a autorização para desmatar uma área que representa quatro vezes o território de um país como Portugal, a fim de aproveitá-la para pecuária que fornecerá matéria prima para restaurantes do tipo fast-food no mundo inteiro? É exato que outro sub-produto será a venda desta madeira no exterior em forma de serragem por companhias madeireiras internacionais? Se isto é verdade, é lamentável. Nos anos 70, o governo militar, numa das decisões mais equivocadas que teve, estimulou o desenvolvimento da agro-pecuária na Amazônia, grande parte da floresta foi queimada com este fim e, hoje, este território se desertifica, não servindo nem mesmo para a agro-pecuária.

É neste contexto que nos reunimos, hoje, aqui. **Encontram-se em Manaus, especialistas em desenvolvimento da Amazônia, mas também grandes especialistas mundiais na utilização das novas tecnologias para o desenvolvimento –e quem diz novas**

tecnologias diz nova economia. A nova economia, ajudada pela nova tecnologia –pelo menos por enquanto– foi capaz de dar nova força às bolsas, ao desenvolvimento do capitalismo, permitiu o aparecimento de novos ricos e de novos milionários, mas, até agora, qual foi o impacto para populações marginalizadas, como são as populações da Amazônia?

Recentemente (abril de 2000), um jornalista francês, Ignacio Ramonet, num artigo na primeira página do ‘Le Monde Diplomatique’ dizia :

-On connaît le mot de Karl Marx : ‘Donnez-moi le moulin à vent, je vous donnerai le Moyen Âge’. Nous pourrions ajouter en le paraphrasant : ‘Donnez-moi la machine à vapeur, je vous donnerai l’ère industrielle’. Ou, en l’appliquant à l’époque contemporaine: ‘Donnez-moi l’ordinateur, je vous donnerai la mondialisation’ ”

Nos últimos tempos, muitos autores, responsáveis por definição de políticas, empresários, governantes têm demonstrado o potencial enorme das novas tecnologias para o desenvolvimento e para a construção de uma melhor sociedade. Tak Utsumi, um dos pioneiros em relação ao tema, aqui mesmo está defendendo, com o entusiasmo que lhe é peculiar, as vantagens da utilização dos novos meios para a educação e para a implementação de políticas sociais, sobretudo no campo da educação.

Não há dúvidas e todos estamos de acordo em que as novas tecnologias oferecem possibilidades de renovar o conteúdo dos cursos e métodos pedagógicos e de ampliar o acesso à educação superior. No entanto – e isso eu venho repetindo em toda parte como se estive a tocar o bolero de Ravel–possa também às novas tecnologias ser instrumento para a difusão de sistemas de franquia que buscam adaptar à educação superior os princípios dos restaurantes de restauração rápida (‘fast food’), em que verdadeiras caixas negras, fechadas, são transmitidas aos países sem nenhuma relação com a realidade social e cultural dos países receptores que são mantidos em uma posição passiva, sem participação em suas decisões. Sua função se limita a receber passivamente os pacotes e, evidentemente, a pagar por eles.

Num congresso da ANDES, o sindicato nacional dos professores brasileiros, eu dizia, em fevereiro de 1999, que essa situação se agravou com o desenvolvimento de Internet. A cada dia, quase, anuncia-se a criação de mais uma universidade virtual. Governos e ministros claramente como o ex-ministro francês, Claude Alegre, outros menos visivelmente, adotam uma política agressiva de comercialização, fazendo com que, por exemplo, hoje, ensino superior seja um dos itens mais importantes da pauta de exportação de um país como a Austrália. Como se isto não bastasse, acrescentava em minha intervenção no Congresso da Andes, agora, um dos grupos mais atuantes nesta área, decidiu criar um certificado internacional de qualidade –o ISO 9000- para o ensino superior- atribuindo-se o direito de dizer que instituição, em qualquer parte do mundo, tem o que chamam de ‘qualidade’. Sem querer fazer um processo de intenção, podemos colocar aqui a questão evidente de interrogar como aqueles que são parte mesmo do processo, vendedores de programas, podem outorgar-se o direito de definir quem tem qualidade? Pergunto aos presentes se não cabe aqui uma outra indagação, esta feita por um compositor popular brasileiro, que dizia, numa de suas canções: “e a honestidade, onde está a honestidade?”

Há países em que a comercialização se institucionaliza e em que os estrangeiros são vistos como financiadores de seus sistemas nacionais de ensino superior. É o caso da

Inglaterra, desculpem-me os amigos ingleses, por acaso aqui presentes. A Inglaterra, desde os tempos da Sra. Thatcher (e esta política foi reforçada com Tony Blair) financia grande parte de seu sistema de ensino superior com a matrícula de estudantes estrangeiros e a venda de produtos no Exterior. O mesmo faz abertamente a Austrália. Os estudantes estrangeiros pagam, às vezes, na Inglaterra, mais de dez vezes do que seus colegas estrangeiros. É legítimo, pois, perguntar se países como o Brasil podem se permitir de continuar enviando estudantes a países como estes, sem mesmo ter a certeza de que seus bolsistas terão ou receberão uma orientação decente. Sei que, recentemente, o Ministro da Educação do Brasil visitou a Inglaterra, a convite, para discutir este tema. Desconheço os resultados, mas espero que os interesses nacionais tenham sido defendidos.

Aliás, há poucos dias, mais precisamente no dia 24 de maio, abriu-se em Vancouver, Canadá, cidade vizinha a Seattle, o primeiro mercado mundial, criado por Reed Midem, com o objetivo declarado de “estimular o desenvolvimento de transações comerciais” em matéria de educação. Segundo o jornal francês *Le Monde* (edição de 26 de maio de 2000), calcula-se que este mercado será da ordem de 90 bilhões de dólares em 2005. Cerca de três mil profissionais de 56 países, representando 458 organismos públicos e privados, acorreram a Vancouver para implementar o comércio na educação, tratada como qualquer outro tipo de mercadoria.

Quem fala em novas tecnologias, fala também em desenvolvimento da biotecnologia, tema de alto interesse na Amazônia. A Universidade das Nações Unidas, por exemplo, está reformando um programa que mantém, em Caracas, sobre biotecnologia, pensando nos benefícios que poderá advir de uma política científica rigorosa neste campo para os países amazônicos, para sua população e para a humanidade inteira. Hoje, quando se discute biotecnologia, debatem-se questões relativas ao desenvolvimento de seu comércio, de suas exportações e suas implicações para a alimentação e o bem estar das populações. O tema é controverso e não adianta nada passioná-lo. Os interesses são tão grandes que, de uma maneira ou de outra, acabamos nos transformando em inocentes úteis para grupos de pressão, todos com interesses mais menos claros. Mas, a verdade é que, depois das vacas loucas, do escândalo da dioxina, é preocupante ver governos –muitas vezes sob pressão da Organização Mundial do Comércio- adotarem uma política de riscos, liberando, sem maiores exames, produtos com alterações genéticas, cujos efeitos para a saúde das populações são desconhecidos.

Mas, nem tudo está perdido. Um exemplo disso foram os resultados da Conferência Mundial sobre Educação Superior, realizada em Paris em outubro de 1998, com a participação de mais de quatro mil pessoas, com mais de 180 países presentes, mais de 120 ministros chefiando as delegações oficiais, todas as ONGs importantes em nível internacional e regional que cuidam de representantes do mundo do trabalho, ali estiveram presentes. Seus participantes confirmaram a constatação já feita em todas as conferências regionais preparatórias à Conferência Mundial. O desenvolvimento da ciência, hoje, é tal que nenhuma instituição pode imaginar poder dispor do monopólio do saber. A cooperação é necessária mesmo para as instituições mais ricas. Mas, ela deve servir para a construção de uma sociedade melhor. Por isto, a CMES chamou a atenção sobre uma ação em favor da cooperação e da mobilidade, baseados em particular em um sistema de redes e inspirado nos princípios da solidariedade e distribuição equitativa dos conhecimentos.

Bem a propósito, a CMES chamou a atenção ao fato de que «deve-se utilizar plenamente o potencial das novas tecnologias da informação e da comunicação para a renovação da educação superior, através da ampliação e diversificação da transmissão do saber, pondo-se os conhecimentos e a informação à disposição de um público cada vez mais amplo. Deve-se atingir um acesso eqüitativo a estas tecnológicas mediante a cooperação internacional e o apoio aos países que não dispõem da capacidade de adquirir estes instrumentos. Dar-se-á prioridade à adaptação destas tecnologias às necessidades nacionais, regionais e locais e ao apoio que devem dar-lhes para sua manutenção os sistemas técnicos, educativos, de gestão e institucionais (Resumo oficial da declaração da CMES-UNESCO 1998).

Em seguida à CMES, como decorrência de sua ação ou pelo menos coincidentemente no tempo, várias iniciativas foram tomadas visando ao desenvolvimento de redes e a consolidação de projetos de cooperação em que todas as partes sejam consideradas como iguais e em que a palavra solidariedade não seja apenas um instrumento de retórica, vazio de sentido. Vários exemplos poderiam ser citados, mas aqui, agora, dispõe-se de muito pouco tempo. Limitar-me-ei a poucos exemplos.

Em julho de 1999, reuniram-se em Tucson, Arizona, Estados Unidos, especialistas vindos do mundo inteiro a convite da Universidade do Arizona, da Organização Mundial de Saúde e do setor de Ciências Sociais da UNESCO. Ali decidiu-se, usando as novas tecnologias, criar uma rede de instituições universitárias para promover a saúde dos excluídos (*disadvantaged people*), através de ações conjuntas, intercâmbio de informações, projetos cooperativos e elaboração de acordos entre universidades, com governos locais e as comunidades. Por outra parte, no espaço ibero-americano, preparam-se vários estudos para o lançamento de projetos de doutorados compartidos e programas de formação conjunto, também com a utilização de novas tecnologias e com o envolvimento de todos os participantes, em países desenvolvidos como em países em desenvolvimento, na planificação e na execução dos projetos. Merece destaque, neste linha, um projeto em fase final de elaboração pelas Universidades de Las Palmas de Gran Canaria, na Espanha, e das Universidades Federal de Santa Catarina e Federal de Mato Grosso, sob os auspícios da Universidade das Nações Unidas, para a formação, em nível universitário, de milhares de professores das quatro primeiras séries do curso primário.

Estas iniciativas são importantes. Tak Utsumi é um dos pioneiros na utilização de novas tecnologias para a educação e um dos que buscam encontrar soluções que beneficiem a todos, como é visível com a criação do Global University System após a conferência de Tampere em agosto de 1999 e com seus esforços para recuperar, em benefício de projetos de natureza social, o sistema Iridium de satélites de comunicação. No entanto, Tak Utsumi constata que "the global digital divide is also becoming a new dividing line between connectivity haves and connectivity have-not". Aliás em Tampere, em agosto de 1999, as demonstrações sobre atividades no campo da telemedicina entusiasmaram os participantes. Um deles, no entanto, com muito bom senso, recordou que o grande problema para uma grande maioria da população no mundo inteiro é a pobreza e isso deve ser tomado em consideração por todos os que manejam com estas tecnologias.

Não se pode também deixar de levar em consideração as observações do PNUD que em seu último relatório mundial sobre o desenvolvimento humano (setembro de 1999),

advertia que “imbalances in the field of new technologies can have as a result, in short term, an increase in the gap among rich and poor countries and a consolidation of exclusion among and inside countries”.

Segundo o PNUD, “South Asia, home to 23% of the world’s people, has less than 1% of Internet users. To purchase a computer would cost the average Bangladeshi more than eight year’s income, the average american, just one month’s wage. English prevails in almost 80% of all websites, yet less than one in 10 people worldwide speaks it. In South Africa, the best-connected African country, many hospitals and about 75% of schools have no telephone line. Even at the university level, where there is connection, up to 1.000 people can depend on just one terminal. A single computer is not enough : an entire telecommunications infrastructure is needed”.

O tempo e o espaço para esta intervenção sendo limitados, concluiria que um workshop como este realizado aqui em Manaus e tendo entre seus participantes representantes de países e de instituições que mais se destacam pelo desenvolvimento das novas tecnologias, mas contando também com a participação ativa da comunidade universitária dos países amazônicos, a prioridade das ações que aqui se discutem devem ter como objetivo a redução destas diferenças e um esforço para democratizar o acesso às novas tecnologias da informação e da comunicação. Eu diria que sem esse objetivo em mente é melhor que nos separemos sem nada decidir. Mas, terminemos com uma nota positiva. Um líder sindical argentino, recentemente falecido, German Abdala, secretário geral da ATE – Associação dos Trabalhadores do Estado, dizia : “las utopias son posibles cuando demonstramos todos los días que vamos rumbo a ellas”.

17- COOPERATION WITH PALESTINA – International Conference on Academic Co-operation with Palestinian Higher Education Institutions – Opening address by Professor Marco Antonio R. Dias – Director, Division of Higher Education, UNESCO – Louvain-la-Neuve, 18-19 November 1994

DOCUMENTO NÚMERO 17

International Conference on Academic Co-operation
with Palestinian Higher Education Institutions

COOPERATION WITH PALESTINA

Opening address by Professor Marco Antonio R. Dias
Director, Division of Higher Education, UNESCO - Louvain-la-Neuve
18 - 19 November 1994

Professor Macq, Rector of the Catholic University of Louvain,
Distinguished Rectors,
Vice-Chancellors and Presidents,
Excellencies, Ambassadors and Representatives of the Diplomatic Corps,
Distinguished Representatives of Intergovernmental and Non-Governmental Organizations,
Ladies and gentlemen,

On behalf of the Director General of UNESCO and of my colleagues present here in this meeting, it is a great honour for me to address the opening session of this International Conference on Academic Co-operation with Palestinian Higher Education Institutions and to wish it full success.

Let me start with two personal remarks. It is really a pleasure to be here in Louvain hosted by Rector Macq. The University of Louvain has a long tradition of international co-operation, of gestures of solidarity with developing countries, all in need of assistance or help. Rector Macq is a scientist and a humanist and, here, we see a case in which there is a perfect symbiosis between the institution and the person representing it. Later, I will come back to this subject.

The second remark relates to what happened in Toulouse, France, in September 1991, during the FIUC (International Federation of Catholic Universities) Conference. When taking the floor at the opening session, I announced the basis of a new programme the Director General of UNESCO was to present to the Conference General of the Organization, the UNITWIN/UNESCO Chairs Programme. I mentioned that this programme was mainly based on academic solidarity, and one of its main objectives would be the transfer of technology, through the creation of centres of development and the creation or the development of networks. After the session, the Vice-Rector of the University of Louvain, Professor Hansens came to me, and explained that a group of professors linked to the Coimbra Group - and he mentioned the name of Professor Grementieri - had discussed with Palestinian universities about their intention to set up a project of international co-operation for alleviating the hard situation of these universities. It was, he said, the Programme for Palestinian European Co-operation in Education, better known under the very appropriate acronym of "PEACE Programme". It took a long time before the Washington Agreement between Israel and PLO was signed, and not many people were ready to undertake this kind of action. "The support to this project by UNESCO under the framework of UNITWIN" would be welcome, said Professor Hansens.

There was no doubt that this would be a good UNITWIN project. Discussions were held with interested academics, as Professors Grementieri, Bramki, Khader, among others. An encounter was organized with the Director General of UNESCO who immediately announced UNESCO support, as also did the European Economic Commission, whose funds were essential for the launching and maintenance of the project. It was in fact the right decision at the right moment.

In fact, the Director-General giving all his encouragement to this project, considered that this was the expression of academic solidarity, which is inherent to Universities throughout the world, and a testimony both of their far-sight and determination to make a contribution of their

own, however modest, to overcome the lack of mutual understanding, intolerance and deeply rooted animosity in a highly sensitive area of the globe. This support was in keeping with UNESCO's long standing assistance to the Palestinian people. The generous support of the EEC represented a good example of the potential for a joint action by the international community on one side, and the academic community on the other, in pursuit of peace and development.

No wonder then that, in the wake of the signature of the Israeli-Palestinian Agreement in Washington, in September 1993, which opened up new prospects for peace in the Middle East and a new chapter in the history of the Palestinian people, UNESCO, acting in keeping with the Resolution of its General Conference and the Decision of its Executive Board, has reinforced its support to the Palestinian people in all areas within its competence. Higher education has been given high priority in these efforts. The reasons are clearly expressed in the report of the mission UNESCO, through its Science and Education sectors, sent to the West Bank and Gaza Strip in January 1994, upon the request of the Palestinian Council for Higher Education which has been distributed to you.

As the report points out, economic, political, socio-cultural and historical considerations converge into rendering human resources development a major condition for achieving prosperity for the people in the West Bank and Gaza and for securing the independent, sovereign and self-governing development of Palestine. Their natural resources being scarce, the main asset the Palestinian economy is bound to rely on, to a large extent, are the advantages of a high quality, flexible labour force, which can become competitive by its relatively lower cost, in proximity to active international markets, and preparedness to respond rapidly to new needs. In the present-day world in which economic development has become increasingly knowledge-intensive, one of the chances of the Palestinian people lies precisely in its capacity to develop an education system capable of assuring the acquisition and mastery of knowledge and skills required by the introduction of rapidly changing technologies and by the need to cater for a broad spectrum of new products and services.

Moreover, education in general and tertiary education in particular, are called upon to play a major role in advancing the peace process. Daily events, since the signature of the Washington Agreement, and the establishment of a Palestinian Authority indicate that the process is very fragile, that there are still many obstacles to overcome and that there are forces opposed to it. I would like to add that this negative reaction represents an additional reason for undertaking urgently positive actions, like this one, in favour of Peace. Visible, tangible, immediate results are needed in order to gain confidence in the process and assure its successful continuation. It is the strong belief of UNESCO that higher education is one area in which such immediate results can be achieved through the combined effort of the newly established authorities, the local communities, the international community, and, of course, the Palestinian higher education institutions themselves. It is therefore of the utmost importance in the short run to assure the full operationality of the existing institutions of higher education, to improve the quality of the teaching and learning they provide, and to set their management in a course which should enhance their sustainability and further development.

That is why when the Steering Committee of the PEACE Programme took up one of the main recommendations of the UNESCO mission, namely to convene a large international conference on academic co-operation with Palestinian universities, in order to re-launch the

Programme on an extended scale, (Phase II of the PEACE Programme including a much larger number of Universities) the Director-General of UNESCO fully endorsed it and asked the Secretariat to take an active part in its preparation. In UNESCO, on occasions like this, we do not use to refer to the positive work undertaken by our staff. But, I make an exception and I wish to highlight the work done mainly by my colleagues in the Division of Higher Education who are present here, Mr. Chitoran and Mr. Bubtana, but also Mr. Massalha and Ms. Shaheen, who were responsible for important aspects of the organization of this conference.

As in the past, the Commission of the European Communities, has also extended its support to the preparation of this Conference and it is my very pleasant duty to express UNESCO's thanks for this and assure them of our readiness to continue this fruitful co-operation in the future.

In the accomplishment of this task, we are grateful to several organizations and individuals. UNESCO's thanks go in the first place to the Steering Committee of the PEACE Programme, whose members, together with the institutions they represent, have worked with great dedication, overcoming many difficulties in order to serve an ideal in which they strongly believed.

UNESCO is particularly grateful to the Catholic University of Louvain for hosting the Conference. I have listened with great interest, appreciation and indeed, with admiration, to Professor Macq's inspiring words when opening the Conference.

Your university has one of the richest traditions in international academic co-operation because its international vocation was part of its mission from the very beginning. The great Erasmus himself saw the universities at his time, including this one, as meeting points of the minds, dedicated to the search of truth and beauty in life and in human beings. But he also saw them as places of refuge, havens for those minds which dared to go beyond the conventional, who challenged the accepted or, indeed the imposed ideas of a particular time, often at the danger of their lives.

Already by the middle of the last century your university had some 15 to 16 per cent of its student population coming from abroad. The international vocation of your university like everywhere else on the Continent, has been greatly reinforced by the current movement towards European integration.

But it is particularly important and encouraging to see that your University has not lost sight of the rest of the world. You have a large number of foreign students in your campus today: 4,300 out of a total of 21,000 students, who represent an impressive 20 %, equalled by very few other universities, if any. More importantly, some 2,200 of foreign students, more than half therefore, come from developing countries .

This is very important. For, as pointed out in the UNESCO World Education Report (1993 edition) and in the Policy Paper on Higher Education which the Organization will issue shortly, we are witnessing a trend, with regard to international co-operation in higher education which represents a matter of concern for us in UNESCO : higher education is increasingly becoming an export item and an additional profit-making source, and universities in the

developed world are the main beneficiaries. As a consequence, the number of foreign students from the developing countries is decreasing. Student mobility is becoming more North-North in character. It would indeed be a great pity and a serious mistake in the long term, should the North decide to let the gap between developed and developing countries get wider and wider.

More importantly, your University provides study programmes and facilities for over one hundred refugees, through the United Nations system, including Palestinian students and young academics. As one of the initiators of the PEACE Programme, it was therefore natural for the Catholic University of Louvain to host this Conference and we are looking forward to your further contribution for this Programme.

This action, as I mentioned in my introductory words, are in line with a long tradition in this university. How many Brazilian, Colombian, Chilean, Argentinean students were welcome and protected by the University of Louvain in the sixties and seventies during a long period in which repressive military governments controlled power in this region? Many of these students, whose life was in danger at that time, now hold important positions in their countries and this, thanks to the old University of Louvain and to some of its staff like Ms. and Mr. Moren, who dedicated part of their life to assist young people persecuted all over the world and whose names became mythical in several countries.

Today, in the same line, is the University of Louvain, which, assisted by the "Communauté française de Belgique", co-operates with UNESCO, by putting at its disposal one full professor, Professor De Ketelle, and one assistant, Professor Parmentier, to hold a UNESCO Chair at the "Ecole Normale Supérieure" in Dakar, whose objective is to stimulate the renewal of teacher education in this part of the continent. This project, the basis for a future regional network, will surely become one of the more important actions of the Organization in Africa and, we hope, they will affect positively the statute of education in several African countries.

Last but not least, Father Bonet, Professor at Louvain, wrote some years ago the first comprehensive report on the situation of the Palestinian universities which was very useful for a series of decisions on this matter. As you can see, there would be no better place for a meeting for reinforcing a programme of co-operation with Palestine than the University of Louvain.

UNESCO is particularly pleased to see the large number of universities and higher education NGOs represented at this Conference. All Palestinian universities, and no less than ... universities and NGOs from various parts of the world are present. We take it to be a token of the spirit of solidarity which animates the world academic community. We thank you all for being present and look forward to co-operating with you in the future so as to turn the PEACE Programme into a model of interuniversity co-operation.

The other group of participants to which I would like to extend the gratitude and appreciation of UNESCO, is particularly important, because it is only through them and with them that the outcomes of this Conference can be implemented. I am referring to the intergovernmental organizations, and the development aid agencies and foundations which have accepted the invitation to attend. It is not foreseen to hold a donors' meeting on this occasion. We wish you to listen to what the representatives of the Palestinian Universities when presenting their needs and their plans for development, and to the representatives of the other universities

when presenting the ways and means by which they undertake to support their Palestinians colleagues, and to co-operate with them as equal partners.

Their projects of co-operation deserve our attention, and not only of those who are present here, as we should make an effort, following the examples we can give, to also involve other multilateral and bilateral donors and the private sector in general in assisting the Palestinians in developing a truly modern, competitive, of high quality, and relevant system of higher education.

Ladies and gentlemen,

There are many meetings of academics taking place in the world at this very moment. May be too many. This one, however, is of particular importance. In the first place, it is necessary, because, without international support, the Palestinians cannot assure the normal functioning of their institutions of higher education they have succeeded to establish during a very difficult period in their history. In the second place, it is timely, because unless something substantial is done now, the students and the academic staff of the Palestinian universities will know frustrations which result from unkept promises by the international community. In the third place, it has benefic implications and ramifications that go for beyond the immediate objectives this Conference has set itself to achieve. While examining the ways and means by which the Palestinian universities and colleges can be assisted, the world academic community represented here, working in consonance and with the support of the international community, contributes to the peace process in a region which has been the source of unrest and tension and a constant danger to peace for much longer than in any other region of the world.

It is my pleasant duty therefore to wish you success in your deliberations and to assure you that UNESCO, as in the past, will spare no efforts to join you here and now, but more importantly in the follow-up activities so as to turn international co-operation into a useful tool for the support of Palestinian Higher Education and for peace in the Region.

DOCUMENTO NÚMERO 18

19 “THE ROLE OF HIGHER EDUCATION IN PALESTINA – International Conference on the role of higher education in the context of an independent Palestinian state- 7-9 November 1996- An Najah National University – Nablus- Palestine;



Proceedings of the
International Conference on



**THE ROLE OF HIGHER EDUCATION
IN THE CONTEXT OF AN INDEPENDENT
PALESTINIAN STATE
7-9 NOV. 1996**



An-Najah National University
Nablus - Palestine

Edited By

Professor Dumitru Chitoran, PEACE Programme, Paris

Dr. Rami Hamdallah, Vice-President, An-Najah National University
Karimeh Shomali, Assistant Programme, Specialist, PEACE Programme

Published By

**The Palestinian European American Cooperation
in Education PEACE**

Nablus - Palestine

THE ROLE OF HIGHER EDUCATION IN PALESTINA

Marco Antonio R. Dias – Director of the
Division of Higher Education - UNESCO

– Opening session of the International Conference on the role of higher education in the context of an independent Palestinian state- 7-9 November 1996- An Najah National University – Nablus- Palestine;

President Arafat,

Ladies and Gentlemen,

In my capacity as director of the Division of Higher Education of UNESCO, it is both an honour and a privilege for me to extend to you the greetings of Dr. Federico Mayor, Director-General of UNESCO and together with my colleagues present here, Dr. Adnan Shehab Eldin, Director of the UNESCO Office in Cairo, and Dr. Khawla Shaheen, of the Education Sector of UNESCO, to wish full success to this important meeting devoted to the further development of Palestinian Higher Education and to the contribution that the international academic community can make in that direction.

It is a great honour to convey, on behalf of Dr. Mayor, his best wishes to you, Chairman Arafat, and to assure you of UNESCO's full support in your courageous efforts for the peaceful democratic and prosperous development of the Palestinian people. Peace is process: we learn this every day. Each day also, we observe negative steps in the process, but the positive movement for peace is irreversible and does not and cannot stop. Yesterday ·this is an example· I represented UNESCO in a ceremony at the University of Haifa: ·the closing of an exhibition on Bethlehem 2000· in the presence of Palestinian and Israeli officials and of representatives of the Universities of Haifa and Bethlehem. During the ceremony, my personnel feelings on the irreversibility of the Peace process became more concrete.

Chairman Arafat,

Let me express a very personnel consideration. One does not need to be a prophet to see that you will be remembered for ever as one among the most important personalities of this century. In private life, in public affairs, on international scene, there is a moment for fighting, even for a war, but one will be a wise man only when he knows how to make peace. The Peace Agreement signed by you and by the Prime Minister Rabin - ·the agreement of braves- is in the collective memory of the humanity. In my functions, I have had neither the opportunity neither the privilege of meeting Mr. Rabin. It is a real privilege to meet you. As a former journalist, an university professor and academic administrator and as an international civil servant, I learned that following your actions and reactions is a permanent lesson of life. Thank you very much.

May I take this opportunity to convey personnel greetings, on behalf of the Director General, to you, Dr. Hanan Ashrawi, and to wish you all success in your new and important task as Minister of Higher Education. We all see you as an internationally well- know

academic and as a highly respected partner in the international dialogue in the region. Last week, in the United Nations, in New York, I had echoes, very positive ones, on your international action. I wish to assure you that UNESCO is ready to assist you in your endeavours to raise the quality of Palestinian higher education system and to better adapt them to the specific needs of Palestinians.

UNESCO's experience shows that, without a good higher education system, no country, no people may envisage being really independent. And in democratic societies, where governments are elected by people, a fruitful dialogue must be established among the academic world -free, autonomous and responsible- and the legitimate representatives of people, including the Parliaments. Democracy, such as well as Peace, is the result of a process, sometimes a long process, in which patience is a necessary virtue, but the identification of common objectives and the closer cooperation among all partners is indispensable.

This is one of the reasons why the Director General of UNESCO decided to call in 1998 a World Conference on Higher Education, which will be preceded in 1996 and 1997 by a series of regional conferences. The first one in Latin America and Caribbean will take place in a few days, in La Havana, Cuba, from 18 to 22 November 1996. The Regional Conference for Arabic countries is scheduled to be dealt in April 1997 in Beirut, Lebanon. All these conferences will discuss issues linked to quality, relevance, equity and international cooperation. The Conferences will -we hope- approve declarations containing the principles on which the Academic Community (rectors, presidents, professors, students), governments representatives and members of the civil society, agree and on challenges higher education faces at the end of this century for the construction of a better society based on Peace and Development. These conferences will also prepare and approve regional and later international plans of action aiming the amelioration of higher education systems.

Professor Abu Lughod, here present, is actively involved in this process, as member of the Steering Committee of the International Advisory Group, the Director General appointed, under the presidency of Professor Georges Haddad, of the Sorbonne University, to monitor and guide the preparation and realization of these conferences. In UNESCO, we are confident that the discussions you start today will provide an important input to this process.

Special thanks and greetings, Mr. Chairman, are also due to Professor Munthir Salah, the President of An-Najah National University, as host of this Conference. Yours University serves as a good example to show that despite obstacles, difficulties and chronic shortage of resources and funds, the Palestinian higher education institutions have made important progress in upgrading the quality of their programmes and in being more active, as equal partners, on the international scene. Established as National College in 1919, An-Najah developed as a full university since 1977 and became the largest one in Northern Palestine. We are happy for collaborating with you, Professor Salah.

Ladies and Gentlemen,

When two years ago, I addressed your preceding Conference in Louvain-La-Neuve, Belgium, I emphasized the particular attention and active support extended by UNESCO and by the Director General personally to the Palestinian higher education, even

before your network was formally constituted in 1991, as an expression of the academic solidarity with the Palestinian universities. This support was in keeping with the relevant Resolutions of the General Conference of UNESCO and the decisions of its Executive Board, which urged the Organization to reinforce its support to the Palestinian People in all areas within its competence. I must insist on the fact that this support was unconditional and was done a long time before the Peace Agreement was signed. I will never forget the discussions on this matter we had with Professors Vicent Hanssens and Valerio Grementieri and with the president of the Steering Committee of the Peace Programme, Professor Baramki, whose leadership was fundamental in the development of this programme.

This year's meeting convened by the PEACE Programme with the support of UNESCO and of the European Commission, acquires a particular significance. In the first place, it is the first large international gathering on higher education to be held in the Palestinian territories. It is also, as I was said last week in the Secretary General's office in New York, the first international conference held with the sponsorship of one UN agency in the territories under Palestinian Authority. Moreover, it meets at a time when every effort is needed in order to reset the peace process on the right track again. It is becoming increasingly clear that the only solution for tranquillity and safety for sustainable and sovereign development for all the peoples in the region is to pursue the efforts to find solutions to the disputed issues through dialogue and negotiations.

It is UNESCO's belief that the international academic community can make a contribution of its own in this direction. The network of European and North American Universities, very appropriately called the PEACE Programme, which has convened this Conference acts in this direction. Your presence here is an expression of the commitment to continue the valuable work you have started a few years ago.

The topic of this Conference concerns the future of Palestinian higher education. In keeping with its consistent stand, which emphasises the role of higher education for any effort to achieve self sustainable development, UNESCO believes that the Palestinians need to build up a modern, high quality, system of higher education which should be tuned to the specific needs of Palestinian society, while being, at the same time, efficient and competitive on the international and regional academic scene. In the present day world, in which any kind of development has become knowledge intensive, one of the chances for the future of the Palestinian people lies precisely in its capacity to develop an education system capable of assuring the acquisition and mastery of advanced knowledge and skills so as to introduce new technologies and provide a broad spectrum of products and services. A good system of higher education is not only a tool for the development of high level human resources in Palestine, it is also called upon to make an invaluable contribution to the enhancement of the national identity and to the sovereign development of the Palestinians.

Within its overall Programme of Assistance to the Palestinian people, UNESCO, through a concerted action between the special unit headed by Mr. Omar Massalha and the Division of Higher Education, has included, as priority actions, a number of projects which are aimed at the further development of Palestinian higher education and research. When the joint UNESCO/Palestinian Committee met in Paris in April of this year to discuss the stage of implementation of the Programme, the Director-General received the members of the Committee and made it very clear that the Organisation wishes to make a special effort in the field of higher education for the Palestinians, which is not limited to be the host of the secretariat of the Programme.

Your network has known a steady dynamic growth: from twenty-two member institutions which was your membership two years ago in Louvain-la-Neuve, to over sixty-five member universities at present. I am pleased to note that this is the result of the positive dynamics centred by the Programme, but also the result of the work of the Steering Committee and of the Secretariat headed by my former colleague, Mr. Chitoran. It is expected that this Conference will give a new impetus to the programme. I wish to assure you that you will always have the constant support of UNESCO.

Let me list below, by way of example, a few projects in which UNESCO, within the limitation imposed by its financial constraints (and all of you know how drastic these constraints are) could provide assistance to the PEACE programme.

- the Director-General has approved a contribution to cover travel costs for the 17 Palestinian post graduate students who have been offered scholarships by the PEACE programme member universities. In addition, several Palestinian

- the Director-General has approved a contribution to cover travel costs for the 17 Palestinian post graduate students who have been offered scholarships by the PEACE programme member universities. In addition, several Palestinian students have been able to pursue studies abroad, following the appeal of the Director-General to governments, IGOs, NGOs and universities, to launch an

International Fellowship Scheme for Palestinian Students;

- within the framework of the UNITWIN/UNESCO Chairs programme, we have continued to support the UNESCO Chair in Archaeology, established at the Institute of Archaeology of Al-Quds University, but serving also Birzeit and An-Najah Universities. The international expert who is currently teaching at the Chair is present at this Conference. I hope you will discuss in one of the Working Groups ways by means of which the programme of the Chair can be further strengthened and expanded;
- support has been extended for the establishment of a Modern Language Resources Centre, with the purpose to upgrade foreign language teaching at Palestinian universities, and to provide intensive language courses for the Palestinian students who intend to complete postgraduate studies abroad;
- we have also supported the establishment of an international university network on refugee studies, an area of particular topicality for the Palestinians. Several Palestinian universities belong to the network;
- UNESCO has covered transportation costs for the equipment, books and journals collected by CICUP, which co-operates with UNESCO.

UNESCO will pursue the search for funding from various sources for the other projects included in the Programme of Assistance to the Palestinian People which concern directly higher education. It has already secured substantial support from the Norwegian Development Agency (NORAD) for the project devoted to the elaboration of a strategy for the development of higher education in Palestine. Slow but steady progress is made in relation to other projects, namely the Marine Science Centre to be established in the Gaza Strip, the establishment of a microelectronics facility serving the Palestinian universities as well as the local communities, etc.

All these actions represent an effort, express a good will, but, of course, the needs of the Palestinians in the field of higher education are so important that it is only through the joint, concerted efforts of all those concerned and ready to assist that steps can be taken in order to meet them. I understand that the PEACE Programme member-universities are fully aware of this, because they have expressed and have actually proved by facts that they are ready to:

- offer scholarships;

- waive tuition fees, offer free access to library and laboratory facilities and cheap accommodation, whenever they cannot offer full grants;
- do not charge fees for consultants, experts and teachers who go on mission to Palestinian universities and, in some cases, cover also travel costs;
- initiate bilateral projects, which are then developed into larger-scale, multilateral ones;
- seek and obtain funding for various projects from their national authorities and from other potential donors.

I can only hope that the international community in its turn will understand how important it is to increase support to the development of high-level human resources of the Palestinians.

I wish to appeal in particular to the European Commission which, together with UNESCO, have been the main supporters of the PEACE Programme, and are willing to continue this support in the future as well. I would like to address the same appeal to the representatives of the sister organisations in the UN System present in the Conference, to various NGOs, agencies and foundations present, to bring their contribution in order to assist the Palestinians to give a fresh start to the development of Palestinian higher education. The first and most important efforts are to be made by the Palestinians themselves, but they need the partnership of the international academic community and the active support of the international community in general.

I therefore wish you full success in your proceedings and would like to assure you once again of the Director-General of UNESCO's support to the PEACE Programme and to the development of a strong higher education system in Palestine as a contribution to the peace process for the development of Palestine.

- waive tuition fees, offer free access to library and laboratory facilities and cheap accommodation, whenever they cannot offer full grants;
- do not charge fees for consultants, experts and teachers who go on mission to Palestinian universities and, in some cases, cover also travel costs;
- initiate bilateral projects, which are then developed into larger-scale, multilateral ones;
- seek and obtain funding for various projects from their national authorities and from other potential donors.

I can only hope that the international community in its turn will understand how important it is to increase support to the development of high-level human resources of the Palestinians.

I wish to appeal in particular to the European Commission which, together with UNESCO, have been the main supporters of the PEACE Programme, and are willing to continue this support in the future as well. I would like to address the same appeal to the representatives of the sister organisations in the UN System present in the Conference, to various NGOs, agencies and foundations present, to bring their contribution in order to assist the Palestinians to give a fresh start to the development of Palestinian higher education. The first and most important efforts are to be made by the Palestinians themselves, but they need the partnership of the international academic community and the active support of the international community in general.

I therefore wish you full success in your proceedings and would like to assure you once again of the Director-General of UNESCO's support to the PEACE Programme and to the development of a strong higher education system in Palestine as a contribution to the peace process for the development of Palestine.

DOCUMENTO NÚMERO 19

AN EXHIBITION FOR PEACE IN THE HOLY LAND -
Closing Ceremony of the Bethlehem 2000 ‘Photographic Exhibition at the
University of Haifa – Israel - 06 november 1996

**AN EXHIBITION FOR PEACE
IN THE HOLY LAND**

Professor Marco Antonio R. Dias
Director of the Division of Higher
Education of UNESCO

Closing Ceremony of the Bethlehem 2000 Photographic
Exhibition at the University of Haifa - Israel
06 November 1996

Ladies and Gentlemen,

The Director General of UNESCO, Dr. Federico Mayor, very much regrets that he is unable to be with you today to share this historical moment of solidarity between Israelis and Palestinians in favour of peace through mutual understanding, tolerance and co-operation.

The Director General gave me the honour to represent him, with my colleague Kawla Shaheen, in this closing ceremony of the Bethlehem 200 photographic exhibition and it is on his behalf that I would like to thank Professor Schechter for his tremendous efforts -and this exhibition is only among his actions for co-operation with Palestinian universities- and of course the University of Haifa, Dr. Shomali from the University of Bethlehem and all those who contributed to the successful organization of this event.

On this auspicious occasion, the Director-General asked me to reiterate that UNESCO will do its utmost to support all initiatives which bring together Israelis and Palestinians and reinforce peace-building between them.

UNESCO also highly appreciates the efforts of the Municipality of Bethlehem, represented here by its deputy mayor, and several officials of the city, the University of Bethlehem represented here by its rector and several of his collaborators and the Palestinian Authority to rehabilitate Bethlehem in order to turn this provincial ecumenical mission in order that together we will celebrate in joy the 2000th Anniversary of the Nativity.

As the Director General of UNESCO said "the Year 2000, a holy year, will mark the millenary of the Nativity" and this photographic exhibition which we closer together today, has as its goal not only to show the richness and variety of this town. It, in fact, is the vehicle whereby UNESCO launched an Appeal to the public and donors to contribute, whatever the means, to restore the splendour of this beacon of humanity.

For individuals and people, their heritage – natural and cultural, tangible and intangible 'is the key to their identity and the source of inspiration. That is why I would like to add some personnel remarks taking into account the conversations I just had coming to Haifa with the rector Schechter and other participants of this ceremony.

I come from a young country, where however some traditions and cultural values are important. We grow' up with the image of Bethlehem as a holy place where -we believe-Christ was born.

In addition, in Brazil, names are given to children either because one considers them beautiful, either in homage to one appreciated person. But when they grow-up, people appreciate to understand what it represents. It is only recently -I must guess- that I full understood the importance of the name we gave -my wife and myself- to one of our

daughters, RAQUEL. This name is associated to Bethlehem because, according to the Genesis, it was in Bethlehem that RAQUEL, the wife of Jacob, was buried and, as a consequence, her tomb is revered by Jewish, Christian and Moslem pilgrims alike. This name is a kind of point of encounter, of tolerance, of peace, and as we can see by a photograph of this exhibition is also associated to Bethlehem.

I am also happy to see that this exhibition -which itself is a symbol of tolerance and an expression of the wish of peace- takes place at the University of Haifa, where the main building was conceived by my compatriot OSCAR NIEMEYER, the same who planned the main building of the University in which I was professor, director of department, dean of extension services and vice-rector, the University of Brasilia.

And Haifa, also, as the city where I was born, Rio de Janeiro, has a beautiful bay, is a wonderful place, but more than this is very well known everywhere for being a land where traditionally the inhabitants love peace and fight for it. It is really the right place for an exhibition of this nature and I am sure it will help to strengthen relations among the academic community of Haifa and Bethlehem as of Israeli and Palestinian in general.

Thank you

**20-WHAT KIND OF UNIVERSITY FOR A NEW SOCIETY IN
AFRICA ? – 8th General Conference – 25th Anniversary – Association
of African Universities – Accra – Legon, Ghana – January 1993- Goodwill Message**

DOCUMENTO NÚMERO 20

WHAT KIND OF UNIVERSITY FOR A NEW SOCIETY IN AFRICA?

8th General Conference - 25th Anniversary Association of African Universities- Accra-Legon, Ghana, January 1993

Goodwill Message

Marco Antonio R. Dias
Director, Division of Higher Education, UNESCO

UNESCO is proud of being associated with the African Association of Universities since its creation. As a follow-up to the Addis Ababa Conference of African States on the Development of Education in Africa, chaired by the Ghanaian Minister of Education, the Honourable Dowuona Hammond, UNESCO convened a special conference entirely consecrated to the development of higher education in Africa, from 5 to 12 September 1962, in Tananarive.

Many recommendations were made at that time, and a new meeting was organized in Khartoum, in September 1963, with the objective of creating the mechanisms for the application of the recommendations on higher education in these UNESCO conferences. The meeting was organized jointly by UNESCO and the International Association of Universities, the Ford Foundation collaborated on the initiative. The idea of the creation of an association able to help the African universities to put together their resources for common purposes was conceived. In 1967, in Rabat, representatives of 34 universities participated in the conference for the constitution of the Association of African Universities.

UNESCO was present in Khartoum. UNESCO is also present here today and I have the honour of conveying to you the personal message of Mr Federico Mayor, Director General. He recalls that if today we are commemorating the 25th anniversary of the Association of African Universities, we are also commemorating today the 25th anniversary of a fruitful cooperation among these two international organizations. The African Association of Universities has been one of the main partners of UNESCO in Africa, in the field of higher education, in the last 25 years, and will continue to be in the future.

Currently, UNESCO and the Association of African Universities are cooperating in the organization of a series of seminars for vice-chancellors, rectors and presidents of universities on the institutional development of African universities, and discussions will be held to intensify this cooperation in the implementation of the findings and recommendations of these meetings.

UNESCO helped to create the Association of African Universities. UNESCO supports the Association and considers that it is a legitimate representative of universities in the continent.

UNESCO wishes to increase its support to the Association of African Universities and is ready to discuss immediately concrete

support for its own initiatives like the development of its staff exchange programme and the development of data bases on African universities.

Ladies and gentlemen,

Since the last five years, several meetings and conferences have been held about the problems of higher education in Africa. There has been a consensus on the diagnosis, on the need for urgent actions, on the need for pooling resources for in-depth reforms. There is a consensus now that the situation is so difficult, that there is no choice, and if changes do not occur, many universities will not survive.

What is the diagnosis?

In a document prepared for UNESCO, in 1990, it was stated: "Recent analyses of the African situation agree that the economic crisis has had a devastating effect on universities which have suffered a process of constant deterioration. Their facilities, the quality of their services, and in particular, the quality of education have been seriously affected. Research capabilities have declined and their services for development have been seriously threatened. The consequences of these processes are dramatic. Africa, even more than in the past, now needs highly trained people and high level researchers to assure its sustainable development. The need to undertake in-depth reforms in higher education is both necessary and urgent: the question being how to implement them and what standards to set. The task is not easy" (Priority Africa).

Similar analyses can be found in documents of African Association of Universities, of the World Bank, of international foundations dealing with higher education matters. But, the diagnosis requires two comments:

1- The crisis is global and affects universities all over the world. More important, the universities are not responsible for the deterioration of national economies and, in Africa, we should note that many countries have made substantial progress in the development of higher education since their independence. In fact, most African states were able, over a very short period of time after gaining their independence, to set up institutions of higher education, to expand students enrolments, and to diversify programmes and contents of courses. International assistance has been beneficial, but they are the developing countries themselves which have made the most important contribution to obtain these achievements.

2- One of the reasons of the crisis is linked to the model adopted by the universities in Africa, as in other regions of the world. In Latin America for example, universities undertook reforms at the end of the sixties. Now these reforms are being revised. The adopted model did not take into consideration important cultural aspects of this region. In a speech at the opening of the UNESCO-Association of African Universities seminar on the institutional development of higher education in Africa held here in Ghana, in November 1991, the Director General of UNESCO, after recalling that university by its very nature embodies a dialectic between the universal and the particular, and as a consequence local as international features should be incorporated into their programmes and structures, declared that "an imposed history appears to weigh heavily at many points on African higher educational institutions, which appear far from organically adapted to the societies of which they are part". "The persistence of inappropriate structures can give the impression, added Professor Federico Mayor, that -despite the progress

towards the development of an African academic identity since the creation of the Association of African Universities in 1967 -the special relationship with the European Universities that nourished many of the independent African institutions at their origin lingers on like an unwanted dependency. Clearly -and there seems to be no disagreement about this - the time has come for a radical rethink and reform".

Universities do not exist independently of societies. In other words, when we discuss a model for an university, we should first talk about its mission, and the concept of mission is linked to the idea of society. What kind of society do we want to built? Recently, UNESCO has organized a series of regional consultations in all regions of the world. In Africa, it is felt that institutions of higher education could only make efficient changes if certain conditions were fulfilled, the first one being the development of democracy in the region and the promotion of sustainable development. In order to reach these objectives, a special programme for regional cooperation in the domain of higher education has been prepared by the Regional Office for Education in Africa (BREDA). The basic elements of this programme are the following:

- Adoption of policies for the development of higher education,
- Training in management, pedagogy, development of educational material,
- Technical and financial assistance with a view to the renewal of facilities and equipments,
- Development of centres of excellence.

As far as the last point is concerned, the Special programme in higher education meets the objectives of an international programme recently approved by the General Conference of UNESCO, the UNITWIN Programme and the UNESCO Chairs' Scheme, whose main objective is to develop interuniversity cooperation in the field of higher education.

These two associated initiatives are intended to enhance the capabilities for advanced training and research and contribute to the development of know-how for the rapid transfer of knowledge to the developing countries. The UNESCO Chairs' Scheme basically involves the creation, with the partnership of universities and other international bodies or funding agencies, of professorships enabling visiting scholars to provide the core expertise for the development of centres of excellence in key disciplines and in fields related to sustainable development.

These modalities of co-operation, the new formulas for twinning, should envisage co-operation between equals. The emphasis should not be placed on "help" from developed countries, but on the identification and implementation of joint ventures and towards training on the spot, a much more difficult task, but which has in compensation the advantage of taking into account the real needs of the countries and the cultural trends, making more efficient the work done, and avoiding brain drain for people who study abroad and don't return to their countries.

Launched one year ago, UNITWIN has roused an enormous interest everywhere. In Africa, the main projects so far are the following:

1- Network of teacher education institutions and UNESCO Chair on Educational Science, at the University of Dakar, in Senegal, Dakar. This is a major project aiming in the first place at the renewal of teacher training in Africa. It is also aimed at improving the contribution of higher education to the whole system of education, as a follow-up to the Jomtien Conference. Activities have started with an analysis of teacher education in some 20 French-speaking institutions; a symposium will be organized by BREDA as part of the commemorations of the thirtieth anniversary of Ecole Normale Supérieure de Dakar. Subsequently, it is foreseen to set up a network of institutions which offer teacher training programmes, with the UNESCO Chair on education science as its focus. The project will cover first the French-speaking countries and similar projects can be implemented later in other sub-regions of Africa. French, Canadian and Belgium institutions will be associated in the project.

2- Interuniversity co-operation project between the University of Utrecht (and, later, other European universities) with a network of universities in Zimbabwe, Mozambique, Namibia and South Africa; development of centres of excellence in the fields of health (biomedical sciences), man and environment, science and mathematics education. The network is managed by a steering committee, whose chairman is the former Vice-Chancellor of the University, Dr. Walter Kamba, currently President of the International Association of Universities.

3- Interuniversity network (overall institutional development) between the City University of New York, the University of London and Universities in Ethiopia, Namibia, South Africa and universities of other regions in the world. The network convened a meeting some days ago in Ethiopia to define its programme.

4- Interuniversity co-operation in the role of higher education in adult literacy linking the University of Pennsylvania to the Universities of Ibadan (Nigeria), Gaborone (Botswana) and Tunis.

5- Interuniversity co-operation programme between the Consortium of European Agricultural Universities (NATURA) and African institutions in the field of agriculture (tropical and subtropical agriculture).

6- Interuniversity co-operation project in the field of sustainable development between Laval University (Canada) and African Universities (French-speaking countries).

The progress in the development of these projects has not been uniform, but these are projects well established at the moment.

Concerning the UNESCO Chairs in Africa, for the time being, agreements have been signed for:

1- UNESCO Chair on Nutrition, Health and Child development at Kenyatta University (Kenya);

2- UNESCO Professorship on Higher Education Research, Maseno University College (Kenya);

3- UNESCO Chair in Plant Biotechnology, at Makerere University, in Kampala (Uganda)

4- UNESCO Chair in Chemical Engineering, at the University of Science and Technology, in Bulawa (Zimbabwe).

An agreement is under preparation for a chair on Environmental Education at Ain Shams University, in Cairo (Egypt), and some Chairs are under consideration for Kenya, Sierra Leone, Sudan, Tanzania and Uganda. Discussions with the United Nations University and UNDP could generate new joint Chairs in the region.

All these projects are mainly financed through extra-budgetary sources, UNESCO providing, in some cases, mainly in less developed countries, "seed money" to help for establishing the projects. Financial contributions from UNESCO to projects located in industrially developed countries can only be provided if the respective projects are open to developing countries and if the funds are spent there.

UNESCO is now preparing its programme and budget for the biennium 1994-1995 and three areas will constitute the absolute priority of the Organization for this period:

- (i) women
- (ii) least developed countries
- (iii) Africa

Activities planned for the African region should be closely linked to the orientations of the Priority Africa Programme, which is designed to make an effective contribution to the United Nations Programme of Action for African Economic Recovery and Development.

The Association of African Universities will be involved in UNESCO's action in the region. AAU has won general recognition as an authentic representative of the African university community and we agree with a statement made sometime ago by a well known expert, Trevor Coombe, that "If the AAU did not exist, it would be necessary to invent it".

Ladies and Gentlemen,

Reforms and necessary and urgent, but no academic reform can be carried out without the active participation of the universities and such representative organizations as AAU. The principles for reforms in Africa should be established by the Africans themselves.

What kind of university does society need ?

For what kind of society ?

How should the universities be organized to contribute to the progress of society ?

I conclude with a reply Mr Federico Mayor, Director-General of UNESCO, has recently given to this kind of questions:

"A university is for the training at a high level of citizens capable of acting efficiently and effectively in their various functions and activities, including the most diverse, up-to-date and specialized; for the lifelong and intensive education of all citizens who so wish; for the updating of knowledge; for preparing teacher trainers; for identifying and addressing the great national issues; for contributing to the analysis and solution of the major problems affecting and concerning the whole planet; for co-operating with industry and the service sectors in the progress of the nation; for forging attitudes of understanding and tolerance; for providing governments with the scientifically reliable information required for decision-making on such important areas as the environment, in the context of the progressive "scientification" of political decision-making. A university to disseminate and popularize knowledge. Above all, a university to create, to promote scientific research, innovation, invention. A university of quality, not one whose degrees are often meaningless. A monitoring university that can foresee events. A university for objective criticism; for the search for new paths to a brighter future. A university with new curricula for a genuine, participating citizenry, for a pedagogy of peace. A university for reducing unacceptable economic and social asymmetries. A university for the moderation of the superfluous. In short, a university for the strengthening of freedom, dignity and democracy.

"A university fully situated in the world context, with its threats that know no frontier, and with its vast possibilities. A university adapted to the rhythm of contemporary life, to the distinctive features of each region, each country. For this and because of this, the institutional and conceptual transformation of the university represents an essential part of the wider process of change, of the necessary transformation of society at the approaches of the new millennium".

21- THE UNIVERSITY AS AN INSTITUTION TODAY AND TOMORROW - International Conference and Commemorative Gathering on the Occasion of the 75th Anniversary of the Foundation of Masaryk University - Allocution by Professor Marco Antonio R. Dias, Director, Division of Higher Education, UNESCO - Brno, Czech Republic, 2-4 November 1994

**UNIVERZITY NA PRAHU
NOVÉHO TISÍCILETÍ**

**THE UNIVERSITY ON THE
THRESHOLD OF THE
NEW MILLENNIUM**

**SBORNÍK MEZINÁRODNÍ KONFERENCE
PROCEEDINGS OF THE INTERNATIONAL
CONFERENCE**

2. - 3. 11. 1994

SVAZEK I. / VOLUME I

Brno 1995



DOCUMENTO NÚMERO 21

THE UNIVERSITY AS AN INSTITUTION TODAY AND TOMORROW

**Allocution by Professor Marco Antonio R. Dias
Director, Division of Higher Education, UNESCO**

International Conference and Commemorative Gathering on the Occasion of the 75th Anniversary of the Foundation of Masaryk University - Brno, Czech Republic, 2-4 November 1994

In 1989, I had the privilege of visiting former Czechoslovakia twice. I took some notes and the reading now remind me a series of observations I made at that time.

Western newspapers used to compliment on Perestroïka in USSR and on liberalisation movements in countries like Hungary. The German Democratic Republic and Czechoslovakia were presented as countries in which changes seemed not possible.

In fact, after discussing with diplomats, high level authorities at the Ministry of Education, with members of the National Commission for Unesco, university professors, administrators and with students, I concluded that the country wanted changes, that people were ready for trying new experiences, and, as a consequence, I observed that western newspapers and western experts did not understand what was going on in Czechoslovakia.

I remember, in particular, a conversation we had, two professors, from Canada and Switzerland, and I, with a group of students in a café in Prague. A student young woman was very sad and revealed her plans to leave the country without official authorization. "Don't do that, I told her, you will be in trouble and, as you are young, you can wait". "In two years", I added, "the political situation of this country will be different and you will be free to do what you want".

Two months later, the political situation changed in Czechoslovakia much more radically than I could foresee in long term. Like western newspapers, even carefully listening to a lot of people, I could not perceive the extent of the discontent felt by people in former Czechoslovakia or the imminence of the changes.

Last week, I read one of the most prestigious western weekly magazines and, once again, I got the impression that western countries do not understand either what is happening now in the Czech Republic. I quote this magazine: "The post-communist Czech economy looks good, and works fairly well. But the Klaus government's professed liberalism masks an attachment to interventionism and a reluctance to push reform to its limits".

I have no intention to analyze the economic situation of your country now. I am not entitled to do it. I am not an economist. I have no exact figures to make an in-depth analysis and I am cautious because I am aware that in this region, people know what they want and it is very dangerous to dare to impose models or patterns of behaviour to them.

I remember that one thing which impressed me a lot during my visits to this region before the end of 1989 was to see that, in spite of being submitted to a very hard and repressive political system, the country has not adopted solutions common to the region.

Before the Second World War, Czechoslovakia was one of the most developed countries in the world, its industry was strong and its agriculture provided an impressive food production.

Even during the repressive regime, Czechoslovakia kept a very high standard of living. Visiting hinterland was a wonderful experience, discovering the beauty of the country, seeing plantations and the noticing that people there were not hungry like in other countries subjected to the same regime; the fact that there was no significant external debt and, as a consequence, no external economic dependence, could make one think that this was a particular case, a particular country. And more important, it is a country in which people decide by themselves what to do,

how to do, and when. And it is true that during this long period after the Second World War, many university professors, even when silenced, did not lose their critical capacity.

I am sorry to start this allocution with very personal thoughts. You asked me to speak about the missions of the university in contemporary society- "The university of the Threshold of a New Millennium". But, when reflecting on what I could tell you, I remembered my past experience in your country and I concluded that I should be cautious. Besides, I must tell you that before coming to Unesco, I was a university professor and a university administrator in my country. I was, in fact, just before being appointed to Unesco, Vice-Rector at the University of Brasilia, and one thing that experience taught me was to be suspicious regarding representatives of international organizations who -without knowing the social and political reality of my country (we were subjected to an extreme right military dictatorship, and as many of you, sometime ago, I was in disagreement with the orientation of my government)- came with standard models and tried to impose them although they were not adapted to the Brazilian reality.

This introduction seems necessary and I apologize for being so long. You should understand that I will not tell you what you should do, I will limit my intervention to inform you of some prospects concerning higher education at world level and of Unesco's action in this field.

In the last ten years, and mainly in the last five years, numerous studies were undertaken on issues and challenges facing higher education in a fast changing world. The diagnosis is common. Higher education, now more than ever, has acquired a key role in any development program and in the general organization of modern society.

This occurred in a time of serious global crisis at the tertiary level. The number of students increased in great proportions. They represented 28.2 million in 1970, they were more than 60 million in 1990. For 20 years, their number worldwide has more than doubled. At the same time, investments have been cut and many governments, sometime under the pressure from international organizations, decided to reduce funds for tertiary education. The increase of staff and the reduction in funds resulted in one equation whose results were in many places a diminution in quality and the explosion of a permanent crisis, with institutions having difficulty in accomplishing their missions.

These facts have lead UNESCO to stimulate during the last years a worldwide reflection on trends and issues on higher education.

During the regional consultations, the following observations came up repeatedly:

- The university system became isolated from society and this should be corrected because universities do not exist for themselves and, as a consequence, before defining the new missions of the university, it is essential to define the kind of society humanity wants to build and the kind of international order we want to support.

- The rapid quantitative expansion has negatively affected the quality of courses and programmes.

- The university has reduced its participation, in some cases it has lost its monopoly of the creation of knowledge.

- Many scientists from developing countries emigrate to the industrialized world in search of better conditions for both work and research.

As a result of these observations, two themes were identified for an urgent action in higher education systems:

- ***Relevance*** - including the role of higher education within societies, democratization, the need for diversification, the need for establishing closer links with the world of work, and to reinforce the responsibilities of higher education in relation to the whole system of education.

- ***Quality*** - including reforms and innovations, distance education, interdisciplinarity and life-long education, planning and management of resources, organization of programs, qualification of teachers, evaluation and accreditation.

These two sets of issues -relevance and quality - have been completed by a series of suggestions and proposals concerning mobility and strengthening international cooperation. Of course, academic freedom was considered everywhere as a condition sine qua non for achieving these targets of ameliorating quality and relevance.

I insist on the first element of the findings of UNESCO's consultations. Higher education cannot be isolated from society and economic and social development cannot follow rigid structures and only one model for all countries and regions. This is clearly evident in the failure of cooperation strategies based on transmission of models, as has been done in Africa with old colonial systems. In all regions, the adoption of foreign concepts and values and the neglect of regional and national cultures and philosophies have had negative repercussions on societal problems.

Foreign assistance, therefore, can be useful, when needed, to create endogenous capacity and to promote exchanges of experiences. Foreign assistance should not be seen as the solution to problems. The search for solutions in each society is the responsibility of the governments, but also and mainly of each and every individual in society.

The world is looking for new models of societies. In 1990, with the end of the cold war between East and West, how many times did we read and hear that a period of perfect and stable peace had finally come for whole humanity? It was too naive, and this position was based on the background that one model should be adopted all over the world as the foundation for a new international order.

This conception can explain the perplexity and I can add the incoherence of certain western journalists who although they observed the progress made in the Czech Republic during the last years, now insist on what is considered the "reluctance to push reforms to its limits". One could ask if the Czech Republic should follow the Latin-American model of free societies, in which the external debt makes the efforts of society useless to solve its problems, among them the tremendous and enormous social inequities which were not created by Communism but by technocrats who followed advices of international consultants and experts. Should the Czech Republic follow this model? I would not advise to do it.

Everybody agrees that a new society at the end of this century should be a democratic one. Our century, in particular your country, suffered the nazi-fascist intervention during the Second World War, and the imposition of the communist model after 1948. These interventions

and their results in the life of your country are known, but I must guess that I was impressed by the extension of the repression during these periods, as mentioned by Professor Pavel Bravny in his keynote address at the opening of the Year of Masaryk University.

Now, as the Czech Republic has become in the expression of your Prime Minister a "normal country", your objective is to consolidate democracy. But democracy is not the result of any decree or any law, but rather the result of a long exercise in which one should respect the rights and cultures of each individual and not prevent the functioning of institutions of general interest.

The abandon of a system of omnipresence of the State should not mean that the State should disappear or that the State should not take care of social aspects of the life of the community, in particular of Health and Education at all levels. Privatization of Education, for example, in many cases, has resulted in the abandon of the public mission of education's institutions and become synonym of commercialization. Reform should not mean to transform the State in a instrument for persons who don't like to take risks and who advocate the old principle of "individualization and liberalization of benefits and socialization of losses".

Freedom for undertaking, investing, buying, producing, selling, communicating is necessary and indispensable, but should not have as a consequence for the community the marginalization of the less advantaged and the acceptance of arbitrary arrests, tortures, executions, genocide, irrational nationalism, as we can see in many parts of the world.

In its efforts to develop a basis for a new world society, the United Nations system tries to promote internal reforms and, at the same time, launches the common basis or common principles acceptable and necessary for a new humanism, for a real democracy nowadays.

Two main principles will ensure the concrete implementation of this common basis:

- The Culture of Peace, as stated in a document presented in 1992 by the Secretary General of United Nations, Mr. Boutros Boutros-Ghali, to the Economic and Social Council (Ecosoc): "An Agenda for Peace", in which a strategy is established for preventing and solving conflicts.

- ***Endogenous and Sustainable Development*** as expressed by UNO in another document recently approved by the General Assembly of UNO - International Development Strategy (IDS) is the second one. IDS considers that economic development should also be based on two foundations: diminution of poverty and development of human resources.

The diminution or even the elimination of poverty means also the prevention of the development of poverty. If a transition process means the creation of new privileges and the launching of many people into a marginal or miserable situation, we can enquiry about what transition we are talking about or we can ask "transition to what?" With no doubt, it is not a transition towards democracy.

With regard to the development of human resources, the universities have become key actors in the strategy for development as never before, as their role has been vital in the advanced training of qualified personnel.

This is why in a position paper presented by the Director General of UNESCO, Prof. Federico Mayor, for the preparation of the WORLD SUMMIT FOR SOCIAL DEVELOPMENT, which will be held in Copenhagen, from 6 to 12 March 1995, it is mentioned:

- "Higher education is fundamental for the development of transfer and sharing of knowledge, and needs to assume a leading role in the renovation of the entire education system. New roles for higher education may need to be defined to provide life-long learning opportunities at the highest level. Less formal and more flexible ways of advanced training and up-dating knowledge and skills must be found. The possibilities offered by the new communication technologies should be exploited in this endeavour".

"Another important phenomenon is the establishment of networks amongst universities and new partnerships between industries, vocational training centres and higher technical education.

"In an open society and a market economy, graduates who enjoyed the privilege of access to higher education should not only rely on the government to provide them with a job. The Degree-Job equation no longer applies in a highly competitive context, which requires constant updating of knowledge and skills. Higher education graduates must become entrepreneurs, and both civil society and the state must encourage and facilitate the entrepreneurial approach, through such incentives as loans to students with the highest grades or who commit themselves to an industrial initiative, agreements with the private sector etc."

Among the action to be implemented to make progress towards social development, the position paper mention:

- "Actions towards diversification of higher education are fundamental. Networks among universities and new partnerships between industries and the vocational training centres as well as higher technical institutes become indispensable elements in this respect";

And also :

- "The design of human resource development strategies should be reoriented to realize the potential and creativity of all individuals in society. Development strategies should be based on the will and life styles of each society, and pay due regard to the historical, social and cultural contexts of each society".

In a few days, the director general of UNESCO will launch officially a policy document on higher education, which reflects the long worldwide analysis the organization promoted in all regions as I mentioned before.

I remind that since October 1991, UNESCO launched the UNITWIN-UNESCO Chairs Programme, which was already the result of the reflection exercise and whose main aim is to strengthen interuniversity cooperation and academic mobility. The two pillars of this programme are the UNESCO's chairs, instruments for creating or strengthening centres of excellence and networks through which the exchange of information and the transfer of knowledge is accomplished.

I am very pleased to represent UNESCO here in the commemorations of the 75th anniversary of your university and more pleased to note that today with the creation of an UNESCO's chair in "Museology and World Heritage", the University of Masaryk become an active part of this movement of international solidarity, exchanges, and cooperation.

Among the main findings, the UNESCO reflection exercise on higher education at the end of this century highlighted, was that no individual, no institution, no country can stay isolated. Recently, you took a very difficult decision parting the two components of former Czechoslovakia, but you gave to the world the example of a separation of two communities in an atmosphere of understanding in spite of great difficulties, which are normal in a process of this nature. Now, in a world in which so as to face up to the globalization of the economy, even the most powerful make regional agreements (see example of NAFTA among the United States, Canada and Mexico, but also MERCOSUR in South America and others), possibly the time has come for you to develop new mechanisms of regional cooperation with Slovakia, and also with other neighbouring countries. In the field of higher education and research, the UNITWIN-UNESCO Chairs Programme can be instrumental in this purpose and I hope the agreement signed today will be the first step for a participation in several networks of this programme.

Organizations like OECD, the Council of Europe and UNESCO, in particular through CEPES, the European Centre for Higher Education, located in Bucharest, are following the evolution of university systems in Eastern Europe, are promoting exchanges of information and experiences and are developing mechanisms to facilitate mobility and the improvement of quality which will be useful to the universities in this part of the world to better contribute to the consolidation of a real democracy.

This symposium and the participation in the UNITWIN-UNESCO Chairs Programme show that the University of Masaryk does not want to be a passive element in this process. I am sure that the city of the scientist monk Mendel, of the writer Kundera and of architects like Kumpost, Fuchs and Wiesner, could not act differently. You want reforms, you want modernization, you want democracy, but without losing what you acquired with so many sacrifices, at your own rhythm, following your priorities and respecting values and the culture of your people. You are constructing your model of democracy and a free university as Masaryk University wants to stay, is fundamental in this process.

UNIVERZITA JAKO INSTITUCE DNES A ZÍTRA: POHLED UNESCO

Marco Antonio R. Dias
ředitel divize vysokoškolského vzdělávání UNESCO

V roce 1989 jsem měl tu čest navštívit dvakrát bývalé Československo. Udělal jsem si nějaké poznámky a když je nyní čtu, vzpomínám si na řadu pozorování, která jsem tehdy učinil.

Západní noviny vyjadřovaly uznání perestrojce v Sovětském svazu a liberalizačnímu hnutí v zemích jako Maďarsko. NDR a Československo byly považovány za země, ve kterých změny se zdaly být neuskutečnitelné.

Ve skutečnosti po debatách s diplomaty, s vysokými představiteli ministerstva školství, se členy národního výboru pro UNESCO, s vysokoškolskými profesory, s vedoucími pracovníky škol i se studenty jsem si udělal závěr, že země si přeje změny, že lidé jsou připraveni vyzkoušet novou zkušenosť a tak jsem tedy zjistil, že západní noviny a západní experti nerozumějí tomu, co se v Československu děje.

Obzvláště si vzpomínám na konverzaci, kterou jsme, dva profesoři z Kanady a Švýcarska a já, vedli se skupinou studentů v jedné pražské kavárně. Jedna studentka byla velice smutná a prozradila svůj plán odejít z republiky bez oficiálního povolení. "Nedělejte to", řekl jsem jí, "budete mít potíže. Jste mladá a můžete počkat". "Za dva roky", dodal jsem, "bude politická situace v této zemi jiná a budete mít možnost udělat, co si budete přát".

O dva měsíce později se politická situace v Československu změnila mnohem radikálněji, než jsem s perspektivou dlouhé doby mohl předpovědět. Podobně jako západní noviny, i když jsem pozorně naslouchal mnoha lidem, nemohl jsem poznat míru nespokojenosti, kterou lidé v dřívějším Československu pociťovali, stejně jako bezprostřednost změn.

Minulý týden jsem četl jeden z nejprestižnějších západních týdeníků a opět jsem nabyl dojmu, že západní státy nerozumějí tomu, co se nyní v České republice děje. Cituji z tohoto týdeníku: "Ekonomika postkomunistické České republiky vypadá dobře a funguje docela dobře. Avšak Klausovou vládou vyhlašovaný liberalismus zastírá posun k intervencionismu a k váhavosti dotlačit reformy do konce".

Nemám nyní v úmyslu analyzovat ekonomickou situaci u vás. Nemám k tomu žádné oprávnění. Nejsem ekonom. Neznám přesná čísla, abych mohl udělat hlubokou analýzu a jsem velice opatrny, poněvadž jsem si vědom, že v této oblasti lidé znají vše, co chtějí, a že je velice nebezpečné odvážit se dávat jim modely a vzory chování.

Vzpomínám si na jednu věc, která na mne v době před koncem roku 1989 při návštěvách u vás velice zapůsobila, a to, že přestože jste byli vystaveni velmi tuhému a represivnímu politickému systému, přece jste nepřijali řešení v této oblasti běžná.

Před druhou světovou válkou bylo Československo jednou z nejvíce rozvinutých zemí na světě, jeho průmysl byl silný a zemědělství zajišťovalo obdivuhodnou produkci potravin.

I během represivního režimu si Československo zachovalo velmi vysokou životní úroveň. Návštěva venkova byla jedinečnou zkušeností, kde se mohly obdivovat krásy země, vidět lány a sady a zjistit, že lidé nehladoví jako v jiných státech ovládaných stejným režimem. Skutečnost, že neexistovaly žádné významné zahraniční dluhy a v důsledku toho ekonomická závislost na zahraničí, mohla vést k závěru, že se jedná o zvláštní případ, o zvláštní zemi. Ještě důležitější je, že se jedná o zemi, kde se lidé sami rozhodují, co, jak a kde dělat. Je skutečností, že během toho dlouhého období po druhé světové válce mnoho vysokoškolských profesorů, i když byli umlčeni, neztratili své vynikající schopnosti.

Omlouvám se, že svůj projev začínám těmito velice osobními úvahami. Požádali jste mne, abych hovořil o poslání univerzity současné společnosti - "Univerzita na prahu nového tisíciletí". Když jsem uvažoval, co bych vám mohl říci, vzpomněl jsem si na svou předcházející zkušenosť z Československa a došel k závěru, že musím být opatrný. Musím vám také říci, že před svým příchodem do UNESCO jsem byl v Brazílii vysokoškolským profesorem i akademickým funkcionářem. Vlastně těsně před příchodem do UNESCO jsem byl prorektorem na University of Brasilia a jednou věcí, kterou mne zkušenosť naučila, bylo být podezřívavý k představitelům mezinárodních organizací, kteří - aniž znali společenskou a politickou situaci v Brazílii (byli jsem vystaveni extrémně pravicové vojenské diktatuře, stejně jako i mnozí z vás před nedlouhou dobou, a já jsem nesouhlasil s orientací naší vlády) - přišli se standardními modely a snažili se je použít, i když nebyly přizpůsobeny brazilské realitě.

Zdá se, že tento úvod byl nezbytný a omlouvám se, že byl tak dlouhý. Chtěl bych, abyste pochopili, proč vám nebudu říkat, co byste měli dělat. Svůj příspěvek omezím na informaci o některých výhledech majících vztah k vysokoškolskému vzdělávání na světové úrovni a o činnosti UNESCO v této oblasti.

V posledních deseti letech a hlavně v posledních pěti letech bylo provedeno mnoho studií o otázkách a úkolech, které stojí před vysokoškolským vzděláním v rychle se měnícím světě. Diagnóza je stejná. Vysokoškolské vzdělání, nyní více než kdykoli předtím, získalo klíčovou roli v jakémkoli rozvojovém programu a ve všeobecné organizaci moderní společnosti.

Došlo k tomu v době vážných globálních krizí na terciární úrovni. Výrazně se zvětšil počet studentů. V roce 1970 to bylo 28,2 milionů a v roce 1990 již více než 60 milionů. Během dvaceti let se jejich počet v celém světě zvýšil na více než dvojnásobek. Ve stejné době se snížily investice a mnohé vlády, někdy pod tlakem mezinárodních organizací, se rozhodly snížit fondy pro terciární vzdělávání. Zvýšení počtu učitelů a snížení fondů vedly v mnoha případech ke snížení kvality a explozi nepřetržitých krizí v těch institucích, které mají potíže se splněním svých poslání.

Tyto skutečnosti vedly v posledních letech UNESCO, aby stimulovala v celosvětovém měřítku zkoumání trendů a otázek vysokoškolského vzdělávání.

Při regionálních diskusích se opakovaně objevovala tato pozorování:

- univerzity se izolovaly od společnosti a to by se mělo napravit, poněvadž univerzity neexistují samy pro sebe. V důsledku toho, dříve než budeme definovat nové poslání univerzity, je nutno definovat, jaký druh společnosti chceme my humanisté budovat a jaký druh mezinárodního řádu chceme podporovat:
- rychlý kvantitativní růst negativně ovlivnil kvalitu kursů i programů
- univerzita snížila svou účast a v některých případech ztratila monopol na vytváření vědění
- mnoho vědců z rozvojových zemí emigruje do průmyslového světa za lepšími podmínkami jak pro práci, tak pro výzkum.

Z výsledků těchto pozorování vznikla dvě téma určená pro neodkladnou akci v systémech vysokoškolského vzdělávání:

Významnost - včetně úlohy vysokoškolského vzdělávání ve společnostech, demokratizace, potřeba rozmanitosti, potřeba vytvoření užších vztahů se světem práce a zvýšení odpovědnosti vysokoškolského vzdělání vzhledem k celému systému výchovy.

Kvalita - včetně reforem a inovací, dálkového studia, interdisciplinární a celoživotní vzdělávání, plánování a řízení zdrojů, organizace programů, kvalifikace učitelů, vyhodnocování a akreditace.

Tyto dvě sady úkolů - významnost a kvalita - byly doplněny řadou doporučení a návrhů týkajících se mobility a posílení mezinárodní spolupráce. Je samozřejmé, že akademická svoboda byla všude považována za nezbytnou podmítku pro dosažení takových cílů, jako je zlepšení významnosti a kvality.

Trvám na prvním prvku ze zjištění z diskusí UNESCO. Vysokoškolské vzdělání nemůže být izolováno od společnosti a ekonomický a společenský rozvoj se nemůže řídit neměnnými strukturami a pouze jedním modelem pro všechny země a regiony. To je zcela zřejmé z neúspěchu strategií spolupráce založené na přenášení modelů, jak byla prováděna ve starých koloniálních systémech v Africe. Ve všech regionech mělo přijetí cizích pojetí a hodnot a nepřihlížení k regionálním a národním kulturám a filozofiím nepříznivý dopad na společenské problémy.

Zahraniční pomoc je proto užitečná, když je potřebná k vytvoření vnitřních kapacit a k prohloubení výměny zkušeností. Na zahraniční pomoc by se nemělo pohlížet jako na řešení problémů. Za řešení problémů v každé společnosti je odpovědna vláda, ale také, a to v hlavní míře, každý jednotlivý člen společnosti.

Svět hledá nové modely uspořádání společnosti. Kolikrát jsme četli a slyšeli v roce 1990, v době skončení studené války mezi východem a západem, že konečně pro veškeré lidstvo nastalo období dokonalého a stabilního míru. Bylo to příliš naivní a tento názor vznikl z přesvědčení, že jeden model by měl být přijat po celém světě jako základ pro nový mezinárodní řád.

Toto pojetí může vysvětlit toto dilema a já mohu ještě přidat zmatené názory některých západních žurnalistů, kteří, i když viděli zlepšování, ke kterému docházelo

v posledních letech v České republice, nyní trvají na tom, co je považováno za "váhavost dotlačit reformy až do konce". Mohli bychom se zeptat, zda by Česká republika měla následovat latinskoamerický model svobodných společností, kde zahraniční dluhy předem odsuzují k neúspěchu veškeré úsilí společnosti vyřešit své problémy, což mimo jiné je obrovská sociální nerovnost, která nebyla způsobena komunismem, ale technokraty, kteří se řídili radami mezinárodních poradců a odborníků. Měla by se Česká republika tímto modelem řídit? Já bych to nedoporučoval.

Každý souhlasí s tím, aby nová společnost na konci tohoto století byla demokratická. V tomto století obzvláště vaše země trpěla během druhé světové války pod nacistickou okupací a od roku 1948 nastolením komunistického modelu. Tato působení a jejich důsledky na život vaší země jsou známé, ale musím přiznat, že na mne silně zapůsobil rozsah útlaku v těch obdobích, jak o tom hovořil profesor Pavel Bravený ve svém programovém prohlášení při zahájení Roku Masarykovy univerzity.

Nyní, když se Česká republika podle prohlášení vašeho ministerského předsedy stala "normální zemí", je vyšším cílem upevnit demokracii. Demokracie však nemůže být důsledkem nějakého nařízení nebo zákona, ale spíše výsledkem dlouhého úsilí, kde každý respektuje práva každého jednotlivce a nebrání činnosti institucí obecného zájmu.

Opuštění systému všudypřítomnosti státu by nemělo znamenat, že by stát měl zmizet, nebo že by se neměl starat o sociální aspekty života společnosti, obzvláště v oblastech zajišťování zdravotní péče a vzdělání na všech úrovních. Tak například privatizace vzdělání v mnoha případech způsobila zmizení veřejného poslání vzdělávacích institucí a stala se synonymem komercializace. Reforma by neměla znamenat, že stát se změní v nástroj pro lidi, kteří neradi riskují a kteří obhajují staré principy "individualizace a liberalizace výhod a socializace ztrát".

Svoboda podnikání, investování, nakupování, vyrábění, prodeje a komunikací je nutná a nepostradatelná, ale její důsledek pro společnost by neměl znamenat odsunutí méně úspěšných na okraj společnosti a přijetí jakýchkoli vězení, mučení, poprav, genocidy, iracionálního nacionalismu, čehož můžeme být svědky v mnoha částech světa.

Ve své snaze po vytvoření základny pro novou světovou společnost se systém Spojených národů snaží podporovat vnitřní reformy a současně s tím propaguje společné základy a společné zásady, které jsou přijatelné a nezbytné pro nový humanismus a skutečnou demokracii.

Konkrétní uplatnění této společné základny zajistí tyto dvě hlavní zásady:

- kultura míru, jak je uvedeno v dokumentu "Program pro mír", předneseném v roce 1992 generálním tajemníkem OSN Butrusem Butrusem Gálim Ekonomickému a sociálnímu výboru (Ecosoc), který se zabývá strategií pro zabránění a řešení konfliktů

- vnitřní a udržitelný vývoj, jak bylo vyjádřeno v jiném dokumentu OSN, který byl nedávno přijat Valným shromážděním OSN - Mezinárodní strategie rozvoje (IDS)

- je druhou hlavní zásadou. IDS uvádí, že také ekonomický rozvoj by měl spočívat na dvou hlavních zásadách: snížení chudoby a rozvoj lidských zdrojů.

Snížení, nebo dokonce eliminace chudoby, znamená také zabránění růstu chudoby. Jestliže proces přechodu znamená vytvoření nových privilegií a přesun velkého počtu lidí do špatné a kritické situace, pak se můžeme tázat, o jakém to přechodu mluvíme, nebo se můžeme ptát "přechod kam, nebo do čeho?" Není žádné pochybnosti o tom, že to není přechod k demokracii.

Pokud se týká rozvoje lidských zdrojů, univerzity se staly klíčovými činiteli ve strategii rozvoje jako nikdy dříve, poněvadž jejich role je nezaměnitelná v pokročilé přípravě kvalifikovaných kádrů.

Z tohoto důvodu v tezích vypracovaných generálním ředitelem UNESCO prof. Frederico Mayorem pro přípravu Světového summitu pro sociální rozvoj, který se bude konat v Kodani 6.-12. března 1995, se uvádí:

- "Vysokoškolské vzdělání má zásadní význam pro rozvoj přenosu a nabývání znalostí a musí zaujmout vedoucí roli při renovaci celého výchovného systému. Nová role vysokoškolského vzdělání by měla být definována jako poskytování příležitostí k celoživotnímu vzdělávání na nejvyšší úrovni. Musí se nalézt méně formální a pružnější formy přípravy a také modernizované znalosti a dovednosti. V této snaze musí být plně využity možnosti nabízené novými komunikačními technologiemi".

"Dalším důležitým jevem je vytvoření sítí mezi univerzitami a nových partnerských vztahů mezi průmyslovými odvětvími, středisky odborné přípravy a novými technickými školami".

"V otevřené společnosti a tržní ekonomice absolventi, kterým se dostalo privilegia přístupu k vysokoškolskému vzdělání, by se neměli spoléhat jen na vládu, aby jim zajistila místa. Rovněž vysokoškolský titul = získání zaměstnání se již neuplatňuje ve vysoce soutěživém prostředí, které vyžaduje neustálé doplňování znalostí a dovedností. Absolventi vysokých škol se musí stát podnikateli a jak občanská společnost, tak stát, musí povzbuzovat a umožňovat podnikatelský přístup takovými podněty, jako jsou půjčky studentům s nejlepším prospěchem nebo těm, kteří se zaváží k iniciativě v průmyslu, k dohodám s privátním sektorem apod."

Z akcí, které by měly pomoci zajistit zlepšení v sociálním rozvoji, tyto teze uvádějí:

- "Akce směřující k diverzifikaci vysokoškolského vzdělání mají základní význam. V tomto ohledu se nezbytnými prvky stávají sítě mezi univerzitami a nové partnerské vztahy mezi průmyslovými odvětvími a středisky odborné přípravy a rovněž s vysokými technickými školami".

A také:

- "Vytvoření strategií pro rozvoj lidských zdrojů by se mělo přeorientovat tak, aby umožnilo realizovat možnosti a tvořivost všech jednotlivců ve společnosti. Strategie rozvoje by měly být založeny na vůli a životním stylu každé společnosti a měly by věnovat patřičnou pozornost historickým, sociálním a kulturním souvislostem každé společnosti".

V několika dnech generální ředitel UNESCO oficiálně zveřejní programový dokument o vysokoškolském vzdělávání, který reaguje na podrobnou celosvětovou analýzu, kterou organizace ve všech oblastech podporovala, jak jsem se již o tom zmínil výše.

Připomínám, že od října 1991 UNESCO vydala UNITWIN-UNESCO Chairs Programme, který již byl výsledkem vyhodnocování a jehož hlavním úkolem bylo posílit spolupráci mezi univerzitami a akademickou mobilitou. Dva pilíře tohoto programu jsou nadace UNESCO, nástroje pro vytvoření a posílení dokonalých středisek a sítí, kterými se zajišťuje výměna informací a přenos znalostí.

Jsem velice potěšen, že mohu reprezentovat UNESCO zde na oslavách 75. výročí založení vaší univerzity a ještě více potěšen, že vás dnes mohu seznámit s vytvořením nadace UNESCO pro "Muzeologii a světové dědictví" a se skutečností, že Masarykova univerzita se stala aktivním účastníkem tohoto hnutí mezinárodní solidarity, výměny a spolupráce.

Mezi hlavními zjištěními, která vyhodnocení UNESCO o situaci ve vysokoškolském vzdělávání na konci tohoto století zdůraznila bylo, že žádny jednotlivec, žádná instituce, žádná země nemůže zůstat izolována. V nedávné době jste přistoupili k velmi obtížnému rozhodnutí, a to k oddělení dvou částí bývalého Československa, ale celému světu jste ukázali příklad, jak rozdělit dvě komunity v atmosféře porozumění navzdory velkým potížim, které jsou normální v procesu takového charakteru. Nyní, ve světě, ve kterém jsme svědky globalizace v ekonomice, dokonce nejmocnější státy vytvářejí regionální dohody (jako je např. NAFTA mezi Spojenými státy, Kanadou a Mexikem, ale také MERCOSUR v jižní Americe a jiné), snad i pro vás nastal čas pro vytváření nových mechanismů v regionální spolupráci se Slovenskem a jinými sousedícími zeměmi. V oblasti vysokoškolského vzdělání a výzkumu by mohl program UNITWIN-UNESCO Chairs Programme být nástrojem pro tento účel a já doufám, že dnes podepsaná dohoda bude prvním krokem směřujícím k účasti v několika sítích tohoto programu.

Organizace jako OECD, Výbor pro Evropu a UNESCO, a zvláště prostřednictvím CEPES, Evropské středisko pro vysokoškolské vzdělání se sídlem v Bukurešti sledují vývoj univerzitních systémů ve východní Evropě, podporují výměnu informací a zkušeností a vytvářejí mechanismy k zajištění mobility a zlepšení kvality, což umožní univerzitám v této části světa lépe přispívat ke konsolidaci skutečné demokracie.

Toto symposium a účast v programu UNITWIN-UNESCO Chairs Programme dokazuje, že Masarykova univerzita nechce být v tomto procesu pasivním prvkem. Jsem si jist, že město vědce - mnicha Mendela, spisovatele Kundery a architektů jako Kumpošta, Fuchse a Weisnera nemůže jednat jinak. Potřebujete reformy, potřebujete modernizaci, ale bez ztráty toho, čeho jste již s tolika oběťmi dosáhli. Potřebujete si zachovat svůj rytmus, sledovat své priority a respektovat hodnoty a kulturu svých lidí. Vytváříte svůj model demokracie a svobodná univerzita, jakou Masarykova univerzita chce zůstat, je pevným základem v tomto procesu.

DOCUMENTO NÚMERO 22

22- COOPERAÇÃO INTERNACIONAL DEVE SER BASEADA NA SOLIDARIEDADE - Documento elaborado em 31.5.2005, por solicitação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – Publicado em 2007 como prefácio do livro “Internacionalizando a Universidade” (Editora PUC-SP-2007)- (Renée Zicman- organizadora) pgs. 15 a 19

Renée Zicman
(organizadora)

Internacionalizando a Universidade



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

DOCUMENTO NÚMERO 22

COOPERAÇÃO INTERNACIONAL DEVE SER BASEADA NA SOLIDARIEDADE

Professor Marco Antonio Rodrigues Dias
Conselheiro especial do reitor da Universidade das Nações Unidas
Ex-diretor da Divisão de Ensino Superior da UNESCO (1981-1999)

Paris, 31 de maio de 2005

Em 1998, realizou-se em Paris, de 5 a 9 de outubro, a Conferência Mundial sobre o Ensino Superior, contando com a participação de quase cinco mil especialistas vindos do mundo inteiro. Foi a maior conferência jamais dedicada a este nível de ensino no mundo inteiro e em todos os tempos. Mais de 180 países estiveram representados e mais de 120 ministros chefiam as delegações nacionais oficiais.

Esta conferência tinha sido precedida por encontros regionais, realizados nos diversos continentes. Desde o início, verificou-se que, por toda a parte, desenvolvia-se a consciência de que, no mundo atual, nenhuma instituição pode viver isolada. A cooperação internacional é uma necessidade para as instituições de ensino superior de todos os países. Em nossos dias, nenhuma instituição tem condições de ser excelente em todos os domínios.

Durante os encontros regionais preparatórios à CMES, um consenso estabeleceu-se, desde os primeiros momentos, no sentido de que se impunha uma visão em direção a uma cooperação solidária, em que todos os participantes sejam considerados iguais e em que o compartilhar de conhecimentos seja uma norma básica. Em tempos de globalização, o conhecimento passa a ter um valor econômico extraordinário e, caso se mantenha o objetivo, de se construir uma sociedade mais justa, sem dominação, a cooperação a ser estimulada não pode ser a que vem de cima para baixo, determinada pelos que dispõem do controle financeiro, político e cultural no mundo. Ficou claro também que a cooperação como a internacionalização a serem estimuladas não podem ser confundidas com a comercialização da educação, através de processos em que países recipientes são chamados a pagar, caro e em moeda forte, por programas que frequentemente nada têm a ver com suas realidades e necessidades.

A convergência das reflexões conduzidas no mundo inteiro levou os participantes da CMES de 1998 a dar um destaque importante à cooperação e, mesmo de maneira exagerada segundo alguns, a colocar no documento relativo ao “marco de ação prioritária para a mudança e o desenvolvimento do ensino superior” o princípio de que a cooperação não deveria ser apenas instrumental –um meio para se atingir um fim- mas devia ser incluída entre as missões de base do ensino superior.

A declaração e o plano de ação são documentos muito amplos (encontráveis na página web da UNESCO), apresentar um resumo de seus princípios não é o objeto deste texto, mas podemos destacar os seguintes pontos:

- 1- O acesso à educação superior deve ser o mais amplo, nos termos do artigo 26.1 da Declaração universal dos direitos humanos. Nenhuma discriminação pode ser aceita para restringir este direito e os poderes públicos devem velar para que este direito possa ser exercido por todos.
- 2- A diversificação pode ser um meio de reforçar a igualdade de oportunidades, mas independentemente de quem presta o serviço educativo, este deve, essencialmente, ser considerado um bem público.
- 3- A qualidade é um conceito multidimensional que engloba todas suas funções e atividades. Qualidade e pertinência são conceitos interligados. Não há qualidade se a instituição não for pertinente, isto é, se não participar da busca de soluções para se

construir uma sociedade mais justa. Posições monopolistas foram rechaçadas. Os sistemas de educação superior devem levar em consideração os aspectos culturais e sociais. A função da pesquisa é essencial, assim como os processos de avaliação, tanto interna como externa.

É de suma importância que professores e estudantes participem das decisões relativas aos programas e à gestão das universidades. As universidades devem ser democráticas e, para isto, toda e qualquer discriminação no acesso, sobretudo as relativas ao gênero devem ser eliminadas. O desenvolvimento das novas tecnologias deve ser impulsionado em todas as instituições, no mundo inteiro, ressaltando-se que, em nenhum caso, deveriam poder se transformar em instrumentos de dominação e de monopólio.

- 4- É de suma importância que professores e estudantes participem das decisões relativas aos programas e à gestão das universidades. As universidades devem ser democráticas e, para isto, toda e qualquer discriminação no acesso, sobretudo as relativas ao gênero devem ser eliminadas. O desenvolvimento das novas tecnologias deve ser impulsionado em todas as instituições, no mundo inteiro, ressaltando-se que, em nenhum caso, deveriam poder se transformar em instrumentos de dominação e de monopólio.
- 5- Finalmente, impõe-se a necessidade de uma ação vigorosa em favor da cooperação, da mobilidade como instrumento de cooperação e sobre a construção de um sistema baseado em redes e inspirado nos princípios de solidariedade e da distribuição equitativa do conhecimento.

Em um parágrafo da introdução à declaração final, os participantes ressaltaram que "sem uma educação superior e sem instituições de pesquisa adequadas que formem a massa crítica de pessoas qualificadas e cultas, nenhum país pode assegurar um desenvolvimento endógeno genuíno e sustentável e nem reduzir a disparidade que separa os países pobres e em desenvolvimento dos países desenvolvidos. **O compartilhar de conhecimento, a cooperação internacional e as novas tecnologias podem oferecer oportunidades novas para reduzir esta disparidade**".

Ao planificar a CMES, seus organizadores buscaram encontrar, para os temas fundamentais em discussão (pertinência, qualidade, gestão e financiamento, cooperação) pessoas e representantes de instituições que se tivessem destacado, por sua ação e reflexão, em cada uma destas áreas ou apresentassem um potencial visando à melhoria dos sistemas de ensino superior no mundo inteiro.

Entre os especialistas chamados a se pronunciar na Comissão que analisou as propostas para a cooperação, estava a Professora Renée Zicman, diretora da ARI –Assessoria de Relações Internacionais- da PUC-SP. Seu pronunciamento tinha por base dar elementos à discussão sobre temas diversos como a internacionalização de currículos e de programas, a elaboração de programas conjuntos de pesquisa, parcerias e redes regionais e internacionais, constituição de centros de excelência. O título da sessão em que se pronunciou a representante da PUC-SP era integração regional, globalização e desenvolvimento.

No documento que apresentou, a Professora Zicman, mencionando experiências concretas em que esteve envolvida a PUC-SP, como era exemplo o projeto RIMA –Rede Internacional

de Mobilidade Acadêmica- desenvolveu conceitos mais amplos que levavam à constatação da necessidade de superação do isolamento de ações individuais das instituições, dando-se mais destaque a práticas mais coletivas e ao contacto com instituições de diferentes partes do mundo, numa perspectiva de diversidade cultural.

É excelente e muito oportuna a idéia de se publicar, em forma de livro, artigos do Boletim Rede Internacional da PUC-SP que relatam, de forma sintética, experiências de estudantes e professores, em vários domínios do saber da PUC-SP. A experiência ali relatada e o impacto de projetos diversificados sobre a vida comunitária da PUC revelam Ela justifica, passados vários anos, o acerto dos organizadores da Conferência Mundial do Ensino Superior de convidar a representante da PUC-SP a fornecer elementos para o debate, em nível internacional, do tema da cooperação.

Os relatos apresentados nos textos que aqui se publicam e que tinham sido divulgados inicialmente através do Boletim Rede Internacional da PUC-SP, mostram, de forma concreta, como a cooperação pode ser útil para a melhoria da qualidade e da pertinência das instituições superiores, através de fórmulas clássicas de cooperação, como envio de estudantes e alunos ao Exterior, recepção de conferencistas e de professores visitantes, mas, sobretudo, agora, através da elaboração de programas conjuntos, na esfera Norte-Sul, como Sul-Sul.

Os textos revelam, ainda, que a cooperação tem colaborado para a tomada de consciência por parte da PUC-SP de questões fundamentais vinculadas à cooperação em tempos de globalização. Em realidade, creio ser útil concluir, ainda que de maneira ultra-sintética, relembrando que vivemos, a nível internacional, tempos de obscurantismo, em que, na área de educação, organizações e especialistas internacionais confundem cooperação com comercialização e submetem-se a uma visão do mundo em que a educação passa a ser tratada como serviço comercial e não como um bem ou um serviço público.

Independentemente de suas eventuais dificuldades conjunturais, realidade vivida pelo conjunto de instituições do ensino superior no mundo inteiro, a PUC-SP, por sua ação na área internacional, revela estar consciente da importância da diversidade cultural, de considerar essencial a cooperação com instituições tanto do Norte quanto do Sul, de se posicionar sem complexos diante de instituições do Norte exigindo, na prática, uma ação entre iguais, não se limitando, como várias outras instituições, a cooperar e, no caso a submeter-se, a instituições anglo-saxônicas, mas abrindo seu leque de ações a projetos com países como Espanha, França, países nórdicos, África e América Latina. A PUC-USP revela esforços para integrar estudantes e professores nos programas de cooperação e, por fim, deixa claro, na prática de sua ação internacional, que, embora seja uma instituição regida pelo direito privado, deseja manter-se alinhada com o princípio da CMES de 1998, segundo o qual ensino superior deve ser visto, basicamente, como um bem público, acessível a todos e colaborando para a construção de um mundo melhor.